

Plano Diretor Municipal **Marvão**

Setembro 2016 | Câmara Municipal de Marvão

A light gray map of the municipality of Marvão, Portugal, showing its irregular coastline and landmass. The map is centered on the page.

Avaliação Ambiental Estratégica Relatório Ambiental

Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura
Avenida Araujo e Silva 52. 3810-048 Aveiro | tel. / fax. 234426985
www.lugardoplano.pt | lugardoplano@lugardoplano.pt



Lista de Acrónimos

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica
AIA - Avaliação de Impacte Ambiental
ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA - Agência Portuguesa do Ambiente
ARS-C Administração Regional de Saúde do Centro
CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
DGGE - Direção-Geral de Energia e Geologia
DGOTDU - Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
EEM – Estrutura Ecológica Municipal
EN- Estrada Nacional
ENCNB - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENE - Estratégia Nacional para a Energia
ENEAPAI - Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agro Industriais
ERAE – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas.
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
FA - Fatores Ambientais
FCD - Fatores Críticos para a Decisão
FER – Fontes de Energia Renováveis
GEE - Gases com Efeito de Estufa
ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
INAG - Instituto Nacional da Água
INE - Instituto Nacional de Estatística
ONGA- Organização Não-Governamental do Ambiente
PBH-Rio Tejo - Plano de Bacia Hidrográfica do RioTejo
PDM - Plano Diretor Municipal
PEAASAR II - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II
PENDR - Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural
PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo
PERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PERSU II - Plano Estratégico para os recursos sólidos urbanos II
PMDCI-Marvão Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Marvão
PMEPC Marvão - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Marvão
PNA - Plano Nacional da Água
PNAAS - Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC - Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUEA Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PROFAA – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo
PROT- A– Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo
QE - Questões Estratégicas
QRE - Quadro de Referência Estratégico
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN - Reserva Agrícola Nacional
REN - Reserva Ecológica Nacional
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos
SGA - Sistema de Gestão Ambiental
SIC – Sítio de Interesse Comunitário
SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TER - Turismo em Espaço Rural
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UOPG - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
ZIF - Zona de Intervenção Florestal
ZPE - Zona de Proteção Especial

ÍNDICE

1. Introdução	11
2. Metodologia da Avaliação Ambiental.....	13
3. Objeto de Avaliação	19
3.1. Antecedentes.....	19
3.1.1. Breve caracterização de Marvão	22
3.2. Síntese do Diagnostico do PDM	24
3.3. Objetivos e Questões Estratégicas da Revisão do PDM de Marvão.....	27
3.4. Proposta do Plano	30
3.5. Alternativas à Proposta do Plano.....	34
4. Consulta Pública	35
5. Definição dos Fatores Críticos Para a Decisão	36
5.1. Quadro de Referência Estratégico	36
5.2. Questões Estratégicas	37
5.3. Fatores Ambientais.....	38
5.4. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão	40
6. Análise e Avaliação Estratégica dos Fatores Críticos para a Decisão	42
6.1. Biodiversidade e Conservação da Natureza.....	42
6.1.1 Descrição do FCD e seus objetivos	42
6.1.2. Situação existente e análise tendencial	43
6.1.3. Análise SWOT	74
6.1.4. Tendências de evolução sem Plano	75
6.1.5. Oportunidades e Riscos para o FCD - Biodiversidade e Conservação da Natureza ..	76
6.2. Ordenamento e Qualificação do Território	79
6.2.1 Descrição do FCD e seus objetivos	79
6.2.2. Situação existente e análise tendencial	80
6.2.3. Análise SWOT	98
6.2.4. Tendências de evolução sem Plano	99

6.2.5. Oportunidades e Riscos para o FCD - Ordenamento e Qualificação do Território.	100
6.3. Desenvolvimento Económico e Social	103
6.3.1. Descrição do FCD e seus objetivos	103
6.3.2. Situação existente e análise tendencial	104
6.3.3. Análise SWOT	129
6.3.4. Tendências de evolução sem Plano	130
6.3.5. Oportunidades e Riscos para o FCD - Desenvolvimento Económico e Social	131
6.4. Património e Paisagem	134
6.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos	134
6.4.2. Situação existente e análise tendencial	135
6.4.3 Análise SWOT	143
6.4.4 Tendências de evolução sem Plano	144
6.4.5. Oportunidades e Riscos para o FCD - Património e Paisagem.....	145
6.5. Qualidade Ambiental.....	147
6.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos	147
6.5.2. Situação existente e análise tendencial	148
6.5.3. Análise SWOT	175
6.5.4. Tendências de evolução sem Plano	176
6.5.5. Oportunidades e Riscos para o FCD - Qualidade Ambiental	177
6.6. Alterações Climáticas e Riscos Naturais	181
6.6.1. Descrição do FCD e seus objetivos	181
6.5.2. Situação existente e análise tendencial	182
6.6.3. Análise SWOT	197
6.6.3. Tendências de evolução sem Plano	197
6.6.5. Oportunidades e Riscos para o FCD - Alterações Climáticas e Riscos Naturais.....	199
6.5. GOVERNANÇA	202
6.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos	202
6.5.2. Situação existente e análise tendencial	203
6.5.3. Análise SWOT	208
6.5.4. Tendências de evolução sem Plano	209

6.6.5. Oportunidades e Riscos para o FCD - Riscos Naturais e Tecnológicos.....	209
7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.....	211
8. Diretrizes de Seguimento.....	214
9. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental.....	227
9.1 Definição de Indicadores de Monitorização.....	228
9.2 Quadro de Governança para a ação.....	235
10. Participação Pública.....	237
11. Considerações Finais.....	238
12. Referências Bibliográficas.....	240
13. Anexos.....	244

Índice de Quadros

Quadro 1 – Síntese da Caracterização e Diagnóstico do PDM.	24
Quadro 2 – Análise SWOT do concelho de Marvão	26
Quadro 3 – Quantificação do solo na Proposta de revisão do PDM do Município.....	32
Quadro 4 – Entidades que responderam no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE da proposta de revisão do PDM de Marvão.....	35
Quadro 5 – Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Marvão.....	36
Quadro 6 – Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para a revisão do PDM de Marvão	39
Quadro 7 – Relação entre os FA e os FCD definidos.	41
Quadro 8 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Biodiversidade e Conservação da Natureza.	42
Quadro 9 – Percursos Pedestres na Natureza.	45
Quadro 10 – Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de São Mamede	48
Quadro 11 – Orientações de gestão do PSRN2000 para a conservação dos habitats.....	48
Quadro 12 – Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de São Mamede	51
Quadro 13 – Espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de São Mamede	51
Quadro 14 – Outras Espécies constantes do anexo B-IV e B-V do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de São Mamede	52
Quadro 15 – Orientações de gestão do PSRN2000 para a conservação das espécies	55
Quadro 16 – Espécies Invasoras	62
Quadro 17 – Zonas de Caça de Marvão	63
Quadro 18 – Empreendimentos turísticos da tipologia turismo em espaço rural (TER) no Município de Marvão.....	66
Quadro 19 – Área por tipologia de povoamento floresta (ha), em Marvão (PMDFCI 2015).	73
Quadro 20 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza.....	74
Quadro 21 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Áreas Classificadas e Diversidade de Espécies”	76
Quadro 22 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Conservação da Natureza”	77
Quadro 23 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Gestão e Conservação da Floresta”	77
Quadro 24 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Ordenamento e Qualificação do Território.....	79
Quadro 25 – Evolução da Densidade Populacional (N.º/Km ²), em Marvão	80
Quadro 26 – População residente em Marvão.....	80
Quadro 27 – Distribuição da população residente por lugares, 2011	81
Quadro 28 – Uso e ocupação do solo nas freguesias do concelho de Marvão (ha)	83
Quadro 29 – População residente no município, segundo as freguesias, 1991 – 2011	85
Quadro 30 – Número de alojamentos segundo os Censos	86
Quadro 31 - Índice de envelhecimento segundo os Censos de 2001 e 2011	86
Quadro 32 – Caracterização dos Equipamentos públicos de utilização coletiva de Marvão.	87
Quadro 33 – Variação da taxa de cobertura por infraestrutura.	88
Quadro 34 – Edifícios por estado de conservação (2011).	90
Figura 35 – Evolução dos Edifícios Licenciados, por tipo de obra em Marvão, 1995 – 2014.	91

Figura 36 – Evolução Geral dos Edifícios Licenciados em Marvão, 1995 – 2014	91
Quadro 37 - Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.....	92
Quadro 38 – Intervenções na rede viária realizadas.....	95
Quadro 39 – Distância e tempo de ligação entre as freguesias e a sede concelhia	96
Quadro 40 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento e Qualificação do Território	98
Quadro 41 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Dispersão e Uso do Solo”	100
Quadro 42 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Assimetrias Territoriais”	101
Quadro 43 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Coesão Territorial”	101
Quadro 44 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Qualificação urbana”	102
Quadro 45 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Mobilidade”	102
Quadro 46 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Desenvolvimento Económico e Social	103
Quadro 47 – Nível de instrução e qualificação académica da população residente, 2011 (%).....	105
Quadro 48 – População residente economicamente ativa e empregada no Concelho, segundo o grupo de profissões, em 2001-2011	106
Quadro 49 – Âmbito e número de formações do plano de formação da CIMAA, para 2013	107
Quadro 50 – População Ativa, concelho de Marvão, na região e sub-região, 2001 e 2011	107
Quadro 51 – Evolução da taxa de desemprego.....	108
Quadro 52 – População empregada por Setor de Atividade.....	109
Quadro 53 – Movimentos pendulares trabalho/estudo – casa – trabalho/estudo no concelho de Marvão.....	109
Quadro 54 – Movimentos pendulares trabalho/estudo – casa – trabalho/ estudo por freguesia	110
Quadro 55 – Indicadores do tecido empresarial concelhio.	111
Quadro 56 – Empresas do concelho de Marvão, segundo a classificação das atividades económicas, Rev. 3.....	112
Quadro 57 – Índice de Poder de Compra.	113
Quadro 58 - Variação do ganho médio mensal (€) entre 2009 e 2013	113
Quadro 59 – Informação relativamente às explorações agrícolas existentes no concelho de Marvão.	114
Quadro 60 – Informação relativamente às explorações pecuárias existentes no concelho de Marvão.	115
Quadro 61 – Índice de envelhecimento empresarial em Marvão.....	115
Quadro 62 – Taxa de sobrevivência das empresas, dois anos depois da sua constituição, em Marvão..	116
Quadro 63 – Volume de vendas nas empresas com sede no município segundo a classificação das atividades económicas, em milhares de euros.	117
Quadro 64 – Impostos no total de receitas do município (%).	118
Quadro 65 – Empreendimentos turísticos existentes no Concelho de Marvão.....	119
Quadro 66 – Alojamento local existente no Concelho de Marvão	121
Quadro 67 – Taxa de Ocupação hoteleira.	121
Quadro 68 – Numero de dormidas e hóspedes nos empreendimentos turísticos concelhios.....	122
Quadro 69 – Intensidade turística	123
Quadro 70 – Percursos temáticos implementados.	124
Quadro 71 – Eventos com poder de atração municipais.	127
Quadro 72 – Investimento turístico em Marvão (€).	128
Quadro 73 – Análise SWOT no âmbito do FCD Desenvolvimento Económico e Social.....	129
Quadro 74 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Desenvolvimento Humano”	131
Quadro 75 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Competitividade e desenvolvimento local”	132

Quadro 76 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Dinâmica turística”	133
Quadro 77 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem.	134
Quadro 78. Património Classificado e em vias de Classificação	135
Quadro 79. Património Classificado e em vias de Classificação	137
Quadro 80 – Análise SWOT no âmbito do FCD: Património e Paisagem.....	143
Quadro 81 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Património Arquitetónico e Arqueológico”	145
Quadro 82 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Paisagem”	146
Quadro 83 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Qualidade Ambiental. ...	147
Quadro 84 – Evolução da recolha seletiva no período compreendido entre 2010 e 2014.....	150
Quadro 85 – Quantidade em toneladas de resíduos urbanos recolhidos e tipo de destino.	151
Quadro 86 - Estações de amostragem da rede de qualidade da água superficial na bacia hidrográfica do Tejo no concelho de Marvão.....	153
Quadro 87 – Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o ex-INAG	154
Quadro 88 - Evolução da qualidade da água na estação Portagem-Marvão – Rio Sever de 2000 a 2008.	154
Quadro 89 - Evolução da qualidade da água na estação da Albufeira da Apartadura de 1996 a 2013....	155
Quadro 90 – Principais características do sistema aquífero presente na área de estudo.	158
Quadro 91 - Evolução da qualidade da água subterrânea medida nas estações de monitorização existentes em Marvão, entre 2010 e 2014.....	159
Quadro 92 – Quantidade de águas residuais tratadas em Marvão.....	161
Quadro 93 – Consumo de água por habitante no período compreendido entre 2006 e 2009.	163
Quadro 94 – População servida por Sistemas de Abastecimento de Águas para consumo (%).	163
Quadro 95 – Consumo de água abastecida pela rede pública (milhares de m ³) por tipologia, em Marvão, nos anos de 2008 e 2009.	164
Quadro 96 – Índice de qualidade do ar e concelhos de saúde.	170
Quadro 97 - Principais fontes e efeitos na saúde humana e no ambiente dos poluentes atmosféricos abrangidos pelo DL n.º 102/2010.....	171
Quadro 98 – Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação Terena nos anos de 2012, 2013 e 2014.	172
Quadro 99 – Emissões de Poluentes para o Marvão em 2007, 2008 e 2009 (t/Km ²).....	173
Quadro 100 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Qualidade Ambiental	175
Quadro 101 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Resíduos”	177
Quadro 102 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Recursos Hídricos”	178
Quadro 103 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Ruído”	179
Quadro 104 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Qualidade do Ar”	179
Quadro 105 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Alterações Climáticas e Riscos Naturais.....	181
Quadro 106 -Evolução do consumo de energia elétrica por habitante (KWh/hab), entre 2009 e 2014. ...	182
Quadro 107 – Consumo de energia elétrica total e por tipo de consumos (KWh) entre 2010 e 2014	183
Quadro 108 – Número de edifícios concelhios certificados em Marvão	185
Quadro 109 – Emissões totais de GEE em t/km ²	186
Quadro 110 – Modo de Transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho/estudo, 2011	187
Quadro 111 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante	188
Quadro 112 – Proporção da utilização do automóvel nas deslocações (%).	188

Quadro 113 – Histórico de Ocorrências de Cheias e Inundações.	191
Quadro 114 – Número de ocorrências e área ardida ente 2005 e 2014.	192
Quadro 115 – Número de incêndios e causas, no período 2010-2014.....	193
Quadro 116 – Análise SWOT no âmbito do FCD: Alterações Climáticas e Riscos Naturais.	197
Quadro 117 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Energia”.....	199
Quadro 118- Principais oportunidades e riscos para o critério “Alterações Climáticas”.....	200
Quadro 119 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Cheias e Inundações”.....	200
Quadro 120 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Incêndios”.....	201
Quadro 121 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Erosão e Desertificação”.....	201
Quadro 122 – Domínio, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Governança.....	203
Quadro 123 – Taxa de abstenção por ato eleitoral (%).....	206
Quadro 124 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Governança.....	208
Quadro 125 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Governança”.....	209
Quadro 126 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.....	211
Quadro 127 – Quadro de Governança para a Ação.	236

Índice de Figuras

Figura 1 – Fases da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).	14
Figura 2 – Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).	15
Figura 3 – Localização do concelho de Marvão.....	22
Figura 4 – Planta de Ordenamento.....	33
Figura 5 – Enquadramento das áreas protegidas no concelho de Marvão.....	44
Figura 6 – Planta de Habitats de Marvão.....	50
Figura 7 – Povoamento de sobreiros, carvalhos, azinheiras e outras espécies florestais.	54
Figura 8 – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral.....	60
Figura 9 – Corredores Ecológicos (PROF Alto Alentejo).....	61
Figura 10 – Localização das zonas de caça, em Marvão.	65
Figura 11: Delimitação da REN do concelho de Marvão.....	69
Figura 12: RAN do concelho de Marvão.....	70
Figura 13 – ZIF de Marvão.....	71
Figura 14 – Povoamentos florestais do Concelho de Marvão.....	72
Figura 15 – Ocupação e Uso do Solo – PMDFCI.	84
Figura 16 – Taxa de crescimento natural e migratório.....	86
Figura 17 – Edifícios, segundo a época de construção.....	90
Figura 18 – Representação da Rede Rodoviária no município de Marvão.	94
Figura 19 – Tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho/estudo.	95
Figura 20 – Rede de Exploração da Direção Operacional de Portalegre – Rodoviária do Alentejo.....	96
Figura 21 – Mapa do Património Arqueológico.....	136
Figura 22 – Planta de delimitação da área de reabilitação urbana.	139
Figura 23 – Grupos e Unidades de Paisagem de Portugal Continental.....	141
Figura 24 – Área de abrangência do sistema Valnor.....	148
Figura 25 – Resíduos recolhidos por habitante, por localização geográfica, em 2014 (INE).....	150

Figura 26 – Mapa dos principais cursos de água do concelho de Marvão (PMDFCI,2015).	153
Figura 27 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Portagem-Marvão, entre 2000 e 2008.	156
Figura 28 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação da Albufeira da Apartadura – Ribeira das Reveladas, entre 1996 e 2013.	156
Figura 29 – Estado final das massas de água superficiais (PGB do Tejo, RH5, 2012).	157
Figura 30 – Estado final das massas de água subterrâneas (PGB do Tejo RH5, 2012).	159
Figura 31 – Áreas destinadas à proteção dos recursos hídricos.	160
Figura 32 – Distribuição e abrangência das ETAR's do Sistema de Saneamento do Norte Alentejano e de Marvão.	161
Figura 33 – Área de abastecimento do Sistema de Abastecimento de Água do Norte Alentejano.	162
Figura 34 – Qualidade da Água para consumo humano no concelho de Marvão entre 2002 e 2014.	164
Figura 35 – Mapa de Ruído do Concelho de Marvão – indicador sonoro Lden.	167
Figura 36 – Mapa de Ruído do Concelho de Marvão – indicador sonoro Ln.	167
Figura 37 – Representação das Zonas e Aglomerações do Alentejo Norte Interior e localização das estações de Monitorização.	169
Figura 38 – Índices de qualidade do ar registado na zona Alentejo Interior, nos anos de 2012, 2013 e 2014.	171
Figura 39 – Consumo de combustível automóvel por habitante	174
Figura 40 – Emissões sectoriais de GEE em 2011 por setor de atividade (Fonte: APA, 2015).	186
Figura 41 – Repartição modal nos movimentos pendulares, em 2011.	187
Figura 42 – Modo de Transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho/estudo, por freguesia, em 2011	189
Figura 43 – Zonas Potencialmente Afetadas por Cheias e Inundações no Concelho de Marvão.	190
Figura 44 – Carta de perigosidade de incêndio (PMDFCI de Marvão, 2015).	194
Figura 45 – Índice de suscetibilidade dos solos a desertificação (PANCD)	196
Figura 46 – Diagrama de Seguimento.	227

1. Introdução

No âmbito da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Marvão, o presente documento- **Relatório Ambiental final** - constitui a 3ª Fase da Avaliação Ambiental Estratégica, resultando da avaliação das questões/opções estratégicas, objetivos e respetivas ações da proposta de revisão do PDM.

O Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do Artigo 10º do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro.
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

Os Instrumentos de Gestão Territorial estão sujeitos ao regime de Avaliação Ambiental Estratégica, definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, de acordo com o especificado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, consiste na “...*identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final*”.

Em termos genéricos, a AAE pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos, com vista a promover um desenvolvimento sustentável.

Constitui um processo de avaliação de impactes ambientais ao nível estratégico de Políticas, Programas ou Planos tendo em vista, considerando ainda as orientações constantes do “Guia de melhores práticas

para a Avaliação Ambiental Estratégica”, que, numa abordagem de pensamento estratégico, aponta a concretização dos seguintes objetivos muito concretos para a AAE:

1. Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
2. Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
3. Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.”

Assim, esta AAE contribuirá para:

Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;

Auxiliar na identificação e justificação das opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;

Contribuir para uma decisão mais sustentável nos níveis ambiental, social e económico;

Detetar problemas e oportunidades estratégicas nas opções em análise e facilitar a consideração de impactes cumulativos;

Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento;

Sugerir programas de seguimento, através de gestão e monitorização estratégica.

O presente Relatório Ambiental constitui o principal contributo do processo de AAE para a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Marvão concretizando a recomendação expressa no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho) *“sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos”*.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisão.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação, contribuindo para a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa.

O presente Relatório Ambiental (RA) está organizado da seguinte forma: introdução (capítulo 1), Metodologia da AAE (capítulo 2), objeto de avaliação (capítulo 3) consulta pública (capítulo 4), definição fatores críticos para a decisão (capítulo 5), Análise e Avaliação estratégica dos fatores críticos para a

decisão (capítulo 6), síntese da AAE (capítulo 7), recomendações e diretrizes de seguimento (capítulo 8), programa de gestão e monitorização ambiental (capítulo 9), participação pública (capítulo 10) e considerações finais (capítulo 11).

2. Metodologia da Avaliação Ambiental

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) define-se como um *“instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de desenvolvimento sustentável”*. (Partidário, 2007)

A metodologia desenvolvida teve por base não só as indicações presentes no Decreto-lei 232/2007 de 15 de junho, como as linhas de orientação presentes no “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2012), e no “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

Tal como é sugerido no “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, esta metodologia assenta sobre três componentes: componente técnica, componente de processo e a componente de comunicação.

No que diz respeito à **componente técnica**, esta “destina-se a assegurar a focagem técnica da AAE e determinar o seu alcance, a realizar a discussão de opções estratégicas, a avaliar as oportunidades e os riscos e a enunciar diretrizes que constituem recomendações da AAE e são objeto de verificação no seguimento da AAE.” (Partidário, 2007)

Relativamente à **componente de processo**, esta “destina-se a assegurar a articulação entre o processo de AAE e o processo de planeamento ou programação”. (Partidário, 2007)

Por último, com a **componente de comunicação**, pretende-se “assegurar que a AAE é acessível a todos os tipos de público interessado.” (Partidário, 2007)

Em coerência com a abordagem metodológica, a componente técnica da AAE integra as seguintes fases:

- ↘ Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE;
- ↘ Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental;
- ↘ Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental Final com os resultados das consultas e da Declaração Ambiental;
- ↘ Fase 4 – Seguimento;

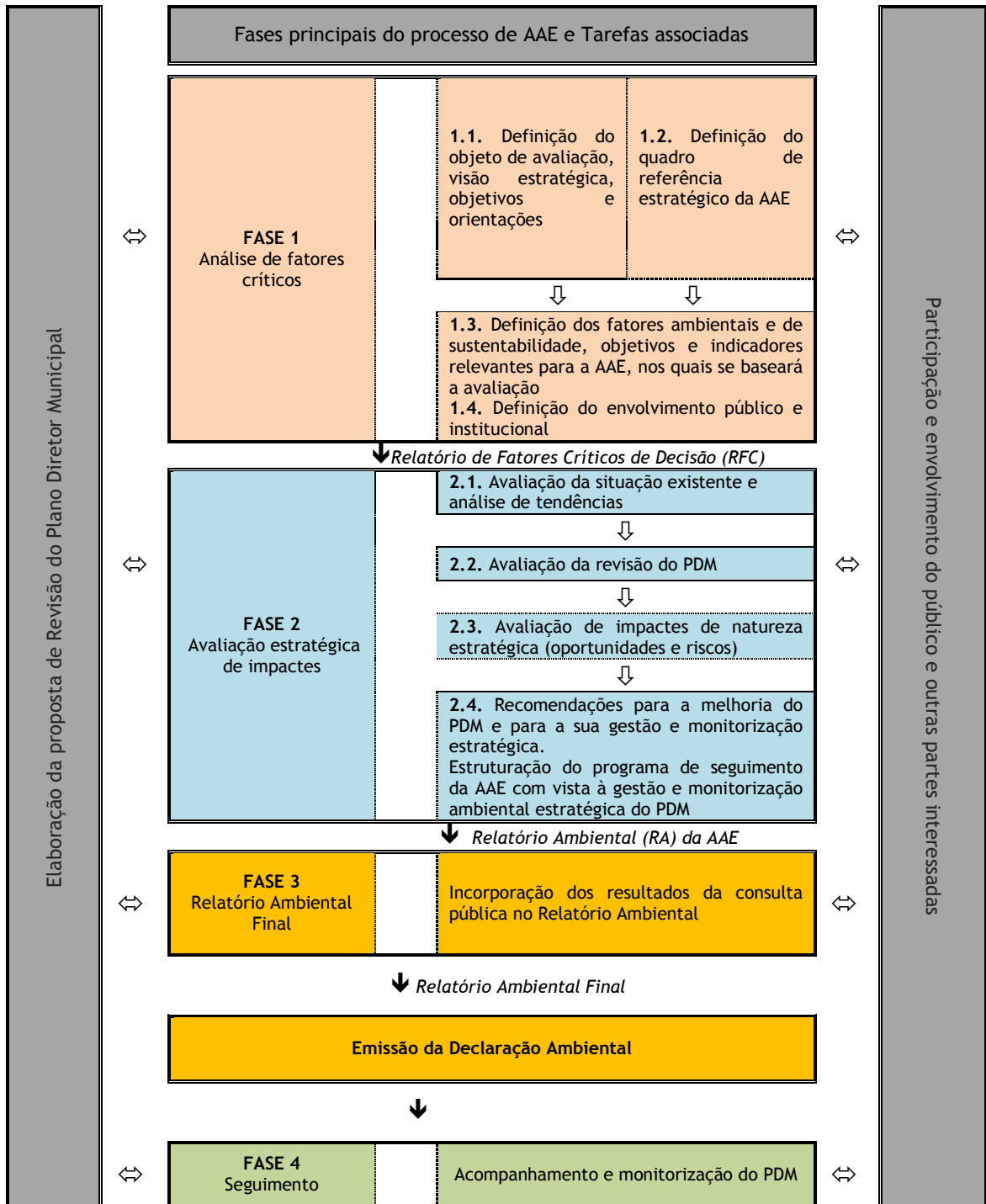


Figura 1 – Fases da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).

Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE

A primeira fase da avaliação ambiental visa:

- Definir o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenor da informação a incluir no relatório ambiental
- Solicitar pareceres às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre a informação a incluir no relatório ambiental.

A 1ª Fase foi materializada no Relatório de Fatores Críticos de Decisão (RFC) e identificou os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), assegurando desta forma a objetividade e focagem da Avaliação Ambiental Estratégica.

A identificação dos Fatores Críticos de Decisão (RFC) resulta da análise e cruzamento dos seguintes elementos:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, contexto macro-político nacional em matéria de ambiente e sustentabilidade com o qual o Plano se deve compatibilizar;
- **Questões Estratégicas (QE)**, identificadas na proposta de plano com potenciais implicações ambientais, as quais definem os objetivos e linhas de força associadas ao objeto de avaliação, expressando as intenções do Plano;
- **Fatores Ambientais (FA)**, definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, arquitetónico e arqueológico e paisagem) e outros que sejam pertinentes e relevantes, de modo a refletir o âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica.

Da análise das relações existentes entre as três componentes referidas, resultam os **Fatores Críticos para a Decisão**, que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão (Figura 2).

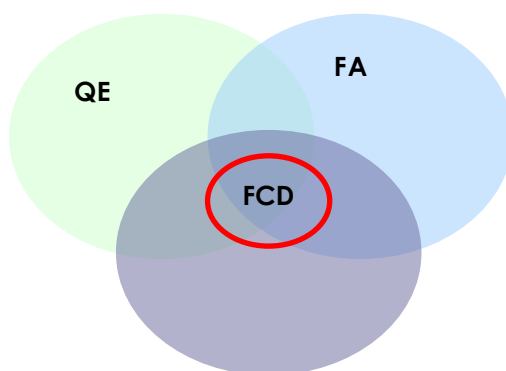


Figura 2 – Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).

Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental

A Fase 2 da AAE, em curso, consiste na elaboração do relatório ambiental que deve responder aos elementos solicitados pelo n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, designadamente:

- Uma descrição do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e a sua relação com outros planos e programas pertinentes;
- Os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e da sua provável evolução se não for aplicado o plano ou o programa;
- Os problemas ambientais existentes e relevantes para o plano e as características ambientais das zonas suscetíveis de serem afetadas;
- Os objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade, estabelecidos a nível nacional e regional, pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
- Os eventuais efeitos significativos no ambiente, incluindo questões como a população, a flora, o solo, a água, os fatores climáticos, o património cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem, bem como a inter-relação entre os fatores supracitados;
- As medidas com vista a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar efeitos significativos adversos no ambiente resultantes da aplicação do plano;
- Um resumo não técnico das informações fornecidas ao abrigo das alíneas anteriores.

O presente relatório concentra um conjunto de atividades que materializam a avaliação ambiental estratégica da proposta de PDM de Marvão, através da integração dos elementos seguintes:

- Análise da avaliação da situação atual e das tendências de evolução na ausência do plano por Fator Crítico para a Decisão;
- Avaliação das intervenções estratégicas preconizadas no plano em termos de oportunidades e riscos para a sustentabilidade territorial;
- Proposta de diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação.
- Estabelecimento de um Quadro de governança para a ação;
- Estabelecimento de orientações para a implementação de um programa de seguimento, para acompanhamento do processo.

Na análise da situação existente e das principais tendências, associada a cada um dos FCD, recorre-se a uma análise do tipo SWOT, pretendendo-se efetuar um diagnóstico geral das características ambientais, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho, identificando, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos que ocasionam um conjunto de oportunidades e ameaças.

A avaliação estratégica dos principais riscos e oportunidades é desenvolvida com o intuito de perceber de que forma a proposta de Revisão do PDM poderá ter impactes significativos no ambiente ao nível de cada um dos FCD definidos.

Para tal, cruzaram-se as questões estratégicas da Revisão do PDM com os critérios identificados para cada FCD, permitindo assim assinalar as oportunidades e riscos decorrentes da implementação do plano.

Salienta-se que risco não significa consequência negativa, mas que o prosseguir uma dada estratégia pode originar riscos que necessitam ser evitados ou acautelados. Significa que uma determinada estratégia pode ser excelente do ponto de vista de um critério, mas apresentar apenas riscos, ou riscos e oportunidades, num segundo critério de avaliação. Assim, a estratégia em causa poderá continuar a constituir a melhor opção, se a avaliação global se apresentar como uma oportunidade e os riscos corresponderem a situações resolúveis ou passíveis de gestão adequada.

Solicitar novamente pareceres às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) sobre o relatório ambiental.

Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental

Após a receção dos pareceres resultante das consultas efetuadas às ERAE relativamente ao relatório ambiental inicia-se a 3ª Fase deste processo.

Depois de analisados, os pareceres emitidos serão incorporados no Relatório Ambiental final e será elaborado o Resumo Não Técnico de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

O relatório ambiental final e o respetivo resumo não técnico acompanham a proposta de plano para discussão pública, por período não inferior a 30 dias.

A Declaração é emitida pela Câmara Municipal em momento anterior à aprovação do plano e acompanha a proposta de plano a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

A Declaração Ambiental que deverá conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais que se encontram integradas no plano;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundamentaram a aprovação do Plano Municipal de Ordenamento do Território à luz de outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A declaração Ambiental deve ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à APA. Para além disso, a Declaração Ambiental deve ser disponibilizada ao público para a consulta através da página da internet do município.

Fase 4 – Seguimento

Esta fase tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar o ciclo de planeamento durante o prazo de vigência do Plano e concretizar a sua aplicação.

Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Desta fase deverá resultar um Programa de Ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia, que inclui indicadores operacionais, medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade destinadas a prevenir, reduzir e eliminar os efeitos negativos no ambiente que venham a ser identificados na avaliação ambiental (alínea f) do art.º 6.º do Decreto-Lei 232/2007), e um quadro institucional articulado com o da governância da implementação do Plano.

Os resultados do controlo devem ser divulgados pela Câmara Municipal através de meios eletrónicos, atualizados com uma periodicidade mínima anual, e remetidos anualmente à Agência Portuguesa do Ambiente e às ERAE (artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

Relativamente à **componente de comunicação**, esta inclui desde a “consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação” (Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho), até à consulta pública do Relatório Ambiental.

3. Objeto de Avaliação

3.1. Antecedentes

O território objeto de intervenção localiza-se na NUT II – Região Alentejo e faz parte integrante da Unidade Territorial do Alto Alentejo – NUT III (sub-região estatística esta, constituída por 15 concelhos – Gavião, Nisa, Crato, Marvão, Portalegre, Marvão, Arronches, Campo Maior, Elvas, Monforte, Fronteira, Alter do chão, Ponte de Sôr, Avis e Sousel).

O atual Plano Diretor Municipal de Marvão encontra-se em vigor desde a data da sua publicação em Diário da República, ocorrida a 18 de agosto de 1994 (RCM n.º 74/94), publicada no DR, 1.ª série B, n.º 190, de 18 de agosto de 1994, alterado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 6, publicada no DR, 1.ª série B, n.º 21, de 25 de janeiro de 2001 e por adaptação ao PROTA, Aviso n.º 25823/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 238, de 10 de dezembro de 2010, e ainda novamente alterado pelo Aviso n.º 4649/2012, publicado no DR, 2ª Série, n.º 62 de 27 de março de 2012

A necessidade de revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão decorre da evolução das perspetivas de desenvolvimento económico e social e da necessidade de adequação a essa evolução, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais; da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares; e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Importa referir que na reunião de câmara tida de 06 de dezembro de 2010, na qual foi deliberada a revisão do PDM foi apresentado um conjunto de razões contundentes à necessidade de revisão¹:

1— Níveis de execução do atual plano

a) Ao longo dos anos em que tem vigorado o Plano Diretor Municipal verificou-se a incapacidade de urbanização ou de construção de muitas áreas localizadas dentro dos denominados aglomerados urbanos. Esta situação ocorre sem exceção em todos os aglomerados urbanos do Concelho de Marvão, ficando a dever-se à falta de iniciativa por parte dos particulares (detentores do terreno), ao elevado preço dos terrenos nestas zonas e até mesmo pelo facto da maioria desses espaços estarem associados a habitações, ou então por esses mesmos espaços evidenciarem fraca apetência para o desenvolvimento urbano.

b) Verificou-se, ao longo dos anos, haver necessidade de redimensionar os perímetros urbanos deslocalizando as áreas urbanizáveis, ou da necessidade de alargamento de alguns, pelo facto de esses espaços já se encontrarem infraestruturados.

c) Com a entrada em vigor do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (Dec-Lei 166/2008, de 22 de agosto retificado pela Declaração de Retificação n.º 63-B/2008) torna-se necessário redefinir algumas zonas do concelho onde se torna difícil de sustentar ações de licenciamento para a sustentabilidade económica e social do Concelho.

2— Identificação dos fatores de mudança da estrutura do território

¹ Informação de Enquadramento à decisão de Revisão do PDM de 23 de novembro de 2010

a) Importa corrigir os limites de alguns dos perímetros urbanos, suprimindo zonas desfavoráveis à construção e adequando-as às zonas de maior apetência e de menor custo, que possa rentabilizar as infraestruturas já existentes, proporcionar uma maior harmonia do conjunto urbano e suscitem uma maior qualidade de vida aos habitantes.

b) Aquando da elaboração do PDM a rede viária concelhia estava muito diferente do seu estado atual. A reorganização do sistema viário nacional com o novo traçado da EN 246-1, entre a Portagem e a fronteira com Espanha. A desclassificação da EN 359 entre o cruzamento para Marvão e o limite do Concelho com Castelo de Vide, passando por Stº Antº das Areias, Barretos e Beirã. A pavimentação de centenas de quilómetros de vias municipais. Foram construídos de raiz alguns caminhos florestais agrícolas. Quase toda a rede municipal existente na altura foi repavimentada e muitas vias sofreram correções de traçado ou alargamentos.

c) As sucessivas alterações legislativas ligadas ao ordenamento do território, que urge compatibilizar, no sentido de uma articulação entre os diferentes instrumentos de planeamento. A política estratégica e a legislação sobre ambiente e ordenamento alteraram-se profundamente nos últimos anos. Do ponto de vista legal e também de política, deve-se sublinhar as alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Lei do Ruído, Impactes Ambientais, Património, etc. A forma de fazer planeamento e conceber o ordenamento do território, que prevaleceu aquando da elaboração do PDM de Marvão, sofreu grandes alterações. Na altura, imperou de sobremaneira uma noção tendencialmente urbanística de fazer e gerir os PDM. A revisão agora a iniciar, não obstante o peso da componente “urbanística” que o Plano deve conter, deverá efetuar uma análise territorial integradora e com grande ênfase em estudos como acessibilidades, áreas de influência, saúde e segurança pública, património, socioeconómica e demográfica, análises geomorfológicas de pormenor de modo a se fazerem propostas fundamentadas sobre a nova carta da REN e outras servidões administrativas, hierarquia da rede urbana, indicadores de qualidade ambiental, etc.

d) A publicação do Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura — Resolução do Conselho de Ministros n.º 188, publicado no DR, I Série B, n.º 288, de 15 de dezembro de 2003, o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede — Resolução do Conselho de Ministros n.º 77, publicado no DR, I Série B, n.º 56, de 21 de março de 2005, o Plano sectorial da Rede Natura 2000 — Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A, publicado no DR, I Série, n.º 139, de 21 de julho de 2008, e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo — Resolução do Conselho de Ministros n.º 53, publicado no DR, I Série B, n.º 148, de 2 de agosto de 2010, com os quais se deve conformar o PDM de Marvão e de cujas normas decorre a sua revisão.

e) O Plano Regional de Ordenamento Florestal

f) O Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo e do Guadiana

3 — Definição de novos objetivos de desenvolvimento

De entre os objetivos que o novo Plano Diretor deveria considerar, destacamos:

a) Existe atualmente um enorme número de aglomerados urbanos que deverão ter os seus limites urbanos redefinidos, em função da apetência de áreas para construção e da existência de infraestruturas.

b) Algumas zonas denominadas de povoamento rural, existentes, com dezenas de anos, e que estão incluídos em áreas de proteção (RAN e REN), impossibilitando deste modo a sua expansão ou mesmo a recuperação ou ampliação de construções existentes, no âmbito desta Revisão poderão vir a ser classificadas como solo urbano, mediante a elaboração de planos de urbanização, de acordo com as orientações do Plano Regional do Ordenamento do Território do Alentejo. Para estas áreas de edificação dispersa com função residencial existentes em solo rural na envolvente de perímetros urbanos ou excecionalmente em áreas isoladas, à data da entrada em vigor do Plano Regional do Ordenamento do Território do Alentejo, que apresentem mais de 0.25 edifícios por hectare deverão ser objeto de análise específica no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal. Do mesmo modo deverão ser definidos os objetivos, critérios e parâmetros aplicáveis nas áreas de edificação dispersa.

c) Deverão ser constituídos dois novos aglomerados urbanos, nas zonas de Alvarrões e da Fronteira de Galegos, os quais com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural, deverão vir a ser delimitados no Plano Diretor Municipal, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida da população residente e o enquadramento de futuras operações de requalificação ambiental e paisagística e de edificação.

d) O atual PDM está em suporte analógico (em papel), o que o torna pouco prático sob o ponto de vista da gestão, análise, leitura e interpretação. Apresenta uma escala de trabalho inadequada (1:25000) principalmente na área do licenciamento de obras particulares. A excessiva sobreposição de tramas ou elementos gráficos dificultam a interpretação da informação. A cor (monocromática) dificulta a leitura. A distorção das manchas, consequência de múltiplas cópias e da incorreta colagem dos “grises” leva ao aparecimento de zonas duvidosas e de lacunas de representação. Na revisão agora a iniciar toda a informação deverá ser de formato digital, com gestão em ambiente SIG, o que promoverá o rigor, a eficiência e a transparência em todos os processos ligados à gestão do território.

e) Compatibilização com o Plano Regional do Ordenamento do Território do Alentejo, com o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede e com o Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura.

f) O atual PDM foi instrumento elaborado/aplicado por vários executivos autárquicos diferentes pelo que será oportuno questionar e repensar as linhas estratégicas e orientadoras, redesenhando um Plano Diretor adaptável às dinâmicas e ao contexto atual de desenvolvimento do Concelho, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção.

g) A revisão agora proposta deverá ainda ter em conta os estudos realizados nos últimos tempos, dos quais se destaca:

- Agenda 21 Local do Município de Marvão
- Estudo de Enquadramento Estratégico do Concelho de Marvão
- Carta Educativa do Concelho de Marvão
- Carta Arqueológica do Concelho de Marvão
- Carta de Ruído do Concelho de Marvão
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Assim, e decorridos dezassete anos desde a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal de Marvão, a decisão de elaboração da sua revisão teve publicitação em Diário da República, através do Aviso n.º 1271/2011 (D.R. n.º 8, Série II, de 12 de janeiro de 2011).

3.1.1. Breve caracterização de Marvão

O Concelho de Marvão situa-se região do Alentejo (NUT II), mais concretamente no Distrito de Portalegre, na sub-região do Alto Alentejo (NUT III). Confronta Norte e a Este com a província espanhola de Estremadura; a Oeste com o concelho de Marvão e a Sul com o município de Portalegre, sede do Distrito e do qual, Marvão, dista aproximadamente 20 km.

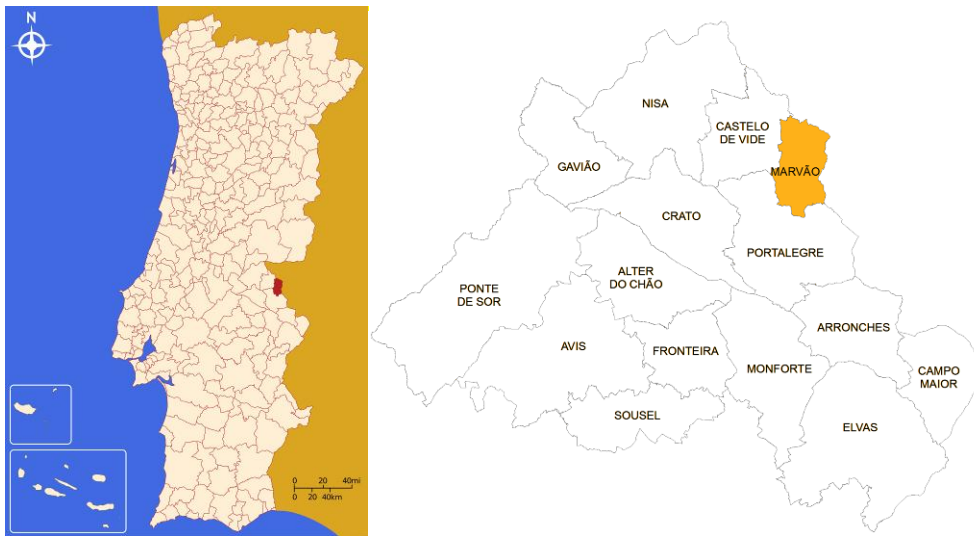


Figura 3 – Localização do concelho de Marvão.

Este município é constituído pelas freguesias de Beirã, Santa Maria de Marvão, Santo António das Areias e São Salvador da Aramenha, distribuídas por uma área de aproximadamente 154,9 km² e com uma população residente de 3.268 habitantes em 2015 (INE, 2016). A freguesia de Santa Maria de Marvão integra a vila de Marvão. A sede de concelho localiza-se no topo da Serra do Sapoio, a uma altitude de 860 metros, tornando-se um lugar com características muito próprias e peculiares em todo o Norte Alentejano.

Marvão, no contexto europeu, encontra-se fortemente marcado pela proximidade com a fronteira espanhola, situação que lhe confere alguma importância tanto do ponto de vista das relações com Espanha como com a Europa. A ligação entre os dois países é assegurada pela EN 246-1 e EN 246 (ligação Estremadura Espanhola- Vale do Tejo).

O concelho de Marvão situa-se na vertente norte da serra de Mamede, desenvolvendo-se, na sua maior extensão, entre o ponto mais alto da serra (1027 m, no vértice geodésico do mesmo nome) e o rio Sever, na confluência deste com a ribeira do Vale do Cano (aproximadamente a cota 200 m). O território concelhio apresenta uma configuração grosseiramente retangular, com cerca de 20 quilómetros na

direção norte – sul (entre os dois pontos referidos) e 10/11 quilómetros na direção este – oeste. A quase totalidade da sua área situa-se na bacia hidrográfica do rio Sever, afluente do Tejo.

O rio Sever marca estes limites numa extensão de mais de 15 quilómetros. A sul, acompanha de perto as linhas de cumeada que separam as bacias do Tejo e do Guadiana, em plena serra. A poente é limitado pela separação das bacias do Sever e da ribeira de Nisa e, a norte do paralelo que passa pela Beira, pela ribeira do Vale do Cano.

Abrange uma área de 15484 ha. Entre os seus pontos extremos a sul e norte existe uma diferença de altitudes de aproximadamente 800 metros. Este desnível não é, contudo, vencido de forma regular. Do alto da serra de Mamede o terreno desce através de pendentes acentuadas para o vale da Aramenha com cotas da ordem dos 530 – 550 metros. Daqui eleva-se de novo cerca de 300 metros, nas serras Fria, da Selada (823 m) e do Sapoio (Marvão, 865 m) e volta a descer com pendentes acentuadas até, aproximadamente, aos 550 metros.

No último período inter censitário (2001-2011), o concelho registou um decréscimo populacional de – 11,8%, o mesmo verificado na sub-região do Alto Alentejo, na região Alentejo, unidades geográficas que também registaram um decréscimo populacional.

3.2. Síntese do Diagnostico do PDM

O relatório da proposta apresenta uma reflexão efetuada aos Estudos de Caracterização e Diagnóstico, apresenta-se a síntese das principais componentes estudadas:

Quadro 1 – Síntese da Caraterização e Diagnostico do PDM.

	Síntese
Demografia	<p>No município de Marvão, dada a diferença significativa existente entre os nascimentos e os óbitos, com estes a registarem números superiores, o que se traduz numa taxa de crescimento natural negativa.</p> <p>O envelhecimento progressivo da população traduz-se numa dependência crescente da população idosa e dificulta, conseqüentemente, a renovação da população em idade ativa.</p> <p>Os níveis de instrução da população demonstram que é uma população com baixas habilitações escolares, possuindo aproximadamente 24% sem qualquer nível de instrução e 62% habilitações iguais ao ensino básico. Apesar de estar a descer, dada a universalização e democratização do ensino, a taxa de analfabetismo ainda tem o seu peso, muito em parte justificada pelo peso relativo da população idosa na estrutura populacional, visto este grupo, tradicional e maioritariamente, possuir níveis de instrução inferiores.</p> <p>No último período intercensitário (2001-2011), o município registou um decréscimo populacional de -12,8%.</p>
Economia	<p>Em 2011, cerca de 73% da população residente economicamente ativa e empregada exercia atividade profissional no setor terciário, seguindo-se o setor secundário com 19% e, finalmente o setor primário com apenas 8%. Esta realidade registava-se em todas as freguesias que integram o município.</p> <p>Embora, o setor terciário seja o mais desenvolvido, crê-se que há condições para um maior desenvolvimento sobretudo dos setores agrícola e turístico, a partir dos ativos singulares que tanto um como outro setor encerram, nomeadamente vários produtos tradicionais de qualidade, recursos naturais de excelência, entre muitos outros.</p> <p>Em 2013 no concelho de Marvão existiam 380 empresas. A estrutura empresarial do concelho de Marvão é idêntica à estrutura empresarial apresentada para a sub-região do Alto Alentejo. Os setores empresariais com maior destaque são: a agricultura, produção animal, o Comércio por grosso e a retalho e Alojamento, restauração e similares.</p> <p>Aumento do turismo no espaço rural.</p>
Património natural	<p>Marvão inscreve-se num território de características marcadamente rurais com uma assinalável diversidade paisagística, que lhe confere notoriedade do ponto de vista da presença de uma flora e fauna variadas, incluindo o Sítio São Mamede, classificado na Rede Natura 2000, onde se encontram vários habitats naturais. De referir ainda, o Parque Natural da Serra de São Mamede, que abrange a totalidade do concelho.</p> <p>Muito rico sob o ponto de vista geológico, este grande Parque Natural, encontra-se recortado pelos quartzitos da serra, que encimam as escarpas e que marcam a paisagem com bizarras esculturas, e condicionado pela exposição solar, o seu recobrimento vegetal, é marcadamente diferenciado, vultuoso a norte e com grandes manchas áridas, a sul. Nos vales, constituídos por solos mais férteis, dada à acumulação de água, descobrem-se os prados.</p> <p>Para além das inúmeras vistas panorâmicas de excelência, existem vários outros locais de interesse paisagístico, desde miradouros, galerias ripícolas, albufeiras, jardins, vários percursos pedonais, entre outros.</p> <p>A riqueza dos valores naturais em presença poderá, porém, ver-se progressivamente ameaçada devido à ocorrência de inúmeros focos (sobretudo antrópicos) de potencial degradação do ambiente e da paisagem.</p>
Património cultural	<p>Banhado na manta, de verdes distintos, da Serra de São Mamede, o concelho de Marvão não pode admitir comparações. O seu edificado notável e os seus vestígios dos tempos remotos, que se confundem e se difundem na sua paisagem, constituem, o seu inconfundível Património Cultural.</p> <p>O concelho de Marvão é detentor de património arquitetónico de valia singular, nomeadamente: 4 Monumentos Nacionais, 4 Imóveis de Interesse Público e 1 Conjunto de Interesse Público e várias dezenas de exemplares relevantes de arquitetura civil, religiosa, industrial, militar, arqueológica e achados isolados. Para além destes valores culturais, existem ainda alguns conjuntos edificados, notáveis pela sua unidade, integração na paisagem e valor histórico.</p> <p>Neste âmbito, especial enfoque deve ser dado aos valores etnográficos e gastronómicos, emblemas reconhecidos da identidade da sub-região em que Marvão se integra.</p>
Uso e ocupação do território	<p>O concelho de Marvão apresenta características marcadamente florestais, com mais de metade de área ocupada por povoamentos florestais e quase ¼ da área ocupada por espaço florestal (incluindo adicionalmente os incultos).</p> <p>A agricultura tem uma presença espacial reduzida, se quantificada desta forma, mas se consideramos os sistemas agroflorestais de montado (quantificados como</p>

	Síntese
	<p>povoamento florestal) a sua presença territorial será maior. Os territórios artificializados ocupam somente 3% do território.</p> <p>O espaço rural encontra-se fortemente marcado pela atividade agrícola e agroflorestal, ocorrendo extensas áreas florestais e de matos.</p> <p>A paisagem de Marvão caracteriza-se por três povoamentos nucleados, correspondentes aos polos dinamizadores económicos e sociais deste território concelhio do concelho - Marvão com uma malha mais urbana e concentrada, Portagem e Santo António das Areias, e por um número elevado de povoamentos lineares (contínuos e descontínuos) e dispersos.</p>
Transportes e mobilidade	<p>O uso do automóvel individual em Marvão é superior ao valor do continente.</p> <p>Ao nível do transporte público de passageiros o serviço é bastante insatisfatório, originando fortes desigualdades em termos de acesso a um serviço crucial para a qualidade de vida das populações e para sobrevivência dos territórios rurais.</p> <p>Ao nível do transporte ferroviário, registou-se um retrocesso com o encerramento do serviço no ramal de Cáceres.</p>
Parque habitacional	<p>Os dados mais recentes referentes a 2011 apontam para um total de 3006 alojamentos existentes em Marvão, o que se traduz num aumento de 11,6% em relação a 2001</p> <p>A idade média dos edifícios no município de Marvão é de aproximadamente 55 anos, em 2011. A situação do município, nesta matéria, revela algumas debilidades face ao registado nas restantes unidades territoriais em análise, com os edifícios do município a apresentarem uma idade média superior.</p> <p>Apesar da idade média dos edifícios, aproximadamente 65% dos edifícios do município não apresentam necessidades de reparação.</p> <p>Por outro lado, de entre os edifícios com necessidades de reparação predomina a necessidade de pequenas reparações, que, concentra aproximadamente 58% dos edifícios. A necessidade de pequenas reparações nos edifícios é particularmente significativa em S. Salvador da Aramenha, onde mais de 71% dos edifícios estão sinalizados com necessidades de pequenas reparações. No extremo oposto, as grandes reparações assumem um peso mais significativo em Beirã (32%).</p>
Equipamentos coletivos	<p>O concelho de Marvão conta atualmente com uma diversidade tipológica de equipamentos que oferecem à população o acesso a um conjunto de valências e funções básicas que proporcionam à população um nível bastante aceitável na oferta de equipamentos, se atendermos à escala e dimensão do concelho de Marvão, quer em termos territoriais, quer em termos populacionais.</p> <p>Marvão dispõe de duas Escolas Básicas que providenciam desde o ensino pré-escolar até ao 3.º CEB, a EB da Ammaia, Portagem e a EB Dr. Manuel Magro Machado.</p> <p>No campo da solidariedade e segurança social existem oito instituições que promovem respostas sociais no município em vários campos de intervenção.</p> <p>Em relação à oferta de equipamentos desportivos, o concelho de Marvão possui um "Bom" nível de classificação das taxas de cobertura das instalações desportivas.</p> <p>Em Marvão os equipamentos de saúde são: 1 centro de saúde e 4 extensões de saúde.</p>
Infraestruturas urbanas	<p>A integração do concelho de Marvão nos subsistemas intermunicipais de infraestruturas (AdNA e Valnor) permitiu dar um salto qualitativo assinalável na melhoria do nível de atendimento das populações com redes públicas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos, e consequentemente na qualidade do ambiente urbano.</p> <p>A cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais ainda é deficitária.</p>

FONTE: Lugar do plano, Estudos de Caracterização e Diagnóstico, agosto 2015

A análise da caracterização e diagnóstico do concelho, teve como base o Relatório de avaliação do PDM em vigor (2012), os estudos setoriais de caracterização da revisão do PDM (2015) e os dados disponibilizados pelo INE, através da qual se pretendeu identificar as problemáticas/debilidades e oportunidades/forças associadas ao desenvolvimento do concelho e à revisão do PDM ao território.

Quadro 2 – Análise SWOT do concelho de Marvão

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade geográfica com Espanha. • Quadro de acessibilidades regional / nacional e transfronteiriço relativamente favorável. • Elevada diversidade e riqueza natural (biológica) e paisagística. • Totalidade do território concelhio integrado em Áreas Protegidas (PNSSM) e na Rede Natura 2000 (SIC S. Mamede). • Existência da Albufeira da Apartadura e do Rio Sever e seus afluentes. • Forte herança cultural e histórica do património arquitetónico e arqueológico, com destaque para a Vila de Marvão, o Castelo de Marvão e a Cidade Romana da Ammaia. • Excelência geográfica, arquitetónica e urbanística da Vila de Marvão com a projeção de uma imagem marcante do concelho. • Dinâmica edificatória e urbanística assente no parque habitacional. • Boa cobertura e qualidade no acesso a infraestruturas básicas de eletricidade, abastecimento e distribuição de água, drenagem e tratamento de águas residuais • Integração de Marvão na área geográfica de produção de produtos agroalimentares de excelência (denominação DOP / IGP / DO) como a Castanha de Marvão, os Azeites do Norte Alentejano, a Carne de Porco Alentejano, os Presuntos e Paletas do Alentejo, o Queijo de Nisa, a Cereja de São Julião – Portalegre, o Borrego do Nordeste Alentejano, o Cabrito do Alentejo, os Vinhos do Alentejo, a Maçã de Portalegre, entre outros • Cobertura global satisfatória de equipamentos de utilização coletiva – educação, saúde, desporto, solidariedade e segurança social, segurança pública, culturais, administrativos • Papel das instituições e do poder associativo na promoção e dinamização social, cultural, desportiva e recreativa do concelho • Existência de oferta turística focalizada em empreendimentos turísticos de Turismo em Espaço Rural (TER) • Existência de oferta de espaços destinados à instalação de atividades económicas e do Ninho de Empresas • Relevo de alguns eventos na promoção do concelho a nível regional / nacional – Feira da Castanha, Festival Islâmico – Al-Mossassa 	<ul style="list-style-type: none"> • Dispersão do povoamento pelo território que se traduz em aglomerados de escala reduzida e isolamento de locais com fraca acessibilidade. • Processo de envelhecimento e despovoamento, com reflexo nos níveis de escolarização, na dinâmica sociocultural, e na capacidade de iniciativa, empreendedorismo e inovação. • Incapacidade de fixação de população jovem no concelho. • Concelho e envolvente socioeconómica regional, ambos marcados por uma insuficiente massa crítica. • Tecido produtivo débil e dinâmica económica muito dependente do setor do comércio e serviços. • Aumento da Taxa de desemprego. • Baixo nível de escolaridade e pouca qualificação profissional da população. • Dificuldades e visão atomista dos agentes agrícolas que conduz a um fraco desenvolvimento do setor e ao não aproveitamento de produtos de excelência do concelho e região. • Parque habitacional envelhecido e com necessidade de reparações. • Constrangimentos e imposições derivados da aplicação do POPNSSM e do POAA na gestão urbanística o que gera uma imagem inibidora juntos da população e agentes locais. • Falta de um trabalho estruturado e sistematizado com vista ao desenvolvimento integrado do setor do turismo. • Reduzida formação de pessoal no setor do turismo e hotelaria. • Fraca diversidade na oferta de empreendimentos turísticos. • Os produtos gastronómicos carecem de certificação. • Capacidade de oferta de respostas sociais dirigidas à população idosa, nomeadamente de Estruturas Residenciais, praticamente esgotada.
Potencialidades	Debilidadedes
<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento dos valores e recursos do Parque Natural da Serra de São Mamede como mais valia e elemento diferenciador. • Capitalização do reconhecimento da singularidade do Sítio de Marvão para a valorização do território concelhio. • Vizinhança transfronteiriça face às novas orientações comunitárias e nacionais o que permite potenciar por um lado o acesso ao mercado espanhol e por outro facilitar a entrada de investimento e turistas no concelho. • Qualidade de vida como fator de atratividade à fixação populacional. • Fundos Comunitários do Portugal 2020. • Valorização do património natural e humano. • Candidatura de Marvão inserido nas "Fortalezas Abaluartadas da Raia" a Património Mundial da UNESCO. • Enquadramento sub-regional capaz de ampliar a oferta e dos produtos (municípios envolventes). • Valorização das produções locais, designadamente, produtos agroalimentares de qualidade com nome protegido (DOP/IGP). • Inserção no triângulo turístico Portalegre – Castelo de Vide – 	<ul style="list-style-type: none"> • Recessão económica do País. • Acentuada dicotomia litoral / interior. • Risco de despovoamento no território concelhio e na região. • Tendência de regressão populacional e envelhecimento populacional • Falta de mecanismos de atratividade para a fixação de população. • Tendência para uma menor produção de castanha devido ao desaparecimento do castanheiro. • Frágil concertação entre entidades com competências na gestão do território. • Regime muito restritivo e constrangimentos do POPNSSM e do POAA. • Envelhecimento e degradação do património edificado. • Concorrência de outras regiões com maior tradição turística.

Forças	Fraquezas
<p>Marvão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização das potencialidades locais através de uma programação cultural e de promoção de uma marca territorial. • O turismo como principal dinamizador do desenvolvimento socioeconómico do concelho. • Potencialização de Turismo: Turismo de Natureza, Circuitos Turísticos (Cultural e Paisagístico), Gastronomia e Vinhos e do Golfe. • Desenvolvimento de segmentos turísticos alternativos para quais o concelho apresenta potencialidades (científico, bem estar, desportivo,...). • Conversão em Programas do POPNSSM e do POAA. • Aposta na requalificação e reabilitação urbana. 	

Apesar da dificuldade de contrariar alguns aspetos estruturais, é indiscutível a necessidade em apostar em alguns domínios capazes de inverter as tendências negativas, no sentido da exploração das reais potencialidades do concelho de Marvão.

3.3. Objetivos e Questões Estratégicas da Revisão do PDM de Marvão

A proposta de revisão do PDM de Marvão integra a tipologia de Planos caracterizados como Planos Municipais de Ordenamento do Território que por sua vez são uma componente celular do Sistema de Gestão Territorial Nacional.

A revisão do PDM tendo como base o Estudo de Enquadramento Estratégico de Marvão e o quadro legal vigente relativamente ao território deverá contemplar os seguintes objetivos:

a) A definição, ordenamento e programação da utilização do solo rural e urbano, dando resposta ao modelo de planeamento definido pelo Dec-Lei 380/99, de 22 de setembro, na atual redação dada pelo Dec-Lei 46/2009, de 20 de fevereiro;

b) A definição e redefinição dos limites dos aglomerados urbanos e da utilização do solo, designadamente ao nível das potencialidades turísticas não completamente aproveitadas, considerando os seus impactos sobre as vivências tradicionais e condições de vida das populações

c) A aplicação das soluções necessárias à satisfação das necessidades das populações, resultantes da sua própria participação, ou dos estudos e soluções que no processo de revisão do PDM venham a ser encontradas;

d) Que se proceda à revisão do PDM com base nos fundamentos aqui previstos e os constantes da informação da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida, de 23 de novembro de 2010, relativa à “Revisão do Plano Diretor Municipal — Informação de enquadramento à decisão de Revisão do PDM do Município de Marvão”.

A constatação de uma série de fatores exógenos ao quadro de referência local que têm vindo a alterar significativamente as perspetivas de desenvolvimento concelhio e, conseqüentemente, os objetivos e estratégias do ordenamento do território municipal, conduz a uma redefinição das opções urbanísticas

fundamentais, revendo conceitos e reformulando as estratégias urbanísticas delineadas no PDM em vigor.

Assim, os objetivos de desenvolvimento para o município, que deverão ser traduzidos no conteúdo da revisão do PDM, passam pela:

- **Redefinição da estrutura e zonamento do PDM**
 - ✓ Reavaliação dos mecanismos de regulação da ocupação do solo;
 - ✓ Revisão do modelo de ordenamento urbano, de forma a permitir um zonamento mais sensível e adequado às diferentes realidades, necessidades e vocações presentes no território;
 - ✓ Integração de novas opções de âmbito regional, articuladas com as políticas municipais, e de reforço do potencial endógeno do Concelho.

- **Completar e articular as redes de equipamentos e infraestruturas**
 - ✓ Articulação e compatibilização das cartas correspondentes às principais redes de equipamentos e infraestruturas do território;
 - ✓ Promover a reestruturação e definição de uma hierarquia da rede viária municipal de modo a contribuir para a coesão territorial e a promover a sua articulação com o nível regional e nacional.

- **Definir mecanismos de proteção ambiental e de salvaguarda do património cultural**
 - ✓ Definição de uma rede ecológica municipal.

- **Atualizar e corrigir normativas do Plano**
 - ✓ Integração das alterações ocorridas no tecido urbano;
 - ✓ Adaptação do PDM à nova legislação urbanística;
 - ✓ Introdução de ajustes e correções dos elementos desenhados do PDM;
 - ✓ Eliminação de erros, omissões e incompatibilidades detetadas ao longo dos anos de gestão do PDM em vigor;

- **Integração em Sistemas de Informação Geográfica.**

As questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Marvão resultam da análise do diagnóstico correspondente à avaliação do PDM em vigor, conjugada com o referencial dos instrumentos de política sectorial de âmbito nacional e regional, integrando o conhecimento territorial que advém dos estudos de caracterização elaborados neste âmbito.

As Questões Estratégicas são aquelas que expressam a intenção de elaboração do Plano. Assim, e atendendo aos objetivos definidos para a Revisão do Plano Diretor Municipal, é possível sistematizá-los nas seguintes Questões Estratégicas:

QE1 – Completar e Articular as Redes de Equipamentos e Infraestruturas.

Tal como a designação da opção estratégica refere pretende-se a consolidação e articulação das redes de equipamentos (educativos, culturais, de saúde e de ação social) e infraestruturas (rede viária, sistema de abastecimento de água, drenagem e tratamento de água e rede elétrica).

Esta opção permitirá promover a reestruturação e definição de uma hierarquia da rede viária municipal de modo a contribuir para a coesão territorial e a promover a sua articulação com o nível regional e nacional.

QE2 – Valorizar do Património Natural e Sociocultural e Prevenir os Riscos.

Pretende-se com esta opção valorizar e preservar os recursos naturais (fauna, flora, a paisagem e recursos hídricos). Pretende-se ainda prevenir e minimizar os riscos naturais e definir mecanismos de proteção ambiental e salvaguarda do património cultural.

Esta opção permitirá valorizar, preservar e divulgar o património arquitetónico, arqueológico e natural, com intuito de potenciar a nível económico e turístico a individualidade do concelho.

Pretende-se ainda promover condições de utilização sustentável do solo, do ar e dos recursos hídricos, tendo em consideração os efeitos decorrentes das alterações climáticas e a requalificação florestal e consolidação de políticas de ordenamento e gestão florestal.

Esta opção permitirá criar um suporte à realização de atividades turísticas, tendo em consideração as vertentes do turismo da natureza e do turismo no espaço rural e potenciar a valorização do solo rústico.

Esta opção permitirá a promoção das energias renováveis e da eficiência energética.

QE3 – Dinamização da Estrutura Económica Local e o Desenvolvimento Socioeconómico do Concelho.

Esta opção estratégica tem como referencial o aumento da atratividade para a instalação de empresas, criando condições de infraestruturas do território que permitam o desenvolvimento harmonioso de diversas atividades económicas, nomeadamente atividades agropecuárias.

Esta opção permitirá promover a educação, qualificação profissional, emprego e empreendedorismo, de forma a contribuir para o fortalecimento económico e social do município.

Esta opção permitirá atender às novas dinâmicas socioeconómicas, bem como às exigências da implementação de novas estratégias de desenvolvimento integrado e sustentado do território a nível local e regional

A promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia serão potenciados por esta opção.

QE4 – Qualificação Territorial e Urbana.

Pretende-se com esta opção controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rústico.

Esta opção permitirá redefinir a estrutura e zonamento do plano através: da reavaliação dos mecanismos de regulação da ocupação do solo, da revisão do modelo de ordenamento urbano, de forma a permitir um zonamento mais sensível e adequado às diferentes realidades, necessidades e vocações presentes no território e da integração de novas opções de âmbito regional, articuladas com as políticas municipais, e de reforço do potencial endógeno do concelho.

Esta opção permitirá promover a qualidade de vida da população.

Esta opção permitirá ainda atualizar e corrigir normativas do Plano.

As Questões Estratégicas identificadas para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão integram as dimensões **Ambiental**, **Económica** e **Social**, consideradas as dimensões base do **Desenvolvimento Sustentável**.

3.4. Proposta do Plano

O desenvolvimento do Modelo Territorial proposto levou à definição das categorias de espaço apresentadas seguidamente, resultando numa clara prevalência de solo rural sobre o solo urbano. Verifica-se que na proposta de ordenamento para o Concelho de Marvão, traduzida na distinção básica do destino dos solos, consubstancia uma área cerca a 1% em solo urbano, e relativamente superior a 99% em solo rustico.

Ao estabelecer-se o ordenamento de um determinado território surgem diversas matérias ou situações a contemplar, que são fundamentais no seu futuro desenvolvimento, mas que não se enquadram na classificação de categoria ou de subcategoria de espaço, constituindo potencialidades ou restrições ao uso, ainda que não correspondam a condicionantes legais, ou mesmo infraestruturas de naturezas diversas, e que podem coexistir com as classes de solo rústico e solo urbano.

O Solo Rústico é “aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano.

Ao passo que, o solo urbano é entendido como “aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano”. (Artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo n.º 316/2007, de 19 de setembro).

O perímetro urbano, entendido como “*uma porção contínua de território classificado como solo urbano*” pressupõe a existência de espaços onde se concentra a ocupação urbana, contrastando com áreas vizinhas onde a percentagem de solo edificado, é muito menor, correspondendo assim a uma diferenciada qualidade de utilização. Este conceito está relacionado com a necessidade de infraestruturação do espaço urbano, em sistemas suficientemente concentrados para otimizar custos.

A quantificação dos solos da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão apresenta-se seguidamente.

Quadro 3 – Quantificação do solo na Proposta de revisão do PDM do Município.

Solo Rústico		
Categoria de Espaço e subcategorias de Espaço		Áreas
Espaços Agrícolas de Produção	Espaços Agrícolas de Produção I	470,1
	Espaços Agrícolas de Produção II	222,7
Outros Espaços Agrícolas	Outros Espaços Agrícolas I	689,4
	Outros Espaços Agrícolas II	264,9
Espaços Florestais	Condicionado I	3421,7
	Condicionado II	847,2
	Múltiplo I	2936,8
	Múltiplo II	1717,5
Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos	Massas Minerais - Pedreira	*
Espaços Naturais e Paisagísticos	Afloramentos Rochosos	1601,2
	Albufeira	40,2
	Galerias Ripícolas	221,3
	Conservação e Valorização I	114,8
	Conservação e Valorização II	2626,4
	Áreas de Ocorrência de Excepcionais Valores Naturais	10,4
Espaços culturais	Cidade Romana da Ammaia	19,1
	Outros Espaços Culturais	4,6
Espaços de Ocupação Turística	Conjunto Turístico	82,9
	Estabelecimento Hoteleiro	*
	Zona de Merendas e Nicho de Romagem	*
	Apoios à Zona de Recreio e Lazer	*
	Zona de Recreio e Lazer	*
Aglomerados Rurais		19,6
Áreas de Edificação Dispersa		8,6
Solo Urbano		
Categoria de Espaço e subcategorias de Espaço		Áreas
Espaços Centrais	Centro Histórico da Vila de Marvão	8,9
	Centro Urbano de Santo António das Areias	6,2
Espaços Habitacionais		105,6
Espaços de Atividades Económicas		10,5
Espaços de Uso Especial		5,7
Espaços Verdes		11,6
Espaços Urbanos de Baixa Densidade		21,5
TOTAL		15489,4

Na proposta o solo rural ocupa 98,9% (15 319,3ha) da área concelhia e o solo urbano ocupa 1,1% (170,1ha) da área do município.

A proposta reduz em 28,7 % o solo urbano passando de 238,6ha para 170,1ha.

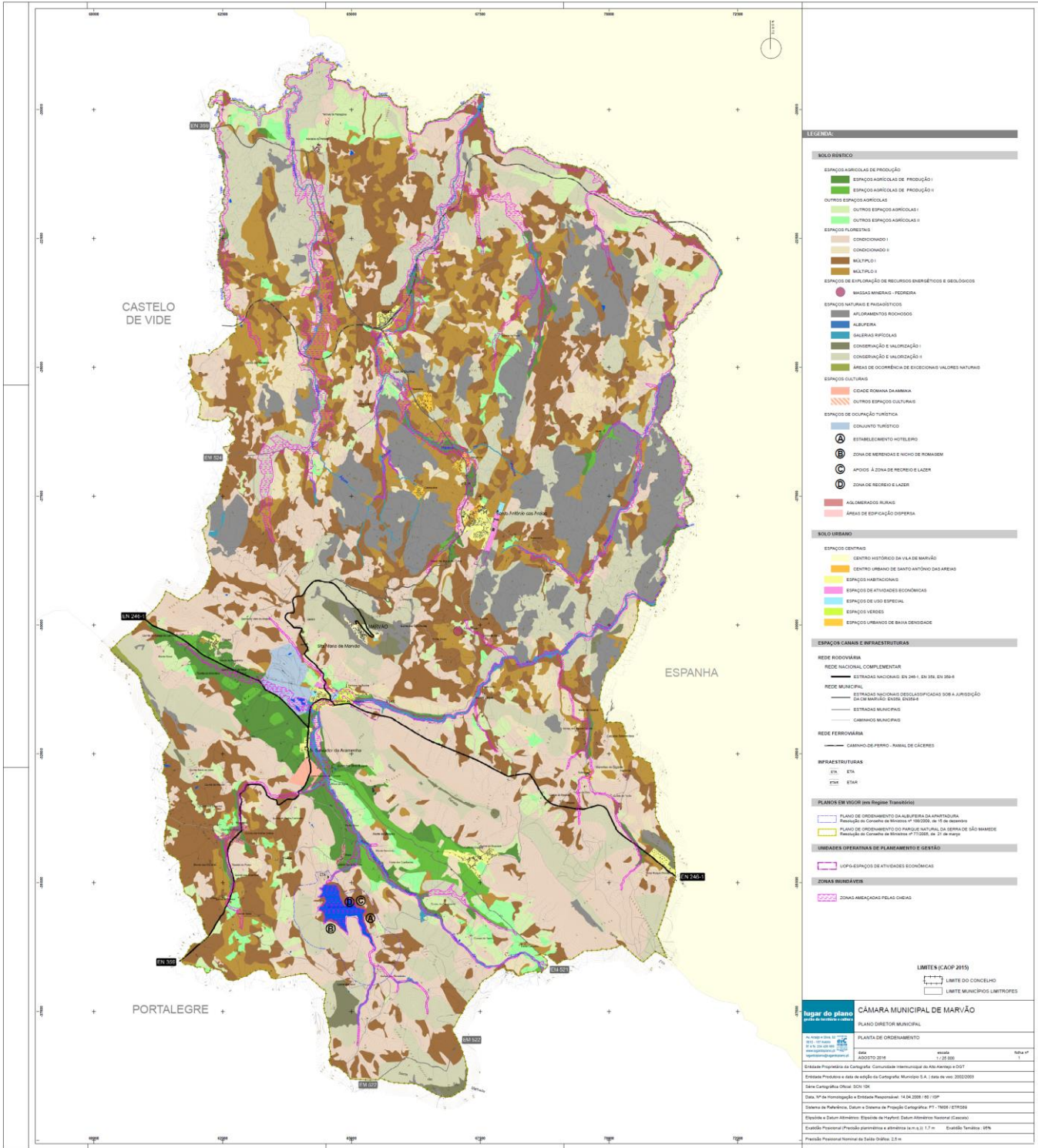


Figura 4 – Planta de Ordenamento.

Fonte: Lugar do Plano, 2016

3.5. Alternativas à Proposta do Plano

A avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM, não contempla a fase de consideração de alternativas, visto a quando do início da AAE, já se encontravam definidas as principais linhas estratégicas de desenvolvimento e as principais iniciativas territoriais, no entanto é de referir que aquando da revisão do PDM foram consideradas alternativas ao nível territorial, que foram ajustadas, posteriormente, procurando atualizar e adaptar-se a realidade dinâmica do concelho e colhendo as contribuições de inúmeras entidades com responsabilidade no território.

Salienta-se ainda, que a proposta de revisão do PDM de Marvão encontra-se suportada por um conjunto de estudos dos quais se destacam os relatórios de Caracterização, o relatório “Relatório do Plano”, no Relatório de Fundamentos da Proposta de Ordenamento da Revisão do PDM de Penacova, o relatório de “Elaboração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Marvão”, o relatório do “Quadro Estratégico Municipal-Hipoteses de Atuação” e que as justificações e argumentações apresentadas nestes estudos, apontam para que a proposta apresentada é aquela que responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território.

Assim, o processo de AAE contempla, como um dos elementos da metodologia, a realização de cenarizações, ou seja, qual o cenário que se produziria caso não se aplique o Plano Proposto, como forma de avaliação dos efeitos que se produziriam em termos de ordenamento do território caso se mantenha a situação atual.

Assim as alternativas consideradas são as seguintes:

- Cenário 0 - Corresponde ao cenário tendencial resultante da continuação com o atual PDM de Penacova – correspondendo ao ponto Situação Atual e Análise Tendencial.
- Cenário 1 – refere-se à aplicação do PDM Revisto/Proposto que atualiza as normativas em diversas matérias, os usos do solo propostos para o concelho de Penacova, etc. – correspondendo à avaliação ambiental estratégica (oportunidades e riscos).

4. Consulta Pública

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a AAE requer que, antes da aprovação do projeto de plano ou programa e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação

As entidades consultadas e que responderam no âmbito do RFC encontram-se listadas no Quadro 4, sendo feita referência à emissão de parecer/resposta.

Quadro 4 – Entidades que responderam no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE da proposta de revisão do PDM de Marvão.

Entidades
Turismo de Portugal
Autoridade Florestal Nacional.

Todos estes pareceres mereceram especial atenção e foram tidos em consideração na elaboração do relatório ambiental (os pareceres podem ser consultados no Anexo I)

Posteriormente, na Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento, realizada a 22 de julho de 2016, foi apresentado o relatório ambiental e resumo não técnico, tendo sido emanados pareceres por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), da Autoridade de Proteção Civil (ANPC) e da Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

No Anexo II, apresenta-se os pareceres rececionados, tendo sido considerados na elaboração do presente relatório.

5. Definição dos Fatores Críticos Para a Decisão

Segundo o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica” os Fatores Críticos para a Decisão “constituem os temas fundamentais para a decisão sobre ao quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável”.

Ainda segundo a referida publicação, os FCD resultam da integração do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE), das **Questões Estratégicas** (QE) e dos **Fatores Ambientais** (FA) e como já explicitado no capítulo relativo à metodologia, estes **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD) constituem-se como os temas-chave a considerar no âmbito da avaliação, conferindo-lhe a focagem e seletividade necessária para se constituir como um processo de natureza estratégica.

No âmbito da elaboração do **Relatório de Fatores Críticos** (RFC), foram definidos seis **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD), com os respetivos critérios de sustentabilidade, tendo por base a metodologia acima enunciada.

5.1. Quadro de Referência Estratégico

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as orientações da política ambiental e de sustentabilidade, definidas a nível nacional, europeu e internacional, relevantes para a avaliação. Os instrumentos de referência identificados definem o Quadro de Referência Estratégico, para o plano em análise, e permitem identificar os objetivos de sustentabilidade que devem ser considerados no desenvolvimento das opções do plano. Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para a revisão do PDM de Marvão estão listados no Quadro 5.

Quadro 5 – Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Marvão.

Instrumento de Enquadramento Estratégico Nacional	Acrónimo
Portugal 2020	P 2020
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Estratégia Nacional para a Energia 2020	ENE
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	PNAEE
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	PNUEA
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2020	PEND Rural2020
PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais	PENSAAR 2020
Plano Estratégico para os Recursos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)	PERSU 2020
Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agro Industriais	ENEAPAI
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS

Plano Rodoviário Nacional	PRN - 2000
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) - PETI3+	PETI3+
Estratégia Nacional para as Florestas	ENF
Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego	PNACE
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD
Plano de Ação para a Conservação do Lince-ibérico (<i>Lynx pardinus</i>) em Portugal	PACLIP
Instrumento de Enquadramento Estratégico Regional	Acrónimo
Plano de Gestão Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	PGBH - Rio Tejo
Plano de Gestão Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana	PGBH - Rio Guadiana
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo	PROFAA
Plano sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Plano de Ordenamento de Albufeira de Apartadura	POAA
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede	POPNSSM
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo	PROT-Alentejo
Programa operacional (PO) Regional do Alentejo	POR-Alentejo
Instrumento de Enquadramento Estratégico Local	Acrónimo
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Marvão	PMDFCI - Marvão
Agenda 21 do Concelho de Marvão	Agenda21

No âmbito do RFC foram definidos os instrumentos de referência utilizados e sintetizados os respetivos objetivos (Anexo II).

5.2. Questões Estratégicas

As Questões Estratégicas identificadas para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão integram as dimensões **Ambiental**, **Económica** e **Social**, consideradas as dimensões base do **Desenvolvimento Sustentável** e encontram-se definidas no capítulo 3.3.

5.3. Fatores Ambientais

Como refere CABRAL² os fatores ambientais:

- ↘ Definem o âmbito ambiental relevante, orientado pela definição de fatores ambientais legalmente estipulados;
- ↘ Contribuem para a identificação dos fatores críticos de decisão e devem ser ajustados caso a caso;
- ↘ São em função da focagem estratégica, da escala de avaliação, conseqüentemente, da sua relevância.

Os fatores ambientais considerados na presente análise foram orientados por uma exigência legal e enquadram-se no definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na alínea e), n.º 1, artigo 6º, no que respeita à *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores”*.

Estes fatores definem o âmbito ambiental relevante e contribuem para a definição dos Fatores Críticos de Decisão específicos para o território em questão.

São apresentadas seguidamente as definições que se consideram adequadas e ajustadas à realidade em análise neste relatório, para cada um dos Fatores Ambientais que, legalmente, devem ser tidos em conta na AAE:

Biodiversidade – do grego *bios*, vida, significa a diversidade dos seres vivos, espécies, ecossistemas e património genético. Define-se pela variedade e variabilidade dos seus componentes (definição segundo o Plano de Ação a Favor da Biodiversidade).

População – Conjunto de seres humanos, no caso particular cidadãos residentes, trabalhadores e/ou visitantes do concelho de Marvão e os seus hábitos.

Saúde humana – Todos os fatores que direta ou indiretamente se traduzem no bem-estar físico e emocional da população.

Fauna – Componente do ambiente natural relativo às espécies animais com estatuto de proteção definido que ocorrem ou possuem potencial de ocorrência no Município.

Flora – Componente do ambiente natural relativo às espécies vegetais com estatuto de proteção definido que ocorrem ou possuem potencial de ocorrência no Município.

Solo – Não obstante as diferentes definições de solo, a referência neste trabalho a solo tem implícito que este se trata de um recurso finito, limitado e não renovável que recobre as rochas, sendo

² CABRAL, A. D.; 2007. Avaliação Ambiental de Planos Diretores Municipais. Documentos de apoio à apresentação realizada na CCDRN pela Divisão de Avaliação Ambiental da Direção de Serviços de Ambiente da CCDRN em 22 de outubro de 2007.

constituído por tipos variáveis de minerais e húmus. É suporte ao desenvolvimento da vida e das atividades humanas, enquanto componente de ordenamento e, em particular, da componente agrícola.

Água – Componente do ambiente natural que se pode subdividir, segundo a Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, como: Águas de superfície: as águas interiores, com exceção das águas subterrâneas, das águas de transição e das águas costeiras, exceto no que se refere ao estado químico; este estado aplica-se também às águas territoriais; e, Águas subterrâneas: todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo na zona de saturação e em contacto direto com o solo ou com o subsolo.

Atmosfera – Camada de gases que envolve a superfície terrestre. No entanto, e para efeitos de análise, considera-se diretamente as camadas mais próximas da superfície terrestre, a troposfera (camada onde os seres vivos podem respirar normalmente) e a estratosfera (onde ocorrem os fenómenos meteorológicos).

Fatores climáticos – Compreendem os fatores abióticos do meio ambiente, nomeadamente os referentes à temperatura, à luz, humidade relativa (subsequentemente, a pluviosidade) e vento.

Bens materiais – Todos que têm uma existência física, como edificações, infraestruturas básicas, equipamentos vários de apoio ao cidadão, entre outros.

Património cultural – Inclui, segundo a definição do próprio Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, o património histórico e arqueológico.

Paisagem – É a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica (Lei n.º 11/87, de 7 de abril – Lei de Bases do Ambiente).

Neste contexto e considerando o ajuste dos fatores ambientais do referencial legislativo à proposta de revisão do PDM em análise, tendo como referencial uma focagem estratégica, a escala de avaliação e a relevância de cada um dos fatores no contexto territorial e do IGT em estudo, resultou a seleção dos fatores ambientais identificados no quadro 6.

Quadro 6 – Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para a revisão do PDM de Marvão

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Biodiversidade	✓
Fauna	✓
Flora	✓
Património Cultural	✓
Atmosfera	✓
Água	✓
Solo	✓
Fatores Climáticos	✓
Paisagem	✓

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Bens Materiais	✓
População	✓
Saúde Humana	✓

Através da análise do quadro anterior, verifica-se que todos os Fatores Ambientais foram considerados relevantes para a análise da proposta de revisão do PDM de Marvão

5.4. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão

Os FCD são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano. Deverão assegurar uma focagem estratégica e neste contexto deverão ser em número superior a três e inferior a oito (Partidário, 2007).

Assim, selecionado um conjunto de áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente, as quais constituem os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da proposta de revisão do PDM.

Assim, os FCD para a proposta de revisão do PDM de Marvão, são:

➤ **Biodiversidade e Conservação da Natureza**

Pretende-se avaliar as ações propostas em termos dos seus efeitos na preservação e utilização sustentável da biodiversidade dos ecossistemas, bem como na conservação dos valores naturais do município.

➤ **Ordenamento e Qualificação do Território**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade intraconcelhia.

➤ **Desenvolvimento económico e social**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da formação e qualificação dos recursos humanos e na promoção do emprego.

➤ **Património e Paisagem**

Visa avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores paisagísticos e patrimoniais, incluindo os valores arquitetónicos e arqueológicos

➤ **Qualidade Ambiental**

Permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.

➤ **Alterações Climáticas e Riscos Naturais**

Permite avaliar o contributo do Plano para a eficiência energética e combate as alterações climáticas e na prevenção dos riscos naturais que ocorrem no território concelhio

➤ **Governança**

Permite avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para uma cidadania ativa, fomentando a abertura à participação da população dos processos de tomada de decisão e em que medida será incentivada a utilização das tecnologias da informação e da comunicação como forma de facilitar a acessibilidade à informação e tornar os processos mais eficazes.

O quadro seguinte identifica as relações entre os FA definidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007 e os FCD identificados para a presente AAE. Da análise do Quadro infere-se que a Governança tem uma relação indireta com todos os fatores ambientais.

Quadro 7 – Relação entre os FA e os FCD definidos.

FA \ FCD	Biodiversidade	Fauna	Flora	Património Cultural	Atmosfera	Água	Solo	Fatores Climáticos	Paisagem	Bens Materiais	População	Saúde Humana
Biodiversidade e Conservação da Natureza	X	X	X			X	X					
Ordenamento e Qualificação do Território	X	X	X	X			X		X	X		X
Desenvolvimento Económico e Social				X						X	X	X
Património e Paisagem	X			X					X	X		
Qualidade Ambiental		X	X		X	X	X	X			X	X
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X
Governança	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6. Análise e Avaliação Estratégica dos Fatores Críticos para a Decisão

De acordo com o apresentado no capítulo relativo à metodologia a avaliação ambiental será desenvolvida tendo por base os fatores críticos para a decisão selecionados na fase de determinação do âmbito, os quais reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão

6.1. Biodiversidade e Conservação da Natureza

6.1.1 Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da conservação da natureza, assim como da Biodiversidade, determinando as oportunidades e riscos, que correspondem respetivamente aos impactos positivos e negativos de natureza estratégica, usando, sempre que a informação disponível o permitiu, os critérios de avaliação e indicadores apresentados no quadro seguinte.

Quadro 8 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Biodiversidade e Conservação da Natureza.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas e Diversidade de espécies	<ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas. Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas. Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas. 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas protegidas e RN2000. Superfície do Município com estatuto de Área Protegida. Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados. Planos de gestão para Áreas Classificadas.
		<ul style="list-style-type: none"> Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis. Reabilitação de habitats e espécies para níveis viáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Habitats prioritários. Diversidade de espécies. Espécies ameaçadas e protegidas.
	Conservação da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade. Evitar a fragmentação dos ecossistemas. Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Integração das orientações de gestão de espécies e habitats. Ações de controlo de espécies não indígenas com risco conhecido. Corredores Ecológicos e Estrutura Ecológica Municipal. Estrutura da rede Viária e Fragmentação do território (Km rede viária/área concelhia).

FCD	Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Gestão e Conservação da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o uso variado da Floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de Zonas de Caça Municipal e Zonas de Pesca. Número de unidades de turismo em espaço rural (TER).
		<ul style="list-style-type: none"> Promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza. Promover a diversificação florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> Reserva Ecológica Nacional / Reserva Agrícola Nacional. Zonas de Intervenção Florestal. Área do concelho integrada em categoria de espaço florestal. Área por tipologia de povoamento florestal. Área de olival plantado/renovado.

6.1.2. Situação existente e análise tendencial

ÁREAS CLASSIFICADAS E DIVERSIDADE DE ESPÉCIES

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), tal como estabelecido pelo D.L. n.º142/2008 de 24 de julho, é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) (criada pelo D.L. n.º 19/93 de 23 de janeiro), pelas áreas que integram a Rede Natura 2000 (Resolução do Concelho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho), bem como pelas restantes áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português (por exemplo, Zonas Importantes para as Aves definidas pela BirdLife – IBA, os Sítios Ramsar, entreoutras...).

O Plano sectorial da Rede Natura 2000 (RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho) é um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios de Importância Comunitária (Diretiva Comunitária Habitats n.º 92/43/CEE) e das Zonas de Proteção Especial para as Aves (Diretiva Comunitária Aves n.º 79/409/CEE) do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão (“territorial”) da biodiversidade, definida à escala nacional (1/100 000).

As Áreas Protegidas, procuram preservar os valores mais significativos do património natural, o concelho de Marvão insere-se no Parque Natural da Serra de São Mamede.

O **Parque natural da Serra de São Mamede (PNSSM)** foi criado com a publicação do Decreto-Lei n.º 121/89, de 14 de abril, com o objetivo de promover a proteção dos valores naturais e o desenvolvimento das atividades económicas de forma autossustentada. A área classificada como parque natural é constituída, essencialmente, por unidades geomorfológicas que se diferenciam da grande unidade regional penepalanice alentejana (a Serra e a plataforma de Portalegre).

O concelho de Marvão integra a área natural da Rede Nacional de Áreas Protegidas pela incorporação do concelho no Parque Natural da Serra de São Mamede. O seu papel é fundamental na definição das regras de exploração no meio natural, que possibilite a compatibilização das atividades humanas com a

dinâmica dos ecossistemas. De igual modo, o SNAC encontra-se representado no município pela presença de uma área de Rede Natura 2000, o Sítio de Importância Comunitária PTCON007 – Sítio de São Mamede, estando, assim, patente o reconhecimento da riqueza ao nível dos valores da biodiversidade existentes.

O Sítio de São Mamede, com uma área total de 116 114 hectares, abrange parte dos concelhos Arronches, Campo Maior, Marvão, Elvas, Marvão, Nisa e Portalegre, correspondendo a 100% do território concelhio em análise.

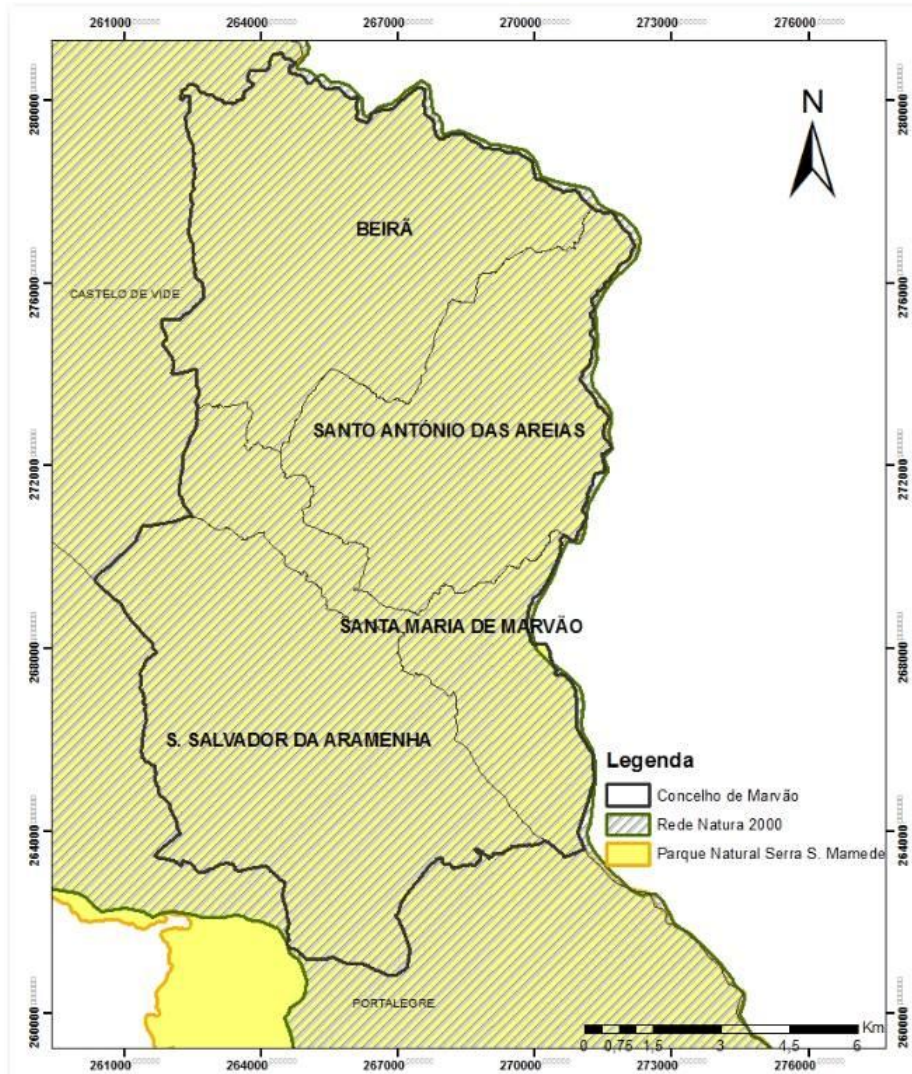






Figura 5 – Enquadramento das áreas protegidas no concelho de Marvão.

A existência de percursos de interpretação devidamente equipados e sinalizados é um aspeto importante no sentido de se evidenciar a vontade do município em mostrar o reconhecimento do valor ecológico e paisagístico das áreas por onde passam. Na atualidade, o município de Marvão possui quatro percursos pedestres implementados, e devidamente sinalizados (PR1 - Percorso Pedestre de Marvão, PR2 - Percorso Pedestre dos Galegos, PR3 - Percorso Pedestre Castelo de Vide-Marvão e PR4 - Percorso Pedestre do Contrabando de Café).

Quadro 9 – Percursos Pedestres na Natureza.

Percurso	Descrição da Biodiversidade do Percurso	
<p>PR1- Percurso Pedestre de Marvão (7,7 km)</p>	<p>NATUREZA: entre as aves destacam-se, pela sua raridade, o melro-das-rochas, o melro-azul e o chasco-preto.</p> <p>Também algumas rapinas, nomeadamente a águia-de-asa-redonda, o peneireiro-de-dorso-malhado, o mocho-galego e a coruja-do-mato.</p> <p>Nos mamíferos merecem referência o javali, a gineta e, no Rio Sever, a lontra.</p> <p>Na herpetofauna merecem referência a víbora-cornuda, a rã-ibérica e o lagarto-de-água, endemismos da Península Ibérica.</p>	
<p>PR2- Percurso Pedestre dos Galegos (12 Km)</p>	<p>NATUREZA: este percurso decorre numa região ondulada, granítica, que revela paisagens agrestes mas belas. Num solo muito pobre, um mar de granito enche o horizonte com blocos, penhascos, fendas e muros.</p> <p>Imponentes sobreiros irrompem das fragas em prodígios de beleza, equilíbrio e força. Castanheiros, carvalhos, oliveiras, pinheiros-bravos, complementam a paisagem que, nas margens do Rio Sever, revela ainda o choupo negro e o freixo. Giestas brancas e rosmaninho acompanham o estrato arbóreo.</p> <p>Salientam-se o sapo-parteiro-Ibérico, o grifo, o abutre do Egito e a lontra.</p>	
<p>PR3 - Percurso Pedestre Castelo de Vide-Marvão (9,6 km)</p>	<p>NATUREZA: bosques de carvalho-negral com uma grande diversidade florística no sub-coberto atraem inúmeras espécies de borboletas e aves.</p> <p>Destaque para o souto na encosta de Marvão, bem como a formação geológica onde está assente.</p>	

Percurso	Descrição da Biodiversidade do Percurso	
<p>PR4 - Percurso Pedestre do Contrabando de Café (5,9 km)</p>	<p>NATUREZA: no sub-coberto das florestas de sobreiro ocorrem a giesta-branca (<i>Cytisus multiflorus</i>) e o raro selo-de-Salomão (<i>Polygonatum odoratum</i>).</p> <p>Avifauna: pica-pau-malhado-grande (<i>Dendrocopos major</i>), tentilhão (<i>Fringilla coelebs</i>), grifo (<i>Gyps fulvus</i>) e corvo (<i>Corvus corax</i>).</p> <p>Destaque para o pavão-gigante (<i>Saturnia pyri</i>), a maior borboleta noturna da Europa (pode atingir uma envergadura alar de 15cm), e para as libelinhas do género <i>Calopteryx</i>.</p>	 <p>O mapa mostra o percurso PR4 em Marvão, Portugal, com pontos numerados de 1 a 7. Inclui uma escala de 0 a 500m, o nome 'ESPAÑA' e o logótipo 'NATURAPT WWW.NATURAL.PT'. A legenda indica: Percurso pedestre (linha vermelha), Estrada asfaltada (linha azul), Curso de Água (linha verde), Sentido recomendado do percurso: dos porteiros da religião (seta verde), Início / Fim: junto ao cemitério, Galegos (GPS: 39°22'12,61"N; 7°19'35,11"O) e Informação no local (ícone de ponto de informação).</p>

Fonte: Alentejo Fell Nature - Rede de Percursos em Natureza, 2015 e www.natural.pt.

Um plano de Gestão é um “documento escrito, sujeito a discussão pública e aprovação, que descreve um determinado território ou espaço, identificando os problemas e oportunidades decorrentes da gestão orientada para a preservação dos seus valores naturais, geomorfológicos e paisagísticos”. (Eurosite, 2001)

O Projeto “Nortnatur - Gestão e Conservação dos Habitats Prioritários dos Sítios de S. Mamede e Nisa/Lage da Prata (LIFE 04NAT/PT/000214)”, é um projeto de gestão para os sítios de São Mamede e Nisa/lage da Prata.

Os objetivos do Projeto são . elaboração dos Planos de Gestão dos Sítios de S. Mamede e Nisa/ Lage da Prata, gestão sustentável dos montados de sobreiro, azinho e carvalho negral, fomentando a regeneração destes sistemas e, conseqüentemente, de todos os habitats prioritários associados ou existentes nestes sistemas florestais e sensibilização dos agentes económicos e sociais da região bem como de todos os intervenientes, direta /indiretamente responsáveis pela sustentabilidade dos sistemas existentes.

O Plano de Proteção de Habitats Prioritários Contra Incêndios Florestais dos Sítios de S. Mamede e Nisa/Lage da Prata encontra-se integrado na Ação A5, desenvolvida no âmbito do Projeto Life Natureza – Nortnatur Nº LIFE04/NAT/PT/000214. O Plano foi desenvolvido com base no Decreto-Lei n.º124/2006, de 28 de junho, e resulta da compilação de informação relativa à prevenção de incêndios presente nos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Municípios integrados no presente Projeto (Nisa, Marvão e Marvão). Ressalva-se ainda a importante contribuição das entidades parceiras do Projeto (Universidade de Évora, FloraSul – Associação de Produtores da Floresta Alentejana, AMNA - Associação de Municípios do Norte Alentejano e ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), através do seu conhecimento do território, acompanhamento e disponibilização de informações adicionais.

O principal objetivo do Plano prende-se com a identificação do nível de ameaça que os incêndios florestais representam para os 22 habitats com interesse de conservação (Habitats incluídos no anexo I da Diretiva Habitats, com os códigos, 3170, 3260, 3280, 3290, 4020, 4030, 5210, 5330, 6210, 6220, 6310, 6420, 8220, 8230, 8310, 91B0, 91E0, 92A0, 9230, 9260, 9330, 9340) e com o delineamento de áreas

prioritárias de ação. Interessa ainda considerar a proteção das populações e património histórico aqui existentes, uma vez que conjuntamente com os valores naturais constituem uma mais valia no que respeita ao desenvolvimento rural da região. Neste contexto, o Plano analisa em dois níveis distintos a situação dos habitats relativamente à sua suscetibilidade a incêndios, nomeadamente em macro escala, numa avaliação dos Sítios como uma unidade e, por outro lado, uma avaliação de pormenor, onde são analisadas as áreas de intervenção contratualizadas no âmbito do Nortenatur.

O impacto dos incêndios manifesta-se maioritariamente pela destruição do coberto herbáceo e arbustivo, chegando em alguns casos à destruição do coberto arbóreo, provocando frequentemente perda de valores naturais com consequências negativas para diversas espécies da fauna e flora. A destruição do coberto, para além de poder implicar a perda de valores naturais, em alguns casos terá como consequência a incidência de fenómenos de erosão do solo

O Sítio de São Mamede é uma área com grande diversidade de habitats e especialmente importante do ponto de vista fitogeográfico pois, devido às características geomorfológicas e climáticas, que se constitui como uma barreira continental à influência oceânica, é o limite de muitas espécies e comunidades vegetais de distribuição preferencialmente atlântica (caso dos aqui residuais urzais-tojais higrófilos de *Erica ciliaris* e *Ulex minor* (4020*)) que se podem observar sobretudo nas vertentes Norte e Oeste, dotadas de apreciável precipitação. Em contraste, as vertentes a Sul e a Leste estão sujeitas a uma maior influência mediterrânica, sendo substancialmente mais xéricas.

Na parte Norte do Sítio é de realçar a presença de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (9230), em comunidades frequentemente associadas a afloramentos graníticos. Este sítio tem ainda a particularidade de conter áreas onde o carvalho-negral ocorre sob a forma de montado, formações raríssimas a nível nacional. Destaca-se grande parte do percurso do Rio Sever, onde predominam os amieais (91E0*), e cujo vale, por vezes muito encaixado, é marginado por afloramentos rochosos de xistos onde ocorrem comunidades rupícolas (8220, 8230) e matos arborecentes (carrascais e outras comunidades edafo-xerófitas) (5330). Regista-se ainda a presença de outros habitats em bom estado de conservação, nomeadamente montados de sobro e azinho, e nas zonas aplanadas, extensas manchas de piornais de *Retama sphaerocarpa* (5330).

Na zona serrana, sob domínio do maciço central, há presença significativa de floresta de produção (eucalipto e pinheiro-bravo), encontrando-se ainda manchas de carvalho-negral, sobreiro e castanheiro (predominante na base das encostas), bem como espécies rupícolas e casmófitas. É uma zona mais intensamente humanizada, com propriedades de dimensão média, onde os pomares ocupam uma área expressiva.

A sul ocorrem áreas tipicamente mediterrânicas, com excelentes montados (6310) de azinho (*Quercus rotundifolia*) e de sobro (*Quercus suber*), predominando os sistemas extensivos de sequeiro.

No Sítio de São Mamede encontram-se presentes os seguintes Habitats naturais e seminaturais (sublinhados os habitats prioritários) constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

Quadro 10 – Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de São Mamede

Código	Designação	Habitat com distribuição no concelho de Marvão
3170*	Charcos temporários mediterrânicos	
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitriche-Batrachion</i> .	
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>	x
4020*	Charnechas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica Ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	
4030	Charnechas secas europeias	x
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus spp</i>	
5330	Matos termomediterrâneos pré-desérticos	x
6210	Prados secos seminaturais e fáceis asbustivivas em substrato calcário (<i>Fetucobrometalia</i>) (* importantes habitats de orquídeas)	
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea	x
6310	Montados de <i>Quercus spp.</i> de folha perene	x
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio- Holoschoenion</i>	
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino	
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	x
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Sclerantbion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>	x
8310	Grutas não exploradas pelo turismo	x
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	x
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (Alno-Padion, Alnion incanae, salicion albae)	x
9230	Carvalhais galaico-potugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	x
9260	Florestas de <i>castanea sativa</i>	x
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	x
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	x
A Negrito: habitats prioritários		

Distribuído pelo concelho de Marvão ocorrem 2 habitats prioritários: 6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea e o 91E0- Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, Alnion incanae, salicion albae)

Com o objetivo de diminuir a pressão e ameaças que se manifestam sobre os habitats, e visando a manutenção do estado de conservação favorável, encontram-se definidas um conjunto de orientações de gestão no PSRN2000, identificadas no quadro seguinte.

Quadro 11 – Orientações de gestão do PSRN2000 para a conservação dos habitats

Orientações de Gestão afetas a habitats com distribuição reconhecida em Marvão		Habitat
Agricultura e Pastoreia		
58a	Adotar práticas de pastoreio específicas	5330, 6310;91B0
58	Manter práticas de pastoreio extensivo	3290;4030, 6220*, 6310
59	Salvaguardar de pastoreio	9230, 9330, 9340
100	Condicionar a expansão do uso agrícola	5330, 9330, 9340
52x	Condicionar uso agroquímico/ adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat	3290
116	Condicionar mobilização do solo	5330, 6220*
Silvicultura		
51b	Adotar práticas silvícolas específicas	5330, 6310, 91B0,91E0*, 9230, 9260, 9330, 9340
48	Promover a regeneração natural	6310, 91B0,91E0*, 92A0, 9230, 9330, 9340
65	Condicionar florestação	5330, 8220, 9330, 9340

Orientações de Gestão afetas a habitats com distribuição reconhecida em Marvão		Habitat
66	Tomar medidas que impeçam a florestação	91B0
44	Promover áreas de matagal mediterrâneo	9330, 9340
63	Reduzir risco de incêndio	5330, 91E0*, 9230, 9330, 9340
Construção e Infraestruturas		
134	Condicionar a construção de infraestruturas	5330, 6220*, 8220, 9330, 9340
76	Condicionar a expansão urbano-turística	5330, 8220, 8310, 9330, 9340
27	Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis	3290;91E0*
26	Condicionar construção de barragens em zonas sensíveis	3290;91E0*
Outros usos e Atividades		
30	Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água	91E0*, 9230
35	Monitorizar, manter/ melhorar qualidade da água	3290, 8310
74	Regular dragagens e extrações de inertes	8220, 8310
50	Incrementar sustentabilidade económica de atividade com interesse para a conservação	6220*, 6310, 9230, 9260, 9330, 9340
83	Ordenar acessibilidades	9330, 9340
78	Ordenar prática de desporto da natureza	8310
Orientações específicas		
84	Condicionar acesso	8310
15	Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica.	91B0
47	Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar existentes	4030, 6220*, 91B0, 9330, 9340
70	Efetuar desmatações seletivas	5330, 6220*
64	Efetuar gestão por fogo controlado	4030, 6220*
46	Manter/recuperar habitats contíguos	91E0*

FONTE: RCM n.º 115-A/2008 de 21/07 e Planta de Valores Naturais (Lugar do Plano, 2015)

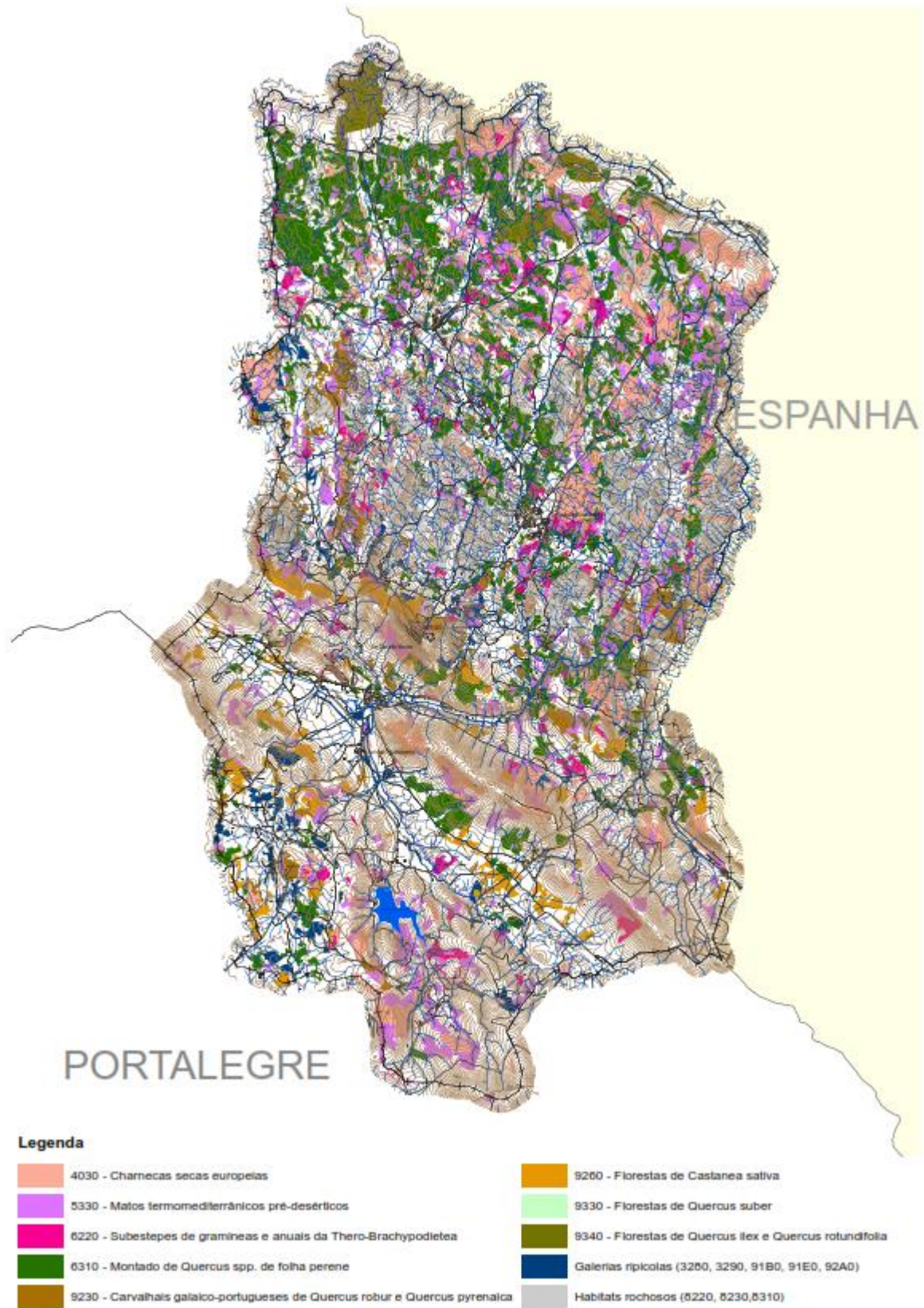


Figura 6 – Planta de Habitats de Marvão

Este Sítio inclui a gruta mais importante do país, e uma das mais importantes da Europa, abrigando colónias de criação de morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*), o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) e morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*). Aqui hibernam também, além dos mencionados anteriormente o morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*) e o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*).

De salientar a presença de um isolado populacional de lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*). O rio Caia é um dos locais mais importantes para a conservação do saramugo (*Anaocypris hispanica*). Neste sítio ocorrem igualmente a cumba (*Barbus comiza*) e a boga (*Chondrostoma polylepis*), entidade a partir da qual foi descrita uma nova espécie – boga-do-guadiana – (*C. willkomm*) – sendo este um dos poucos Sítios onde estão representadas as duas espécies (*Chondrostoma polylepis*, a Norte e *C. willkomm*, a Sul).

Este sítio apresenta efetivamente uma grande diversidade faunística, merecendo ainda referência o rato de Cabrera (*Microtus cabreræ*), a lontra (*Lutra lutra*) e invertebrados raros, como o mexilhão-de-rio (*Unio crassus*) e o lepidóptero (*Euphydryas aurinia*).

São Mamede é uma área de ocorrência histórica de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e que mantém características adequadas para sua presença ou suscetíveis de serem otimizadas, de forma a promover a recuperação da espécie ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo.

Os principais valores naturais que originaram a classificação do sítio resumem-se no quadro seguinte:

Quadro 12 – Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de São Mamede

Espécies da Flora constantes do anexo B-I do Decreto-lei n.º 49/2005 de 24/02		
CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1390	<i>Marsupella profunda</i>	II
1434	<i>Salix salvifolia ssp. australis</i>	II, IV
A Negrito: espécies prioritárias		

FONTE: RCM n.º 115-A/2008 de 21/07

Quadro 13 – Espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de São Mamede

Espécies da Fauna constantes do anexo B-I do Decreto-lei n.º 49/2005 de 24/02		
CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1088	<i>Cerambyx cerdo</i>	II, IV
1044	<i>Coenagrion mercuriale</i>	II
1065	<i>Euphydryas aurinia</i>	II
1032	<i>Unio crassus</i>	II, IV
1133	<i>Anaocypris hispanica</i>	II, IV
1142	<i>Barbus comiza</i>	II
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	II
1123	<i>Rutilus alburnoides</i>	II
1125	<i>Rutilus lemmingii</i>	II
1220	<i>Emys orbicularis</i>	II, IV

Espécies da Fauna constantes do anexo B-I do Decreto-lei n.º 49/2005 de 24/02		
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	II, IV
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	II, IV
1355	<i>Lutra lutra</i>	II, IV
1362	<i>Lynx pardinus</i>	II, IV
1338	<i>Microtus cabreræ</i>	II, IV
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	II, IV
1310	<i>Minipterus schreibersi</i>	II, IV
1323	<i>Myotis bechsteini</i>	II, IV
1307	<i>Myotis blythii</i>	II, IV
1321	<i>Myotis emarginatus</i>	II, IV
1324	<i>Myotis myotis</i>	II, IV
1305	<i>Rhinolophus euryale</i>	II, IV
1304	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	II, IV
1303	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	II, IV
1302	<i>Rhinolophus mehelyi</i>	II, IV

A Negrito: espécies prioritárias

Quadro 14 – Outras Espécies constantes do anexo B-IV e B-V do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no site de São Mamede

Outras Espécies constantes do anexo B-I do Decreto-lei n.º 49/2005 de 24/02		
	ESPÉCIE	ANEXOS
Flora	<i>Narcissus bulbocodium</i>	V
	<i>Narcissus triandrus</i>	IV
	<i>Ruscus aculeatus</i>	V
	<i>Sphagnum auriculatum</i>	V
Fauna	<i>Alytes obstetricans</i>	IV
	<i>Bufo calamita</i>	IV
	<i>Discoglossus galganoi</i>	IV
	<i>Hyla arborea</i>	IV
	<i>Hyla meridionalis</i>	IV
	<i>Pelobates cultripedis</i>	IV
	<i>Rana ibérica</i>	IV
	<i>Rana perezi</i>	V
	<i>Triturus marmoratus</i>	IV
	<i>Chalcides bedriagai</i>	IV
	<i>Coluber hippocrepis</i>	IV
	<i>Felis silvestris</i>	IV
	<i>Genetta genetta</i>	V
	<i>Herpestes ichneumon</i>	V
<i>Mustela putorius</i>	V	

Outras Espécies constantes do anexo B-I do Decreto-lei n.º 49/2005 de 24/02		
	<i>Eptesicus serotinus</i>	IV
	<i>Myotis daubentonii</i>	IV
	<i>Myotis nattereri</i>	IV
	<i>Pipistrellus pipistrellus</i>	IV
	<i>Plecotus austriacus</i>	IV

O Sítio de São Mamede está exposto a diversas pressões – turística, urbana, cinegética e furtivismo. Outras ameaças as quais o Sítio está exposto, passam pela florestação intensiva da floresta ou matos autóctones por monoculturas, o que reduz a biodiversidade e aumenta o risco de incêndio, pelas desmatações não seletivas nas atividades silvícolas; cortes, podas e arranque do carvalho-negral.

A intensificação agrícola que levam à alteração do uso do solo, as práticas agrícolas, como lavouras profundas, arreas, descortiçamentos inadequados, que conduzem à degradação do montado e o sobrepastoreio em áreas mais sensíveis, também são ameaças a ter em conta, bem como, a artificialização das linhas de água, com destruição da vegetação ribeirinha, expansão de espécies exóticas nas orlas dos cursos de água e bermas de estradas e caminhos.

Segundo o PSRN 2000 pretende-se neste Sítio favorecer a existência de um mosaico equilibrado entre os habitats naturais e seminaturais, e os espaços agrossilvo-pastoris, mantendo e promovendo as atividades agropastoris tradicionais. Deste modo, torna-se necessário: proteger os carvalhais de carvalho-negral; reconverter algumas manchas florestais de modo a restabelecer povoamentos de folhosas autóctones ou promover os povoamentos mistos; incentivar a manutenção dos montados de uso múltiplo; gerir a floresta de forma a reduzir o risco de incêndio.

Pretende-se, de igual modo, promover um sistema de pastoreio compatível com a conservação dos habitats (favorecendo a regeneração natural) e incrementar uma utilização mais racional de adubos e fitofármacos.

Neste sentido, a conservação das linhas de água constitui um eixo de atuação importante, sendo por isso necessário conservar e recuperar os bosques ripícolas, (impedindo a sua artificialização e poluição) e condicionar a captação de água.

Importa, igualmente, ordenar a atividade cinegética e a expansão urbano-turística, tendo em conta a preservação de áreas mais sensíveis.

Além das espécies de flora acima referidas, decorrentes do PSRN2000, ocorrem no município, dentro e fora da área do SIC, duas espécies de flora protegidas ao abrigo de legislação específica: sobreiro (*Quercus suber*) e à azinheira (*Quercus rotundifolia*).

A proteção do Sobreiro e Azinheira encontra-se regulamentada pelo Decreto-lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, justificada pela sua importância ambiental e económica, já reconhecida na Lei de Bases da Política Florestal.

Os montados de sobreiro e azinheira são uns dos biótopos mais importantes em Portugal continental, particularmente no que diz respeito a conservação da natureza. Estas espécies constituem ainda um recurso renovável de extrema importância económica a nível nacional. O regime jurídico de proteção ao sobreiro e à azinheira rege-se pelo Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.

Para além da componente económica, os montados apresentam-se como importantes bancos de biodiversidade e habitat para inúmeras espécies, muitas delas endémicas. São pontos de passagem de aves migratórias, e principalmente, de espécies com interesse cinegético, pelo que uma gestão sustentável dos recursos é preponderante para garantir a renovação das populações.

Outro aspeto muito importante, que advém duma gestão sustentável, é a proteção e conservação dos solos. O coberto vegetal, conjugado com práticas agrícolas adequadas permitem fixar e enriquecer os solos, protegendo-os da erosão, face aos agentes erosivos, sobretudo em áreas de declive mais acentuado, e consequentemente do avanço da desertificação. A sua conservação é essencial para manter a vitalidade das árvores, enquanto fonte de nutrientes e água. O papel do solo é igualmente de regulador, nomeadamente no ciclo da água, permitindo a sua infiltração e abastecimento dos níveis freáticos.

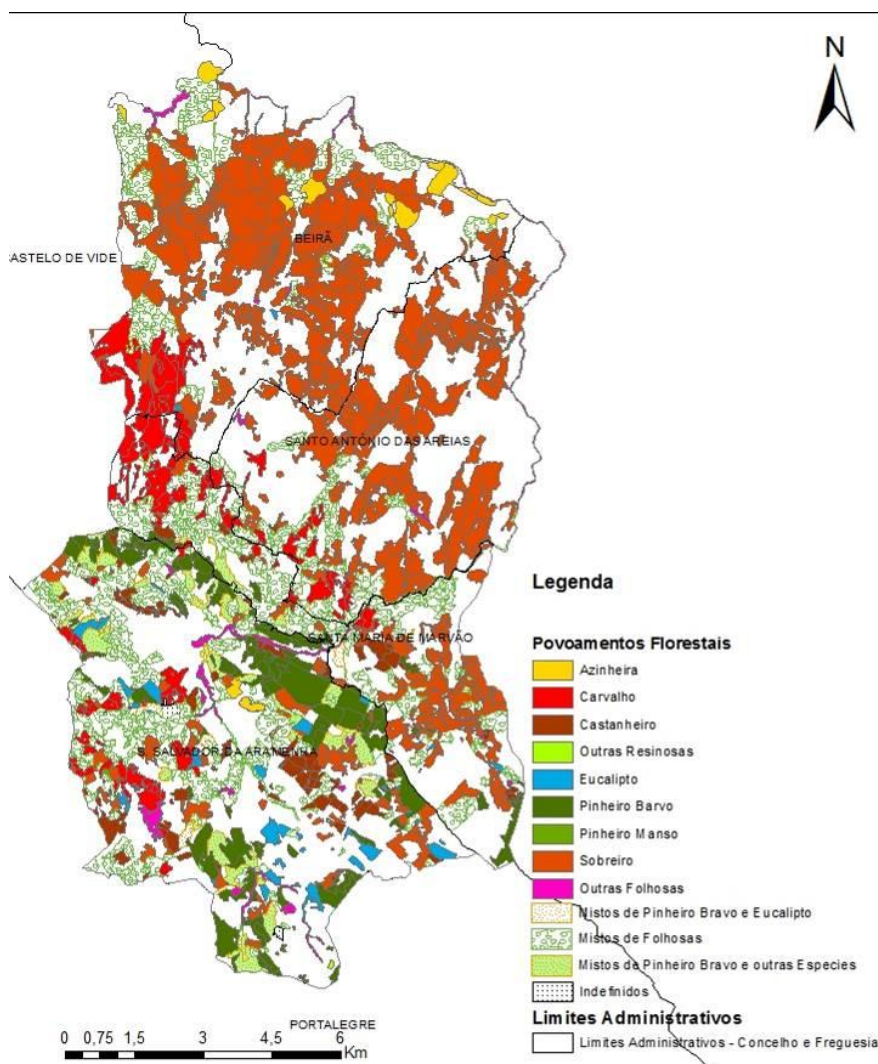


Figura 7 – Povoamento de sobreiros, carvalhos, azinheiras e outras espécies florestais.

Com o objetivo de manter e/ou promover a conservação dos valores naturais de interesse comunitário, protegidos pelas diretivas aves e habitats são de promover, nas áreas integradas na Rede “Natura 2000”, as orientações de gestão estipuladas para cada espécie identificada, as quais devem ser acauteladas ao nível do Plano Diretor Municipal de Marvão.

Quadro 15 – Orientações de gestão do PSRN2000 para a conservação das espécies

Orientações de Gestão afetas a espécies e grupos de espécies		Espécie alvo de Orientações de Gestão
Agricultura e Pastoreia		
49	Assegurar mosaico de habitats	<i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Lynx pardinus</i> ; <i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i>
128	Conservar/Promover sebes, bosques e arbustos	<i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i>
58 a	Adotar práticas de pastoreio específicas	<i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Euphydryas aurinia</i>
58	Manter práticas de pastoreio extensivo	<i>Lynx pardinus</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i>
115	Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos	<i>Microtus cabreræ</i>
124	Condicionar a intensificação agrícola	<i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i>
52	Condicionar uso agroquímicos/adotar técnicas alternativas	<i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>Coenagrion mercuriale</i> ; <i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Lacerta schreiberei</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i>
52x	Condicionar uso agroquímicos/adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lacerta schreiberei</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>Unio crassus</i>
146	Condicionar queimadas	<i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Microtus cabreræ</i>
51a	Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas	<i>Euphydryas aurinia</i>
Silvicultura		
40	Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones	<i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Lynx pardinus</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i>
43	Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo	<i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Lynx pardinus</i> ; <i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i> ; <i>Salix salvifolia ssp australis</i>
45	Manter/melhorar ou promover manchas de montado aberto	<i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i>
65	Condicionar a florestação	<i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Lynx pardinus</i>
127	Manter árvores mortas ou árvores velhas com cavidades	<i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis emarginatus</i>
44	Promover áreas de matagal mediterrâneo	<i>Lynx pardinus</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i>
63	Reduzir risco de incêndio	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Coenagrion mercuriale</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Lacerta schreiberei</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehelyi</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>Unio crassus</i>
Construção e Infraestruturas		
140	Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes	<i>Euphydryas aurinia</i> ; <i>Lacerta schreiberei</i> ; <i>Microtus cabreræ</i>

Orientações de Gestão afetas a espécies e grupos de espécies		Espécie alvo de Orientações de Gestão
134	Condicionar a construção de infraestruturas	<i>Lacerta schreiberi</i> ; <i>Lynx pardinus</i>
76	Condicionar a expansão urbana - turística	<i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Lynx pardinus</i>
27	Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>Unio crassus</i>
26	Condicionar construção de barragens em zonas sensíveis	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>Unio crassus</i> ; <i>Lacerta schreiberi</i> ; <i>Lynx pardinus</i>
34	Assegurar o caudal ecológico	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>Unio crassus</i>
29	Melhorar transposição de barragens/açudes	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i>
31	Condicionar transvases	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i>
	Reduzir mortalidade acidental	
Outros usos e Atividades		
41	Conservar/ recuperar vegetação ribeirinha autóctone	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Lynx pardinus</i> ; <i>Lacerta schreiberi</i> ; <i>Microtus cabreræ</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehely</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>salix salvifolia ssp australis</i> ; <i>Coenagrion mercuriale</i>
30	Condicionar intervenções nas margens e leito de linha de água	<i>Coenagrion mercuriale</i> ; <i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Cerambyx cerdo</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Lacerta schreiberi</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>Unio crassus</i>
32	Condicionar drenagem	<i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
35	Monitorizar, manter/ melhorar qualidade da água	<i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Coenagrion mercuriale</i> ; <i>Lacerta schreiberi</i> ; <i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>Unio crassus</i> ; <i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehely</i> ;
33	Condicionar a captação de água	<i>Coenagrion mercuriale</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Unio crassus</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i>
28	Regular uso de açudes e charcas	<i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
74	Regular drenagens e extração de inertes	<i>Coenagrion mercuriale</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Unio crassus</i>
144	Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados e outros aterros	<i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i>
50	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação	<i>Lynx pardinus</i>
72	Implementar gestão cinegética compatível com conservação da espécie	<i>Lynx pardinus</i>
83	Ordenar acessibilidades	<i>Lynx pardinus</i>
77	Ordenar atividades de recreio e lazer	<i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
78	Ordenar Prática de desporto da natureza	<i>Anaocypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Rutilus lemmingii</i> ; <i>chondrostoma polylepis</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Myotis bechsteini</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehely</i>
4	Reduzir mortalidade acidental	<i>Lutra lutra</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehely</i>
Orientações específicas		

Orientações de Gestão afetas a espécies e grupos de espécies		Espécie alvo de Orientações de Gestão
84	Condicionar acesso	<i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehely</i>
21	Consolidar galerias de minas importantes	<i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehely</i>
138	Criar caixas de abrigo	<i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis emarginatus</i>
20	Desobstruir a entrada de abrigos	<i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehely</i>
125	Impedir encerramento de grutas, minas algares com dispositivos inadequados	<i>Miniopterus schreibersi</i> ; <i>Myotis blythii</i> ; <i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Myotis myotis</i> ; <i>Rhinolophus euryale</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i> ; <i>Rhinolophus mehely</i>
18	Manter edificações que possam albergar colónias/populações	<i>Myotis emarginatus</i> ; <i>Rhinolophus ferrumequinum</i> ; <i>Rhinolophus hipposideros</i>
11	Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes	<i>Euphydryas airinia</i> ;
129	Promover a manutenção de prados húmidos	<i>Euphydryas airinia</i> ;
24	Recuperar zonas húmidas	<i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
8	Estabelecer programas de repovoamento/fomento/reintrodução de presas	<i>Lynx pardinus</i>
7	Estabelecer programa de repovoamento /reintrodução	<i>Anaelypris hispânica</i> ; <i>Lynx pardinus</i> ; <i>Unio crassus</i>
16	Controlar efetivos de animais assilvestrados	<i>Lynx pardinus</i>
47	Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar existentes	<i>Anaelypris hispânica</i> ; <i>Barbus comiza</i> ; <i>Rutilus lemmingi</i> ; <i>chondrostoma polylep</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Euphydryas airinia</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Unio crassus</i> ; <i>Lacerta schreiberi</i>
70	Efetuar desmatações seletivas	<i>Lynx pardinus</i>
46	Manter/recuperar habitats contíguos	<i>Lynx pardinus</i> ; <i>Euphydryas airinia</i> ; <i>Microtus cabreræ</i>

FONTE: RCM n.º 115-A/2008 de 21/07

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Conforme referido na ficha de caracterização do SIC de São Mamede, este está exposto a diversas pressões - turística, urbana, cinegética e furtivismo.

Outras ameaças a qual o Sítio está exposto passam pela florestação intensiva da floresta ou matos autóctones por monoculturas, o que reduz a biodiversidade e aumenta o risco de incêndio, pelas desmatações não seletivas nas atividades silvícolas; cortes, podas e arranque do carvalho-negral.

A intensificação agrícola que levam à alteração do uso do solo, as práticas agrícolas, como lavouras profundas, arreas, descortiçamentos inadequados, que conduzem à degradação do montado e o sobrepastoreio em áreas mais sensíveis, também são ameaças a ter em conta, bem como, a artificialização das linhas de água, com destruição da vegetação ribeirinha, expansão de espécies exóticas nas orlas dos cursos de água e bermas de estradas e caminhos.

Como orientações de Gestão pretende-se neste Sítio “favorecer a existência de um mosaico equilibrado entre os habitats naturais e seminaturais, e os espaços agrossilvo-pastoris, mantendo e promovendo as atividades agropastoris tradicionais. Neste sentido, torna-se necessário: proteger os carvalhais de carvalho-negral; reconverter algumas manchas florestais de modo a restabelecer povoamentos de folhosas autóctones ou promover os povoamentos mistos; incentivar a manutenção dos montados de uso múltiplo; gerir a floresta de forma a reduzir o risco de incêndio.

Pretende-se também promover um sistema de pastoreio compatível com a conservação dos habitats (favorecendo a regeneração natural) e incrementar uma utilização mais racional de adubos e fitofármacos,

A conservação das linhas de água afigura-se também como um eixo de atuação importante, sendo necessário conservar e recuperar os bosques ripícolas, (impedindo a sua artificialização e poluição) e ainda condicionar a captação de água.

No que diz respeito aos morcegos torna-se fundamental assegurar a proteção do abrigo existente, através de medidas de gestão ativa e de condicionamento ao acesso da gruta.

Importa igualmente ordenar a atividade cinegética e a expansão urbano-turística, tendo em conta a preservação de áreas mais sensíveis.

As orientações de gestão para o SIC de São Mamede, tem como objetivo a manutenção de espécies e habitats num estado de conservação que seja favorável às diversas dinâmicas naturais neles verificadas. A aplicação prática do PSRN2000 implica que as entidades públicas locais, ou seja as autarquias, insiram as medidas nele enunciadas, no Plano Municipal de Ordenamento do Território (doravante designado apenas por PMOT), através de ajustes nesse mesmo PMOT, nomeadamente no Plano Diretor Municipal (doravante designado apenas por PDM), o documento de gestão do território por excelência que visa regular a ocupação dos solos do concelho a que está associado, no caso presente, Marvão.

O Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 121/89, de 14 de abril, com o objetivo de promover a proteção dos valores naturais e o desenvolvimento das atividades económicas de forma sustentável.

A área classificada como parque natural é constituída, no essencial, pelas unidades geomorfológicas que se diferenciam da grande unidade regional peneplanície alentejana (a serra e a plataforma de Portalegre).

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (POPNSSM) que se encontra em vigor através da Resolução de Conselho de Ministros n.º777/2005 de 21 de março de 2005 abrange os municípios de Arronches, Castelo de Vide, Portalegre e a totalidade do município de Marvão.

A área abrangida pelo POPNSSM integra áreas prioritárias para a conservação da natureza, sujeitas a diferentes níveis de proteção e de uso. No caso específico de Marvão verifica-se que são maioritariamente Áreas de proteção complementar do tipo I e II. Também se observa algumas manchas de Áreas de proteção parcial do tipo I e II, embora com menor expressão e Áreas de proteção total apenas residuais.

No POPNSSM e para o território identificam-se diversas áreas de intervenção específica para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente da fauna e da flora, identificadas nas Escarpas de Marvão, Serra Selada, Serra de S. Mamede e a nascente de Escusa. São identificadas ainda áreas de intervenção específica para a valorização cultural e patrimonial que têm como objetivo a realização de ações conducentes à recuperação e integração dos valores culturais, de educação ambiental e promoção do desenvolvimento local, nomeadamente na albufeira da Apartadura, Caleiras de Escusa, Marvão (Junto à vila), S. Salvador da Aramenha / Ruínas da Ammaia / Olhos de Água / Portagem, antiga fronteira a norte de Galegos.

A totalidade da área concelhia de Marvão é Rede Natura 2000 e POPNSSM assim a integração no PDM quer das orientações de gestão para espécies e habitats da Rede Natura, quer as áreas de proteção do POPNSSM estabelecerão um regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais locais, fixando os usos e regimes compatíveis com a utilização sustentável do território.

*“O conceito **estrutura ecológica** prende-se com a proteção e integração dos elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos do território convergindo para a ideia de sustentabilidade. Deverá orientar as intervenções antrópicas no sentido de reconhecer, conservar e promover elementos naturais e culturais que, por terem características únicas, deverão ser sujeitos a um ordenamento e planeamento ambientalmente sustentável, contribuindo desta forma para a qualidade de vida dos municípios”* (Machado, et al., 2004).

A função principal da estrutura ecológica é contribuir para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos e promover o equilíbrio ecológico do território.

A Estrutura Ecológica pretende estabelecer o *“Continnuum Naturale”* ou seja um sistema natural, contínuo, que permita o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas promovendo assim a biodiversidade.

Para além de englobar áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, esta estrutura é constituída ainda por elementos resultantes da humanização do território que representam a cultura e identidade locais. Esta sobreposição permite usufruir da qualidade ambiental que os sistemas que compõem a Estrutura Ecológica representam. Em meio preferencialmente urbano, a sobreposição com a estrutura ecológica cria a oportunidade de desenvolver percursos em áreas não edificadas e consequentemente contribuir, não só para a sua qualidade ambiental, como também para a

requalificação do espaço público. Significa ainda uma melhoria substancial para os percursos, uma vez que a existência de uma rede contínua potencia a existência de redes de percursos pedonais e cicláveis.

Na delimitação desta tem de ser ter em conta Planos de Hierarquia Superior como o caso da Plano Regional de Ordenamento do Território Alentejano (PROT-A), plano Regional de Ordenamento florestal do Alto Alentejo (PROF-A), Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo, Plano de Ordenamento da Albufeira de Póvoa e Meadas e Plano de ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM).

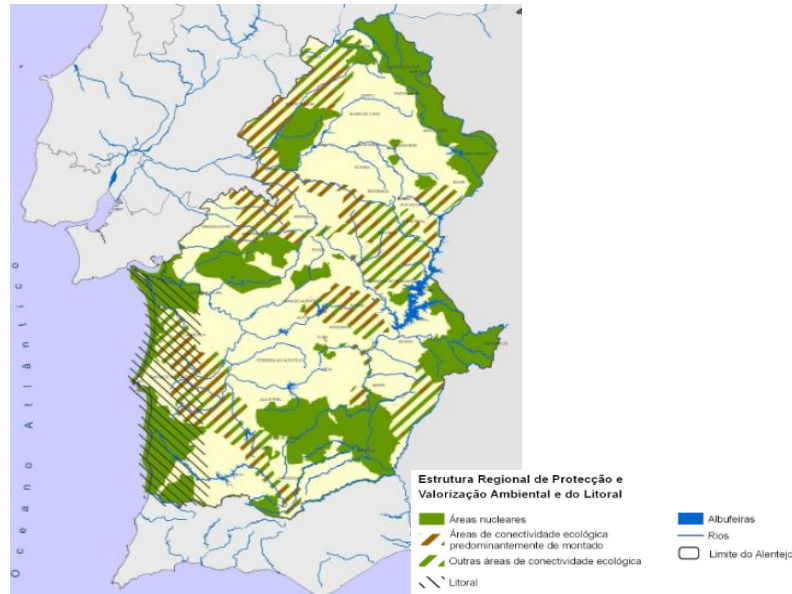


Figura 8 – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral.

Fonte: PROTA, 2009

O objetivo da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) é o de garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclos da água, do carbono, do azoto), assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens. A ERPVA deve contribuir para o estabelecimento de conexões funcionais e estruturais entre as áreas consideradas nucleares do ponto de vista da conservação dos recursos para, desta forma, contrariar e prevenir os efeitos da fragmentação e artificialização dos sistemas ecológicos e garantir a continuidade dos serviços providenciados pelos mesmos: aprovisionamento (água, alimento), regulação (clima, qualidade do ar), culturais (recreio, educação) e suporte (fotossíntese, formação de solo).

A Estrutura Ecológica Municipal atual, enquanto instrumento regulador, visando a proteção dos ecossistemas e equilíbrio ecológico do território encontra-se definida pelas áreas incluídas em RAN, REN e no domínio hídrico.

*“Os **“corredores ecológicos”** podem ser definidos como os elementos que, pela sua estrutura linear e contínua (tais como rios e ribeiras e respetivas margens ou os sistemas tradicionais de delimitação dos campos) ou pelo seu papel e espaço de ligação (tais como lagos, lagoas ou matas), são essenciais à migração, à distribuição geográfica e ao intercâmbio genético de espécies selvagens, à promoção da continuidade espacial e à conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território e à adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas”.* (MAOT, 1999).

Os corredores ecológicos pretendem salvaguardar as funções ecológicas de áreas mais ou menos extensas, promovendo a continuidade espacial e a conectividade das componentes de mais valia ambiental concelhias, essenciais para a manutenção da biodiversidade.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF-AA), define um conjunto de corredores ecológicos, os quais devem contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT e devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios, sendo estas de carácter prioritário.

Assim, pretende-se que estes corredores permitam, promovam e protejam a circulação e expansão das espécies da fauna e flora com interesse do ponto de vista da conservação, entre as áreas com estatuto de proteção e entre estas últimas e outras que, não estando sob a alçada de qualquer figura de proteção, lhes seja reconhecido particular interesse pela especificidade florística e faunística. Acrescenta-se, também, que, segundo o PROF-AA, a definição da estrutura ecológica municipal, no âmbito do PDM deverá incorporar, como referência, o corredor ecológico aqui referenciado.

Os corredores ecológicos definidos no PROF do Alto Alentejo para Marvão ocupam uma pequena área de 2,6 Km².

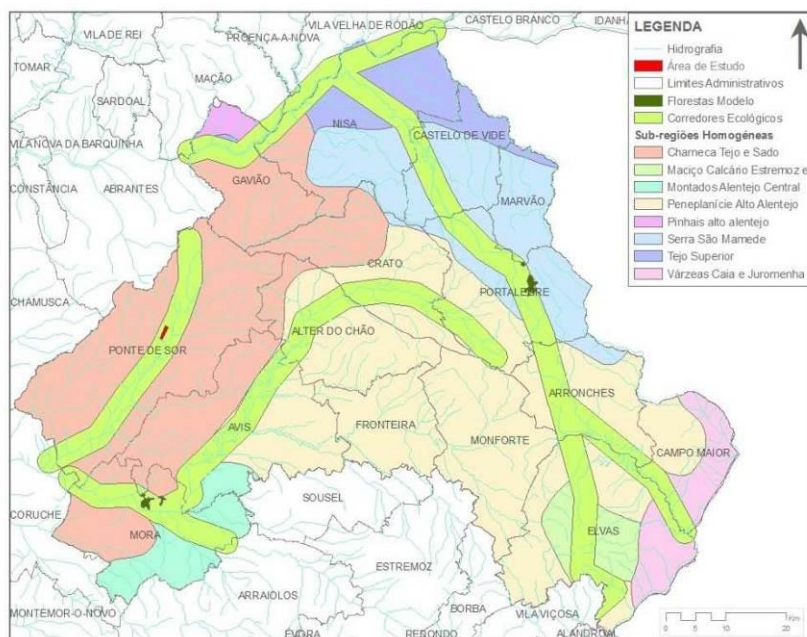


Figura 9 – Corredores Ecológicos (PROF Alto Alentejo)

As **espécies invasoras** são espécies introduzidas (espécies não nativas) que conseguem obter sucesso reprodutor e colonizar áreas afastadas do local onde foram inicialmente introduzidas, provocando muitas vezes modificações e desequilíbrios nos ecossistemas invadidos.

As espécies invasoras são um grande problema para a conservação da Biodiversidade, sendo considerada a segunda maior causa de perda da biodiversidade. O seu controlo gestão é um dos grandes desafios da atualidade

Na tabela seguinte são listadas as espécies de flora exóticas invasoras que provavelmente ocorrem nos biótipos e habitats do concelho de Marvão, segundo o estudo “ Plantas Invasoras em Portugal” de 2005.

Das cerca de 30 espécies classificadas como invasoras pelo Decreto-lei n.º 565/99, 19 poderão estar presentes no concelho de Marvão.

Quadro 16 – Espécies Invasoras

Família	Espécie	Nome Comum	Ambiente de Invasão
Asteraceae	<i>Arctotheca calendula</i>	Erva-gorda	Sítios arenosos e áridos
	<i>Conyza bonariensis</i>	Avoadinha-peluda	Áreas perturbadas junto a zonas urbanas, estradas e baldios
	<i>Erigeron Karvinskianus</i>	Vitadínia-das-floristas	Muros, fendas e empedrados
	<i>Galinsoga parviflora</i>	Erva-da-moda	Áreas cultivadas e sítios ruderalizados
Azollaceae	<i>Azolla americana</i>	Azola	Lagoachos, valas e arrozais
Cactaceae	<i>Opuntia ficus indicae</i>	Figueira-da-índia	Zonas áridas de vegetação herbácea e arbustiva, zonas rochosas e zonas costeiras
Commelinaceae	<i>Tradescantia fluminensis villosa</i>	Erva-da-fortuna	Sítios sombrios e húmidos, zonas ripícolas e áreas perturbadas e urbanas
Fabaceae	<i>Acacia dealbata</i>	Mimosa	Terrenos frescos, solos siliciosos, linhas de água, áreas florestais de zonas montanhosas em condições de secura.
	<i>Acacia longifolia willd</i>	Acácia-de-espigas	Áreas costeiras (dunas arenosas e alguns cabos) e ao longo de linhas de água
	<i>Acacia melanoxylon</i>	Austrália	Áreas perturbadas, margens de estradas e linhas de água
	<i>Acacia mearnsii de wild</i>	Acácia-negra	Áreas perturbadas, zonas ribeirinhas e áreas urbanas
	<i>Acácia retinodes schlecht</i>	Acácia-virilda	Áreas perturbadas e margem de estradas
	<i>Robinia pseudoacacia</i>	Falsa acácia	Margens de estradas e linhas de água, pinhais e áreas perturbadas
Halonagaceae	<i>Myriophyllum brasiliense</i>	Pinheirinha	Lagoas, linhas de água, pântanos e solos encharcados
Oxaladaceae	<i>Oxalis pes-caprae</i>	Erva-pata	Terras cultivadas, sítios descampados
Poaceae	<i>Arundo donax</i>	Cana	Linhas de água, margens de estradas e áreas agrícolas
Pontederiaceae	<i>Eichornia crossipes</i>	Jacinto-de-água	Anãs de irrigação, lagoachos, lagoas e regolfos de barragens
Simaroubaceae	<i>Ailanthus altissima</i>	Espanta-lobos	Áreas perturbadas
Solanaceae	<i>Datura stramonium</i>	Figueira-do-inferno	Terras cultivadas, sítios ruderalizados

Segundo o mapa de avistamentos registados, disponível no site www.invasoras.pt, foram registados 40 avistamento de exemplares de espécies invasoras em Marvão: 11 avistamentos de *Opuntia maxima*, 2

avistamentos de *Ailanthus altissima*, 8 avistamentos de *Acacia dealbata*, 3 avistamentos de Agave americana, 4 avistamentos de *Robinia pseudoacacia*, 1 avistamento de *Oxalis pes-caprae*, 3 avistamentos de *Cortaderia selloana*, 1 avistamento de *Carpobrotus edulis*, 2 avistamentos de *Phytolacca americana*, 3 avistamentos de *Arundo donax* e 2 avistamentos de *Datura Stramonium*. O negrito identificam-se as espécies classificadas como invasoras pelo Decreto-lei n.º 565/99.

Em 2008, foi realizada uma ação promovida pela DGACCAA/ICNB no Parque Natural da Serra de São Mamede em cerca de 20 ha, de controlo de invasoras lenhosas.

Segundo informação da Câmara Municipal de Marvão, esta não realiza controlo e erradicação de espécies invasoras.

A fragmentação dos ecossistemas está diretamente relacionada com a construção de infraestruturas rodoviárias.

A rede viária municipal apresenta uma extensão de 119,2 km, ao que corresponde um valor de 0,77 Km/Km2. O concelho de Marvão apresenta uma baixa fragmentação do território.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

A caça tem benefícios para o desenvolvimento agrícola, na medida em que controla a população de espécies que geralmente se alimentam das culturas, nomeadamente sementeiras. O controlo destas e outras espécies cinegéticas, além de benéfico do ponto de vista ecológico, estimula o desenvolvimento rural e económico local, consequência do aumento da produção agrícola e do desenvolvimento de um mercado de espécies cinegéticas.

Contudo, se for conduzida de forma desordenada, em vez de trazer benefícios, a atividade cinegética acarreta prejuízos, do ponto de vista ecológico, e riscos de segurança para pessoas e bens. Esses riscos podem pôr em causa a própria continuação da atividade num determinado local.

A aptidão de um habitat para uma dada espécie é função da adequação do meio para satisfazer as suas diferentes necessidades vitais, designadamente: alimento, abrigo (refúgio, conforto térmico, tranquilidade) e água (Ferreira et al., 2001).

De entre as espécies cinegéticas consideram-se, devido à expressão económica que a sua exploração tem no setor, a perdiz-vermelha, o coelho-bravo, a lebre, os pombos, a galinhola, os torods, os patos, a rola, o gamo, o javali e o veado. Salientando-se que, as três últimas espécies mencionadas devido ao seu interesse e procura ao nível das zonas de caça, apresentam maior relevância económica no setor da caça para o município.

O concelho de Marvão é abrangido por treze zonas de caça; duas municipais, duas turísticas e nove associativas. No norte do concelho concentram-se as zonas de caça associativa enquanto no sul predominam as zonas municipais. Apresenta-se no Quadro 17 as Entidades titulares das zonas de caça situadas / abrangidas no território concelhio de Marvão, bem como, a tipologia da zona de caça.

Quadro 17 – Zonas de Caça de Marvão

Nº Zona de Caça	Designação ZC	Concelho / Total (ha)	Entidade	Departamento Conservação da Natureza e Florestas	Tipo de Zona
9	ZCA H Pereiro e outras	165/355	Ass. Caçadores de Santo António das Areias	Alentejo	Associativa
1847	ZCA Monte Carvalho	278/906	Ass. Caçadores do Monte Carvalho	Alentejo	Associativa
1873	ZCA Porto Espada	699/1081	Ass. Caçadores e Pescadores de Porto de Espada	Alentejo	Associativa
2198	ZCA Pombais	1022/1022	Ass. Caçadores do Pombais Espada	Alentejo	Associativa
2437	ZCA Monte da Meada e outros	430/1561	Ass. Caçadores de Santo António das Areias	Alentejo	Associativa
2484	ZCT H do Pereiro	553/847	Sequeiras Agropecuária, SA	Alentejo	Turística
4012	ZCM S. Salvador da Aramenha	2395/2395	Ass. Caça e Pesca de S. Salvador da Aramenha	Alentejo	Municipal
4469	ZCA Queijeira	294/294	Ass. Caçadores dos Currais de Ferro	Alentejo	Associativa
4470	ZCA Currais de Ferro	310/352	Ass. Caçadores dos Currais de Ferro	Alentejo	Associativa
4805	ZCA Fonte da Viola	2978/2978	Ass. Caçadores da Fonte da Viola	Alentejo	Associativa
4895	ZCA Valongo	49/2215	Ass. Caçadores do Galhardo	Alentejo	Associativa
6227	ZCT Serra Fria	236/236	Mancha Maior	Alentejo	Turística
5345	ZCM S. Salvador da Aramenha	2708/2708	Ass. Caça e Pesca de S. Salvador da Aramenha	Alentejo	Municipal

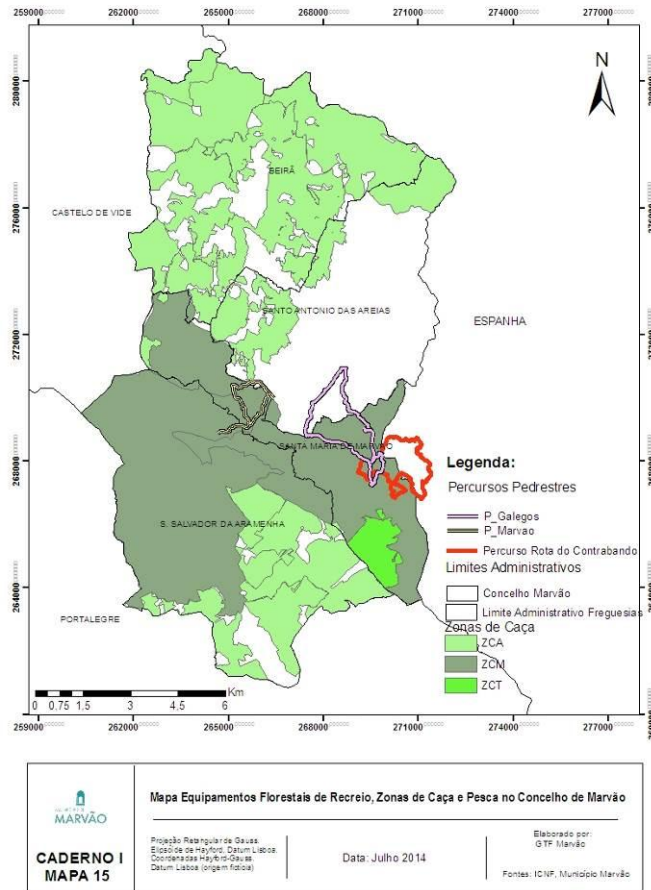


Figura 10 – Localização das zonas de caça, em Marvão.

O concelho de Marvão insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo sendo também abrangido por uma pequena parte da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana. Os cursos de água de Marvão encontram-se classificados como piscícolas. A prática da atividade piscatória encontra-se regulada através da Concessão de Pesca na Albufeira da Apartadura. Na albufeira podemos encontrar espécies como a Truta, a Carpa, o Barbo, a Boga, Perca, o Bordalo, etc. Contudo a pesca em águas interiores tem um peso económico bastante mais reduzido que as outras atividades, estando dependente da produtividade dos espelhos de água, a qual está relacionada com a gestão do meio aquático e das áreas envolventes.

Os espaços florestais são cada vez mais procurados para o recreio e turismo, principalmente pela expressão paisagística que detém, pela fruição das vistas panorâmicas que proporcionam, pelos elementos como percursos, parques de merendas, miradouros que potenciam a sua utilização uma vez que transmitem alguma sensação de conforto e segurança.

Assim, a floresta é encarada como um espaço de recreio e lazer na qual se podem desenvolver uma série de atividades como a pesca, caça, o pedestrianismo, a BTT e a observação da fauna e da flora. Neste contexto, verifica-se que no município de Marvão existem três parques de merendas, um miradouro, um parque de campismo e um parque de caravanismo.

No Quadro seguinte, vem-se sistematizar a informação relativa aos empreendimentos turísticos existentes em Marvão, de acordo com a base de dados do site do Turismo de Portugal. O Turismo em Espaço Rural (TER) visa o aproveitamento das potencialidades que o meio rural pode oferecer ao nível turístico através da preservação e recuperação do património natural, paisagístico, cultural, histórico e arquitetónico, bem como ao nível do contacto entre os turistas ou visitantes e as populações, através da prestação de um serviço de cariz familiar. Trata-se de um produto turístico que permite a valorização dos produtos locais, a recuperação do património existente e ao mesmo tempo, a defesa, numa perspetiva de sustentabilidade, dos recursos existentes nestas zonas.

Os alojamentos turísticos denominados de Turismo em Espaço Rural (TER) podem ser de 6 tipologias: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia, casas de campo e hotel rural. Relativamente ao número de empreendimentos em Turismo de Espaço Rural (TER), de acordo com o Turismo de Portugal, o município de Marvão, dispõe 18 unidades em 2015. Segundo a mesma entidade em 2012 esse valor era de 11, o que evidencia uma atração pelo turismo de natureza no município.

Quadro 18 – Empreendimentos turísticos da tipologia turismo em espaço rural (TER) no Município de Marvão

Unidade	Tipologia	Capacidade	N.º unid. alojamento	Localidade	OBS.
Casa da Árvore	Casa de Campo	10	5	Marvão	
Casa Das Amoras	Casa de Campo	8	4	Sto. António das Areias - Marvão	
Casa Elvira da Silva	Casa de Campo	6	3	Marvão	
Casa Ana Pestana	Agroturismo	8	4	S. Salvador da Aramenha - Marvão	
Casas da Estação	Casa de Campo	16	8	Beirã - Marvão	
Casas da Fontanheira	Casa de Campo	4	2	S. Salvador da Aramenha - Marvão	
Casa da Murta	Casa de Campo	8	4	Beirã - Marvão	
Dom Dinis	Casa de Campo	18	9	Marvão	
Eco- Villa Quinta do	Agroturismo	4	2	Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Eira Velha	Casa de Campo	14	7	S. Salvador da Aramenha - Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Estalagem de Marvão	Casa de Campo	12	6	Marvão	

Unidade	Tipologia	Capacidade	N.º unid. alojamento	Localidade	OBS.
Monte de São Sebastião – Casa do Sino	Casa de Campo	4	2	S. Salvador da Aramenha - Marvão	
Quinta da Abegoa	Casa de Campo	12	6	Sto. António das Areias - Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Tapada da Rabela – Tourism and private natural reserve	Casa de Campo	11	6	Beirã - Marvão	
Train Spot	Casa de Campo	18	9	Beirã - Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Turimenha	Casa de Campo	16	8	S. Salvador da Aramenha - Marvão	
Vale Perdido de Ramila	Casa de Campo	10	5	Sto. António das Areias - Marvão	
Varanda do Alentejo	Casa de Campo	8	4	Marvão	

Fonte: Turismo de Portugal, 2015

A Reserva Ecológica Nacional (REN), criada pelo Decreto -Lei n.º 321/83, de 5 de julho, tem contribuído para proteger os recursos naturais, especialmente água e solo, para salvaguardar processos indispensáveis a uma boa gestão do território e para favorecer a conservação da natureza e da biodiversidade, componentes essenciais do suporte biofísico do nosso país.

O atual regime jurídico da REN (DL n.º166/2008, 22 de agosto) prevê que a delimitação da REN ocorra em dois níveis: o nível estratégico, concretizado através das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, e o nível operativo, traduzido na elaboração a nível municipal de propostas de cartas de delimitação das áreas de REN com a indicação dos valores e riscos que justificam a sua integração.

A Carta da REN do concelho de Marvão em vigor, foi delimitada ao abrigo do Regime Jurídico da REN (RJREN) vigente à data, aprovada pela Resolução de Concelho de Ministros n.º19/97, publicada no Diário da República 1.ª Série - B, n.º 33, de 8 de fevereiro.

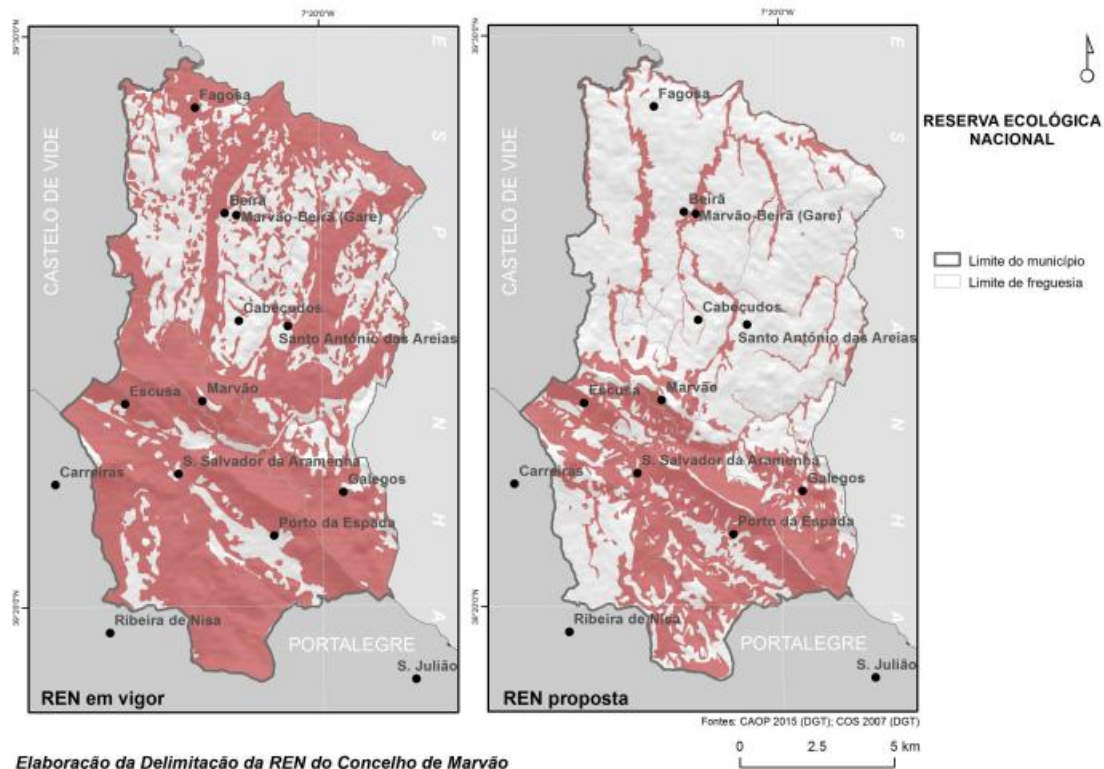
Segundo a sua memória descritiva abrange os seguintes sistemas:

- Leitos dos cursos de água e respetivos leitos e margens;
- Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção;
- Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos;
- Zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos;
- Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo;
- Áreas de instabilidade de vertentes.

A REN em vigor ocupa 10502,30 ha, correspondendo a 67,8% da área concelhia.

Assim, com a nova legislação referente à REN, procedeu-se à elaboração de uma proposta prévia de alteração da delimitação da REN Salienta-se que elementos cartográficos foram produzidos de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, e Declaração de Retificação n.º 71/2012, de 30 de novembro.

Desta forma, a proposta de delimitação resultou numa diminuição da REN, passando de 10502,30 ha para 5432,21 ha. Assim, o concelho com uma área aproximada de 155 km², ficará com 35% do seu território afeto ao regime da REN, designadamente aos sistemas: Cursos de água e respetivos leitos e margens, Albufeiras e faixas de proteção, Área de Máxima Infiltração, Zonas ameaçadas pelas cheias, Risco de Erosão e Instabilidade de vertentes. Pelo que se aguarda o parecer de apreciação à nova REN das entidades competentes.



Elaboração da Delimitação da REN do Concelho de Marvão

Figura 11: Delimitação da REN do concelho de Marvão

Fonte: Elaboração da Delimitação da REN do concelho de Marvão – versão preliminar, outubro 2015

A Reserva Agrícola Nacional é constituída por solos de Capacidade de Uso das classes A e B, bem como por solos de baixas aluvionares e colúviais e ainda por outros, cuja integração na RAN se mostre conveniente para a prossecução dos fins previstos na lei.

Nos solos da RAN são proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas. As atividades agrícolas são objeto de tratamento preferencial em todas as ações de fomento e apoio à agricultura, desenvolvidas pelas entidades públicas.

A RAN no concelho de Marvão, que ocupa 2310 ha, encontra-se em vigor desde de 1991, publicada na Portaria nº 843/91 de 16 de agosto publicada no DR nº. 187, I Série B de 16 de agosto de 1991. Esta Portaria completou o processo de aprovação das cartas da Reserva Agrícola Nacional relativas à área abrangida pela Direção Regional de Agricultura do Alentejo.

Com a revisão do PDM surge a oportunidade de elaborar uma proposta de delimitação da RAN surge no sentido de aproveitar a oportunidade da revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão, de forma a ocorrerem em simultâneo, deve ser realizada sob o Regime Jurídico da RAN, Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março, que introduz na ordem jurídica a nova metodologia de classificação das terras, conforme recomendação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/WRB) e que visa garantir uma maior proteção dos recursos pedológicos nacionais.

O respetivo regime refere para efeitos de delimitação da RAN, uma nova classificação das terras de

acordo com os critérios constantes do Anexo I, do Decreto-Lei n.º73/2009, de 31 de março. Integram a RAN as unidades de terra que apresentam elevada ou moderada aptidão para a atividade agrícola, correspondendo às classes A1 e A2.

Numa análise geral, verifica-se uma diminuição relativamente à RAN em vigor, o que se deve principalmente à integração das várias subclasses dos solos de classes C e não só a subclasse h, que corresponde aos solos com excesso de água. Na delimitação apresentada somente se considera não se verifica a existência de solos Ch, resultando numa diminuição de 1415,24 ha (9,13% do município).

A RAN 'Bruta', delimitada ao abrigo da metodologia apresentada anteriormente, resultou numa área de 894,79 ha que representa 5,78 % da área total do concelho de Marvão, apresenta uma distribuição mais concentrada na zona sul do concelho, na freguesia de São Salvador da Aramenha, coincidindo grande parte com o Aproveitamento Hidroagrícola da Apartadura que possui uma área de 409,92ha, tendo sido integrada em RAN a área que não coincide com perímetros urbanos em vigor (400,71ha), sendo que ainda de aguarda o parecer da Entidade Regional da RAN.

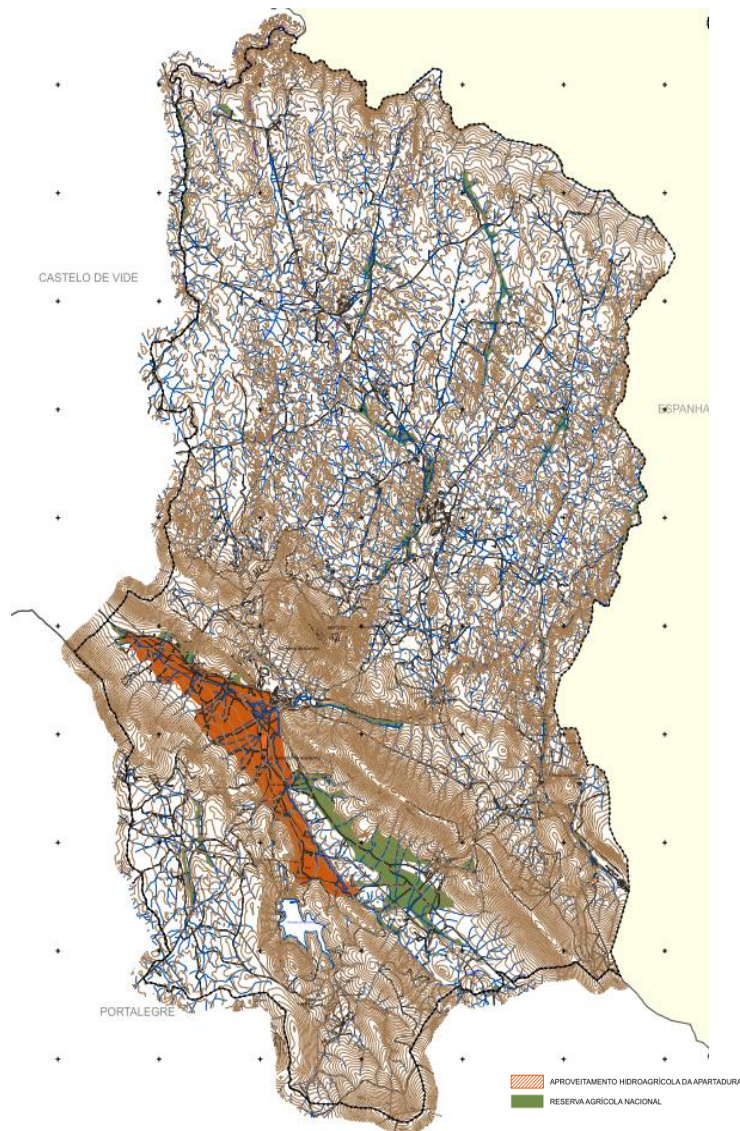


Figura 12: RAN do concelho de Marvão

Fonte: Relatório do plano, 2016

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) são as áreas territoriais contínuas e delimitadas constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade.

A sua constituição obriga a valores mínimos de 1 000ha de área, 50 proprietários e 100 prédios rústicos, o que pressupõe um trabalho de associativismo. As ZIF têm a vantagem de promover a gestão sustentável dos espaços florestais que as integram e coordenam a proteção dos espaços florestais e naturais de forma planeada e a recuperação desses espaços afetados por incêndios.

O PROF AA propõe e identifica freguesias com espaços florestais prioritários para instalação de Zonas de Intervenção Florestal – ZIF, tendo por base três critérios:

- Zonas dominadas por pequenas propriedades florestais (com área inferior à área mínima que obriga à elaboração do Plano de Gestão Florestal - PGF);
- Zonas com uma superfície significativa de área ardida recente;
- Zonas de floresta madura que interessa estruturar com vista à defesa contra incêndios e/ou conservação.

Atualmente não existe no concelho de Marvão nenhum Plano de Gestão em funcionamento. No entanto, encontra-se constituída uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF Marvão n.º 158, processo n.º181/08-AFN), pelo Despacho n.º 02/2012/ZIF, que abrange os municípios de Marvão e Portalegre.

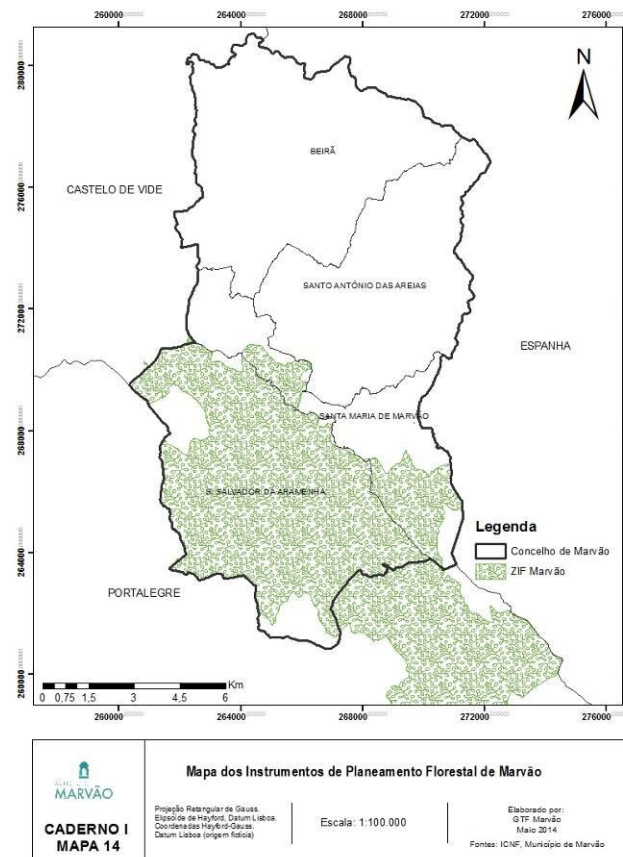


Figura 13 – ZIF de Marvão

Fonte: PMDFCI 2015

No que respeita à representatividade das diferentes espécies florestais existentes no concelho verifica-se que as espécies predominantes são o Sobreiro (43,0%) Crvalho Negro (8,7%), e o Pinheiro Bravo (9,4%) Além das espécies mencionadas existem outras formações florestais em menor proporção, designadamente Eucaliptos (1,7%), Pinheiro Bravo (9,4%) e Castanheiro (3,6%). De referir também a importância da Floresta Mista, principalmente associação de Quercineas (25,7%),

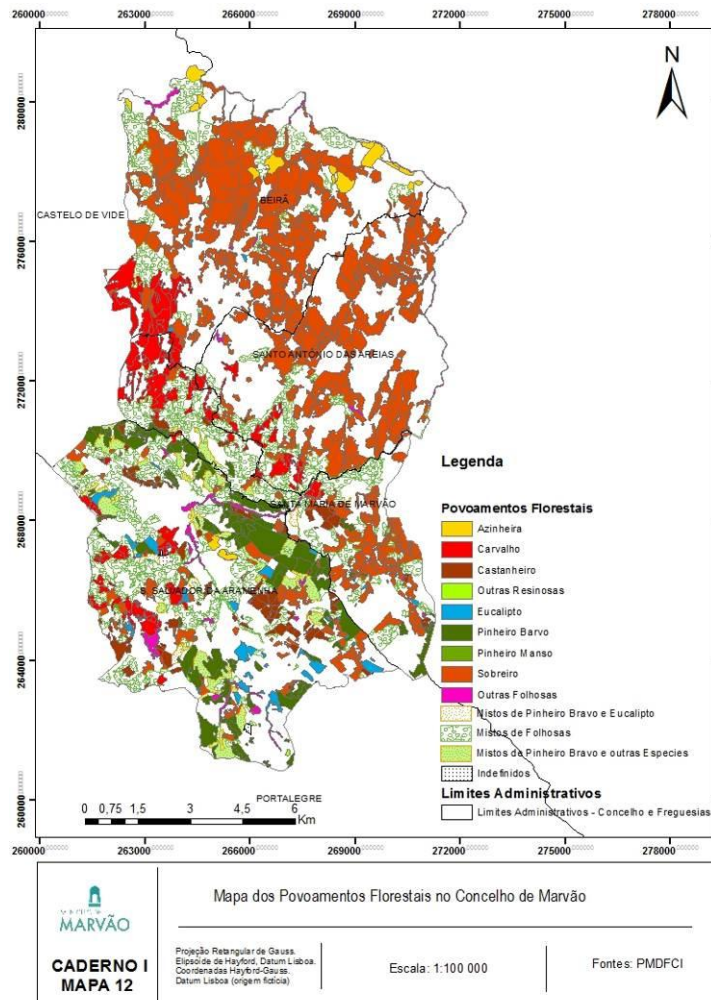


Figura 14 – Povoamentos florestais do Concelho de Marvão

O quadro seguinte ilustra os valores de ocupação florestal das diferentes espécies mencionadas anteriormente, por freguesia.

Quadro 19 – Área por tipologia de povoamento floresta (ha), em Marvão (PMDFCI 2015).

Povoamento	Freguesias (ha)				Total
	Beirã	St.ª Maria de Marvão	St.º António das Areias	S. Salvador da Aramenha	
Azinheira	133			21	154
Carvalho	248	225	115	196	784
Castanheiro		69	2	254	325
Eucalipto	5	5		148	158
Indefinidos				14	14
Mistos de Folhosas	545	631	256	889	2321
Mistos de Pinheiro Bravo e Eucalipto		9	1	36	46
Mistos de Pinheiro Bravo e outras		29		306	335
Outras Folhosas	37	5	24	91	157
Outras Resinosas				2	2
Pinheiro Bravo	2	75		769	846
Pinheiro Manso				2	2
Sobreiro	1856	432	1286	312	3886
Total	2826	1480	1684	3040	9030

Da análise da ocupação florestal ao nível das freguesias do concelho observa-se que todas as freguesias apresentam como ocupação florestal dominante os sobreiros, misto de folhosas e carvalho.

Em relação à área de Olival plantado existente em Marvão este, segundo os recenseamentos agrícolas de 1989, 1999 e 2009, decresceu de uma área de 1940 ha em 1989 para 1427 há em 2009.

6.1.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação da proposta de reviso do Plano.

Quadro 20 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Município com elevado valor ecológico e conservacionista, sobretudo associado ao Sítio São Mamede, as áreas de sobreiro e azineiras e carvalho negral. ▪ Presença de Plano de Gestão para a área classificada (PNSSM) ▪ Rede hidrográfica com linhas de água preservadas e galerias ripícolas bem constituídas. ▪ Elevado peso percentual do espaço florestal e agrícola no município. ▪ Região de elevado interesse paisagístico. ▪ Grande potencial cinegético do município (13 zonas de caça). ▪ 1 zonas de pescas (Albufeira da apartadura). ▪ 1 Zona de Intervenção Florestal. ▪ Existência de 4 percursos pedestres na natureza. ▪ Aumento das unidades TER. ▪ Realização de medidas e ações que visam o ordenamento florestal e redução do risco de incêndio (e.g. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e ações de silvicultura preventiva). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não integração no regulamento do PDM das orientações de gestão de espécies e habitats previstas no Plano sectorial da Rede Natura 2000, referentes ao SIC de São Mamede. ▪ Presença de espécies invasoras. ▪ Município com grande de suscetibilidade a desertificação. ▪ Risco elevado de ocorrência de incêndios e perda de biodiversidade devido sua ocorrência. ▪ Falta de medidas e erradicação das espécies invasoras.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvaguarda dos valores naturais. ▪ Incorporar as medidas de gestão da Rede Natura 2000 aplicáveis aos valores naturais presentes no plano. ▪ Possibilidade de acompanhamento da evolução da presença das espécies invasoras e aferição da necessidade do seu controlo. ▪ Otimizar a gestão e o ordenamento florestal. ▪ Promoção do pastoreio compatível com a conservação de habitats. ▪ Promoção das galerias ripícolas e condicionamento das práticas agrícolas e pecuárias. ▪ Potencialidades para rotas e percursos de observação de aves e visita a outros elementos naturais. ▪ Gestão sustentável dos recursos florestais. ▪ Aposta no setor do turismo de natureza. ▪ Presença de espaços naturais valiosos com potencial para a prática de atividades lúdicas e didáticas ligadas à natureza. ▪ Pagamento Natura no âmbito do PDR2020. ▪ Aplicação de varios fundamentos integrados no QRE, nomeadamente do Portugal2020, ENDS, PGBH, PRF, ao nível da proteção da biodiversidade e conservação da natureza 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de ordenamento florestal. ▪ Incêndios florestais. ▪ Sobreaproveitamento do potencial cinegético. ▪ Uso de pesticidas na agricultura com impacto sobre os habitats e espécies protegidas. ▪ Artificialização das linhas de água do SIC de São Mamede. ▪ O sobrepastoreio em áreas sensíveis. ▪ Pressão turística e urbana presente no SIC de São Mamede. ▪ Florestação intensiva com substituição da floresta original. ▪ A riqueza dos valores naturais em presença poderá, porém, ver-se progressivamente ameaçada devido à ocorrência de inúmeros focos (sobretudo antrópicos) de potencial degradação do ambiente e da paisagem. ▪ Ações antropogénicas inadequadas. ▪ Técnicas de manejo agrosilvo- pastoril inadequadas. ▪ Crescimento da agricultura intensiva, nomeadamente através do uso de adubos e pesticidas.

6.1.4. Tendências de evolução sem Plano

ÁREAS CLASSIFICADAS E DIVERSIDADE DE ESPÉCIES

A integração das orientações de gestão do Plano de sectorial da Rede Natura 2000, nos planos Municipais de Ordenamento do Território constitui uma das obrigações legais a que os municípios têm que obedecer de modo a garantir a adequada proteção dos valores naturais.

Considera-se que a não aplicação da revisão do PDM poderá dificultar a aplicação das orientações de gestão e de conservação da natureza, dificultando a conservação dos valores naturais presentes no concelho.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A existência de uma rede que assegure a continuidade e articulação entre áreas urbanas e os espaços naturais, bem como entre estes últimos, é fundamental, tal como exposto anteriormente, para assegurar o *continuum naturale* entre os diferentes ecossistemas e habitats.

A ausência de ações de controlo de espécies invasoras poderá por em risco a conservação da natureza.

Assim, a tendência de evolução sem a implementação do Plano representará a continuação da pressão sobre estes espaços, bem como a indefinição do que estas estruturas naturais (corredores) representam para o Concelho e para o equilíbrio natural do mesmo, quer no que diz respeito à ocorrência e mobilidade das espécies, quer no que diz respeito ao equilíbrio do sistema físico, como é o caso dos sistemas hídricos, controlo da erosão, entre outras.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

No que diz respeito a gestão e conservação das áreas naturais, nomeadamente na sua componente florestal, e apesar de existir o PROF_AA a não implementação da regulamentação prevista para os espaços florestais concelhios na revisão do PDM, permitirá a continuação da adoção de práticas silvícolas como as que vigoram atualmente, dificultando a implementação de um plano ativo de gestão para a floresta concelhia.

O aumento das unidades de TER e o elevado número de zonas de caça continuaram a estimular o uso variado da floresta.

6.1.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Marvão em termos de oportunidades e riscos.

Questões Estratégicas (QE):

QE1 – Completar e articular as redes de equipamentos e de infraestruturas.

QE2 – Valorizar o património natural e sociocultural e prevenir os riscos.

QE3 – Dinamização da estrutura económica local e o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

QE4 – Qualificação territorial e urbana.

Quadro 21 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Áreas Classificadas e Diversidade de Espécies”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas. Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas. Evitar prejuízos em áreas classificadas e promover a sua valorização. Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis. Reabilitação de habitats e espécies para níveis viáveis.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	O reforço das infraestruturas básicas contribuirá para evitar os impactos sobre as áreas classificadas. (+)	
QE2	A incorporação das orientações de gestão no solo rústico contribui para salvaguarda e valoriza os espaços que integram os valores naturais e os corredores ecológicos. (++) Visto que todo o concelho é rede natura, também todo o concelho está classificado com estrutura ecológica. (++) 87% do concelho está classificado como espaços florestais e os espaços naturais e paisagísticos assegurando a conservação e preservação dos valores naturais classificados. (++) A articulação do PDM com os restantes Planos com incidência na área concelhia contribuindo para a preservação e valorização dos espaços naturais, preservando os valores paisagísticos e a biodiversidade. (+)	A não aplicação das orientações de gestão da RN2000 assim como do PNSSM relativas a agricultura e pastorícia e silvicultura. (-)
QE3	A aposta nas atividades agroflorestais e agroindústria permitirá a valorização dos recursos endógenos e promoção dos recursos naturais. (+) A aposta no Turismo de Natureza contribuirá para a preservação dos valores naturais. (+)	A aprovação de projeto de TER sem um devido acompanhamento das orientações de gestão definidas no regulamento. (-)
QE4	O ordenamento proposto salvaguarda os valores naturais classificados do concelho em espaços de uso de solo restritivos (espaços agrícolas de produção, espaços naturais e paisagísticos e espaços florestais). ++ O ordenamento proposto evita a edificação dispersa e propõem a diminuição dos perímetros urbanos evitando a ocupação de áreas e habitats classificados. (+)	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 22 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Conservação da Natureza”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade. Evitar a fragmentação dos ecossistemas. Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1		A instalação de novas infraestruturas básicas, poderá promover a fragmentação dos ecossistemas se não forem devidamente planeadas. (-)
QE2	A valorização dos espaços agrícola, florestal e espaço classificado do concelho contribuirá para a conservação da natureza. (++) Todo o solo rústico é estrutura ecológica e os espaços verdes definidos em solo urbano contribuem para um <i>continuum ecológico</i> . (++) Classificação das galerias ripícolas como espaços naturais e paisagísticos e a definição de uma zona não edificável contribuirá para a conservação e salvaguarda das linhas de água.(+) O impedimento de introdução de espécies não autóctones e o incentivo ao controlo das espécies indígenas invasoras existentes. (++)	
QE3	A aposta no turismo com base nos recursos naturais e nos produtos endógenos contribuirá para a conservação da natureza. (++) Os empreendimentos de turismo em solo rústico devem compatibilizar com as características das áreas a ocupar com destaque para os valores naturais e paisagístico. (++)	
QE4	Promover o ordenamento da expansão urbana e a contenção da edificação dispersa, reduzindo artificialização e fragmentação de espaços naturais e sistemas ecológico. (++) Classificação de Espaços verdes com a função de proteção ambiental e paisagística. (++)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 23 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Gestão e Conservação da Floresta”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Estimular o uso variado da floresta Promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza Promover a diversificação florestal		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A definição de novas rotas e percursos e a definição de espaços de ocupação turística e os diversos usos permitidos nos espaços florestais contribui para estimular o uso variado da floresta. (++)	
QE2	Promove a fixação da população nos aglomerados rurais contribuindo para a manutenção das áreas florestais e assegurando a produtividade e a redução do risco de incêndio nas zonas rurais. (+) Contribui para o ordenamento urbano, promovendo a contenção da edificação urbana em solo rústico mais vulnerável ao risco de incêndio florestal. (++) Os espaços florestais condicionados estão associados ao suporte de valores naturais excecionais do ponto de vista da conservação. (++) A aposta no turismo no espaço rural vai estimular o uso variado da floresta. (++)	
QE3	Cria condições para a instalação de unidades e empreendimentos turísticos no concelho promotores de uma maior dinamização da funcionalidade e qualidade dos espaços rurais agrícolas, florestais e	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Estimular o uso variado da floresta		
Promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza		
Promover a diversificação florestal		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
	<p>naturais em solo rústico. (++)</p> <p>Promove a fixação da população dos aglomerados no concelho contribuindo para o desenvolvimento de atividades cinegéticas e piscícolas. (+)</p> <p>A aposta no desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, contribuirá para a valorização dos recursos cinegéticos. (+)</p> <p>O aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos e valores naturais contribuirá para a valorização dos recursos cinegéticos. (+)</p>	
QE4	<p>Contribui para o ordenamento urbano, promovendo a contenção da edificação urbana em solo rústico mais vulnerável ao risco de incêndio florestal.(+)</p> <p>Promove a fixação da população nos aglomerados rurais contribuindo para a manutenção das áreas florestais e assegurando a produtividade e a redução do risco de incêndio nas zonas rurais. (+)</p>	0
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.2. Ordenamento e Qualificação do Território

6.2.1 Descrição do FCD e seus objetivos

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade e acessibilidade.

No FCD – Ordenamento e Qualificação do Território irá atender-se aos efeitos da proposta de plano sobre o uso e ocupação do solo, as condicionantes e áreas naturais, assimetrias territoriais, a coesão territorial, a qualificação urbana e a mobilidade e acessibilidades.

Quadro 24 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Ordenamento e Qualificação do Território.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento e Qualificação do Território	Dispersão urbana e uso do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da densidade populacional por freguesia. Variação do número de lugares censitários por escalão de dimensão populacional. Ocupação e uso do solo. Distribuição relativa das classes de uso do solo urbano.
	Assimetrias Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Promover a fixação da população e evitar o despovoamento do território 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da população residente por freguesia. Variação do número de alojamentos. Indicie de envelhecimento. Taxa de atratividade/repulsa por freguesia.
	Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Dotar o território concelho de equipamentos adequados às necessidades da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Número e tipologia de equipamentos por freguesia. Investimentos previstos em novos equipamentos
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir um nível de infraestruturização adequado às novas exigências ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da taxa de cobertura no concelho por infraestrutura (saneamento, abastecimento de água, eletricidade e telecomunicações).
	Qualificação urbana	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços públicos de utilização coletiva urbanos (m²/habitante).
		<ul style="list-style-type: none"> Incentivar processos de requalificação e valorização urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Estado de conservação dos edifícios. N.º de licenças para construção e para reconstrução e reabilitação. Medidas municipais na área da requalificação urbana. Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas. Ações de regeneração e requalificação urbana realizadas e previstas.
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas, intraconcelhias e fronteiriças. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de vias requalificadas e Número de vias projetadas. Evolução do tempo de deslocação entre localidades. Relação oferta/procura de TC (rodoviário e ferroviário). 	

6.2.2. Situação existente e análise tendencial

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

De acordo com os indicadores estatísticos de 2011 (INE), o concelho de Marvão apresenta uma densidade populacional de 22,6 hab/km², valor que se encontra acima do valor médio registado na sub-região do Alto Alentejo (18,8hab/km²), mas abaixo do valor médio registado na Região do Alentejo (23,9 hab/km²).

Quadro 25 – Evolução da Densidade Populacional (N.º/Km²), em Marvão

Área Geográfica	Densidade Populacional (N.º/Km ²)	
	2001	2011
Freguesia – Beirã	13,3	11,1
Freguesia – Santa Maria de Marvão	27,5	20,8
Freguesia – Santo António das Areias	35,1	30,6
Freguesia – São Salvador da Aramenha	30,3	28,1
Concelho – Marvão	27,5	22,7
Alto Alentejo	20,3	18,8
Alentejo	24,7	23,9

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011.

A densidade populacional concelhia apresenta algumas oscilações entre as diferentes freguesias, uma vez que varia entre os 30,6 hab/km² na freguesia de Santo António das Areias e os 11,1 hab/km² na freguesia de Beirã.

Analisando o anterior, verifica-se, que o concelho de Marvão tem registado uma quebra em termos de demográficos. No período inter – censitário, 2001 e 2011, apresentou uma variação negativa da sua densidade populacional em cerca de 17,5%, tendência evidenciada também na sub-região do alto Alentejo e na região do Alentejo. Além da população, verificou-se de igual modo uma diminuição do número de famílias.

O concelho de Marvão apresenta uma estrutura de lugares de dimensão pouco polarizada com nenhuma da população a residir em lugares com mais de 2000 habitantes.

Quadro 26 – População residente em Marvão

Área geográfica	População residente		%
	2001	2011	2001-2011
Marvão	4019	3506	-12,8
Alto Alentejo	126538	117234	-7,4
Alentejo (NUT II)	776496	754385	-2,8
Portugal	10394669	10542398	1,4

Pela análise do quadro anterior constata-se que o município apresenta uma diminuição considerável da população residente, o mesmo sucede na sub-região do Alto Alentejo e na região do Alentejo. Verifica-se que no período intercensitário 2001-2011, Marvão apresenta uma redução de 12,8% da sua população com habitação permanente no concelho. Todavia, a média nacional de população residente contraria o verificado na área de estudo uma vez que apresenta um aumento de 1,4% da sua população residente.

A estrutura territorial de Marvão, segundo os Censos de 2011, revela uma população isolada de 578 residentes o que perfaz 16,5% da população. Em 2001 a população isolada era de 1290 residentes (cerca de 1/3 da população total), o que revela uma tendência para a diminuição da população que se encontra isolada e, por conseguinte, a concentração da população em lugares. Estes dados indiciam uma menor propensão para a dispersão populacional pelo território e uma maior tendência para a aglomeração populacional entre 2001 e 2011. Como se depreende, até pelos dados referentes à população por freguesias, os 2934 residentes em 2011 que não estão isolados encontram-se em 31 lugares com menos de 2000 habitantes. Em 2001 existiam 26 lugares com uma população residente de 2739 inseridas no escalão de dimensão populacional até aos 2000 habitantes.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição da população de Marvão por lugares em 2011.

Quadro 27 – Distribuição da população residente por lugares, 2011

Lugares	População	%
Marvão	3512	100%
Freguesia de Beirã	498	14%
Barretos	137	3,9%
Beirã	241	6,9%
Vale do Milho	18	0,5%
Fonte de Salgueiro de Baixo	11	0,3%
Fonte do Salgueiro de Cima	24	0,7%
Residual	67	1,9%
Freguesia de St.ª Maria de Marvão	486	14%
Galegos	9	0,3%
Marvão	225	6,4%
Pitaranha	16	0,5%
Ponte Velha	30	0,9%
Porto Roque - Fronteira de Marvão	16	0,5%
Registo	33	0,9%
Laginha	14	0,4%
Monte Baixo	20	0,6%
Residual	123	3,5%

Lugares	População	%
Marvão	3512	100%
Freguesia de Santo António das Areias	1102	31%
Ponte Velha	2	0,1%
Abegoa	20	0,6%
Água da Cuba	27	0,8%
Cabeçudos	50	1,4%
Ramila de Baixo	43	1,2%
Ranginha	50	1,4%
Relva da Asseiceira	62	1,8%
Santo António das Areias	742	21,1%
Residual	106	3,0%
Freguesia de São Salvador da Aramenha	1426	41%
Alvarrões	19	0,5%
Escusa	110	3,1%
Jardim	29	0,8%
Portagem	325	9,3%
Porto da Espada	242	6,9%
Rasa	46	1,3%
Ribeirinha	135	3,8%
São Salvador da Aramenha	96	2,7%
Carris	25	0,7%
Carrçal	38	1,1%
Olhos D'Água	30	0,9%
Prado	60	1,7%
Residual	271	7,7%

Fonte: INE – Censos 2011

Como já referido anteriormente, a freguesia de S. Salvador da Aramenha e de St.º António das Areias apresentam o maior contingente populacional – 41% e 31%, respetivamente – ao passo que, Beirã e St.ª Maria de Marvão apresentam um peso relativo semelhante, com cerca de 14% cada.

Em relação aos lugares, St.º António das Areias destaca-se dos demais, acolhendo cerca de 1/5 da população do município (21,1%), surgindo num segundo patamar (em termos de dimensão populacional) os aglomerados de Portagem na freguesia de S. Salvador da Aramenha (9,3%), Porto de Espada na freguesia de S. Salvador da Aramenha e Beirã na freguesia com o mesmo nome (ambos com 6,9%) e a

vila de Marvão na freguesia de St.^a Maria de Marvão (6,4%). Estes 5 aglomerados concentram metade (50,5%) da população do município de Marvão.

No que diz respeito à população isolada (residual), a freguesia de S. Salvador da Aramenha apresenta o maior contingente populacional com 7.7% do total da população municipal. Pelo contrário, a freguesia de Beirã regista a menor percentagem de população isolada com 1,9%.

O município de Marvão, segundo o PMDFCI 2015-2019, apresenta uma ocupação do solo apresenta características marcadamente florestais, com com mais de metade de área (58,4%) ocupada por povoamentos florestais e quase $\frac{3}{4}$ da área ocupada por espaço florestal (incluindo adicionalmente os incultos). A agricultura tem uma expressão bem menos relevante, ocupando 9,0% da área do município.

O quadro seguinte apresenta os dados relativos ao uso e ocupação do solo no município de Marvão, por freguesia.

Quadro 28 – Uso e ocupação do solo nas freguesias do concelho de Marvão (ha)

Ocupação do solo	Freguesias (ha)				
	Beirã	St. ^a .M. Marvão	St ^o Ant. das Areias	S. S. Aramenha	Total
Áreas sociais	61	76	107	251	495
Agricultura	358	102	124	802	1387
Floresta	2826	1480	1684	3040	9030
Improdutivo	220	95	1162	27	1504
Inculto	1013	576	523	878	2990
Superfícies aquáticas	1	0	1	51	53
Total	4479	2329	3601	5049	15459

Fonte: PMDFCI de Marvão

As freguesias com maior área florestal são Beirã e Aramenha, com 31,3% e 33,7%, respetivamente.

A agricultura tem uma presença espacial reduzida, se quantificada desta forma, mas se forem considerados os sistemas agroflorestais de montado (aqui quantificados como povoamento florestal) a sua presença territorial será maior.

Em termos de área agrícola, é a freguesia de Aramenha que possui área, enquanto as freguesias de Areias e Aramenha possuem maior expressão em termos de áreas sociais.

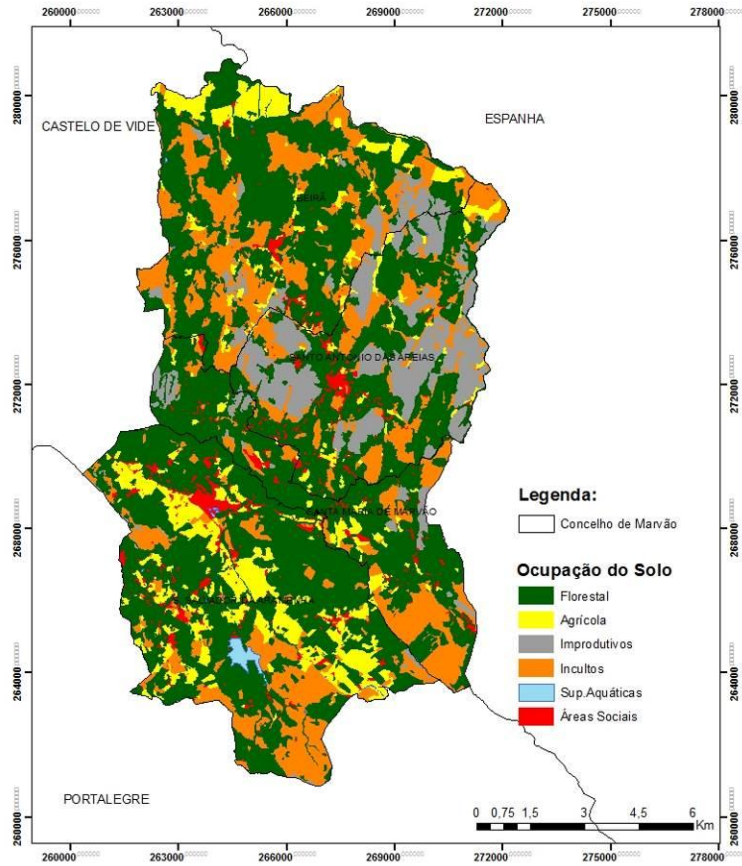


Figura 15 – Ocupação e Uso do Solo – PMDFCI.

De acordo com dados do INE de 2013, no município de Marvão, a superfície de solo urbano classificado em PMOT é de 179,5 ha, de solo para equipamentos e espaços verdes urbanos é de 6,1 ha e de solo para uso industrial é de 15,6 ha.

ASSIMETRIAS TERRITORIAIS

No último período intercensitário o município registou um decréscimo populacional, fenómeno que parece permanecer contínuo. Contudo, importa referenciar a existência de realidades diferentes ao nível das freguesias constituintes do município. Assim, enquanto as freguesias de St^a Maria de Marvão e Beirã apresentam, entre 2001 e 2011, decréscimos populacionais mais significativos, compreendidos entre os -24,7% e os -16,4%, respetivamente, S. Salvador da Aramenha e St^o António das Areias registaram decréscimos da população menos significativos na ordem dos -6,6% e -12,6%, respetivamente.

Esta situação traduz o carácter dinâmico das variáveis demográficas e as alterações registadas, nas últimas décadas, nos fatores de atração e repulsão da população, causa e consequência das evoluções populacionais registadas.

Quadro 29 – População residente no município, segundo as freguesias, 1991 – 2011

Unidade Geográfica	População Residente			Variação Populacional	
	1991	2001	2011	1991 - 2001	2001 - 2011
Beirã	690	596	498	-13,6%	-16,4%
Sta Maria de Marvão	802	645	486	-19,6%	-24,7%
Sto António das Areias	1301	1261	1102	-3,1%	-12,6%
S. Salvador da Aramenha	1626	1527	1426	-6,1%	-6,6%
Marvão	4419	4029	3512	-8,8%	-12,8%

Fonte: INE –Censos 1991, 2001 e 2011

Os Censos 2011 permitiram constatar que todas as freguesias do município de Marvão registaram um decréscimo populacional entre 2001 e 2011, conforme explicitado no cartograma seguinte.

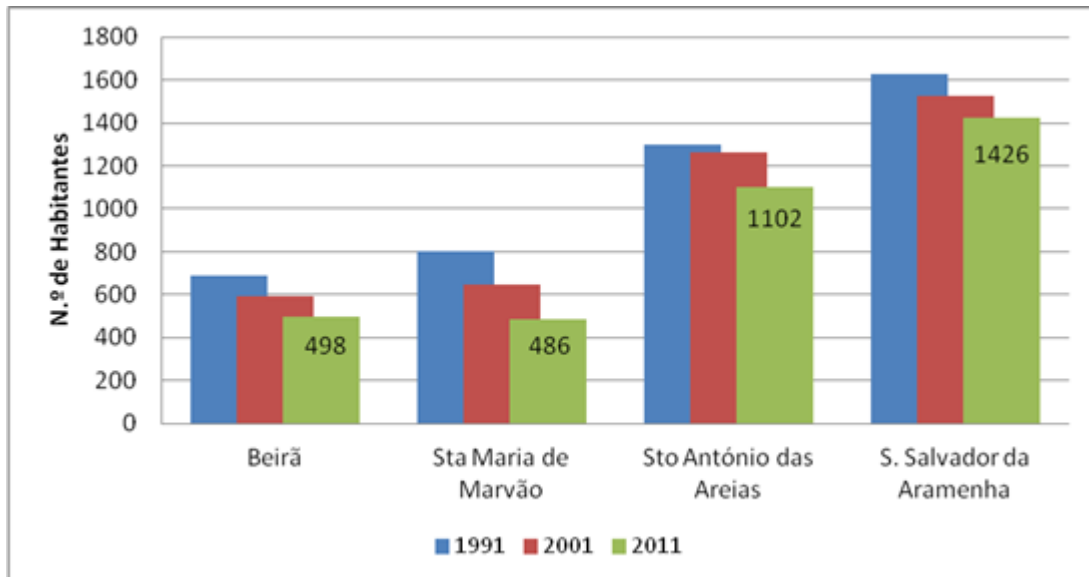


Figura 18. População residente por freguesia no município de Marvão, de 1991 - 2011

É visível que a freguesia de St^a Maria de Marvão apresenta a maior variação negativa de população residente com uma quebra superior a -20%, enquanto, S. Salvador da Aramenha registou a menor variação negativa com valores entre -10% a -2%. As duas freguesias situadas mais a norte registaram um declínio populacional com valores entre os -20% a -10%.

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Nacional de estatística, em 2011, o município de Marvão apresentava 0,86 alojamentos por residente. No município de Marvão entre 2001 e 2011, houve um aumento de 10,4% no número de alojamentos.

Quadro 30 – Número de alojamentos segundo os Censos

Ano	Alojamentos
2001	2693
2011	3006

Além da baixa densidade populacional o município apresenta uma população bastante envelhecida, na qual a taxa de mortalidade é de 16,8% muito superior ao observado para a taxa de natalidade, 5,7%.

Quadro 31 - Índice de envelhecimento segundo os Censos de 2001 e 2011

Ano	Índice de envelhecimento (Rácio - %)
2001	295,2
2011	348,3

A análise dos dados que seguidamente se apresentam são indicio de um certo declínio na capacidade de atração da população, o que, associado aos crescimentos naturais negativos, se refletirão no sentido da evolução do seu crescimento efetivo. A este facto, não será alheia a conjuntura sócio-económica nacional e internacional, que torna Portugal um país menos atrativo para a emigração, em termos gerais, e se reflete, em termos particulares, também neste concelho.

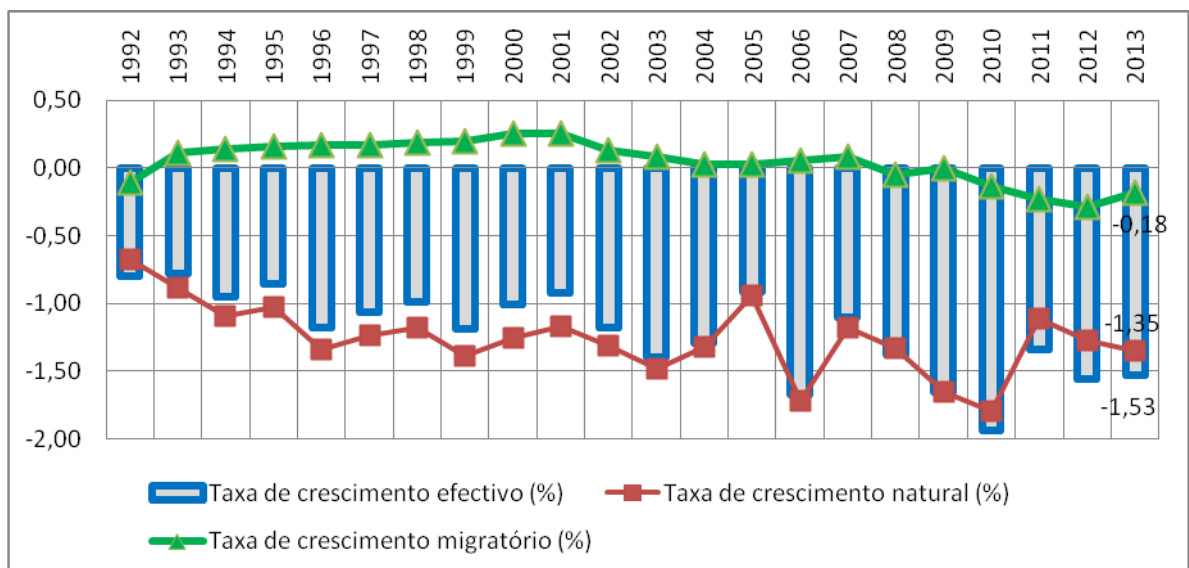


Figura 16 – Taxa de crescimento natural e migratório

O concelho de Marvão, bem como a região em que se insere, tem vindo a observar a sua população a envelhecer. O envelhecimento progressivo da população traduz-se numa dependência crescente da população idosa e dificulta, conseqüentemente, a renovação da população em idade ativa.

COESÃO TERRITORIAL

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A expansão dos aglomerados urbanos nem sempre acompanha a oferta de espaços qualificados (equipamentos e serviços) que possibilitem um bom desenvolvimento social, cultural e físico das populações. O desenvolvimento de novas centralidades, depende grandemente da área de influência exercida por determinados equipamentos, donde a sua localização por um lado, tenha uma componente estratégica do ponto de vista dos efeitos multiplicadores para o território e por outro, o seu correto dimensionamento para efetivamente corresponder à satisfação da comunidade para a qual se direciona.

Os equipamentos coletivos de Marvão, considerados estão divididos pelas seguintes tipologias: os Equipamentos de Educação, os Equipamentos de Saúde, os Equipamentos de Solidariedade e Apoio Social, os Equipamentos Desportivos, os Equipamentos Culturais, Equipamentos Administrativos e os Equipamentos de Segurança Pública.

Quadro 32 – Caracterização dos Equipamentos públicos de utilização coletiva de Marvão.

Equipamentos Coletivos	Caracterização
Equipamento de Educação	- 2 Ensino pré-escolar (JI), 2 do 1º CEB, 2 do 2º CEB e do 2º CEB
Equipamento de Solidariedade e Apoio Social	- 1 centro de convívio, - 4 centros de dia, - 4 estruturas residenciais para idosos e - 3 instituições serviço de apoio domiciliário
Equipamento de Saúde	- 1 centro de saúde e 4 extensões de saúde: Beirã, Porto Espada, Santo António das Areias e São Salvador da Aramenha. - 1 Unidade de Longa Duração e Manutenção e a Unidade de Média Duração e Reabilitação a cargo da instituição ANTA – Associação Cultural Desenvolvimento Beirã, duas unidades de internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. - 1 Farmácia e 2 Posto farmacêutico móvel
Equipamento Desportivo	- 2 Grandes campos de jogos - Centro de Lazer da Portagem - 1 Pavilhão Gimnodesportivo; - 2 Polidesportivos Descobertos - 1 Circuito de manutenção; - 1 Campo de Golfe; - 1 Praça de Touros - 1 Piscina coberta
Equipamento Cultural	- Museu Romano da Ammaia - Casa da Cultura de Marvão- - Centro de Interpretação do Concelho de Marvão – Museu Municipal de Marvão, e o - Centro de Interpretação Cultural e Ambiental do Moinho da Cova.
Equipamento Administrativo	- Câmara Municipal - Juntas de freguesia (Beirã, St.ª Maria de Marvão, St.º António das Areias, S. Salvador da Aramenha) - Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública - Conservatória dos Registos Civil e Predial

Equipamentos Coletivos	Caracterização
	Serviço Local de Atendimento do Centro Distrital da Segurança Social de Portalegre Posto de Turismo.
Equipamento de Segurança Pública	- 2 Posto policial (GNR) - 1 Corporação de bombeiros

A vila de Marvão concentra todos os equipamentos de natureza administrativa assumindo-se como o polo administrativo do concelho.

No cômputo geral, a capacidade instalada de equipamentos de solidariedade e apoio social responde satisfatoriamente às necessidades da população de Marvão, não obstante se verifique que as estruturas residenciais para idosos estejam com a sua capacidade praticamente esgotada (95%). Ao invés, a nível educativo, desportivo, de saúde e cultural, o concelho encontra-se bastante bem dotado.

A existência de infraestruturas de abastecimento e de saneamento tem uma implicação direta na qualidade ambiental com consequências muito positivas para a qualidade de vida da população. Ao nível das infraestruturas básicas serão analisadas as de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais.

Segundo dados do INE, referentes ao ano de 2009, a população do concelho da Marvão servida por sistema de abastecimento de água rondava os 83%, não atingindo a meta estipulada pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) para o período 2007-2013, de 95%. Em 2014 segundo os dados da ERSAR a população servida foi de 96%

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são o conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais urbanas a um meio recetor, com o objetivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais.

De acordo com dados do INE referentes a 2009, a percentagem de população servida por sistemas de drenagem e por estações de tratamento de águas residuais é de 83% da população do concelho, respetivamente.

A taxa de cobertura de drenagem de águas residuais por sistemas públicos no concelho de cerca de 86%, representa um valor abaixo dos 90% que constituem a meta apontada pelo PEAASAR.

Quadro 33 – Variação da taxa de cobertura por infraestrutura.

	2001	2008	2009
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	70	78	79
População servida por sistemas públicos de abastecimento de água (%)	80	83	83

QUALIFICAÇÃO URBANA

Os espaços verdes urbanos, integrados no “contínuo construído” constituem áreas de descompressão urbana e são, cada vez mais, fatores do equilíbrio na saúde física e psíquica do cidadão, quer por constituírem um importante equipamento social de fruição, quer ainda pela sua função na produção de oxigénio e absorção de dióxido de carbono e poeiras atmosféricas, filtrando ainda estas últimas.

Os espaços verdes urbanos ocupam, uma área de 6,1 ha, ao que corresponde uma capitação atual de espaços verde utilização coletiva é de aproximadamente 17,4 m²/ hab., valor bastante inferior aos 30 m²/hab definido pela Direção-Geral do ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) para a estrutura verde principal, mas superior ao valor indicado para a estrutura verde secundária (10 m²/hab), mas acima da média europeia recomendada (12 m²/hab.).

Um indicador de “qualidade” do parque habitacional diz respeito às condições físicas de conservação em que este se mantém.

De acordo com os dados estatísticos do INE, em 2011, o concelho de Marvão apresentava um parque edificado composto por 2799 edifícios, tendo registado, relativamente a 2001, um incremento de 331 edifícios (11,8%), valor inferior ao crescimento do número de alojamentos, significando que, nesta década, foi maioritária a construção de habitações em altura.

O concelho de Marvão, vem registando valores médios idênticos, embora ligeiramente inferiores à sub-região em que se insere, apresentava, em 2011, com 2,3 pessoas por alojamento. Verifica-se assim um elevado número de edifícios que não ocupados.

Desde 1970 até 2011, construiu-se somente 41,2% do parque edificado existente no concelho de Marvão (edifícios de habitação, de comércio e serviços e mistos), refletindo-se, deste modo, a relativa vetustez do mesmo. Verifica-se, ainda, que 40,9% dos edifícios do concelho são anteriores a 1945, ou seja existe uma proporção significativa de edifícios muito próximos do termo da sua idade técnica limite (± 70 anos).

O parque habitacional do concelho de Marvão era constituído, em 2011, quase na totalidade, por alojamentos clássicos (98,6%), não tendo qualquer significado o peso e o número de alojamentos não clássicos, possuindo na sua maioria 40 anos, ou mais, de construção (apenas cerca de 41,2% dos edifícios foram construídos a partir de 1971), conforme sistematizado no gráfico seguidamente apresentado:

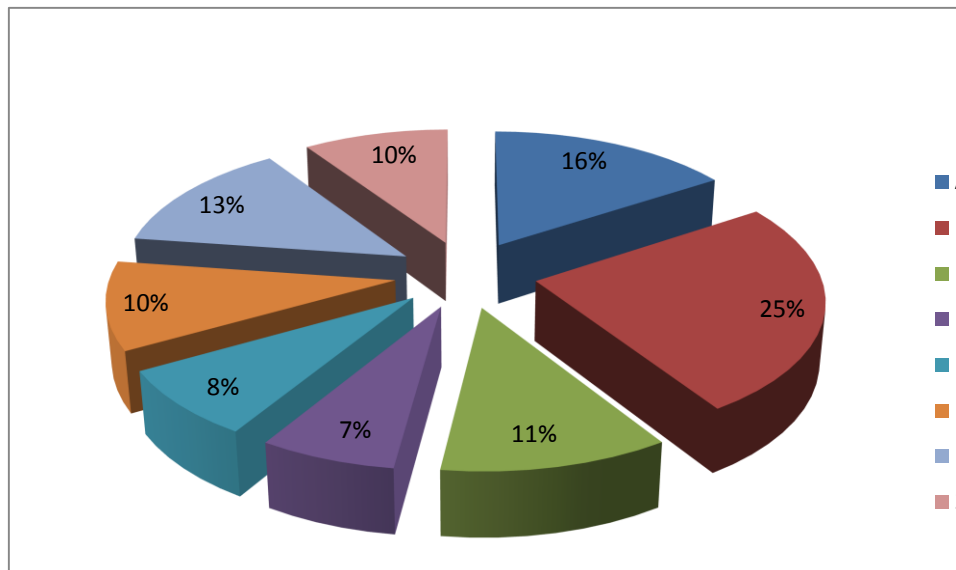


Figura 17 – Edifícios, segundo a época de construção

A idade média dos edifícios no concelho de Marvão é de aproximadamente 55 anos (INE, 2011), tendo aumentado no período intercensitário 2001-2011. A situação do concelho, nesta matéria, revela algumas debilidades face ao registado na média do continente bem como em relação às restantes unidades territoriais em análise dado que os edifícios do município apresentam uma idade média superior.

Apesar da idade média dos edifícios, aproximadamente 65% dos edifícios do concelho não apresentam necessidades de reparação, situação ligeiramente mais favorável que a registada nas restantes duas unidades territoriais de análise. Contudo, a situação concelhia difere ligeiramente ao nível das freguesias, conforme sistematizado no quadro seguidamente apresentado.

Quadro 34 – Edifícios por estado de conservação (2011).

Zona Geográfica	Total	Sem necessidade de reparação		Com necessidade de reparação		Muito degradado	
		nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%
Alentejo	383866	281834	62,1	94096	35,2	7936	2,7
Alto Alentejo	68275	50031	63,1	16864	34	1380	2,9
Marvão	2799	1812	64,7	869	31,0	118	4,2
Beirã	494	345	69,8	125	25,3	24	4,9
Santa Maria de Marvão	492	178	36,2	265	53,9	49	10,0
Santo António das Areias	748	571	76,3	164	21,9	13	1,7
São Salvador da Aramenha	1065	718	67,4	315	29,6	32	3,0

Em 2011, 31,0% dos edifícios de Marvão apresentavam necessidades de reparação, enquanto 4,2% dos edifícios se encontravam em estado muito degradado.

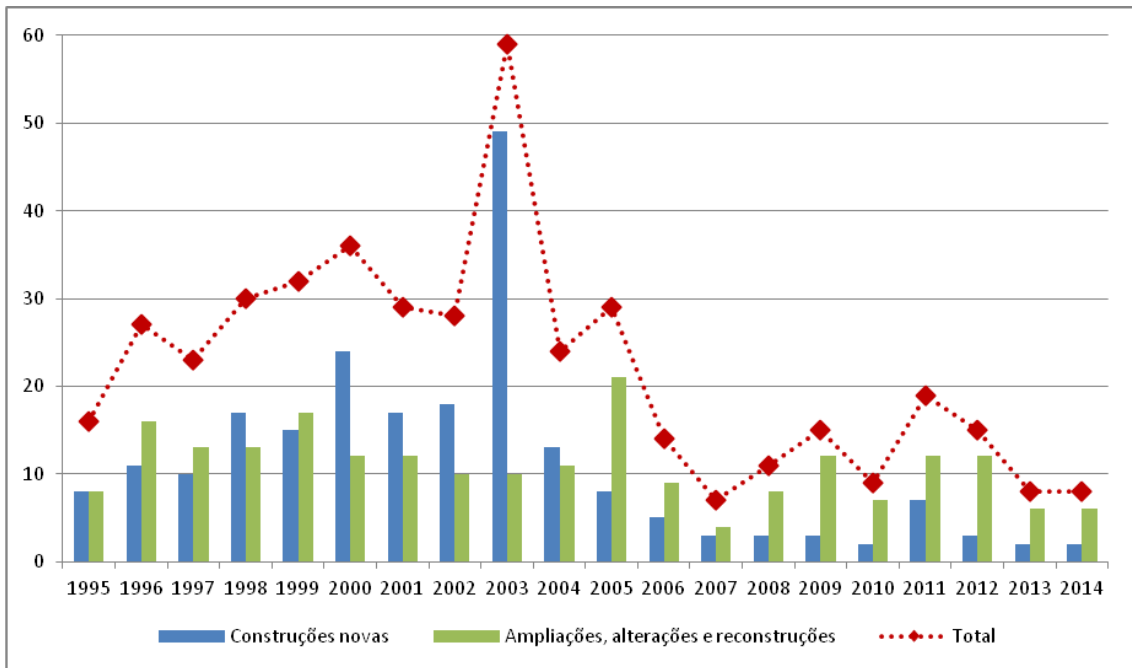
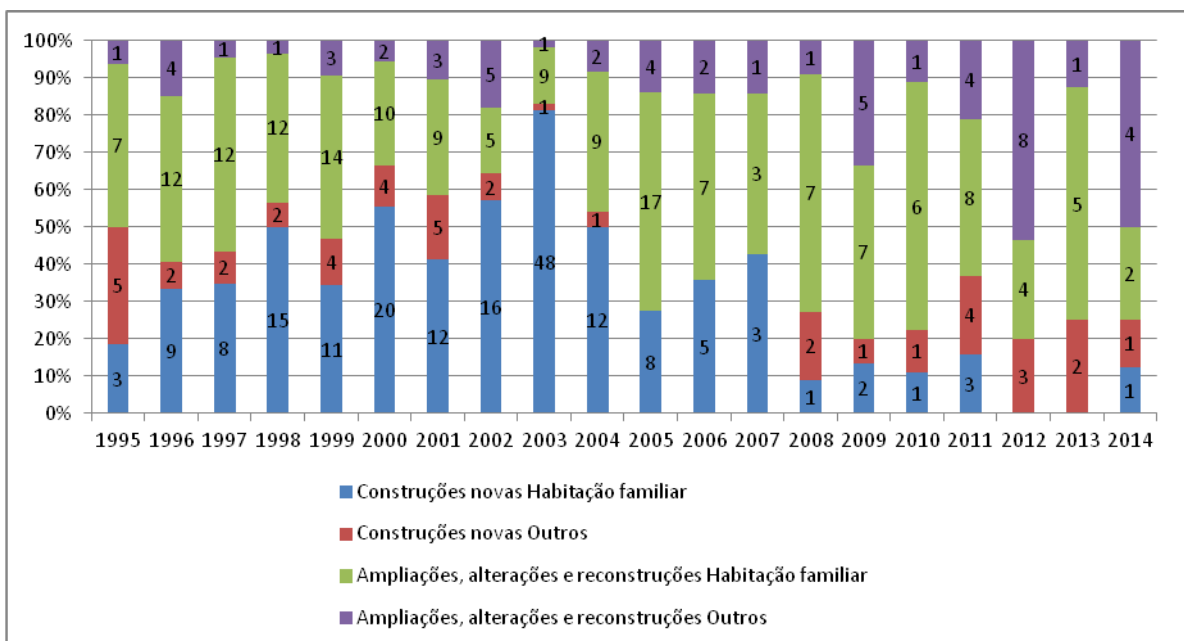


Figura 35 – Evolução dos Edifícios Licenciados, por tipo de obra em Marvão, 1995 – 2014.

Os dados permitem verificar que o número de edifícios licenciados denota uma tendência de decréscimo a partir de 2003, tendo sido 2003 um ano atípico em virtude dos 48 edifícios licenciados para construções novas de habitação familiar.

A recuperação do edificado tem sofrido uma tendência crescente quando comparada com a nova edificação



Fonte: www.ine.pt;

Figura 36 – Evolução Geral dos Edifícios Licenciados em Marvão, 1995 – 2014

Em relação ao edificado verifica-se um crescimento da recuperação do edificado em detrimento da construção de novos edifícios, o que poderá atenuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, aumentando a atratividade das periferias, contribuindo para uma maior dispersão da malha urbana. Esta tendência parece ter vindo a aumentar nos últimos anos.

A recuperação do edificado tem sofrido uma tendência decrescente quando comparada com a nova edificação, tendência inversa à que se observa na região do Alentejo. O concelho de Marvão apresenta taxa de reconstrução inferior à sub-região do Alto Alentejo e Alentejo.

Quadro 37 - Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.

Área Geográfica	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Marvão	9,1	0	0	0	0	0	0	14,3	0	0
Alto alentejo	5,6	5,8	5	5,8	2,3	5,3	4,3	5	9,3	4,7
Região Alentejo	2,8	2,7	1,7	2,9	1,7	2	2	2,1	3,7	4,4

Fonte: www.ine.pt;

Em relação ao edificado verifica-se um crescimento das novas construções em detrimento da recuperação do edificado existente, o que poderá acentuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, reduzindo a atratividade dos centros urbanos em favor das periferias, contribuindo para uma maior dispersão da malha urbana.

A Reabilitação Urbana é uma opção indiscutível e assume-se atualmente como uma das componentes indispensáveis para a qualificação ambiental, urbana e socioeconómica destas áreas urbanas degradadas ou desqualificadas.

A política de reabilitação urbana visa a requalificação e revitalização urbana, procurando um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável, cujos objetivos se encontram defendidos pelo Novo Regime de Requalificação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro e alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto.

Em 2015, o município de Marvão elaborou a quatro propostas de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU): A ARU da vila histórica de Marvão e do núcleo do convento de Nossa Senhora da Estrela (12,73ha), a ARU de Portagem (24,45ha), a ARU de Santo António das Areias (24,59) e a ARU de de Porto Roque (9,38ha). A área total sujeita a Reabilitação Urbana é de 71,15 ha

Esta delimitação permitirá o estabelecimento de um quadro adequado, coerente e consistente de medidas de gestão e de incentivo à Reabilitação Urbana, a qual não se cinge às intervenções físicas. Compreende, igualmente, medidas de incentivo direto, através do processo que culmina na execução de obras, e indireto, por via da criação de um ambiente favorável ao investimento e à atividade económica.

Desta forma, a Delimitação da ARU, de acordo com legislação em vigor, dotará a esta área ferramentas mais eficazes para atrair investimento orientado para a consolidação de dinâmicas existentes/emergentes, tais como o património cultural e natural, o turismo de lazer e de natureza, a gastronomia local e as atividades socioculturais locais que poderão potenciar outros investimentos externos e a criação de empregos.

MOBILIDADE

A rede viária do Concelho de Marvão é relativamente suficiente para irrigar os principais povoamentos concelhios, não obstante da heterogeneidade de tipologias de povoamento verificadas, face à variedade topográfica e de relevo que o território possui. Apesar da sua posição interior no território nacional a sua proximidade a Portalegre e à fronteira Espanhola permite-lhe potencialidades com consequências imediatas na forma de comunicar, comercializar e distribuir.

Assim, a rede viária do Concelho encontra-se organizada da seguinte forma:

- ▶ Rede Nacional Fundamental

Relativamente a Estradas da Rede Fundamental segundo o PRN 2000 o concelho de Marvão não se encontra servido diretamente por nenhuma dessas vias.

- ▶ Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP,SA

EN246-1

A EN 246-1 é uma Estrada Nacional que se desenvolve entre o limite do concelho de Castelo de Vide e a fronteira com Espanha (Galegos).

EN 359

A EN 359 é uma Estrada Nacional que se desenvolve entre o entroncamento com a EN 359-6 e o limite do concelho de Portalegre.

EN359-6

A EN 359-6 é uma Estrada Nacional que se desenvolve entre o entroncamento com a EN 359 e a Vila de Marvão.

- ▶ Estradas Regionais

Segundo o PRN2000, o concelho de Marvão não se encontra servido diretamente por nenhuma Estrada Regional.

- ▶ Rede Municipal

A Rede Viária Municipal de Marvão é constituída por Estradas e Caminhos Municipais assim como Estradas Nacionais que foram desclassificadas e estão sob gestão municipal.

- Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da Câmara Municipal: EN 359 (entre a vila e o limite norte do concelho), EN 359-6 (entre o entroncamento da EN359 desclassificada e Beirã)
- Estradas Municipais: como principais estradas municipais que servem o concelho de Marvão, temos: EM 521, EM 522, EM 524;
- Caminhos Municipais: CM 1024, CM 1031, CM 1032, CM 1033, CM 1033-1, CM 1035, CM 1036, CM 1036-1, CM 1036-2, CM1037, CM 1038, CM 1039, CM 1040, CM 1088, CM 1142.

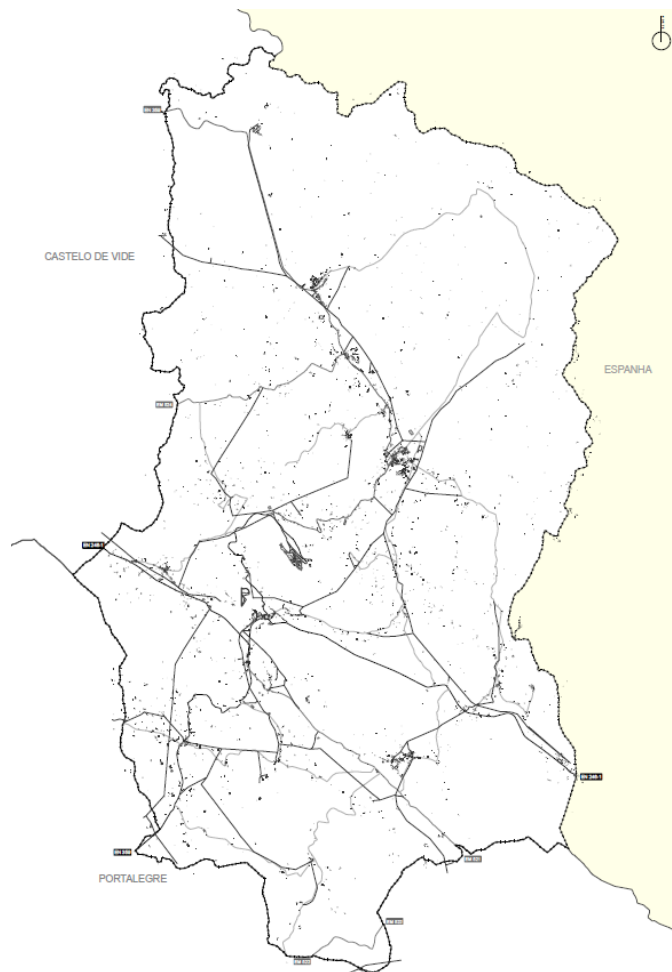


Figura 18 – Representação da Rede Rodoviária no município de Marvão.

A rede viária concelhia tem uma extensão de 119,2 Km.

O PDM em vigor engloba um vasto conjunto de vias para as quais foram propostas correções e melhorias com vista à melhoria da rede viária de Marvão.

Quadro 38 - Intervenções na rede viária realizadas.

Propostas Rede Viária	Execução
EN359 entre a Fonte da Pipa e o limite do concelho (troço da EN desclassificado): melhorar pavimento	☑
Caminhos de acesso a Galegos — proximidades da Fronteira de Marvão / Galegos, e IC13 / Galegos: melhorar pavimentos	☑
Caminho de ligação da EN359 a Rasa, a partir do cruzamento de Alvarrões: melhorar pavimento	☑
Caminho dos Olhos de Água a Porto de Espada: melhorar pavimento	☑
CM1036 entre o IC13 e Sto António das Areias por Ponte Velha: alargar e repavimentar	☑

Não obstante, por iniciativa da Autarquia, e com o apoio dos instrumentos de financiamento comunitários disponíveis, o município realizou outros investimentos de melhoria da rede viária na sua área de abrangência.

A maioria da população (cerca de 59%), que se desloca para o local de trabalho / estudo demora até 15 minutos nas deslocações. Se juntarmos a população que demora entre 16 e 30 minutos, obtêm-se um universo de cerca de 90%.

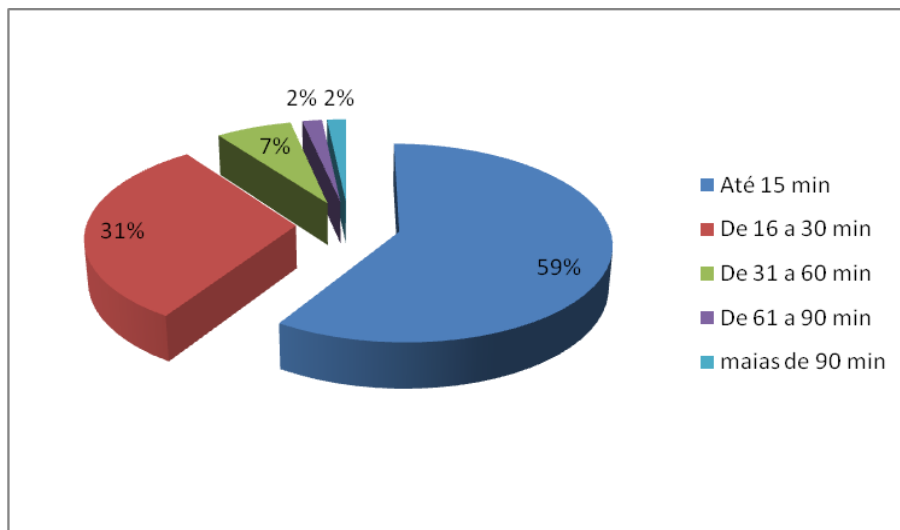


Figura 19 – Tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho/estudo.

FONTE: INE, Censos 2011

Desde o encerramento do ramal de Cáceres em fevereiro de 2011, os serviços de transporte público do Concelho resumem-se aos transportes rodoviários. As empresas a operar em território concelhio são a Rodoviária do Alentejo e a Rede Expressos. A Rodoviária do Alentejo abrange todo o território alentejano,

Relativamente a transportes públicos rodoviários, os aglomerados do concelho são servidos por carreiras regulares da empresa Rodoviária do Alentejo, em que apenas há uma ligação diária entre as freguesias e Marvão, para cada sentido (ao início da manhã e regresso ao fim do dia), isto fora do período escolar.

É possível, através das carreiras que servem a vila, viajar até aos aglomerados vizinhos da Portagem (quatro ligações), Beirã (uma ligação), Marvão (uma ligação) e Montalvão (uma ligação). De salientar a ausência de carreiras para o concelho vizinho de Nisa.

6.2.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD – Ordenamento e Qualificação do Território, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação da proposta de reviso do Plano.

Quadro 40 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento e Qualificação do Território

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O território é dominado pela ocupação com floresta e agrícola (87%) . ▪ Nivel aceitavel de cobertura de equipamentos. ▪ Boa cobertura de equipamentos nos domínios da cultura e desporto. ▪ Bom estado de conservação dos edifícios. ▪ Capitação de espaços verdes acima da média europeia. ▪ Grau elevado de acessibilidade interna. ▪ Hierarquização da rede viária. ▪ 4 ARU definidas no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dispersão do povoamento pelo território que se traduz em aglomerados de escala reduzida e isolamento de locais com fraca acessibilidade. ▪ Evolução demográfica recessiva nas últimas décadas, não só no contexto da região como do País. ▪ Diminuição da densidade populacional. ▪ Nível de instrução e qualificação da mão de obra baixa. ▪ Estrutura etária envelhecida ▪ Aumento do Índice de Envelhecimento. ▪ Capacidade dos equipamentos de apoio à 3 idade perto da lotação. ▪ Diminuição das licenças para construção. ▪ Reduzida expressão do licenciamento de obras de alteração, ampliação ou reconstrução ▪ Existem 118 edifícios em estado muito degradado. ▪ Aumento do uso do automovel individual nas deslocações. ▪ Ao nível do transporte ferroviário, registou-se um retrocesso com o encerramento do serviço do ramal de cáceres, em fevereiro de 2011. ▪ Baixa taxa de cobertura do sistema de drenagem de águas residuais.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Moderação na impermeabilização do solo. ▪ Melhorias das estrutura funcional, com adaptações às necessidades dos nossos dias. ▪ Maior adesão aos transportes coletivos devido ao aumento dos preços dos combustiveis e à crescente sensibilização ambiental da população podem promover. ▪ Elaboração de um Plano de Ação para a Mobilidade Sustentavel. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Período de crise económica mundial ▪ Envelhecimento da população. ▪ Tendência crescente da degradação dos núcleos antigos das aldeias em consequência do seu despovoamento ▪ Propensão para a desconcentração e perda de dinâmica do espaço urbano, materializada pelo crescimento do número de alojamentos vagos e de uso sazonal e as exigências de manutenção, e potencial degradação do edificado, daí decorrentes. ▪ Falta de mecanismos de atratividade para a fixação de população. ▪ A baixa densidade populacional não encoraja a uma rede de transportes coletivos.

6.2.4. Tendências de evolução sem Plano

DISPERSÃO URBANA E USO DO SOLO

Durante a vigência do PDM'94, foi aprovada legislação e políticas a nível do ordenamento do território e da compatibilização dos usos do solo, que mostra a cada vez maior desatualização do atual PDM.

Caso a revisão do PDM não ocorra, o mesmo mostrar-se-á cada vez mais desatualizado face a realidade nacional e municipal.

ASSIMETRIAS TERRITORIAIS

Relativamente as assimetrias, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

COESÃO TERRITORIAL

Relativamente à coesão territorial, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

Na ausência de implementação da revisão do PDM, existe um conjunto de equipamentos previstos que poderão não ter enquadramento no PDM em vigor, não sendo incrementado o nível de serviço dos equipamentos de apoio social à 3ª idade.

QUALIFICAÇÃO URBANA

Relativamente à qualificação urbana, prevê-se a continuidade ou uma tendência positiva devido as 4 ARU definidas pelo município.

Considera-se que a não implementação do plano não favorece o tratamento e requalificação do espaço urbano na sede de concelho e nas principais sedes de freguesia.

MOBILIDADE

Relativamente à mobilidade, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

6.2.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Ordenamento e Qualificação do Território

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Ordenamento e Qualificação do Território, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Marvão em termos de oportunidades e riscos.

Questões Estratégicas (QE):

QE1 – Completar e articular as redes de equipamentos e de infraestruturas.

QE2 – Valorizar o património natural e sociocultural e prevenir os riscos.

QE3 – Dinamização da estrutura económica local e o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

QE4 – Qualificação territorial e urbana.

Quadro 41 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Dispersão e Uso do Solo”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A melhoria do sistema de acessibilidades e transportes e da rede de infraestruturas contribuirá para uma melhor organização espacial do plano e um ordenamento mais equilibrado do território(++)	
QE2	Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico e de um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade. (++) Os espaços agrícolas e florestais apresentam regras para o uso e edificabilidade. (++) O provimento de infraestruturas básicas tem efeitos positivos na fixação e atração de novos residentes e iniciativas/investimentos empresariais importantes para a contenção do êxodo rural e preservação dos usos tradicionais do solo. (+)	
QE3	A criação e expansão de espaço de atividades económicas, bem do Ninho de Empresas de Beirã privilegia a concentração das funções industriais. (++) Espaços específicos e adequados dedicados à implantação e fixação de novas indústrias ou melhoria das condições de atividade das já existentes. (+)	
QE4	A proposta de plano distingue para os aglomerados rurais, das áreas de edificação dispersa, dos espaços em solo urbano parâmetros distintos para cada categoria e subcategoria de espaço, bem como a hierarquização estratégica das intervenções. (++) A qualificação do solo rústico e urbano promove um ordenamento equilibrado do território e assegura a sua proteção e valorização do solo e promove o aumento da população residente e atrair população mais jovem. (++) Contenção das dinâmicas de dispersão e de urbanização difusa e promoção de estratégias de contenção urbana. (++) O solo urbano diminui 28,7%. (+)	A ocupação dispersa continuará a ser um risco embora com menor magnitude, nomeadamente as edificações isoladas (-)
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 42 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Assimetrias Territoriais”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover a fixação da população e evitar o despovoamento do território.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A melhoria do sistema de acessibilidades e transportes, a consolidação da rede de equipamentos e da rede de infraestruturas contribuirá para a fixação da população. (+)	
QE2	A valorização e preservação dos recursos naturais, contribuirá para o desenvolvimento turístico e para a valorização das atividades agrícolas, possibilitando o desenvolvimento económico e a fixação da população.(+)	
QE3	Esta opção deverá ter efeitos positivos na fixação da população, na criação de novos postos de trabalho, o que irá permitir diminuir o despovoamento e envelhecimento populacional. (++)	
QE4	A qualificação urbana através da melhoria da qualidade de vida urbana, rural e ambiental promove a fixação da população. (++)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 43 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Coesão Territorial”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população. Garantir um nível de infraestruturização adequado às novas exigências ambientais.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Melhoria do concelho em termos de equipamentos nomeadamente o reforço de estruturas residenciais para idosos. (++) Melhoria das redes de água e saneamento. (++)	
QE2	0	0
QE3	O plano promove e assegura a implantação de outras funções para além da habitacional, como seja as áreas para utilização coletiva, possibilitando a dotação de equipamentos importantes necessários ao concelho, promovendo a coesão territorial. (++) Os de atividades económicas deverão ser dotados de todas as infraestruturas básicas necessárias. (++)	
QE4	Um território qualificado só é possível com infraestrutura e equipamentos adequados as necessidades da população e a melhoria da qualidade de vida. (++)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 44 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Qualificação urbana”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade. Incentivar processos de requalificação e valorização urbana.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A melhoria das acessibilidades e da rede de infraestrutura e equipamentos traz vantagens para a população existente e para a que se venha a instalar e a fixar-se no município, incentivando processos de requalificação urbana. (+)	A não aplicação das regras de uso do solo pode contribuir para a diminuição da captação de espaços verdes. (-)
QE2	O plano prevê a valorização, requalificação e ampliação de equipamentos culturais e de outras estruturas na Cidade Romana da Ammaia, a reativação Reativação do Campo de Golfe de Marvão, Valorização Turística do Rio Sever – ex: Requalificação da Piscina Fluvial da Portagem e Valorização Turística da Albufeira da Apartadura. (++) Valorização e proteção dos valores culturais do plano, através de incentivos de qualificação da qualidade urbana. (+)	A não aplicação das medidas de requalificação contribuirá para o aumento da degradação do património existente (-)
QE3	O desenvolvimento económico e a instalação de novas atividades originarão processos de requalificação urbana, melhorando a qualidade urbana do concelho. (++) O incentivo do setor turístico promoverá processo de requalificação urbana, melhorando a qualidade urbana do concelho. (+)	
QE4	A proposta promove a consolidação da área urbana, a requalificação urbana (PARU de Marvão, requalificação urbana de Porto-Roque, Plano de Ação para as comunidades desfavorecidas, delimitação de ARU's, realização de ORU's e reabilitação do antigo edifício do ICNF. (++) Os novos perímetros urbanos incentiva processo de requalificação urbana em vez da nova edificação, pois está mais adequado às necessidades do município. (+) Promoção da captação de espaços verdes. (++)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 45 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Mobilidade”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intraconcelhias.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A melhoria do sistema de acessibilidades e transportes através da elaboração do PAMUS de Marvão, da melhoria dos sistemas de transporte coletivo, da Promoção de transporte amigável para a 3ª idade e áreas desfavorecidas e da Beneficiação da Rede de Acessibilidades Internas, Fronteiriças e Intermunicipais. (++)	O aumento dos fluxos turísticos poderá originar problemas de congestionamento nas área de maior atração turística. (-)
QE2	A melhoria sistema de acessibilidades e transportes no município contribuirá para o estabelecimento de roteiros turísticos para promoção e divulgação do património arquitetónico, arqueológico e natural existentes (++)	
QE3	A melhoria do sistema de acessibilidades e transportes contribuirá para o aumento da facilidade de acesso aos locais de trabalho e ensino. (+)	
QE4	Os processos de requalificação contribuirá para a melhoria das acessibilidades e para a resolução de problemas de congestionamento de tráfego. (+)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.3. Desenvolvimento Económico e Social

6.3.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da qualificação dos recursos humanos e na promoção do emprego.

Quadro 46 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Desenvolvimento Económico e Social

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e Qualificação dos recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Nível de ensino da população. População ativa por grupo de profissão. Variação do número de cursos de formação profissional existentes no concelho.
		<ul style="list-style-type: none"> Criar e promover o emprego local. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de população ativa. Taxa de desemprego. Evolução da população ativa por setor de atividade económica. Movimentos pendulares trabalho/ estudo - casa - trabalho/estudo
	Competitividade e Desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do número de empresas sediadas. Variação do número de Empresas por Atividades Económicas. Poder de compra per capita. Variação do ganho médio mensal.
		<ul style="list-style-type: none"> Promover o potencial agrícola e pecuário. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do número de explorações agrícolas e área média de exploração. Variação do número de explorações pecuárias e número de animais. Índice de envelhecimento do tecido empresarial agrícola (produtores agrícolas >55 anos/Produtores com idade <35 anos*100)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Económico e Social		<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade empresarial / industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços empresariais/industriais estruturados e infraestruturados. Taxa de constituição e dissolução empresarial no município Volume de vendas por atividades económicas. Impostos (IMV+IMT+IMI+Derramas+IRS) no total de receitas
	Dinâmica turística	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística 	<ul style="list-style-type: none"> Número de empreendimentos turísticos classificados. Taxas de ocupação nos empreendimentos turísticos. Número de dormidas por empreendimento turístico. Intensidade turística.
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a atratividade turística 	<ul style="list-style-type: none"> Percurso temáticos implementados. Produtos de qualidade. Eventos com poder de atração.
		<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento em turismo.

6.3.2. Situação existente e análise tendencial

DESENVOLVIMENTO HUMANO

A qualificação/formação é um dos critérios de avaliação fundamentais para aferir a qualidade dos potenciais ativos residentes no município.

Relativamente aos níveis de instrução desta população verificamos que é uma população com baixas habilitações escolares, possuindo aproximadamente 76,2% da população habilitações iguais ou inferiores ao 2º ciclo do ensino básico.

A realidade ao nível das restantes unidades geográficas em análise não difere de forma significativa da apresentada para o concelho.

Quadro 47 – Nível de instrução e qualificação académica da população residente, 2011 (%)

Unidade Geográfica	População Residente		Nível de Instrução Atingido							
			Nenhum	Ensino Básico				Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
				Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Alentejo	nº absol	757302	172084	416492	200892	94335	121265	96600	5528	66598
	%	100%	22,7%	55,0%	26,5%	12,5%	16,0%	12,8%	0,7%	8,8%
Alto Alentejo	nº absol	118410	27972	65898	33001	14384	18513	13995	697	9848
	%	100%	23,6%	55,7%	27,9%	12,1%	15,6%	11,8%	0,6%	8,3%
Marvão	nº absol	3512	884	2051	1074	465	512	336	12	229
	%	100%	25,2%	58,4%	30,6%	13,2%	14,6%	9,6%	0,3%	6,5%

Fonte: INE, Censos 2011

Cerca de 30,6% da população residente em Marvão possui apenas o 1º Ciclo do ensino básico de escolaridade, enquanto 25,2% não possui nenhum nível de instrução, situação que se assemelha às unidades geográficas analisadas.

O 2º ciclo do ensino básico regista uma percentagem semelhante no concelho e na sub-região do Alto Alentejo, cerca de 13%, enquanto o 3.º ciclo do ensino básico regista cerca de 15%.

Por sua vez, a população do concelho que possui o ensino secundário representa 9,6% dos residentes, percentagem próxima à da Sub-região (11,8%), e 6,8% com o ensino médio ou superior, valor inferior ao registado no Alto Alentejo (8,3%). Ou seja, menos de metade da população residente tem a escolaridade obrigatória, apresentando ainda um elevado número de residentes que não possuem qualquer nível de instrução, aproximadamente 25%.

Ao nível das freguesias constata-se que a freguesia de Aramenha é aquela cuja população, em maior proporção, completou níveis de instrução mais elevados (secundário, pós-secundário e ensino superior). No entanto, a freguesia de Aramenha é aquela com maior percentagem de residentes que não possui nenhum nível de instrução e qualificação académica (23,3%).

Segundo os dados do INE, constata-se que houve uma melhoria ao nível da qualificação da população residente, em relação a 2001, sobretudo através da redução da parcela da população que possui o 2º e 3º ciclos.

Agregando as profissões segundo os respetivos grupos, aproximadamente 47,5% da população residente, economicamente ativa concentra-se em dois grupos de profissões, a saber: Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores e Grupo 9 - Trabalhadores Não Qualificados.

Quadro 48 – População residente economicamente ativa e empregada no Concelho, segundo o grupo de profissões, em 2001-2011

Profissão	Concelho de Marvão	Beirã	Santa Maria de Marvão	Santo António das Areias	São Salvador da Aramenha
G.0 - Forças armadas	7	1	0	3	3
G.1 - Representantes do poder legislativo e de órgão executivos, dirigentes diretores e gestores executivos	58	3	10	16	29
G.2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas	109	12	18	20	59
G.3 - Técnicos e profissões de nível intermédio	73	7	8	24	34
G.4 - Pessoal administrativo	87	18	10	27	32
G.5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	321	40	32	111	138
G.6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura da pesca e da floresta	65	12	9	21	23
G.7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	158	31	17	54	56
G.8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	83	15	7	21	40
G.9 - Trabalhadores não qualificados	258	33	25	96	104
Total	1219	172	136	393	518

Fonte: INE, Censos 2011.

Cada vez mais, a importância da formação profissional na vida das pessoas e das organizações, é inquestionável. Neste seguimento, ambiciona-se que o processo de formação profissional seja assente em ações de formação de qualidade, na qual a satisfação dos formandos é a garantia da excelência do trabalho desenvolvido. A organização da formação deve ser rigorosa no desenvolvimento de competências, orientada para os resultados que visem a adoção de comportamentos adequados a um melhor do desempenho profissional e valorização dos recursos humanos.

Neste contexto, a CIMAA (Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo), na qual o município de Marvão se insere, desenvolveu formação em diversos âmbitos com vista ao aumento da qualificação dos profissionais da administração pública local. O quadro seguinte resume o número de formações do plano CIMAA para o ano de 2013.

Quadro 49 – Âmbito e número de formações do plano de formação da CIMAA, para 2013

Âmbito da formação	Número de formações
Segurança Rodoviária	1
Regime Jurídico	2
Gestão e avaliação de desempenho de serviços, programas,	1
Gestão de Recursos Humanos	11
Gestão Financeira e Orçamental e POCAL	4
Contratação pública e sistemas de aquisição de bens e serviços	4
Reengenharia de processos	2
Marketing público, comunicação institucional e atendimento	2
Gestão para a qualidade, liderança e gestão de equipas	1
Gestão do conhecimento	1
Tecnologias de informação e comunicação, sociedade de	6
Literacia informática	1

O indicador “Taxa de população ativa” permite definir a relação entre população ativa e a população total num determinado território.

Entre 2001 e 2011 assistiu-se ao decréscimo da população ativa, quer no concelho de Marvão em 13,8%, quer no Alto Alentejo em 5,8%.

Quadro 50 – População Ativa, concelho de Marvão, na região e sub-região, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	2001			2011		
	HM	H	%	HM	H	%
Marvão	1572	908	57,8	1355	738	54,5
Alto Alentejo	53610	30059	56,1	50474	26458	52,4
Alentejo	352949	198795	58,8	342654	181596	53

Fonte: INE, 2001 e 2011

Conclui-se que a população masculina da Sub-região, Concelho e das Freguesias é ainda hoje a população ativa por excelência. No entanto, a evolução estatística de 2001 a 2011 apresenta uma diferença entre homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho mais diluída e com tendência a uniformizar-se.

A estrutura económica revela a capacidade produtiva de um concelho e também o seu desenvolvimento e preparação para os desafios do futuro. Da análise do quadro seguinte, onde foram introduzidos os valores

dos censos de 2001 e 2011, verifica-se que a taxa de desemprego total do município de Marvão em 2011 (10,0%) revela-se inferior à média da sub-região Alto Alentejo (15,7%).

Quadro 51 – Evolução da taxa de desemprego.

	Taxa de Desemprego %		Δ2011-2001
	2001	2011	
Alentejo	8,4	12,8	4,4
Alto Alentejo	8	15,7	7,7
Marvão	6,4	10,0	3,6

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Sobre a população ativa nos setores de atividade, e apoiados nos dados do INE, constata-se que o setor primário decresceu na última década, sendo o menos representativo na estrutura socioeconómica do Concelho, tendo sofrido uma quebra de 37% no número de ativos, ocupando, em todo o caso, ainda, cerca de 7,7% da sua população ativa.

O setor terciário que deveria ser o mais expressivo apresentou durante esta década, em 2011, um decréscimo de 3 % do número de ativos face à década anterior.

O Setor secundário era em 2001, o setor que empregava 26,8% da população ativa do concelho, contudo em 2011, o setor secundário sofreu um decréscimo de aproximadamente 42% do número de ativos, passando a empregar 18,9% da população do concelho.

Em suma, o município de Marvão demonstra uma acentuada falta de manutenção e um decréscimo exponencial da atividade dominante em termos da ocupação da sua população ativa, manifestando uma transferência dos ativos do setor primário e setor secundário para o terciário.

Em termos de especialização da base produtiva, pode desde já, constatar-se a partir da observação do quadro da estrutura da população ativa com uma profissão que, tanto no concelho, como na Sub-região Alto Alentejo, esta se encontra concentrada no Terciário.

Quadro 52 – População empregada por Setor de Atividade.

Zona Geográfica		Alentejo	Alto Alentejo	Marvão
Total	nº absol.	298691	42554	1219
Setor Primário	nº absol.	28062	3809	94
	%	9,4	9,0	7,7
Setor Secundário	nº absol.	65576	7883	230
	%	22,0	18,5	18,9
Setor Terciário	nº absol.	205053	30862	895
	%	68,7	72,5	73,4

Em 2011 o setor terciário empregava 73,4 % da população empregada de Marvão sendo este superior ao da região e sub-região.

O setor primário empregava, em 2011, 7,7% da população valor inferior aos registados na Região do Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo, o que evidencia um crescente nível de instrução da população concelhia bem como uma perda de importância deste setor na economia local.

No que diz respeito à mobilidade da população, foram analisados dados do INE, relativos aos movimentos pendulares para o ano de 2011. Entende-se por movimentos pendulares, todas as deslocações efetuadas pela população compreendidas entre a sua residência e local de trabalho/estudo, por concelho de origem e destino.

Relativamente aos movimentos pendulares trabalho/estudo – casa – trabalho/estudo no concelho de Marvão, verifica-se que 70,2% dos movimentos se fazem dentro do próprio município, enquanto 29,8% se fazem para outros municípios. Os municípios para os quais se faz um maior número de movimentos pendulares são Portalegre (com 18,8% do total de movimentos pendulares) e Marvão (5,8% do total de movimentos pendulares).

Quadro 53 – Movimentos pendulares trabalho/estudo – casa – trabalho/estudo no concelho de Marvão

Marvão		Total: 1064
Total que reside e trabalha ou estuda no município de residência		747
Na freguesia onde reside		436
Noutra freguesia do município onde reside		311
Total que reside e trabalha ou estuda noutro município		317
Espinho		1
Beja		2
Miranda do Douro		1
Belmonte		1
Castelo Branco		1
Covilhã		0
Coimbra		0
Estremoz		6
Évora		1
Mora		3
Vendas Novas		1

Total que reside e trabalha ou estuda noutro município	317
Albufeira	2
Faro	0
Leiria	2
Cascais	1
Lisboa	3
Alter do Chão	1
Avis	1
Marvão	62
Elvas	7
Fronteira	1
Gavião	1
Monforte	2
Nisa	9
Ponte de Sor	2
Portalegre	200
Abrantes	1
Alcácer do Sal	1
Palmela	1
Santiago do Cacém	2
Sines	1

É a freguesia de São Salvador da Aramenha que tem mais residentes a trabalhar ou estudar fora do município de Marvão.

Quadro 54 – Movimentos pendulares trabalho/estudo – casa – trabalho/ estudo por freguesia

Beirã	Total: 149
Total que reside e trabalha ou estuda no município de residência	118
Na freguesia onde reside	46
Noutra freguesia do município onde reside	72
Total que reside e trabalha ou estuda noutro município	31
Santa Maria de Marvão	Total: 115
Total que reside e trabalha ou estuda no município de residência	85
Na freguesia onde reside	60
Noutra freguesia do município onde reside	25
Total que reside e trabalha ou estuda noutro município	30
Santo António das Areias	Total: 355
Total que reside e trabalha ou estuda no município de residência	277
Na freguesia onde reside	156
Noutra freguesia do município onde reside	121
Total que reside e trabalha ou estuda noutro município	78
São Salvador da Aramenha	Total: 445
Total que reside e trabalha ou estuda no município de residência	267
Na freguesia onde reside	174
Noutra freguesia do município onde reside	93
Total que reside e trabalha ou estuda noutro município	178

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em 2013, o número de empresas de com sede em Marvão era de 380, correspondendo a uma densidade de empresas no município de 2,6 empresas/km², valor superior ao do Alto Alentejo (1,9 empresas/km²), valor que reflete necessariamente uma atratividade económica do município.

Quadro 55 – Indicadores do tecido empresarial concelhio.

		Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Marvão
Empresas (Nº)	2010	1096832	81453	11549	322
	2011	1065375	79747	11301	347
	2012	1017697	75540	10694	331
	2013	1049278	76494	10931	380
Densidade de empresas (N.º/km²)	2010	12,3	2,6	1,8	2,1
	2011	12	2,5	1,8	2,2
	2012	11,4	2,4	1,7	2,1
	2013	12,3	2,5	1,9	2,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico do Alentejo 2011,2012,2013 e 2014.

O concelho de Marvão regista um número de empresas por km² superior ao da região do Alentejo e da sub-região do Alto Alentejo. O número de empresas sedeadas no concelho entre 2010 e 2013 sofreu variações que acompanharam a tendência regional e nacional.

De acordo com dados estatísticos do INE, relativos aos anos de 2010 a 2011, a distribuição das empresas, segundo a classificação das atividades económicas, evidenciou um ligeiro crescimento do número de empresas, traduzido num ganho, em termos absolutos, de 25 empresas. Pelo contrário no período de 2011 a 2012 registou-se um decréscimo no número de empresas no concelho de Marvão, traduzido numa perda de 16 empresas, 4,6% das empresas existentes em 2011. No entanto em 2013 há um novo aumento no número de empresas (49 novas empresas), o que traduz um aumento de 12,9% face a 2012.

Quadro 56 – Empresas do concelho de Marvão, segundo a classificação das atividades económicas, Rev. 3.

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas	2010		2011		2012		2013	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (CAE A)	60	19%	78	22%	73	22%	123	32%
Indústrias extrativas (CAE B)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Indústrias transformadoras (CAE C)	24	7%	24	7%	25	8%	26	7%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (CAE D)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (CAE E)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Construção (CAE F)	28	9%	29	8%	23	7%	26	7%
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos (CAE G)	81	25%	83	24%	78	24%	71	19%
Transportes e armazenagem (CAE H)	8	2%	8	2%	5	2%	5	1%
Alojamento, restauração e similares (CAE I)	49	15%	49	14%	56	17%	62	16%
Atividades de informação e comunicação (CAE J)	2	1%	1	0%	1	0%	2	1%
Atividades imobiliárias (CAE L)	5	2%	5	1%	5	2%	5	1%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (CAE M)	16	5%	16	5%	14	4%	19	5%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio (CAE N)	17	5%	17	5%	20	6%	16	4%
Educação (CAE P)	4	1%	9	3%	8	2%	6	2%
Atividades de saúde humana e apoio social (CAE Q)	7	2%	6	2%	4	1%	5	1%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (CAE R)	4	1%	3	1%	4	1%	5	1%
Outras atividades de serviços (CAE S)	17	5%	19	5%	15	5%	9	2%
Total	322	100%	347	100%	331	100%	380	100%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2012 e 2011 e 2010.

Pela análise do quadro anterior podemos verificar que estamos perante um tecido empresarial do concelho que é fortemente vocacionado para os setores da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (32%), do Comércio (19%), e Alojamento, restauração e similares. Salienta-se que as indústrias transformadoras representam apenas 7%, do total das empresas com sede em Marvão. Também ao nível da sub-região a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (23%) também é o setor mais representativo seguido do setor do Comércio (20%).

O índice do poder de compra do município de Marvão em 2013 correspondia a 66,98% da média nacional, tendo aumentado 28,5% entre 1993 e 2013. Contudo é 22,5% inferior ao índice do Alentejo. De igual modo verifica-se que, o índice do poder de compra do município de Marvão está ainda 18,3% abaixo da sub-região do Alto Alentejo.

Quadro 57 – Índice de Poder de Compra.

Área Geográfica	Índice de Poder de Compra					
	1993	2007	2009	2011	2013	Δ (13-93)
Marvão	38,45	59,20	59,54	61,23	66,98	28,53
Alto Alentejo	65,38	84,73	85	82,03	85,32	19,94
Alentejo	71,27	87,33	88,39	87,99	89,43	18,16
Portugal	100	100	100	100	100	0

Fonte: INE

O Município de Marvão apresentava, em 2013, ganho mensal médio de 707,4 €, que era um valor bastante abaixo da média nacional, bem como da região do Alentejo bem como da sub-região do Alto Alentejo.

Quadro 58 - Variação do ganho médio mensal (€) entre 2009 e 2013

Área Geográfica	2009	2010	2011	2012	2013
Alentejo	921,13	968,54	982,23	985,26	994,1
Alto Alentejo	866,27	885,25	885,78	901,95	894,3
Marvão	680,68	730,15	711,58	731,73	707,4

De acordo com a informação existente no Recenseamento Geral Agrícola de 1989, 1999 e 2009, é possível obter dados relativamente às explorações agrícolas do concelho de Marvão.

Em 2009, em termos de área, as 577 explorações agrícolas correspondem a 9 755 ha, sendo a área das explorações com superfície agrícola utilizada (SAU) de 8 602 ha, equivalente à 88% da área total das explorações do concelho de Marvão. O valor médio de SAU por exploração é de 14,9 ha, enquanto a área média das explorações é de aproximadamente 16,9 ha.

Quadro 59 – Informação relativamente às explorações agrícolas existentes no concelho de Marvão.

		1989	1999	2009
Explorações Agrícolas	Explorações (n.º)	849	561	577
	Área (ha)	10017	11832	9755
	Área por exploração	11,8	21,1	16,9
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	Explorações (n.º)	783	5585	576
	Área (ha)	9286	10464	8602
	Área por exploração	11,9	18,8	14,9
Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU)	Explorações (n.º)	5	23	1
	Área (ha)	23	60	0
	Área por exploração	4,6	2,6	0

Fonte: INE.

Ao nível das explorações pecuárias, verificou-se entre 1989 e 2009, uma diminuição das explorações pecuárias e do efetivo animal. Verifica-se que ao nível da pecuária a prática mais comum é a criação de ovinos.

O número de bovinos por exploração era, em 2009, de 37,7, enquanto no Alto Alentejo se registava uma média de 147,8. No que diz respeito aos efetivos de ovinos por exploração, Marvão apresentava um índice de 43,1 enquanto no Alto Alentejo se registava uma média de 116,4. Relativamente ao número de cabeças de caprinos por exploração é de 25,5, enquanto no Alto Alentejo é de 28,9, enquanto que o número de suínos por exploração é de 5,7, enquanto no Alto Alentejo é de 77,6.

Quadro 60 – Informação relativamente às explorações pecuárias existentes no concelho de Marvão.

		1989	1999	2009
Bovinos	Explorações (n.º)	306	129	49
	Efetivo (n.º)	2328	2196	1851
	Bovinos por exploração	13,1	17,0	37,7
	Cabeças Normais (CN)	1790	1663	1355
Ovinos	Explorações (n.º)	192	185	159
	Efetivo (n.º)	7356	8252	6853
	Ovinos por exploração	38,3	44,6	43,1
	Cabeças Normais (CN)	736	825	685
Caprinos	Explorações (n.º)	254	172	85
	Efetivo (n.º)	3491	3231	2167
	Caprinos por exploração	13,7	18,7	25,5
	Cabeças Normais (CN)	349	323	217
Suínos	Explorações (n.º)	330	123	7
	Efetivo (n.º)	1751	448	40
	Suínos por exploração	5,3	3,6	5,7
	Cabeças Normais (CN)	465	129	8

Fonte: INE.

Analisando o índice de envelhecimento dos produtores agrícolas verifica-se que este tem aumentando, significando que o número de produtores com menos de 35 anos tem vindo a diminuir, representando a pouca atratividade do setor agrícola para as novas gerações.

Quadro 61 – Índice de envelhecimento empresarial em Marvão.

Região	1989	1999	2009
Alto Alentejo	1410	1984	3657
Marvão	1327	2459	7600
Freguesia - Beirã	767	1125	5400
Freguesia - Santa Maria de Marvão	4400	5600	9000
Freguesia - Santo António das Areias	1188	1517	5700
Freguesia - São Salvador da Aramenha	1327	3767	6600

No que se refere ao indicador espaços empresariais/industriais estruturados e infraestruturados, verifica-se a existência, no concelho de Marvão de 2 áreas de localização empresarial: a área empresarial de Santo António das Areias e o Ninho de Empresas. O espaço industrial classificado no PDM'94, ocupa uma área de 15,6 ha, de acordo com os dados do INE referentes a 2013.

A área empresarial de Santo António das Areias e o Ninho de Empresas ocupa 9 ha, sendo constituída por 11 lotes de 0,5 ha cada, e 5 destes lotes já se encontram ocupados.

O Ninho de Empresas localiza-se em St. António das Areias a 7 km de Espanha e a 20 km de Portalegre (capital de distrito). Trata-se de um edifício moderno, funcional, ideal para a instalação de vários tipos de negócios, desde serviços, passando pelas tecnologias e até aos de carácter industrial.

As suas instalações são constituídas por um núcleo central com 2 pisos onde se encontra um espaço para cafetaria, 4 gabinetes com uma área de 39,02 m², 2 gabinetes com uma área de 52,38 m² e outros 2 com uma área respetiva de 54,16 m², todos eles com acesso gratuito à internet.

Para apoio dos utentes, o núcleo central possui ainda Sala de Formação e Sala de Reuniões com capacidade para 12 pessoas, receção com serviço de reprografia, e o apoio do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Município de Marvão (GADE).

As laterais do Ninho de Empresas são constituídas por 9 Pavilhões, 6 dos quais com uma área de 93,84 m² e 3 com uma área total de 187,48 m². Na atualidade estão instaladas no Ninho de Empresas 13 empresas e um espaço COWORK.

No que respeita à taxa de sobrevivência das empresas (nascidas 2 anos antes) no município de Marvão, observa-se que no ano de 2013, esta foi superior à taxa registada na sub-região do Alto Alentejo, à região do Alentejo e, à média nacional. De destacar, que o município registou no ano de 2009 a taxa de sobrevivência de empresas mais baixa e em 2012 a taxa de sobrevivência de empresas mais elevada do período de análise (2006-2013).

Quadro 62 – Taxa de sobrevivência das empresas, dois anos depois da sua constituição, em Marvão

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Continente	58,7	57,3	57,8	52,7	48,6	48,9	48,6	50,6
Alentejo	59,7	59,1	58,4	52,9	50,4	50,6	47,9	48,2
Alto Alentejo	58,6	61,0	59,4	55,9	50,3	53,7	50,3	49,8
Marvão	63,9	57,7	60,5	48,8	65,5	54,2	66,5	54,9

Quadro 63 – Volume de vendas nas empresas com sede no município segundo a classificação das atividades económicas, em milhares de euros.

Setor de atividade	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1076	1399	1247	2060
Indústrias extrativas	0	0	0	0
Indústrias transformadoras	4196	3473	3116	-
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0	-	0
Construção	1307	-	1349	1864
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	6724	6010	6474	6364
Transportes e armazenagem	394	311	97	76
Alojamento, restauração e similares	3677	3432	3819	3306
Atividades de informação e de comunicação	-	-	-	-
Atividades imobiliárias	321	319	117	105
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	386	392	290	290
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	294	339	350	32
Educação	57	45	31	28
Atividades de saúde humana e apoio social	35	37	11	16
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	-	6	8	13
Outras atividades de serviços	85	80	124	66
Total Concelho	18569	17094	19813	17262

Fonte: INE.

Em 2013, os setores de atividade com maior volume de vendas eram o comércio por grosso e a retalho: reparação de veículos automóveis e motociclos (36,9%) e o alojamento, restauração e similares (19,2%).

As receitas municipais em impostos como: o Imposto Municipal sobre veículos (IMV), o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas Imóveis (IMT), o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a Derrama e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), no total das receitas do município aumentaram, entre 2009 e 2014, 3 %. A proporção dos impostos municipais no total da receita no município de Marvão tem acompanhado a evolução da sub-região Alto Alentejo, embora de valor inferior.

Quadro 64 – Impostos no total de receitas do município (%).

Unidade Geográfica	Ano				
	2009	2010	2011	2012	2014
Continente	35,9	35,7	34,8	33,8	40,5
Alentejo	18,2	17,0	17,8	17,6	21,7
Alto Alentejo	11,5	12,2	11,8	12,2	12,8
Marvão	6,0	7,1	4,7	6,0	9,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

DINÂMICA TURÍSTICA

O turismo é uma atividade económica extremamente importante podendo desempenhar um papel decisivo em termos do desenvolvimento local e regional, e que pode dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais, promovendo o desenvolvimento dos recursos endógenos.

A abordagem sobre uma perspetiva do turismo, enquanto meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações ‘hospedeiras’ constitui um facto consensual. No entanto a definição quanto aos modelos a preconizar é um processo demasiado complexo, marcado por profundas divergências, existindo uma bipartição entre os que, incondicionalmente, defendem o desenvolvimento sustentável, numa perspetiva holística, e os que preconizam uma abordagem economicista, que consubstancia a prova cabal da dificuldade de encontrar uma via consensual.

Entretanto, é por demais reconhecido que o turismo constitui uma atividade de grande potencial económico para o concelho, na medida em que aos criar sinergias entre as diversas atividades económicas, estimula os agentes regionais e locais para a criação de mais serviços e infraestruturas, potenciando e integrando os recursos endógenos na estratégia de desenvolvimento.

Turismo sustentável é aquele que atende, simultaneamente, às necessidades dos turistas e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

A oferta de alojamento existente no concelho de Marvão resume-se a 24 empreendimentos turísticos: três estabelecimentos hoteleiros, dezoito empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo de habitação, dois Parque de Campismo e/ou Caravanismo e uma Pousada.

Quadro 65 – Empreendimentos turísticos existentes no Concelho de Marvão

Unidade	Tipologia	Capacidade	N.º unid. alojamento	Localidade	OBS.
Boutique Hotel – O Poejo	Hotel ****	24	13	Sto. António das Areias - Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Casa da Árvore	Casa de Campo	10	5	Marvão	
Casa Das Amoras	Casa de Campo	8	4	Sto. António das Areias - Marvão	
Casa Elvira da Silva	Casa de Campo	6	3	Marvão	
Casa Ana Pestana	Agroturismo	8	4	S. Salvador da Aramenha - Marvão	
Casas da Estação	Casa de Campo	16	8	Beirã - Marvão	
Casas da Fontanheira	Casa de Campo	4	2	S. Salvador da Aramenha - Marvão	
Casa da Murta	Casa de Campo	8	4	Beirã - Marvão	

Unidade	Tipologia	Capacidade	N.º unid. alojamento	Localidade	OBS.
Dom Dinis	Casa de Campo	18	9	Marvão	
Eco- Villa Quinta do	Agroturismo	4	2	Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Eira Velha	Casa de Campo	14	7	S. Salvador da Aramenha - Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Estalagem de Marvão	Casa de Campo	12	6	Marvão	
Hotel El-Rei Dom Manuel	Hotel ***	26	15	Marvão	
Monte de São Sebastião – Casa do Sino	Casa de Campo	4	2	S. Salvador da Aramenha - Marvão	
Pousada Santa Maria	Pousada	62	31	Marvão	
Quinta da Abegoa	Casa de Campo	12	6	Sto. António das Areias - Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Hotel Sever	Hotel ***	19	14	S. Salvador da Aramenha - Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Tapada da Rabela – Tourism and private natural reserve	Casa de Campo	11	6	Beirã - Marvão	
Train Spot	Casa de Campo	18	9	Beirã - Marvão	Quartos p/ indivíduos mobilidade reduzida
Turimenha	Casa de Campo	16	8	S. Salvador da Aramenha - Marvão	
Vale Perdido de Ramila	Casa de Campo	10	5	Sto. António das Areias - Marvão	
Varanda do Alentejo	Casa de Campo	8	4	Marvão	
Parque de Campismo – Camping Beirã, Marvão	Parque de Campismo e/ou Caravanismo	120		Beirã - Marvão	
Quinta do Maral – Naturista	Parque de Campismo e/ou Caravanismo	50		Sto. António das Areias - Marvão	

Fonte: Turismo de Portugal, 2015

A nível de alojamento local, o Concelho de Marvão possui 21 unidades: quinze Moradias e seis Estabelecimentos de Hospedagem.

Quadro 66 – Alojamento local existente no Concelho de Marvão

Unidade	Modalidade	N.º Camas	N.º Utentes	Localidade
As salgueirinhas	Moradia	3	6	S. Salvador da Aramenha - Marvão
Camping Asseiceira	Estabelecimento Hospedagem	7	8	Sto. António das Areias - Marvão
Casa Rosado	Estabelecimento Hospedagem	2	4	Marvão
Casa da Aldeia - Escusa	Moradia	3	5	S. Salvador da Aramenha - Marvão
Casa da Carapeta	Moradia	3	5	Marvão
Casa da Escusa	Moradia	2	4	Marvão
Casa da João	Moradia	2	4	Marvão
Casa do Arco	Moradia	3	6	Marvão
Casa do Brasão	Moradia	5	7	Marvão
Casa do Meio	Estabelecimento Hospedagem	9	11	S. Salvador da Aramenha - Marvão
Casa dos Galegos	Moradia	1	2	Marvão
Casa Raposo	Estabelecimento Hospedagem	5	8	S. Salvador da Aramenha - Marvão
Casa da Avó	Moradia	4	6	S. Salvador da Aramenha - Marvão
Flor da Ramila	Moradia	2	2	Sto. António das Areias - Marvão
Maruan Heaven	Moradia	5	7	Marvão
Quinta da Nave do Lobo	Moradia	18	24	Marvão
Quinta do Barreiro	Estabelecimento Hospedagem	13	20	Marvão
Quinta do Marvão	Estabelecimento Hospedagem	6	10	S. Salvador da Aramenha - Marvão
Quinta do Pasmal	Moradia	1	2	Sto. António das Areias - Marvão
Refugio da Maceira	Moradia	5	8	Marvão
Tapada da Beirã	Moradia	10	13	Beirã - Marvão

Em termos de atividade turística, o concelho de Marvão em 2014 tinha uma taxa de ocupação-cama de 25,6%, superior à do Alto Alentejo (23,9%), mas inferior à região do Alentejo (26,5%).

Quadro 67 – Taxa de Ocupação hoteleira.

Ano	Unidade Geográfica	Taxa de Ocupação-Cama (%)				Estada média	Hóspedes por habitantes
		Total	Hotéis	Alojamento local	Turismo rural e de habitação		
2014	Alentejo	26,5	30,7	18,6	19,9	1,8	1,3
	Alto Alentejo	23,9	29,0	13,2	16,7	1,7	1,3
	Marvão	25,6	-	-	15,8	1,4	5,7

Ano	Unidade Geográfica	Taxa de Ocupação-Cama (%)				Estada média	Hóspedes por habitantes
		Total	Hotéis	Alojamento local	Turismo rural e de habitação		
2013	Alentejo	24,11	27,93	17,23	17,78	1,8	1,1
	Alto Alentejo	19,47	22,98	12,70	15,00	1,6	1,1
	Marvão	23,2	-	-	17,45	1,5	5,3
2012	Alentejo	25,3	31,9	16,2	21,0	1,8	0,9
	Alto Alentejo	22,4	23,6	-	-	1,4	0,9
	Marvão	28,4	-	-	-	1,3	4,7

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2012, 2013 e 2014

No que diz respeito ao número de hóspedes por habitante, 5,7 em 2013, Marvão em comparação com a sub-região do Alto Alentejo e a região do Alentejo apresenta um valor superior aos mesmos. Este é um município com pouco mais de 3 300 habitantes. Deste modo, o número de hóspedes em comparação com o de outras regiões, acaba por ser representativo aquando da comparação com a população local.

Relativamente ao número de dormidas, em 2014, foram 27647 e o número de hóspedes foi de 19 074, valores estes que tem vindo a aumentar ao longo dos anos.

Quadro 68 – Numero de dormidas e hóspedes nos empreendimentos turísticos concelhios

Ano	Unidade Geográfica	Dormidas				Hóspedes			
		Total	Hotéis	Alojamento local	Turismo rural e de habitação	Total	Hotéis	Alojamento local	Turismo rural e de habitação
2014	Alentejo	1 664 296	1 216 432	214 089	233 775	919 205	683 525	123 702	111 978
	Alto Alentejo	235 487	175 425	13 879	46 183	140 725	109 006	8 987	22 732
	Marvão	27 647	-	-	8 921	19 074	-	-	5 773
2013	Alentejo	1 416 693	1 039 392	191 706	185 595	792 525	593 350	109 724	89 451
	Alto Alentejo	203 007	143 836	18 481	40 690	125 714	93 092	11 954	20 668
	Marvão	26 958	-	-	8 655	18 028	-	-	4 560
2012	Alentejo	1 142 145	678 069	122 018	342 058	651 072	427 251	69 717	154 104
	Alto Alentejo	150 747	120 146	-	-	104 459	82 452	-	-
	Marvão	12 524	-	-	-	16 084	-	-	-

O indicador intensidade turística avalia a relação entre a quantidade de turistas e a população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes. Relativamente a 2014, a intensidade turística em Marvão foi de 3,7 dormidas/habitante, na sub-região do Alto Alentejo e região Alentejo o valor de intensidade turística foi de 1,1 e 0,6 dormidas/habitante, respetivamente.

O indicador intensidade turística avalia a relação entre a quantidade de turistas e a população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes (SIDS n.º 69). O turismo pode considerar-se pouco sustentável quando a intensidade turística em determinada região ultrapassa os 50%.

O indicador é calculado através da razão entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseados ao longo do período de tempo em análise e a população residente multiplicada pelo número de dias em causa, multiplicado por 100.

Quando se verifica um acréscimo do número de visitantes superior a 50%, em relação à população residente, começam a surgir problemas ambientais, nomeadamente com a necessidade de adequação da capacidade das infraestruturas de saneamento, abastecimento e tratamento de águas, recolha e deposição de resíduos sólidos.

Quadro 69 – Intensidade turística

Ano	Unidade Geográfica	Dormidas	População residente estimada	Intensidade Turística (IT) %
2014	Alentejo	1664296	733370	0,6
	Alto Alentejo	235487	112084	0,6
	Marvão	27647	3305	2,3
2013	Alentejo	1416693	743306	0,5
	Alto Alentejo	203007	114137	0,5
	Marvão	26958	3376	2,2
2012	Alentejo	1142145	748699	0,4
	Alto Alentejo	150747	115663	0,4
	Marvão	12524	3428	1,0

Analisando os dados do quadro anterior, verifica-se que em 2012 a 2014, a intensidade turística reflete um turismo sustentável.

O projeto Alentejo Feel Nature - rede de percursos em natureza, integra-se na Estratégia Territorial Provere Inmotion, da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.



Tendo por mote a valorização dos recursos endógenos e a dinamização de atividades lúdicas e turísticas integradas em sítios e áreas classificadas, a rede corresponde a 600 km de percursos pedestres, em pequena e grande rota, que cruzam os 15 municípios do Alto Alentejo.



Através de velhos caminhos, pelas encostas, vales e cumes do Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM), pelas margens de albufeiras, do rio Tejo ou do rio Sever, entre carvalhos, azinheiras ou oliveiras, Alentejo Feel Nature é um desafio a todos os sentidos para uma experiência de sensações.

A Rede reencontra factos da História de Portugal e faz descobrir as paisagens e os valores naturais que justificaram a criação do PNSSM e de mais 10 outras áreas que integram a Rede Natura 2000 no Alto Alentejo.

No concelho de Marvão, estão implementados 4 percursos pedestres: PR1 - Percurso Pedestre de Marvão, PR2 - Percurso Pedestre dos Galegos, PR3 - Percurso Pedestre Castelo de Vide-Marvão e PR4 - Percurso Pedestre do Contrabando de Café. Os percursos pedestres estão associados ao património natural e cultural do concelho, estando todos devidamente homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, segundo o documento “Alentejo Fell Nature - Rede de Percursos em Natureza” de 2015.

Quadro 70 – Percursos temáticos implementados.

Percurso	Descrição	
<p>PR1- Percurso Pedestre de Marvão</p> <p>(7,7 km)</p>	<p>O percurso inicia-se e termina no Largo das Almas, na Portagem, onde se observam magníficos choupos marginando o Sever. Adiante, pequenas hortas com oliveiras, cerejeiras e castanheiros.</p> <p>À saída da estrada alcatroada temos acesso a uma calçada medieval que pode corresponder a um antigo caminho romano. Surgem zonas florestais onde o sobreiro se associa ao carvalho-negral e ao castanheiro. À medida que nos aproximamos da Sr.^a da Estrela o sobreiro reforça a sua predominância.</p> <p>A panorâmica é magnífica, observando-se as cristas quartzíticas da fronteira de Galegos (a SE), a Serra Selada e o Pico de S. Mamede (a S). Após um curto troço em estrada alcatroada alcançamos outra calçada medieval, ladeada de muros revestidos por vegetação.</p> <p>No fim da calçada dirigimo-nos para Abegoa, conjunto de casas pequenas e chaminés grandes. Daqui se avista uma área de blocos graníticos, onde sobressai a Igreja da Sr.^a da Estrela. De Abegoa parte-se através de uma paisagem onde domina o carvalho, surgindo o sobreiro nas zonas mais secas.</p> <p>Na Fonte Souto merece referência uma capela em muito mau estado e duas sepulturas medievais escavadas na rocha.</p> <p>Retorna-se então a parte inicial do percurso atravessando um importante bosque de sobreiros.</p> <p>Pontos de interesse: 1 Piscina Fluvial; 2 - Torre da Portagem; 3 - Pontão sobre o Rio Sever; 4 - Antigo moinho de água; 5- Palacete dos Araújo; 6 - Calçada e sobreiros até Marvão; 7 - Igreja e Convento de Nossa Senhora da Estrela; 8- Marvão a Abegoa - Calçada e Souto; 9- Sepulturas antropomórficas; 10- Ponte Medieval; 11- Moinho da Cova.</p>	
<p>PR2- Percurso Pedestre dos Galegos</p> <p>(12 Km)</p>	<p>O percurso inicia-se na aldeia de Galegos, no Largo da Ponte, junto da antiga paragem da Rodoviária Nacional.</p> <p>No leito granítico da Ribeira de Galegos são visíveis as Marmitas de Gigante, cavidades formadas pela ação de calhaus que, arrastados pelas águas, gradualmente desgastaram e escavaram o leito.</p> <p>O percurso segue em direção à fronteira (La Fontañera). Neste troço do percurso, entre Galegos e La Fontañera, é possível encontrar a erva-pinhadeira-orvalhada (<i>Drosophyllum lusitanicum</i>), interessantíssima planta insetívora.</p> <p>O percurso segue, com ondulações, em direção à Ribeira de Galegos, que atravessa, e depois ao Rio Sever. Eis-nos num local simultaneamente selvagem e aprazível com a aspereza do granito a acompanhar o rumorejar das águas e a típica e repousante vegetação marginal de choupos e freixos. Adiante, magnífica panorâmica sobre o vale.</p> <p>Envolvem-nos blocos graníticos de impressionante dimensão. Se nos voltarmos para o vale, à direita (sudeste), observa-se uma mancha de castanheiros junto à qual iremos passar. Mesmo em frente (nordeste), no vale, uma eira e uma pequena horta.</p> <p>De regresso a Galegos vamos encontrar de novo a ribeira do mesmo nome, junto da qual tomaremos a estrada asfaltada que conduz à aldeia.</p> <p>Pontos de interesse: 1- Marmitas de Gigante; 2- Castro da Crença; 3- Rio Sever; 4- Granito; 5 Rio Sever - Ponte Velha; 6 Miradouro.</p>	

Percurso	Descrição	
<p>PR3 - Percurso Pedestre Castelo de Vide-Marvão (9,6 km)</p>	<p>É uma ligação histórica entre dois pontos estratégicos: Castelo de Vide e Marvão. Uma travessia secular ao longo de uma paisagem de características rurais e naturais, por antigos caminhos murados, com alguns setores ainda em calçada medieval.</p> <p>O percurso é marcado pela presença de inúmeras pequenas quintas onde predomina a cultura da oliveira e do pastoreio extensivo e onde o chocalhar pontual das ovelhas vai denunciando a presença destes simpáticos ruminantes.</p> <p>De realçar uma importante representação do carvalho-negral que, nesta região, forma bosquetes de elevado valor ecológico. Ao longo destes caminhos rurais encontramos algumas construções características de tempos idos, como antigas fontes, choça, igrejas, uma sepultura escavada na rocha, etc.</p> <p>Os últimos 3km, sempre a subir, representam um desafio à nossa resistência, atenuados pela envolvente paisagística que se perde no horizonte e pela magnífica e bem preservada calçada medieval que atravessa os afamados soutos que dão origem à Castanha de Marvão. A mais de 800m de altitude alcançamos o final do percurso, em frente à Porta de Ródão, a porta da vila de Marvão.</p> <p>Pontos de interesse: 1- Arco de Santa Catarina; 2- Igreja e Convento de N. Sr.ª da Vitória; 3- Fonte da Amieira; 4- Nora; 5- Bosque de Carvalho-negral 6- Igreja de N. Sr.ª da Graça; 7- Choça; 8- Sepultura escavada na rocha; 9- Fonte do Carvalho; 10- Fonte da Pipa; 11- Floresta de Castanheiro; 12- Cruzeiro Cruz da Caveira 13- Porta de Ródão.</p>	
<p>PR4 - Percurso Pedestre do Contrabando de Café (5,9 km)</p>	<p>Logo à partida e apesar do relevo irregular da paisagem, torna-se evidente de que este é o reino do sobreiro. Bosques quase ininterruptos desta árvore, apenas interrompidos pelos afloramentos graníticos e pelos vales ainda agricultados, vão-nos acompanhando por quase todo o percurso.</p> <p>Ao longo deste passeio um conjunto de 3 pequenos povoados fronteiriços, Galegos, Monte de Baixo e Pitaranha, sugerem uma estreita cumplicidade com a sua congénere espanhola, La Fontañera, zona por onde os contrabandistas recetavam o café. Estreitas e sinuosas veredas, por vezes em calçada medieval, ladeadas de muros e escondidas na sombra de frondosos sobreiros foram outrora caminhos de contrabandistas. Agora, guiam-nos pelas mesmas paisagens mas por outras aventuras.</p> <p>Na subida para Pitaranha ganhamos vistas para o morro do Castelo de Marvão. Já nas cercanias da aldeia conseguimos ver parte da Serra de Porto de Roque, uma penedia escarpada que faz parte de uma estreita mas longa cordilheira rochosa que se estende ao longo da fronteira e que serve de abrigo a colónias de grifos, uma grande ave planadora que frequentemente patrulha estes céus transfronteiriços.</p> <p>Pontos de interesse: 1- Zona de espera dos contrabandistas; 2 - Vista para o Castelo de Marvão e Formação Geológica ; 3- Zona de Souto; 4 - Sobreiro notável; 5- Calçada Medieval; 6- Fonte; 7- Ponte Medieval do Pomar Velho</p>	

Fonte: Alentejo Fell Nature - Rede de Percursos em Natureza, 2015 e www.natural.pt.

Os produtos tradicionais de qualidade assumem, cada vez mais, um papel importante para os turistas e a população residente e estão sujeitos a um rigoroso controlo por uma entidade certificadora, designada por Organismo Privado de Controlo e Certificação (OPC) e apresentam-se devidamente rotulados, podendo surgir no mercado com as seguintes denominações: **Denominação de Origem Protegida (DOP)**; **Indicação Geográfica Protegida (IGP)** ou **Especialidade Tradicional Garantida (ETG)**.

A União Europeia concede, através dos regulamentos (CE) nº 510/2006 do Conselho, de 20 de março de 2006, relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios e do regulamento (CE) nº 509/2006 do Conselho, de 20 de março de 2006, relativo às especialidades tradicionais garantidas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, uma proteção especial aos produtores de "especialidades regionais". O regime possibilita aos produtores registarem-se num sistema comunitário de proteção obrigatória de determinados produtos agrícolas e géneros alimentícios com denominação.

Entende - se por: **Denominação de Origem (DO)**, o nome de uma região, de um local determinado, ou em casos excepcionais, de um país, que serve para designar um produto agrícola ou um género alimentício, originário dessa região, desse local determinado ou desse país, cuja qualidade ou características se devem essencial ou exclusivamente a um meio geográfico específico, incluindo os fatores naturais e humanos, e cuja produção, transformação e elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

Entende - se por : **Indicação Geográfica (IG)**, o nome de uma região, de um local determinado ou, em casos excepcionais, de um país, que serve para designar um produto agrícola, ou um género alimentício originário dessa região, desse local determinado ou desse país, e que possui determinada qualidade, reputação ou outras características que podem ser atribuídas a essa origem geográfica, e cuja produção e ou transformação e ou elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

Entende - se por : **Especialidades Tradicionais Garantidas (ETG)**, produto agrícola ou género alimentício produzido a partir das matérias-primas tradicionais, ou com uma composição tradicional ou um modo de produção e/ou de transformação que dependa do tipo de produção e/ou de transformação tradicional e que reflita o tipo de produção e/ou de transformação tradicional conforme regulamentarmente previsto, através da obtenção de um Certificado de Especificidade (CE).

A certificação dos produtos tradicionais possibilita: incentivar a produção agrícola diversificada, proteger os nomes dos produtos contra imitações e utilizações indevidas, promover os produtos característicos de determinados locais; melhorar o rendimento dos agricultores e fixar a população rural e ajudar os consumidores, fornecendo-lhes informações relativas às características específicas dos produtos.

Marvão possui, efetivamente, vários **produtos tradicionais de qualidade**, os mesmos que têm granjeado um significativo reconhecimento deste concelho e da região na qual se insere, designadamente:

- **Produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP):** “Castanha Marvão”, “Mel do Alentejo”, “Queijo de Nisa”, “Azeites do Norte Alentejano”, “Azeitonas de Conserva de Elvas e Campo Maior”.
- **Produtos com Indicação Geográfica Protegida (IGP):** “Maçã Bravo de Esmolfe”, “Maça de Portalegre”, “Cereja S.Julião”, “Azeite do Alentejo”, “Borrego do Nordeste Alentejano”, “Cacholeira Branca de Portalegre”, “Chouriço de Portalegre”, “Chouriço Mouro de Portalegre”, “Farinheira de Portalegre”, “Linguiça de Portalegre”, “Lombo Branco de Portalegre”, “Lombo Enguitado de Portalegre”, “Morcela de Assar de Portalegre”, “Morcela de Cozer de Portalegre” e, “Painho de Portalegre”.
- **Especialidade Tradicional Garantida (ETG):** “Carnealentejana”

Os eventos com poder de atração, particularmente aqueles que possuem mais características diferenciadoras e que, também por isso, têm a capacidade de ultrapassar as fronteiras do Município e muitas vezes da Região, transportando e afirmando a sua imagem, dinâmica empresarial e cultural, história e tradições.

O setor turístico é insuficientemente promovido e potenciado, este setor encontra em Marvão vários atrativos turísticos que, se promovidos de forma integrada e articulada, podem dotar o concelho de uma

oferta consistente e complementar da região onde se integra. Embora a oferta de alojamento turístico seja reduzida (com algumas exceções), o que tem funcionado como um importante constrangimento ao desenvolvimento turístico, Marvão oferece vários recursos turísticos: património cultural, património natural e paisagístico, produtos regionais de elevada qualidade, artes e ofícios tradicionais, gastronomia, hospitalidade da população, festas, feiras e romarias, reservas de caça, tradição na promoção de eventos desportivos nacionais e internacionais, percursos pedestres, praias fluviais, guia turístico de última geração, e outros recursos de suporte.

Marvão caracteriza-se pela promoção de um elevado número de eventos promocionais de cariz religioso, histórico, desportivo, ambiental e popular, quer na sede do município quer em localidades pertencentes assumindo sempre uma componente temática assente nos produtos regionais e em componentes de valorização do território.

Quadro 71 – Eventos com poder de atração municipais.

Mês	Data	Freguesia	Designação
Janeiro	5	Concelho	Janeiras
	24	Concelho	Restauração do Concelho
Fevereiro	Decidir pela Autarquia	Concelho	Marvão Folião
	2ª Quinzena	São Salvador da Aramenha	Corrida do Azeite/Corridas d'Azeite
	Ultimo fim de semana	Concelho	Matança do MotoClube
	24	Stº António das Areias	Jantar de Casados de Stº António
Março	3º fim de semana	Beirã	Matança do Porco
	4º fim de semana	São Salvador da Aramenha	Matança do Porco
	Decidir pela Autarquia	Santa Maria de Marvão	Festival de Teatro Amador
	1º fim de semana	Stº António das Areias	Matança do Porco
Abril	25	Concelho	Comemorações do 25 de Abril
	24	Stº António das Areias	Festa em Honra de São Marcos
	12 a 27	Concelho	Quinzena Gastronómica do Cabrito e do Borrego
Maio	2ª Quinzena	Concelho	Quinzena Gastronómica do Bacalhau
Junho	1	Concelho	Dia da Criança
	12	Concelho	Santos Populares – Noite de Stº António
	23	Concelho	Santos Populares – Noite de S. João
	4º fim de semana	Concelho	Festival de Musica Popular do Cantareiras
	28	Concelho	Santos Populares – Noite de S. Pedro
	7 a 9	Santa Maria de Marvão	Festas em Honra de Stª Teresinha do Menino Jesus
Julho	3º fim de semana	Beirã	Festas Populares em Honra de Nossa Senhora do Carmo
	2º fim de semana	Santa Maria de Marvão	Feira do Artesanato e Gastronomia
	3º fim de semana	Santa Maria de Marvão	Festas Populares em Honra dos Stº António de Barros Cardos
	1º fim de semana	Stº António das Areias	Festas Populares em Honra de Santa Isabel
	4º fim de semana	Stº António das Areias	Festival de folclore

Mês	Data	Freguesia	Designação
Agosto	12	São Salvador da Aramenha	Festival da Juventude
	2º fim de semana	Beirã	Festas Populares em Honra de N. Srª das Dores
	1º fim de semana	São Salvador da Aramenha	Festas Populares em Honra de N. Srª da Conceição
	3º fim de semana	São Salvador da Aramenha	Festas Populares em Honra de N. Srª do Amparo
	4º fim de semana	São Salvador da Aramenha	Festas Populares em Honra de N. Srª das Dores
	5º fim de semana	São Salvador da Aramenha	Festas Populares em Honra de Srº António
		São Salvador da Aramenha	Festas Populares em Honra de N. Srª da Rocha
Setembro	8	Concelho	Feriado Municipal
	1º fim de semana	Santa Maria de Marvão	Festas Populares em Honra de N. Srª da Estrela
Outubro	1º fim de semana	Concelho	Al Mossassa – Festival Islâmico de Marvão
		Santa Maria de Marvão	Feira do Livro – Casa da Cultura
Novembro	2º fim de semana/2ª quinzena	Concelho	Feira do Castanheiro/Feira da Castanha
Dezembro	1/12 a 6/11		Natal em Marvão/Presépio Vivo
	20/12 a 04/01	Concelho	Quinzena Gastronómica da Caça
	31	Concelho	Passagem de Ano

Dos eventos anteriores destacam-se pela sua projeção: o Festival Internacional de Música de Marvão, o Al Mossassa – festival islâmico de Marvão, a Feira do Castanheiro/Feira da Castanha e o Festival de Cinema do Mundo.

O impacto dos eventos anteriores, pode ser monitorizado pelo aumento de visitantes recebidos no posto de turismo que recebeu, em 2015, 31639 visitantes, registando um aumento de 2448 turistas em relação a 2014.

Segundo os relatórios de contas do município de Marvão o investimento em turismo tem sido feitos com o intuito de desenvolver o potencial turístico de Marvão.

Quadro 72 – Investimento turístico em Marvão (€).

Ano	Executado
2014	10 130,01
2013	20 225,78
2012	15 767,98
2011	2 712,35
Total	48 836,12

O município de 2011 a 2014 investiu 48 836,12€ em Turismo, estando previsto no relatório de Grandes Opções do Plano de 20116, para o período 2016-2019, um investimento de 281 420€.

6.3.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT FCD Desenvolvimento Económico e Social, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 73 – Análise SWOT no âmbito do FCD Desenvolvimento Económico e Social

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento dos níveis médios de habilitações da população e redução da taxa de analfabetismo (2001/2011). ▪ Condições para o desenvolvimento empresarial (boas acessibilidades, zona industrial com lotes disponíveis e existência de um ninho de empresas). ▪ Aumento do número de empresas, nomeadamente no setor primário. ▪ Taxa de sobrevivência das empresas superior ao valor nacional. ▪ Município com numerosos eventos culturais e gastronómicos que potenciam a dinâmica turística. ▪ Crescente oferta ao nível do Turismo de Natureza ▪ Eventos com potencial de atração: Festas, feiras e romarias, eventos desportivos nacionais e internacionais. ▪ Integração de Marvão na área geográfica de produção de produtos agroalimentares de excelência (denominação DOP / IGP / DO) como a Castanha de Marvão, os Azeites do Norte Alentejano, a Carne de Porco Alentejano, os Presuntos e Paletas do Alentejo, o Queijo de Nisa, a Cereja de São Julião - Portalegre, o Borrego do Nordeste Alentejano, o Cabrito do Alentejo, os Vinhos do Alentejo, a Maça de Portalegre, entre outros ▪ Existência de 4 percursos pedestres. ▪ Aumento da taxa de ocupação hoteleira. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixos níveis médios de escolaridade e de qualificação dos recursos humanos, em 2011, embora melhores do que em 2001; ▪ Processo de envelhecimento e despovoamento, com reflexo nos níveis de escolarização, na dinâmica sociocultural, e na capacidade de iniciativa, empreendedorismo e inovação. ▪ Elevado nível de desemprego embora inferior À do Alto Alentejo;. ▪ 23% da população ativa são trabalhadores não qualificados. ▪ O setor terciário ocupa 76,7% da população ativa. ▪ Baixa dinâmica de criação de emprego no setor secundário e estrutura de emprego dominada pelos setor terciário. ▪ Baixo poder de compra. ▪ Maioria das empresas pretencentes aos setores do comércio e alojamento e restauração, setores sensíveis no cenário atual de crise. ▪ Tecido produtivo débil. ▪ Dificuldades e visão atomista dos agentes agrícolas que conduz a um fraco desenvolvimento do setor e ao não aproveitamento de produtos de excelência do concelho e região (diminuição do n.º de explorações e efetivo animal). ▪ Reduzida formação de pessoal no setor do turismo e hotelaria. ▪ Fraca diversidade na oferta de empreendimentos turísticos. ▪ Subaproveitamento dos recursos turísticos do território e ausência de estratégia turística. ▪ Os produtos gastronómicos carecem de certificação.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vetor turístico integrado. Reforçar a atração turística nos setores patrimonial, natural e cultural. ▪ Crescente interesse pelo turismo cultural e de natureza. ▪ Similitude entre os produtos propostos no PENT e o potencial de Marvão. ▪ Existência no concelho de Marvão de um conjunto diversificado de infraestruturas de lazer/recreio com qualidade; ▪ Melhor aproveitamento da fileira florestal e agrícola. ▪ Apoiar a produtos locais. ▪ Reforço da cooperação inter concelhia e numa lógica supramunicipal nos mesmos setores e/ou numa ótica de complementaridade. ▪ Potencial para o desenvolvimento turístico poderá proporcionar crescimento e diversificação das atividades económicas. ▪ Desenvolvimento económico e aumento dos postos de trabalho/emprego. ▪ Oportunidade de maior desenvolvimento sobretudo dos setores agrícola e turístico. ▪ Requalificação urbana do centro histórico de marvão pela da definição da ARU. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Decréscimo da atividade no setor primário e secundário. ▪ Saída dos jovens e continuação do processo de despovoamento humana e de envelhecimento da população. ▪ Abandono das zonas periféricas e isoladas, das atividades tradicionais, de vigilância e cuidados ativos passivos dos solos agrícolas e florestais, pela concentração nos núcleos mais urbanos. ▪ Desemprego e retração do investimento privado ▪ Concorrência de outras regiões com maior tradição turística, ▪ Período de crise económica mundial.

6.3.4. Tendências de evolução sem Plano

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Relativamente ao desenvolvimento humano prevê-se a manutenção.

A tendência de aumento da taxa de desemprego e baixa capacidade para atrair recursos humanos contribuirá para a manutenção do estado atual.

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A tendência de evolução no desenvolvimento socioeconómico é o agravamento da situação devido à debilidade do tecido económico local, à diminuição do número de empresas e a terciarização da atividade económica.

DINÂMICA TURÍSTICA

Relativamente à dinâmica turística, prevê-se a continuidade do estado atual ou alguma evolução na ausência do plano, resultado dos esforços ao nível nacional para a diversificação da oferta turística e desenvolvimento estratégico do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e futuramente pelo Turismo2020.

6.3.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Desenvolvimento Económico e Social

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Desenvolvimento Económico e Social, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Marvão em termos de oportunidades e riscos.

Questões Estratégicas (QE):

QE1 – Completar e articular as redes de equipamentos e de infraestruturas.

QE2 – Valorizar o património natural e sociocultural e prevenir os riscos.

QE3 – Dinamização da estrutura económica local e o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

QE4 – Qualificação territorial e urbana.

Quadro 74 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Desenvolvimento Humano”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Valorização e Qualificação dos recursos humanos. Criar e promover o emprego local.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A melhoria das acessibilidades contribui para o desenvolvimento das atividades económicas existentes e que se venham a instalar no local, resultando na criação de postos de trabalho e na melhoria das condições de vida e na fixação e atração de recursos humanos qualificados. (+)	
QE2	A potenciação dos recursos endógenos (agrícola e florestal) promoverá o desenvolvimento económico do concelho de uma forma sustentável, o que trará efeitos positivos para as populações residentes. (++) A valorização e requalificação do património promoverá um aumento da atratividade e consequentemente contribuirá para um aumento do desenvolvimento do comércio tradicional e promoção dos produtos de qualidade do município. (++)	
QE3	Dinamização económica: aumento do número de empregos e de empresas promovendo a valorização dos recursos humanos e criando novas oportunidades de emprego. (++) O aumento do número de ações de formação profissionais em diferentes áreas contribuirá para um aumento da qualificação profissional da população residente. (++) Esta opção apresenta uma oportunidade para o desenvolvimento económico através do aproveitamento das potencialidades turísticas do concelho. (+) Efeitos significativos sobre a população, na medida em que o aumento da atratividade do concelho através da melhoria dos níveis de cobertura das infraestruturas urbanas, conduz à fixação e atração da população e ao desenvolvimento de atividades económicas que visam satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de postos de trabalho. (++) A divulgação dos valores culturais e a valorização do património potencia o aumento da atratividade do concelho conduzindo à fixação da população e ao desenvolvimento de atividade económicas que visem satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de posto de trabalho. (+)	A não salvaguarda dos recursos humanos existentes contribuirá para o aumento da taxa de desemprego.(-)

Objetivos de Sustentabilidade: Valorização e Qualificação dos recursos humanos. Criar e promover o emprego local.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE4	<p>A melhoria e qualificação do espaço urbano contribuirão para a fixação da população e para a fixação e atração de recursos humanos qualificados. (+)</p> <p>A melhoria do espaço urbano do município contribuirá para o aumento da atratividade empresarial e para a criação de emprego. (++)</p> <p>A promoção da imagem do município e a requalificação da sede de concelho e a organização do espaço urbano criando condições de multifuncionalidade contribuirá para o aumento da atratividade empresarial e criação de emprego. (+)</p>	0
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 75 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Competitividade e desenvolvimento local"

Objetivos de Sustentabilidade: Promover atividades económicas, diversificar, complementar e modernizar a base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade, articulando os aspetos económicos com os objetivos de natureza ambiental. Aumentar a competitividade empresarial/industrial.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	<p>Oportunidade de dinamização económica, em resultado do PAMUS, da beneficiação da rede de acessibilidades internas, fronteiriças e intermunicipais e criação de um aeródromo, oferecendo melhores condições de acessibilidades e de logística. (++)</p> <p>A melhoria da rede de infraestruturas básicas potenciará a atração de novas empresas e o dinamismo empresarial. (+)</p>	A não implementação de uma rede de transportes públicos coletivos contribuirá para o aumento das deslocações em transporte próprio. (-)
QE2	<p>A valorização do espaço agrícola e florestal promove o desenvolvimento económico do setor agrícola e florestal. (++)</p> <p>Nos espaços agrícolas deve-se assegurar a qualidade ambiental e paisagística e todas as práticas agrícolas deverão estar de acordo com o código de boas práticas agrícolas, que pode contribuir para o aumento da rentabilidade económica e modernização do setor agrícola. (+)</p> <p>A aposta no turismo de natureza, aumento de empreendimentos turísticos. (++)</p> <p>A valorização do património natural e cultural e dos recursos naturais contribuirá para o aumento da atividade económica e atratividade do município. (+)</p>	A não aplicação das medidas de gestão das áreas agrícolas poderá contribuir para a degradação das mesmas. (-)
QE3	<p>Aumento da competitividade económica do concelho através da criação de espaços específicos e adequados para a implantação e fixação de novas indústrias ou melhorias das condições das atividades existentes. (++)</p> <p>Aposta no desenvolvimento do turismo, cultural e de lazer, contribuirá para o desenvolvimento económico do município. (++)</p> <p>Potencia o desenvolvimento da atividade turística associada aos recursos endógenos e na gastronomia desenvolvendo as atividades agroindustriais e a indústria produtoras desses produtos. (++)</p>	
QE4	<p>A melhoria do espaço urbano e ambiental do município contribuirá para o aumento da atratividade empresarial. (++)</p> <p>Aumento da competitividade económica do concelho resultante da criação de espaços específicos e adequados dedicados à implantação e fixação de novas indústrias ou melhoria das condições de atividade das já existentes. (++)</p>	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 76 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Dinâmica turística"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística.		
Promover a atratividade turística.		
Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Reforço da atratividade turística, em resultado da melhoria das acessibilidades principalmente no que se refere à melhoria da rede de equipamento públicos coletivos (espaços de recreio e lazer). (++)	
QE2	A gestão apropriada do recursos florestais e agrícolas, presente em grande parte do município, possibilitará a valorização turística e lúdica deste recurso. (++) O plano possibilita a instalação em solo rústico de empreendimentos turísticos isolados (estabelecimentos hoteleiros, empreendimentos de TER, empreendimentos de turismo de habitação, parques de campismo e caravanismo) e Núcleos de desenvolvimento turísticos, aproveitado a potencial turístico do município. (++)	
QE3	Esta opção apresenta uma oportunidade para o desenvolvimento económico através do aproveitamento das potencialidades turísticas do concelho nomeadamente Circuitos Turísticos; Turismo de Natureza; Gastronomia e Vinhos; Golfe (Potencial). (++)	
QE4	Contribuem de uma maneira geral para melhorar a vivência e fruição urbana e, desse modo, para aumentar a atratividade turística do município. (++) As ações de requalificação do património cultural contribuir para a promoção turística do concelho. (++)	0
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.4. Património e Paisagem

6.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível do Património Arquitetónico e Arqueológico e da paisagem

No domínio do FCD Património e Paisagem identificaram-se, no quadro seguinte, os critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 77 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem.

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do Património arquitetónico e arqueológico. 	<ul style="list-style-type: none"> Imóveis classificados e em vias de classificação. Sítios arqueológicos. Imóveis de interesse municipal inventariados.
		<ul style="list-style-type: none"> Preservação de edifícios históricos e outras características culturais importantes. Promoção da reabilitação e dinamização de edifícios históricos. 	<ul style="list-style-type: none"> Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção). Número de projetos de regeneração urbana aprovados para centros históricos. Estabelecimento de rotas turísticas em torno do património cultural.
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização da qualidade paisagística. Proteger o caráter e a diversidade da Paisagem. Valorizar e recuperar a atividade agrícola como elemento modelador da paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade e valores da paisagem. Uso agrícola efetivo em áreas agrícolas.

6.4.2. Situação existente e análise tendencial

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

O Património, nas suas diferentes facetas, construído, artístico, arqueológico e etnológico representa o testemunho da história, constituindo um valor absoluto e uma herança que deve ser preservada e divulgada.

Uma das medidas mais importantes é, sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui um conjunto de memórias e manifestações que nos precederam. O município poderá desempenhar um papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu Concelho, mediante a sensibilização da população e evitando que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa.

De seguida é destacado o quadro com a indicação do património que em Marvão é classificado pela Direção Geral do Património Cultural num total de 9 imóveis.

No concelho de Marvão estão classificados : 4 Monumentos Nacionais, 4 Imóveis de Interesse Público e 1 Conjunto de de Interesse Público.

Quadro 78. Património Classificado e em vias de Classificação

Designação	Situação Atual	Categoria de Proteção	Categoria Tipologia
Ruínas romanas na freguesia de S. Salvador de Aramenha, incluindo a parte da via romana e a ponte denominada Ponte Velha - Cidade Romana de Ammaia	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional	Arqueologia / Conjunto
Castelo de Marvão	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional	Arquitetura Militar / Castelo
Cruzeiro da Estrela	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional	Arquitetura Religiosa / Cruzeiro
Caleiras de Escusa	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional	Arqueologia / Forno
Pelourinho de Marvão	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Todo o aglomerado urbano sito dentro do castelo e das muralhas	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Povoação
Convento de Nossa Senhora da Estrela	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Convento
Estação Arqueológica Romana da Herdade dos Pombais	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arqueologia / Estação Arqueológica
Ponte da Portagem, Torre da Portagem e área envolvente	Classificado	Classificado como CIP – Conjunto de Interesse Público	Arquitetura Civil / Ponte

Fonte: DGPC, 2015

Segundo o relatório do património arquetetónico, arqueológico, natural e botânico e a planta de Património Arqueológico, encontram-se inventariados 166 sítios arqueológicos no município de Marvão, correspondendo a 43 achados isolados, 46 estações arqueológicas, 4 leituras e inscrições, 31 necrópoles e sepulturas, 19 reutilizações e 23 vestígios diversos.

Este património Arqueológico encontram-se representados na figura seguinte.

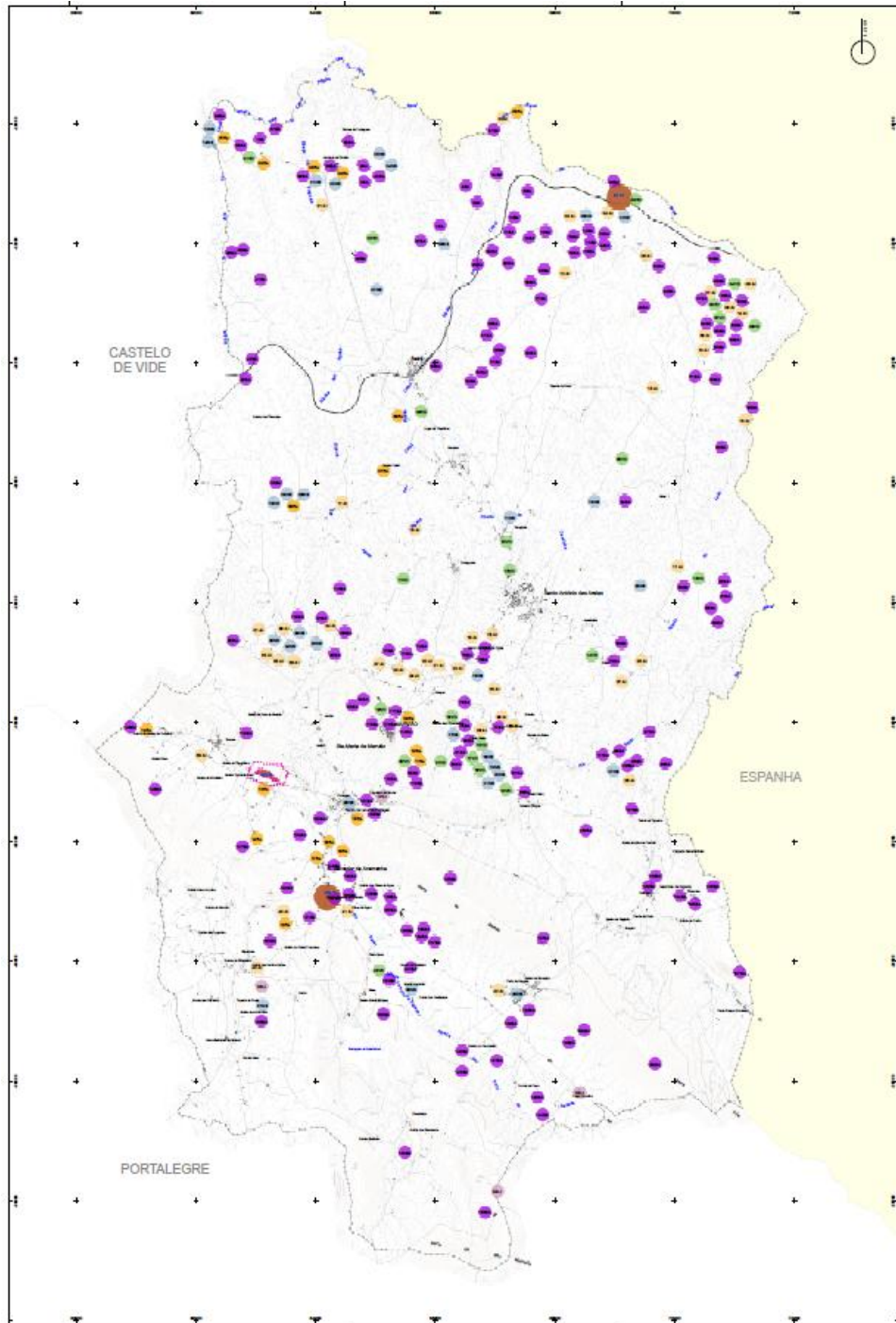


Figura 21 – Mapa do Património Arqueológico

O Património Arquitetónico de Interesse Municipal, num total de 60 imóveis, encontra-se subdividido em: 6 imóveis de arquitetura militar, 35 imóveis de arquitetura civil, 12 imóveis de arquitetura religiosa e 7 imóveis de arquitetura infraestrutural.

Quadro 79. Património Classificado e em vias de Classificação

Arquitetura Militar	Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Infraestrutural
Cintura Muralhada; Portas de Ródão; Portas do 1º recinto do Castelo; Portas da Vila; Portas do 2º recinto do Castel; Porta Falsa.	Termas da Fadagosa; Estação Ferroviária; Casa do Brasão; Choças de Barretos; Lagar de Cabril; Câmara Municipal de Marvão; Antiga Casa do Governador Civil; Antiga Escola Primária; Casa com janela Manuelina; Antigos Paços de Concelho Pousada; Pousada de Santa Maria; Choças de Marvão (4); Lagar em Fonte da Celorica; Escola Primária de Galegos; Conjunto Edificado de Porto Roque; Estação Fronteiriça de Porto Roque; Imóveis Notáveis da Praça de São Marcos; Casa da Cultura; Casa do Povo e Lar; Hotel Botique Poejo; Antiga Fábrica Nunes Sequeira; Bairro da Casa do Povo; Bairro da Junta de Freguesia Conjunto de Habitação Multifamiliar; Praça de Touros Antiga Fábrica; Choças de Cabeçudos; Construções Tradicionais; Imóveis Notáveis; Moinhos de Água; Quinta dos Olhos d'Água	Igreja de Santa Maria de Marvão; Igreja do Espírito Santo; Igreja de Santiago; Igreja do Calvário; Capela de São Brás; Passos do Calvário; Capela de Fonte Souto; Igreja de Galegos; Cruzeiro de Galegos; Igreja de Santo António das Areias; Capela de Nossa Senhora da Rocha Igreja Matriz de são Salvador Aramenha.	Fonte do Concelho; Fonte do Largo de Nossa Senhora da Estrela; Fonte de Fonte Souto; Fonte da Ladeira do Tagazal. Fontanário da Portagem; Ponte da Madalena; Ponte da Ribeira das Trufas.

Fonte: Lugar do Plano, 2015

Em relação ao PDM em vigor verifica-se um aumento do património inventariado.

Enquanto elementos fundamentais para a construção e afirmação da imagem deste Concelho, durante a vigência do PDM, o Município avançou com investimentos, dando cumprimento a algumas das propostas que visavam o património, designadamente: a Carta Arqueológica de Marvão e a valorização de Estações Arqueológicas.

Relativamente à recuperação dos conjuntos urbanos de Olhos de Água e de Casas Novas verificou-se a recuperação dos dois, mas nenhum mantém o valor patrimonial. O conjunto de Olhos de Água, que serve de sede do Parque Natural da Serra de São Mamede, foi recuperado pelo mesmo. Do conjunto urbano de Casas Novas falta a recuperação da igreja.

O município tem realizado ações de reabilitação e de manutenção do seu património, tendo orçamentado nas grandes opções do plano para o ano 2015-2018 as seguintes ações: Recuperação da Igreja do calvario e dos Edifícios da Quinta-Portagem. Em para 2014, realizou a recuperação da Igreja de S.João Batista-Escusa..

As reduzidas ações de reabilitação e conservação do património, tem acentuado alguma degradação dos valores patrimoniais, nomeadamente do património não classificado, contribuindo para a perda progressiva da identidade cultural da região.

A Reabilitação Urbana é uma opção indiscutível e assume-se atualmente como uma das componentes indispensáveis para a qualificação ambiental, urbana e socioeconómica destas áreas urbanas degradadas ou desqualificadas.

A política de reabilitação urbana visa a requalificação e revitalização urbana, procurando um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável, cujos objetivos se encontram defendidos pelo Novo Regime de Requalificação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro e alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto.

Podendo ser uma solução para atenuar diversos problemas socioeconómicos, ambientais, e de degradação do espaço urbano e do parque edificado, registando-se neste último um desinvestimento dos proprietários, decorrente do congelamento de rendas e da reduzida atualização das mesmas, este novo Decreto Lei procura dar respostas aos desafios colocados pela Reabilitação Urbana:

Em setembro de 2015, o município de Marvão elaborou a Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da vila histórica de Marvão e do núcleo do convento de Nossa Senhora da Estrela, para os quais a Câmara Municipal tem vindo manifestar preocupações evidentes em encontrar modos de intervenção.

Com efeito, esta vila que, pela sua história, e o seu património notável, constituiu uma das referências no território concelhio e regional, o que induz impreterivelmente à proposta de Delimitação de uma ARU.

A Área de Reabilitação Urbana proposta apresenta uma área de 12,73 ha, conforme se identifica na figura seguinte. Esta corresponde ao núcleo antigo intramuralhas e o arrabalde que inclui o Convento de Nossa Senhora da Estrela e suas dependências.

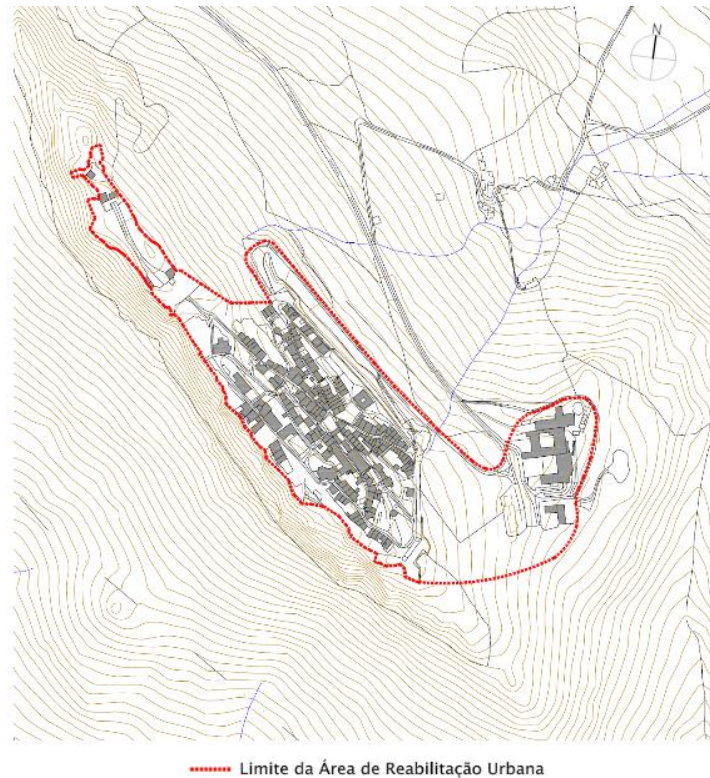


Figura 22 – Planta de delimitação da área de reabilitação urbana.

Os Objetivos Estratégicos da ARU da vila histórica de Marvão e do núcleo do convento de Nossa Senhora da Estrela são:

1. Valorização do património edificado como fator de identidade e competitividade e potenciador do desenvolvimento turístico;
2. Potenciar a qualidade urbana de Marvão;
3. Diversificar e potenciar uma 'oferta urbana' qualificada, em termos de imagem, serviços e sociabilidade;
4. Aposta em dinâmicas para a fixação de população jovem;
5. Promover e valorizar os percursos e rotas culturais existentes, articulando-os com outros regionais e nacionais;
6. Dinamização e articulação das dinâmicas culturais, sociais e económicas com o território regional e nacional.

PAISAGEM

Segundo a Lei de Bases do Ambiente paisagem é “a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.”

“A paisagem integra o património natural e cultural das regiões, contribuindo de forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da sua identidade, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações” (in convenção europeia das paisagens, Conselho da Europa 2000).

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” trabalho desenvolvido pela Universidade de Évora para a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano em 2004, define-se paisagem como “um sistema complexo, permanentemente dinâmico, em que os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global. (...) A paisagem também é afetada por uma componente mais subjetiva, diretamente ligada ao observador e condicionando as sensações que ele experimenta quando está perante ela. Por isso se considera que a paisagem combina aspetos naturais e culturais, expressando e ao mesmo tempo suportando a interação espacial e temporal entre o homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade. (...) a dimensão mais subjetiva da paisagem não pode ser esquecida porque sendo as paisagens europeias fortemente humanizadas, a sua futura gestão terá que considerar os sentimentos das comunidades que as mantêm e transformam, que delas vivem ou, simplesmente, as visitam e apreciam.” (Universidade de Évora, 2002)

A paisagem de Marvão, no coração do Parque Natural da Serra de S. Mamede, apesar de fortemente humanizada e com uma marcada componente rural, apresenta um importante conjunto de habitats naturais.

Nesta linda paisagem, muito curioso, é poder ainda encontrar sucessões naturais do Carvalho negral e do Sobreiro, os quais que se distribuem preferencialmente, pelas encostas norte e sul, devido à diferenciação das condições ecológicas referidas. Nas fendas e gretas das escarpas, revestidas de líquenes, nasce uma vegetação rupícola. Contrastando com as manchas amarelas e brancas desta vegetação, observam-se urzais de cor rosa-lilás. E, nos trechos das margens do rio Sever encontram--se Amieiros que escondem o denso e verde sub-bosque de fetos.

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, identifica numa primeira apreciação das paisagens portuguesas, 128 unidades de paisagem, associadas em 22 grupos.

As unidades de paisagem são “áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado caráter.” Os fatores considerados na sua delimitação, para o Estudo desenvolvido ao nível de Portugal continental foram: “geomorfologia, litologia, solos, uso do solo, dimensão das explorações agrícolas e padrão de povoamento. Foram também consideradas outras variáveis fundamentais, mas de modo mais implícito, tais como o clima, a proximidade ao mar, ou a presença de importantes estruturas e infraestruturas” procurando-se “identificar áreas com características

relativamente homogêneas no seu interior, não por serem exatamente iguais em toda a sua superfície, mas por nelas se verificar um padrão específico que se repete e/ ou um forte caráter que diferencia a unidade em causa das suas envolventes.”

O concelho de Marvão, segundo o trabalho citado da DGOTDU, encontra-se inserido no grupo de paisagem G – Beira Interior e unidade de paisagem 55 – Terras de Nisa e grupo de paisagem P – Alto Alentejo e unidade de paisagem 88 – Serra de São Mamede

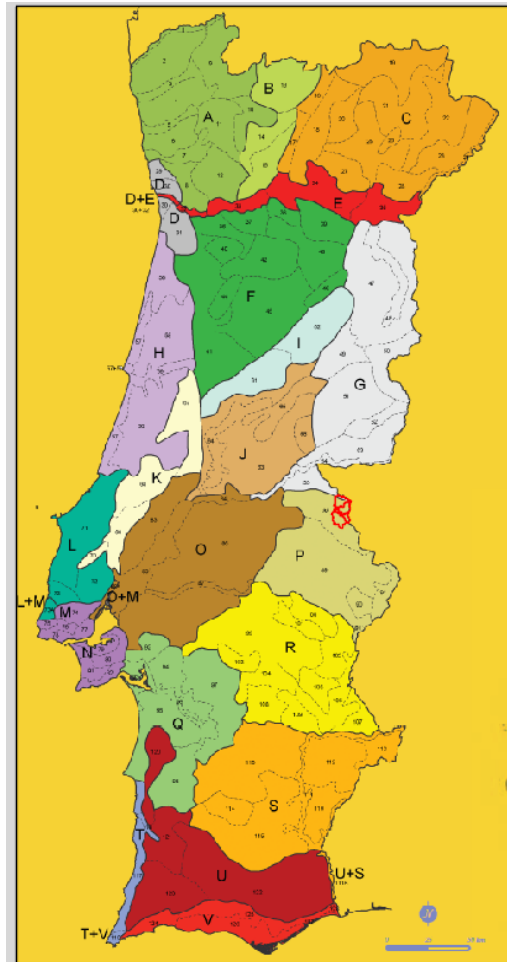


Figura 23 – Grupos e Unidades de Paisagem de Portugal Continental.

A unidade de paisagem 55 – Terras de Nisa, compreende parte do concelho de Marvão nomeadamente parte das freguesias da Beirã e de Santo António das Areias.

“ Esta Unidade corresponde a um enclave entre a Serra de São mamede a sul, com Espanha a Leste e o vale do rio Tejo a norte, tendo um caráter marcado pelo predomínio de matas (pinheiro e eucalipto), o que a aproxima mais da paisagem beirã que propriamente da alentejana (...). O relevo xistoso apresenta-se como ondulado nas áreas de maior altitude e mais acentuado na proximidade do vale do tejo, o que coincide com a rarefação dos estabelecimentos humanos e com o domínio de eucaliptais e matos. Nestas zonas mais acidentadas a paisagem adquire um caráter mais desolador (...). O limite sul da unidade, na proximidade de Nisa, constitui uma faixa de transição para o caráter mais tradicional da paisagem alentejana, surgindo o montado de azinho e os sistemas arvenses de sequeiro”. (*Cancela d’Abreu et al.2004*).

A unidade de paisagem 88 – Serra de São Mamede, compreende a restante área do concelho de Marvão.

Esta unidade de paisagem é marcada pela presença da Serra, revestida essencialmente de povoamentos florestais de sobreiro e castanheiro e algumas manchas de pinheiro-bravo. Apresenta um carácter distinto do resto do concelho devido à elevada altitude, vegetação e microclima associado. De igual modo, distingue-se do resto do Alentejo (tipicamente mais seco), pela elevada precipitação e presença de nascentes de água de boa qualidade. Esta zona possui ainda algumas manchas de castanheiros, que têm vindo a diminuir também pela introdução de espécies de crescimento mais rápido e pela generalização do olival.

Relativamente à paisagem existem inúmeros fatores de ameaça que tem contribuído para a degradação dos valores naturais presentes que resultam da dispersão urbana, do aumento da área ardida e das plantações florestais de eucalipto, da propagação de espécies invasora, a falta de proteção e valorização das linhas de água e o depósito ilegal de resíduos. A fragmentação do núcleo tradicional dos aglomerados e a edificação dispersa provocam dissonâncias na paisagem e a rotura da paisagem urbana referencial. Com a revisão do PDM pretende-se inverter esta tendência, através da colmatação das áreas ainda devolutas nos aglomerados e a rentabilização das infraestruturas e equipamentos sociais.

De acordo com a informação existente no Recenseamento Geral Agrícola de 1989, 1999 e 2009, é possível obter dados relativamente às explorações agrícolas do concelho de Marvão.

Em 2009, em termos de área, as 577 explorações agrícolas correspondem a 9755 hectares (ha), sendo a área das explorações com superfície agrícola utilizada (SAU) de 8602 hectares, equivalente a 88,2% da área total das explorações do concelho de Marvão. O valor médio de SAU por exploração é de 14,9 ha enquanto a área média das explorações é de aproximadamente 16,9 ha.

O uso efetivo em áreas agrícolas corresponde a 55,5% da área concelhia, contribuindo para a manutenção da paisagem natural de Marvão.

No concelho de Marvão entre 1999 e 2009 houve um aumento do n.º de explorações agrícolas, porém verificou-se uma diminuição da área de exploração, bem como da superfície agrícola utilizada, a qual decresceu 1862 ha entre 1999 e 2009.

Ao longo das últimas duas décadas tem-se verificado uma diminuição da Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) das explorações, entendida como a área com potencial agrícola mas sem utilização, sendo, inclusive, nula em 2009.

6.4.3 Análise SWOT

O Quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Património e Paisagem, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 80 – Análise SWOT no âmbito do FCD: Património e Paisagem.

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Município com Património natural e paisagístico (Recursos hídricos, Sítio São Mamede, galerias ripícolas, etc). ▪ Existência de imóveis classificados. ▪ Existência de sítios arqueológicos ▪ Diversidade e Riqueza de Valores Naturais ▪ Potencial Florestal. ▪ Envoltivo paisagística e ambiental (montanha, floresta, cursos de água, albufeiras) ▪ Existência de percursos associados ao património e a paisagem. ▪ Paisagem variada e singular, refletindo uma ocupação do território com usos coerentes com as suas aptidões. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de património degradado. ▪ Reduzidos projetos de recuperação do património. ▪ Disfunções na paisagem devido à ocorrência de povoamentos de pinheiro bravo, espécies invasoras e focos antrópicos. ▪ Diminuição da superfície agrícola utilizada ▪ Os valores naturais são encarados como condicionante ao desenvolvimento urbano, principalmente nas áreas onde a pressão é mais elevada.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial turístico, relacionado com as condições paisagísticas e com a existência de património histórico-cultural que pode ser capitalizado. ▪ Elaboração de um plano de promoção e marketing dos roteiros turísticos existentes e do programa de animação cultural. ▪ Manutenção do mosaico diversificado da paisagem. ▪ ARU da Vila histórica de Marvão. ▪ Presença de espaços naturais valiosos com potencial para a prática de atividades lúdicas e didáticas ligadas à natureza ▪ Possibilidade de acompanhamento da evolução da presença das espécies exóticas infestantes e aferição da necessidade do seu controlo ▪ Similitude entre os produtos propostos no PENT e o potencial de Marvão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda de património de interesse municipal. ▪ Degradação dos edifícios mais antigos. ▪ Tendência crescente da degradação dos núcleos antigos das aldeias em consequência do seu despovoamento. ▪ A qualidade paisagística pode ver-se progressivamente ameaçada devido à ocorrência de inúmeros focos (sobretudo antrópicos). ▪ Degradação da qualidade paisagem provocada pelos impactes visuais gerados pela dispersão urbana de edifícios para a habitação, unidades industriais e turísticas em espaço rural.

6.4.4 Tendências de evolução sem Plano

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Relativamente ao Património Arquitetónico e Arqueológico, prevê-se a continuidade ou agravamento do estado atual na ausência do plano.

Na ausência da revisão do PDM perder-se-á a oportunidade de através da adoção das opções estratégicas adequadas potenciar os aspetos identitários do concelho.

PAISAGEM

Relativamente ao Paisagem, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

6.4.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Património e Paisagem

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Património e Paisagem, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Marvão em termos de oportunidades e riscos.

Questões Estratégicas (QE):

QE1 – Completar e articular as redes de equipamentos e de infraestruturas.

QE2 – Valorizar o património natural e sociocultural e prevenir os riscos.

QE3 – Dinamização da estrutura económica local e o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

QE4 – Qualificação territorial e urbana.

Quadro 81 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Património Arquitetónico e Arqueológico”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Preservação e valorização do Património arquitetónico e arqueológico.		
Preservação de edifícios históricos e outras características culturais importantes.		
Promoção da reabilitação e dinamização de edifício históricos.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	0	0
QE2	<p>O plano faz uma identificação dos valores culturais presentes e as disposições regulamentares propostas reforçam a sua salvaguarda e recuperação contribuindo o para a <i>Preservação e valorização do Património</i>. (++)</p> <p>A proposta do Regulamento define medidas de proteção dos locais onde se inserem os valores culturais e na área circundante. (++)</p> <p>A minimização dos riscos contribuirá para a proteção do património. (++)</p> <p>Previsão de ações de requalificação do património cultural e natural de Marvão. (++)</p> <p>A valorização dos territórios agrícolas e florestais promoverá a salvaguarda dos valores culturais pois muito do património está associado à ruralidade. (++)</p>	
QE3	<p>Promove o desenvolvimento de atividades turísticas baseadas na criação de percursos turísticos associados aos valores culturais e na requalificação do património. (++)</p> <p>A formação de guias turísticos para acompanhamento dos visitantes ao longo dos percursos pedestre e roteiros contribuirá terá efeitos positivos no empreendedorismo turístico. (+)</p> <p>A correta política de localização das unidades industriais concentrando-as em áreas industriais evita a descaracterização da paisagem e do património edificado associado à sua dispersão. (+)</p>	Risco de degradação do património cultural, caso se dê um uso massificado e desregrado por parte da atividade turística. (-)
QE4	Melhoria do espaço urbano através da requalificação/valorização patrimonial pretende-se potenciar o reconhecimento pelo património. (++)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 82 – Principais oportunidades e riscos para o critério “Paisagem”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Preservação e valorização da qualidade paisagística. Proteger o caráter e a diversidade da Paisagem. Valorizar e recuperar a atividade agrícola como elemento modelador da paisagem.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	0	0
QE2	<p>Nos espaços de atividades económicas tem que ser assegurada uma correta integração paisagística. (++)</p> <p>O aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais contribuirá para valorização da paisagem. (++)</p> <p>O solo rústico estabelece regras de ocupação do território que condicionam atividades e usos suscetíveis de provocar impactes negativos na paisagem, possibilitando a correção de disfunções ambientais e paisagísticas. (+ +)</p> <p>A prevenção dos riscos nomeadamente dos riscos de incêndio contribui para a preservação da paisagem. (+)</p> <p>Preservação da qualidade da paisagem ao promover o ordenamento da expansão urbana e a contenção da edificação dentro dos perímetros urbanos, minimizando as intrusões visuais provocadas pela ocupação urbana dispersa em solo rústico. (+)</p>	<p>Não são definidos objetivos de qualidade paisagística para as unidades de paisagem identificadas. (+)</p>
QE3	<p>O aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais contribuirá para valorização da paisagem. (++)</p>	
QE4	<p>Cerca de 87% do concelho classificado como espaço florestal e natural e paisagístico preservando os valores de paisagem existentes. (++)</p> <p>Preservação da qualidade da paisagem ao promover o ordenamento da expansão urbana e a contenção da edificação dentro dos perímetros urbanos, minimizando as intrusões visuais provocadas pela ocupação urbana dispersa em solo rural. (++)</p>	<p>A não consideração das condições topográficas, morfológicas e ambientais condicionará o equilíbrio natural da paisagem. (-)</p>
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.5. Qualidade Ambiental

6.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos

A qualidade ambiental de uma região é um índice importante e determinante para a saúde humana e para o equilíbrio dos ecossistemas e, relacionado com os critérios de ordenamento do território, poderá contribuir para altos níveis de competitividade e desenvolvimento de uma região.

Assim o FCD – Qualidade Ambiental, permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, ruído, gestão de resíduos e proteção dos recursos hídricos e da eficiência energética.

Os principais critérios de avaliação e objetivos de sustentabilidade ambiental encontram-se listados no quadro seguinte, assim como os indicadores propostos para auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar, sendo certo que esta análise encontra-se balizada pelo tipo de informação disponível.

Quadro 83 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Qualidade Ambiental.

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental	Resíduos Sólidos Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de RSU (Kg/Hab). Taxa de separação de resíduos. Número de ecopontos.
		<ul style="list-style-type: none"> Valorizar os RSU produzidos no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de reciclagem e valorização de resíduos. Taxa de deposição de resíduos em aterro.
	Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da qualidade da água superficial e subterrânea. Áreas destinadas à proteção dos recursos hídricos.
		<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> Volume de água residual tratada no concelho.
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do consumo de água. Variação da percentagem da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo. Qualidade da água para consumo humano (numero de violações aos valores paramétricos).
		<ul style="list-style-type: none"> Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes. 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de água, por setor de atividade e por tipologia. Variação do número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água. Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento.
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> População afetada pelos níveis de ruído. Áreas concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade do ar. Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites. Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO2, COVNM e NH3 (T/Km2). Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.).

6.5.2. Situação existente e análise tendencial

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A gestão dos RSU no concelho de Marvão é realizada desde 2001 pela Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA. Esta empresa caracteriza-se por ser um Sistema Multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos que integra os municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Marvão, Crato, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre, Sousel, Abrantes, Gavião, Mação, Sardoal, Vila de Rei, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila Velha de Rodão.

O território abrangido pelo da Valnor apresenta um área de aproximadamente 11 980 km², com uma população residente estimada em cerca de 271 516 habitantes, dispersa pelos 25 concelhos abrangidos pelos sistema.



Figura 24 – Área de abrangência do sistema Valnor

O sistema é constituído pelas seguintes infraestruturas:

- 3 Aterros Sanitários (Avis, Concovada e Castelo Branco);
- 2 Aterros de Inertes (Campo Maior, Ponte de Sôr;
- 16 Ecocentros;
- 7 Estações de Transferência de RSU's;
- 6 Estações de Transferência de Inertes (RCD's);
- 1 Centro de Valorização Orgânica;
- 1 Centro de Triagem de Embalagens;
- 1 Centro de Triagem de Papel;
- 1 Instalação de Pré-Triagem e Enfardamento (CIVTRS- Castelo Branco);
- 1 Centro de Triagem de Resíduos Volumosos;
- 1 Centro de desmantelamento de VFV;
- 1 Centro de Receção de Pneus;
- 1 Unidade de Digestão Anaeróbia;
- 1 Central de preparação Combustível Derivado de Resíduo;
- 1 Unidade de produção de Biodiesel;
- 1 Centro de receção de Resíduos Elétricos e Eletrónicos;
- 1 Unidade de Desmantelamento e Valorização de REEE's.

De acordo com dados recolhidos pelo INE, em 2014, os resíduos urbanos recolhidos por habitante, em Marvão, correspondiam a 490 kg/hab, sendo que a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente era apenas de 109 kg/hab, equivalente a 22% dos resíduos urbanos recolhidos.

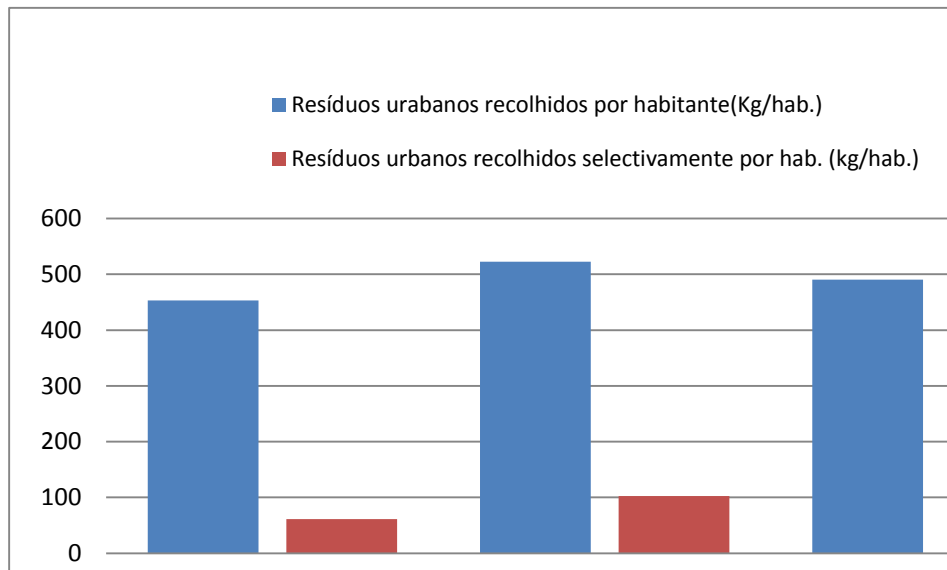


Figura 25 – Resíduos recolhidos por habitante, por localização geográfica, em 2014 (INE).

A captação diária de RSU do concelho de Marvão no ano de 2014 foi de 1,28 Kg/hab por dia, ligeiramente superior à captação média diária em Portugal que foi de 1,24 Kg/hab por dia no mesmo ano.

- **Taxa de separação de resíduos**

Relativamente à recolha seletiva dos RSU diferenciados, designadamente os lixos que se encontram sujeitos à separação, tratamento ou aproveitamento, existe no concelho um sistema destinado às fileiras do vidro, das embalagens, pilhas e do papel/papelão.

Segundo dados do INE, a percentagem de resíduos recolhidos seletivamente no período compreendido entre 2010 e 2014 foi bastante reduzida. No entanto, o município de Marvão supera a meta estipulada no PERSU 2020 de 47 kg de resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante e por ano.

Quadro 84 – Evolução da recolha seletiva no período compreendido entre 2010 e 2014.

Marvão	2010	2011	2012	2013	2014
Resíduos Urbanos Recolhidos (t)	1655	1562	1526	1567	1638
Resíduos Urbanos com Recolha Indiferenciada (t)	1341	1258	1197	1245	1275
Resíduos Urbanos com Recolha Seletiva (t)	314	303	329	321	363
Taxa de separação de resíduos (%)	19,0	19,4	21,6	20,5	22,2
Resíduos Urbanos Recolhidos (Kg/hab)	464,4	445,6	441,7	460,6	490,3
Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente (kg/hab)	88	86	95	94	109

Fonte: INE.

Distribuídos por todo o concelho de Marvão existiam, em 2013, 36 ecopontos para a recolha de resíduos passíveis de reciclagem perfazendo 97 habitantes/ecoponto, traduzindo uma grande disponibilidade de ecopontos no concelho, superior aos 500 habitantes/ecoponto recomendados pela Sociedade Ponto Verde.

As quantidades de resíduos recolhidos e o destino dos mesmos no período 2010-2014, no concelho de Marvão são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 85 – Quantidade em toneladas de resíduos urbanos recolhidos e tipo de destino.

Ano	Resíduos urbanos recolhidos (t)					Taxa de deposição em Aterro	Taxa de reciclagem
	Total	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Reciclagem	%	%
2010	1655	761	0	553	341	46%	21%
2011	1562	807	0	445	310	52%	20%
2012	1526	319	0	838	370	21%	24%
2013	1567	188	0	614	765	12%	49%
2014	1638	116	0	677	844	7%	52%

Fonte: INE

Constata-se que os resíduos recolhidos no município de Marvão têm preferencialmente três destinos finais – deposição em aterro sanitário, valorização orgânica e reciclagem. Os dados revelam que a reciclagem aumentou consideravelmente em 2014, relativamente a 2010, apresentando um aumento gradual ao longo do tempo.

A separação de resíduos é um hábito que tem que ser incutido na população, através de campanhas e ações de sensibilização para a temática da política dos 3R's. Estas campanhas de sensibilização são dirigidas, na sua maioria, para as camadas mais jovens da população pelo que ainda não se prevê um aumento significativo da taxa de valorização de resíduos nos próximos anos.

RECURSOS HÍDRICOS

Este indicador pretende avaliar a qualidade da água dos cursos de água superficiais, albufeiras e aquíferos da região, de acordo com os parâmetros legislados a nível nacional e comunitário, tendo em vista diferentes usos, incluindo os mais restritivos (e.g. consumo humano).

A degradação da qualidade do meio hídrico impede a boa utilização do recurso, bem como conduz a perturbações potenciais dos ecossistemas associados, tendo assim implicações de carácter ambiental, social e económico. A contaminação de água destinada ao abastecimento público coloca sérios riscos para a saúde pública.

Águas Superficiais

A área em estudo insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (PGBH na Região Hidrográfica do Tejo – RH5), concretamente na sub-bacia hidrográfica do Rio Sever, que possui uma área total de 795 km², dos quais 310 km² se situam em território nacional e os restantes em Espanha.

No que respeita à RH5, este é uma região hidrográfica internacional com uma área total de aproximadamente 81 310 km², dentro quais 25 666 km², ou seja 32%, são em território nacional.

O clima da Região Hidrográfica do Tejo é do tipo temperado mediterrâneo, com um período seco de dois meses correspondentes a julho e agosto. No que se refere à temperatura média anual, esta varia entre 7,4°C (nas zonas mais a Norte e a maior altitude) e os 16,9°C (na zona do estuário). A precipitação anual situa-se entre os 2 744 mm (na zona Norte da região e a uma altitude superior a 1 300m) e os 524 mm (na zona costeira). Em termos de evaporação verifica-se que este parâmetro varia entre os 1 918 mm e os 839mm, situando-se o valor médio em cerca de 1 283 mm.

Quanto à evapotranspiração potencial anual, esta varia entre valores da ordem dos 500 mm nas zonas mais a Norte e a maior altitude da região hidrográfica, enquanto que os valores mais elevados, da ordem dos 800 mm, se registam na zona Sul da região hidrográfica.

O principal curso de água que drena o município de Marvão é o rio Sever, um afluente da margem esquerda do Rio Tejo. Com as suas cabeceiras na Serra de São Mamede a 1027 metros de altitude, (Concelho de Marvão), o rio Sever, delimita o Concelho de Marvão a Este, sendo que numa grande parte do seu percurso funciona como limite fronteiro do território nacional.

Embora o Rio Sever seja o principal recurso hídrico existente, Marvão apresenta, ainda, por toda a sua área vários cursos de água, dos quais se podem destacar as Ribeiras do Lobo, do Cabril, da Fragusta, do Porto de Espada e dos Galegos. É ainda de referir, pela sua importância no concelho, a Barragem da Apartadura.

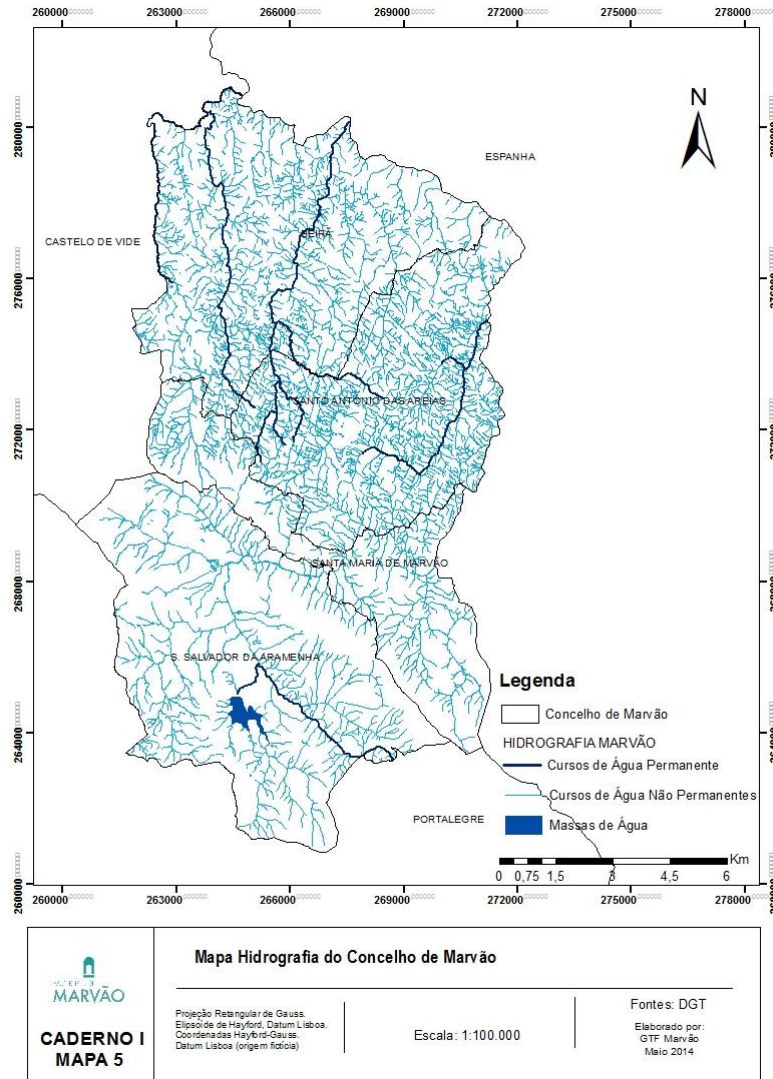


Figura 26 – Mapa dos principais cursos de água do concelho de Marvão (PMDFCI,2015).

Para a caracterização da qualidade dos recursos hídricos superficiais em Marvão recorreremos à base de dados disponibilizados no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), da responsabilidade do Instituto da Água (INAG).

Os pontos de monitorização da **qualidade de água superficial** selecionados estão integrados na rede de monitorização de qualidade de água da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, cuja designação e localização se apresenta na tabela seguinte.

Quadro 86 - Estações de amostragem da rede de qualidade da água superficial na bacia hidrográfica do Tejo no concelho de Marvão.

Bacia	Curso de Água	Estação	Concelho/Freguesia	Localização (coordenadas M;P)
Tejo	Rio Sever	Portagem-Marvão	Marvão	264624;268510
	Ribeira das Reveladas	Albufeira da Apartadura	Marvão	264587;264951

Fonte: SNIRH

De acordo com o ex-INAG, a classificação da qualidade da água para usos múltiplos, permite obter informação sobre os usos que potencialmente podem ser considerados na massa de água classificada. Assim, são consideradas cinco classes de classificação da qualidade da água, conforme descrito no quadro seguinte.

Quadro 87 – Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o ex-INAG

Classe	Nível de Qualidade
A – Excelente	Águas com qualidade equivalente às condições naturais, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.
B – Boa	Águas com qualidade ligeiramente inferior à classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações.
C – Razoável	Águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para o recreio, mas sem contacto direto.
D – Má	Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir, mas de forma aleatória.
E – Muito Má	Águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos.

Parâmetro	Classe				
	A	B	C	D	E
pH	6,5 – 8,5		6,0 – 9,0	5,5 – 9,5	
Temperatura (°C)	≤ 20	21 - 25	26 - 28	29 - 30	>30
Condutividade (µS/cm)	≤ 750	751 - 1000	1001 - 1500	1501 - 3000	> 3000
SST (mg/l)	≤ 25	25,1 – 30,0	30,1 – 40,4	40,1 – 80,0	> 80,0
Oxigénio Dissolvido (% saturação)	≥ 90	89 - 70	69 - 50	49 - 30	< 30
Oxidabilidade (mg O ₂ /l)	≤ 3,0	3,1 – 5,0	5,1 – 10,0	10,1 – 25,0	> 25,0
CBO ₅ (mg O ₂ /l)	≤ 3,1	3,1 – 5,0	5,1 – 8,0	8,1 – 20,0	> 20,0
CQO (mg O ₂ /l)	≤ 10,0	10,1 – 20,0	20,1 – 40,0	40,1 – 80,0	> 80,0
Azoto Amoniacal (mg NH ₄ /l)	≤ 0,1	0,11 – 1,0	1,10 – 2,0	2,01 – 5,00	> 5,00
Nitratos (mg NO ₂ /l)	≤ 5,0	5,1 – 25,0	25,1 – 50,0	50,1 – 80,0	> 80,0
Azoto Kjeldahl	≤ 0,5	0,51 – 1,00	1,01 – 2,00	2,01 – 3,00	> 3,00
Fosfatos (mg P ₂ O ₅ /l)	< 0,54		< 0,94	> 0,94	
Coliformes totais (nº / 100 ml)	≤ 50	51 - 5000	5001 - 50000	> 50000	
Coliformes fecais (nº / 100 ml)	≤ 20	21 - 2000	2001 - 20000	> 20000	

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional da Água, 2008

Em 2008, a Estação de Qualidade de Portagem-Marvão apresentou uma classificação “C”, equivalente a “Razoável”, sendo o parâmetro responsável por essa classificação o parâmetro Oxigénio Dissolvido (sat.). Em 2013 a Estação de Qualidade da Albufeira da Apartadura apresentou uma classificação “C”, equivalente a “Razoável”, sendo o parâmetro responsável por essa classificação o parâmetro Fenóis

Quadro 88 - Evolução da qualidade da água na estação Portagem-Marvão – Rio Sever de 2000 a 2008.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2000	D – Má	Oxigénio dissolvido (sat)
2001	B – Boa	Carência bioquímica de oxigénio, Coliformes fecais, Fenóis, Coliformes totais, Nitratos, Estreptococos fecais e Oxigénio dissolvido (sat)
2002	B – Boa	Oxigénio dissolvido (sat), Coliformes totais, Estreptococos fecais, Carência bioquímica de oxigénio e Coliformes fecais
2003	C – Razoável	pH
2004	C – Razoável	Coliformes totais
2005	B – Boa	Oxigénio dissolvido (sat), Estreptococos fecais, Coliformes fecais, Fósforo P e Coliformes totais

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2006	B – Boa	pH
2007	C – Razoável	Fósforo P
2008	C – Razoável	Oxigênio dissolvido (sat)

Quadro 89 - Evolução da qualidade da água na estação da Albufeira da Apartadura de 1996 a 2013.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
1996	B – Boa	Coliformes fecais, Oxigênio dissolvido (sat), Oxidabilidade e Coliformes totais
1997	C – Razoável	Oxidabilidade
1998	D – Má	Oxigênio dissolvido (sat)
1999	C – Razoável	Coliformes totais e Oxigênio dissolvido (sat)
2000	D – Má	Oxigênio dissolvido (sat), Carência bioquímica de oxigênio e Azoto Kjeldahl
2001	C – Razoável	Fenóis e Coliformes totais
2002	D – Má	Fenóis
2003	C – Razoável	Carência química de oxigênio
2004	C – Razoável	Oxigênio dissolvido (sat) e pH
2005	C – Razoável	Azoto Kjeldahl
2006	B – Boa	Oxigênio dissolvido (sat), Carência química de oxigênio, Azoto Kjeldahl, Estreptococos fecais, Coliformes totais, Coliformes fecais e pH
2007	C – Razoável	Oxigênio dissolvido (sat), Azoto Kjeldahl e Carência química de oxigênio
2008	D – Má	Fenóis
2009	C – Razoável	Azoto Kjeldahl
2010	B – Boa	Oxigênio dissolvido (sat), Coliformes totais, Estreptococos fecais e Carência química de oxigênio
2011	B – Boa	Carência química de oxigênio e Fenóis
2012	B – Boa	Oxigênio dissolvido (sat)
2013	C – Razoável	Fenóis

Ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da Estação de Portagem-Marvão apresentou uma classificação igual ou superior a razoável até 2008.

De igual modo, entre 2003 e 2013, a qualidade da água da Estação da Albufeira da Apartadura apresentou uma classificação igual ou superior a razoável, com exceção do ano de 2008.

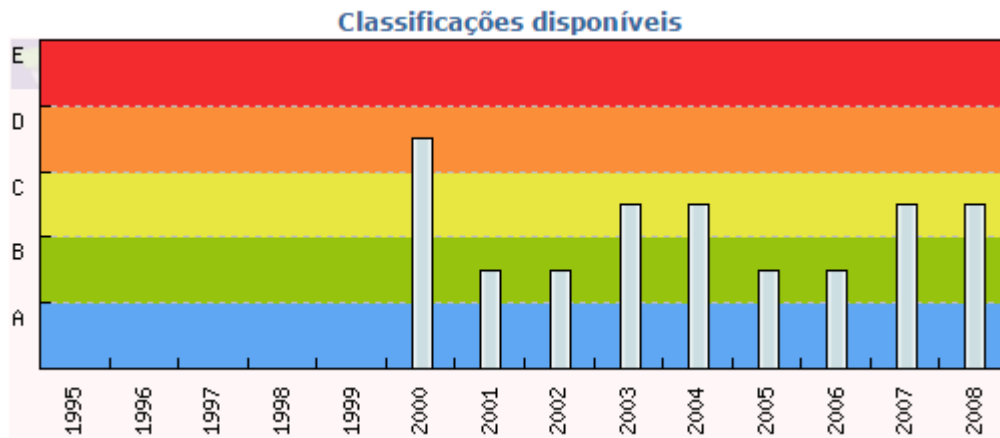


Figura 27 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Portagem-Marvão, entre 2000 e 2008.

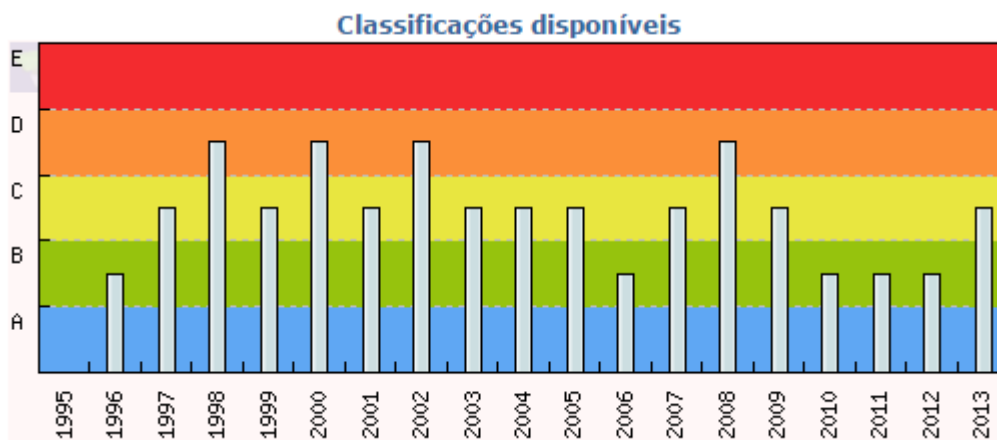


Figura 28 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação da Albufeira da Apartadura – Ribeira das Reveladas, entre 1996 e 2013.

O Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Tejo (PGBH do Tejo) apresenta uma classificação do estado das massas de água da Região hidrográfica do Tejo (RH5). A classificação das águas superficiais baseia-se no conceito de “estado de uma massa de água”, expresso numa escala de cinco classes: Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau. Este resulta da conjugação dos resultados obtidos para o estado ecológico e para o estado químico dessa massa de água, sendo adotada a classe correspondente àquela que indica pior qualidade.

De acordo com PGB do Tejo da RH5, no concelho de Marvão, o estado das massas de águas superficiais varia entre o razoável e o Bom.

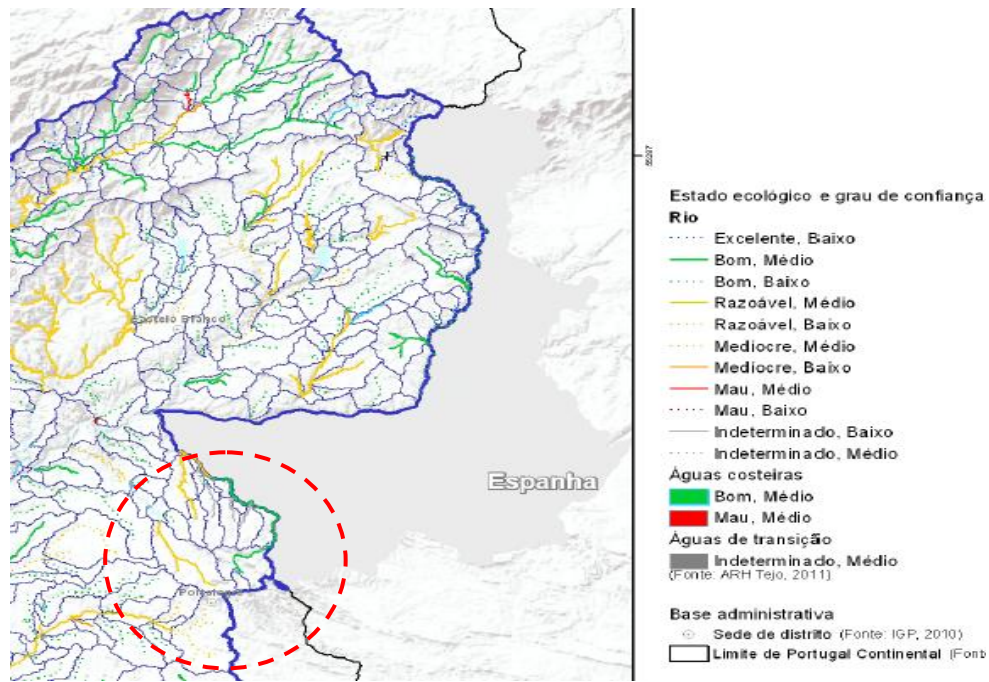


Figura 29 – Estado final das massas de água superficiais (PGB do Tejo, RH5, 2012).

Águas Subterrâneas

A água subterrânea constitui um importante recurso natural, imprescindível para a vida e integridade dos ecossistemas. Desempenham um papel fundamental tanto no abastecimento das populações como para a agricultura e indústria.

No que respeita ao sistema aquífero, o concelho de Marvão insere-se no sistema aquífero do Maciço Antigo indiferenciado da Bacia do Tejo e no sistema aquífero Escusa (A2).

O Maciço Antigo é a unidade geológica que ocupa maior extensão em Portugal, sendo constituído, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares. De acordo com o relatório do INAG, “Sistemas Aquíferos de Portugal Continental”, “as litologias correspondentes àqueles tipos de rochas são habitualmente designadas pelos hidrogeólogos por rochas cristalinas ou rochas duras, ou ainda por rochas fraturadas ou fissuradas”. Ainda de acordo com a mesma fonte, podem-se considerar como materiais com escassa aptidão hidrogeológica, pobres em recursos hídricos subterrâneos.

No quadro seguinte estão descritas as principais características do sistema aquífero do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo.

Quadro 90 – Principais características do sistema aquífero presente na área de estudo.

Sistemas aquíferos / Aquífero	Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo (Escusa)
Formações Aquíferas Dominantes	Cálcarios Dolomíticos de Escusa (Devónio médio)
Litologias Dominantes	Cálcarios dolomíticos e dolomitos, com uma espessura conhecida de pelo menos 139 m
Caraterísticas gerais	Sistema aquífero cársico, com porosidade dupla
Produtividade (l/s)	Mediana= 9,6
Parâmetros Hidráulicos	Valores de transmissividade mais frequentes a variarem entre 123 e 474 m ² /d
Funcionamento Hidráulico	A recarga faz-se por infiltração direta da precipitação e escorrência superficial
Piezometria/direções de Fluxo	O fluxo subterrâneo dá-se em sentidos divergentes, a partir da área de Escusa, em direções a ambos os extremos do sistema aquífero
Balanço Hídrico	Entradas conhecidas=3,5 m ³ /ano; saídas conhecidas= 2,7 hm ³ /ano
Fáceis Químicas	Bicarbonatada cálcica e /ou magnésiana

Fonte: SNIRH

Através do sítio do SNIRH, recolheu-se a informação relativa à qualidade dos recursos hídricos subterrâneos através dos dados das estações de amostragem 336/17, 348/20, 348/20 e 348/23, localizadas no concelho de Marvão.

A classificação da qualidade da água subterrânea é efetuada de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto. Baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR, a que correspondem esquemas de tratamento tipo distintos, definidos para tornar a água apta para consumo humano (água potável):

A1 — tratamento físico e desinfeção.

A2 — tratamento físico e químico e desinfeção.

A3 — tratamento físico, químico de afinação e desinfeção.

(> **A3** – a baixa qualidade da água pressupõe tratamentos mais fortes)

As classes definidas são estabelecidas de acordo com a avaliação de parâmetros físicos, físico-químicos, químicos, microbiológicos.

Considerar-se-ão aptas para poderem ser utilizadas como origem de água para a produção de água para consumo humano as águas subterrâneas que apresentem qualidade superior ou igual à da categoria A1.

Quadro 91 - Evolução da qualidade da água subterrânea medida nas estações de monitorização existentes em Marvão, entre 2010 e 2014.

N.º de Inventário	336/17	348/20	348/23
Freguesia	Santo António das Areias	São Salvador da Aramenha	São Salvador da Aramenha
Tipo de Ponto de Água	Furo Vertical	Furo Vertical	Furo Vertical
Bacia Hidrográfica	Tejo	Tejo	Tejo
Unidade Hidrogeológica	Maciço Antigo	Maciço Antigo	Maciço Antigo
Sistema de Aquífero	A2 – Escusa	A2 – Escusa	A2 – Escusa
Classificação Anual, com base na qualidade da água	-	2014: A1	2014: A2 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água: Oxigénio dissolvido
	-	2013:> A3 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água: Fluorestos	2013:> A3 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água: Fluorestos
	-	2012: A1	2012: A1
	-	2011:> A3 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água: Fluorestos	2011:> A3 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água: Fluorestos
	2010:> A3 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água: Fluorestos e pH	2010:> A3 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água: Fluorestos	2010:> A3 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água: Fluorestos e pH

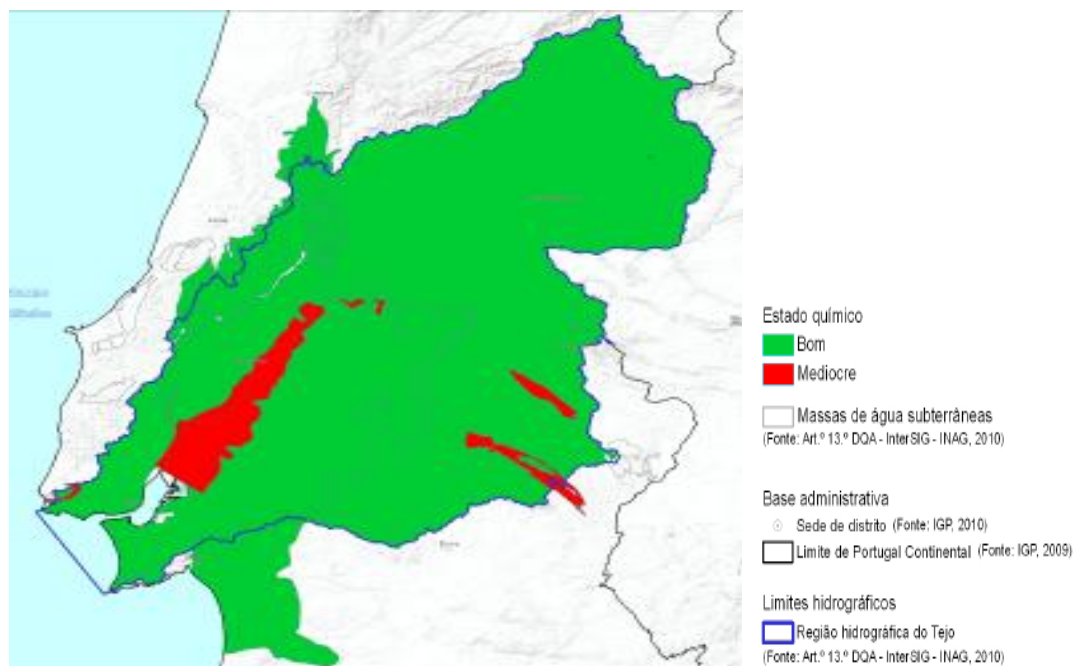


Figura 30 – Estado final das massas de água subterrâneas (PGB do Tejo RH5, 2012).

O concelho de Marvão é abrangido por um Plano de Ordenamento de Albufeira (POA), a saber o Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura (aprovado pelo RCM nº 188/2003 de 15 de dezembro; entretanto em fase de alteração pelo despacho n.º 6799/2012 de 18 de maio).

Na envolvente da Albufeira é definida uma zona terrestre de proteção que tem como função principal a salvaguarda e proteção dos recursos hídricos a que se encontra associada.

A zona terrestre de proteção da albufeira é uma faixa terrestre com a largura de 500m, existindo POAAP, este pode ajustar a largura da zona terrestre de proteção para um valor superior, até ao máximo de 1000m, ou para um valor inferior, até ao mínimo de 100m (art.3.º e 12.º do DL 107/2009).

Neste caso, a zona de proteção da barragem, delimitada corresponde a uma faixa com a largura de 100 m.

A constituição de servidões relativas à captação de águas subterrâneas para abastecimento público segue o regime previsto no DL n.º 382/99 de 22 de setembro, com as alterações decorrentes do art. 37º da Lei de Água, pelo DL n.º 226-A/2007, de 31 de maio, e pela portaria n.º 702/2009, de 6 de julho.

O polo de captação encontra-se na freguesia de S. Salvador da Aramenha na Quinta dos Olhos de Água

- Captações de Olhos de Água (JK3,JK4, JK5 e RA6);

A Portaria n.º 209/2012 de 9 de julho, aprovou a delimitação do perímetro de proteção da captação de água subterrânea (Perímetro de Proteção da Captação de Olhos de Água).

O perímetro de proteção abrange a área limítrofe ou contígua à captação de água, cuja utilização é condicionada, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos subterrâneos utilizados (art.37.º, n.º1 e 3 da Lei da Água), a zona de proteção intermédia e a zona de proteção alargada.

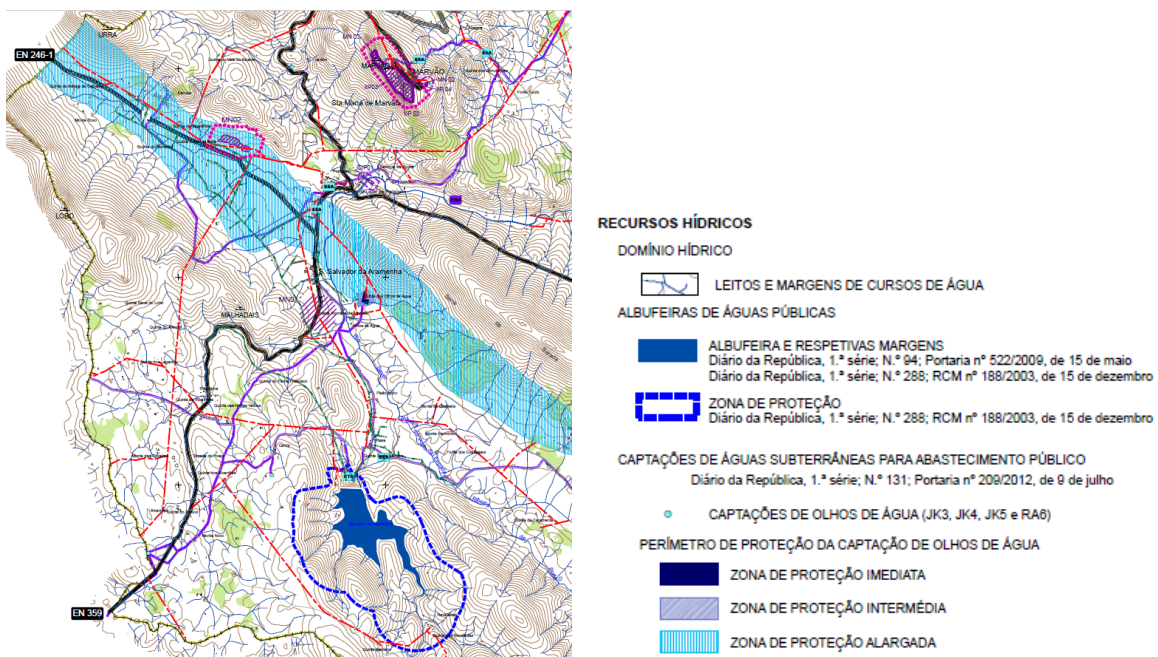


Figura 31 – Áreas destinadas à proteção dos recursos hídricos.

A área destinada à proteção dos recursos hídricos ocupa 1039,4 ha.

Águas Residuais

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são o conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais urbanas a um meio recetor, com o objetivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais.

À semelhança do que acontece com o abastecimento de água, a recolha e tratamento das águas residuais do concelho, em Alta, é da responsabilidade da Águas de Lisboa e Vale do Tejo. O concelho está integrado no Sistema de Saneamento do Norte Alentejano. Em baixa a responsabilidade é da camara municipal de Marvão.

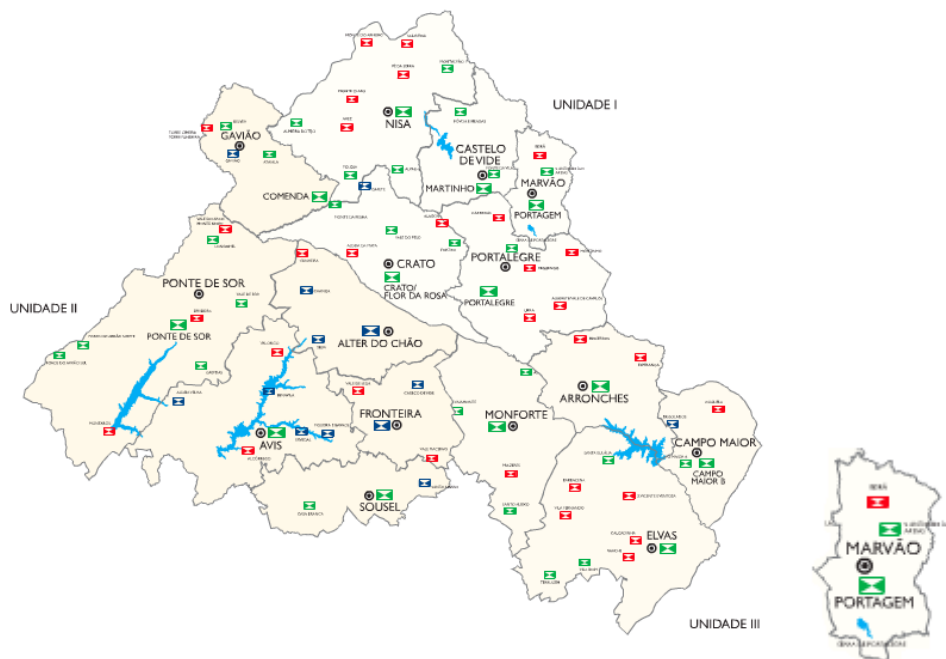


Figura 32 – Distribuição e abrangência das ETAR's do Sistema de Saneamento do Norte Alentejano e de Marvão

O Sistema de Saneamento de Marvão é constituído por 3 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR): ETAR de Beirã, ETAR de Stº. António das Areias, ETAR da Portagem.

Quadro 92 - Quantidade de águas residuais tratadas em Marvão.

Anos	Volume tratado (m3)	Alojamentos servidos
2013	141185	1919
2012	155143	1907
2011	167291	1440

Fonte: ERSAR,

Quadro 93 – Consumo de água por habitante no período compreendido entre 2006 e 2009.

Área geográfica	2006	2007	2008	2009
Continente	50	56	61	63
Alentejo	58	62	68	73
Alto Alentejo	54	61	65	62
Marvão	48	48	65	66

Ao nível da captação do consumo de água, este valor tem-se mantido estável ao longo destes últimos anos.

De acordo com informação do Instituto Nacional de Estatística o concelho de Marvão tinha 83% da população servida por sistemas de abastecimento de água, em 2009.

Quadro 94 – População servida por Sistemas de Abastecimento de Águas para consumo (%).

Ano	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Marvão
2009	96	95	97	83
2008	94	92	97	83

Fonte: INE,

Embora o município não apresente captações de água superficial, possui 14 captações de águas subterrâneas. Dispõe também de 16 reservatórios que apresentam uma capacidade de reserva de 1,2 dias e destinam-se a servir aproximadamente 3 376 habitantes ao longo de 86,6 quilómetros de rede de distribuição. O volume de água distribuído estimado fora para o ano de 2014 foi de 888 m³/dia, de acordo com a base de dados da ERSAR, segundo os dados da mesma entidade estimou-se qua a população servida por sistemas de abastecimento de água é de 96%.

Relativamente à qualidade da água para consumo humano esta é monitorizada pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Esta entidade regula os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, com o principal objetivo da proteção dos interesses dos utilizadores, através da promoção da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras e da garantia de tarifários socialmente aceitáveis, materializada nos princípios de essencialidade, indispensabilidade, universalidade, equidade, fiabilidade e de custo-eficácia associada à qualidade de serviço.

A informação disponibilizada pela ERSAR, sobre a qualidade da água para consumo humano é apresentada na figura seguinte.

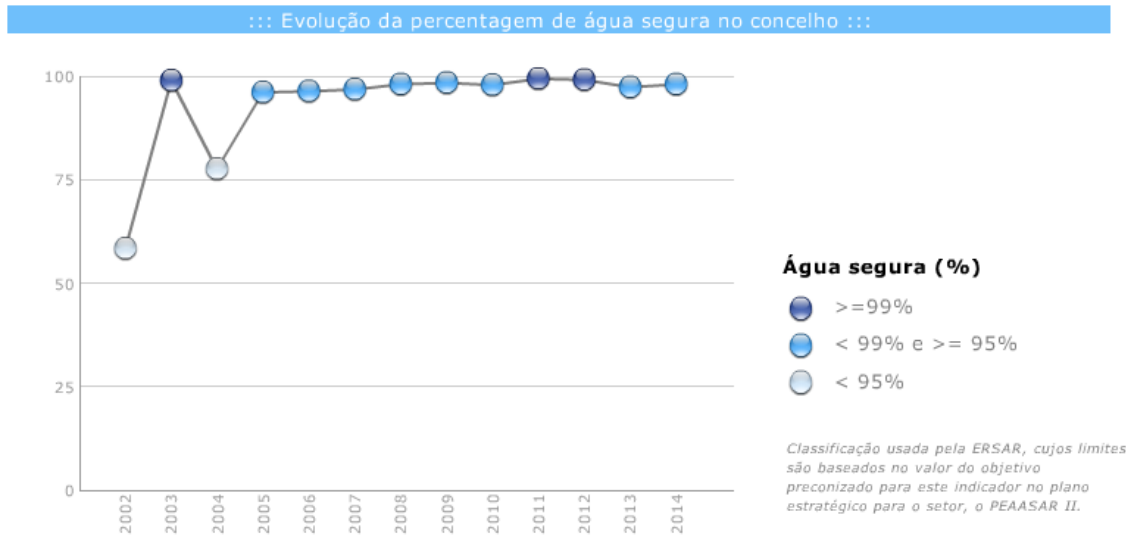


Figura 34 – Qualidade da Água para consumo humano no concelho de Marvão entre 2002 e 2014

Os resultados revelam que a percentagem de análises do cumprimento do Valor Paramétrico (%), nos anos disponibilizados, apenas foi inferior a 95% nos anos de 2002 e 2004, sendo superior a 95% nos períodos de 2005 a 2010 e 2013 a 2014, e, exibindo um cumprimento igual ou superior a 99% em 2003, 2011 e 2012.

Para o abastecimento de água, o PEAASAR 2020, define uma percentagem de 99% de cumprimento no número total de análises realizadas à água tratada.

Relativamente ao consumo de água por tipologia, a análise do quadro seguinte, possibilita concluir que o setor doméstico é o maior consumidor de água abastecida pela rede pública, com uma taxa de consumo de cerca de 100% no último ano de que há dados disponíveis. Verifica-se ainda que os setores industrial, comerciais e serviços e agrícolas e pecuários não apresentam consumos de água abastecida pela rede pública de acordo com os dados do INE.

Quadro 95 – Consumo de água abastecida pela rede pública (milhares de m³) por tipologia, em Marvão, nos anos de 2008 e 2009.

Anos	Total	Doméstico		Industrial		Comercial e Serviços		Agrícola e Pecuário		Outros	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
2009	190	190	100	0	-	0	-	0	-	0	-
2008	190	190	100	0	-	0	-	0	-	0	-

Fonte: INE.

O município não apresenta iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água, além das campanhas de sensibilização a nível concelhio.

A gestão de um sistema de distribuição de água implica uma análise constante dos diversos parâmetros técnico-económicos, nas diversas áreas de intervenção. Uma das mais importantes é o combate às perdas de água, pelo facto, entre outros, do custo de produção ou aquisição da água para distribuição ser normalmente elevado.

As perdas de água em sistemas de adução e distribuição, correspondem à água que não é faturada nem utilizada, mas que é captada, tratada, transportada em infraestruturas de elevado valor patrimonial e com custos de manutenção e operação significativos.

Não existem sistemas de distribuição de água totalmente estanques, nem sistemas de medição de caudais 100% exatos, pelo que a ocorrência de perdas de água é inevitável. No entanto, perdas elevadas têm consequências económicas e ambientais muito negativas.

As perdas de água constituem uma das principais fontes de ineficiência das entidades gestoras de abastecimento de água.

Segundo informação da base de dados da ERSAR, o valor médio de perdas reais de água nos sistemas de abastecimento em baixa, do concelho de Marvão, é aproximadamente 146 l//ramal.dia), ou seja, cerca de 46%. O cálculo das perdas totais no sistema de abastecimento, por concelho, resulta da relação entre a água não faturada e a água entrada no sistema.

RUÍDO

No que respeita ao ambiente sonoro, o Regulamento Geral do Ruído (RGR) (Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro) estabelece o regime legal aplicável à prevenção e controlo da poluição sonora, determinando a necessidade dos planos municipais de ordenamento do território assegurem a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.

Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território, a classificação, a delimitação e a disciplina das denominadas zonas sensíveis e mistas. Os municípios devem acautelar, no âmbito das suas atribuições de ordenamento do território, a ocupação dos solos com usos suscetíveis de vir a determinar a classificação da área como sensível, verificada a proximidade de infraestruturas de transporte existentes e previstas. Os municípios devem elaborar mapas de ruído, para os indicadores L_{den} e L_n para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos PDM's.

Os Mapas de Ruído constituem uma ferramenta muito importante para, prever e visualizar espacialmente os níveis sonoros de uma dada área, onde, nomeadamente, se identificam e catalogam fontes ruidosas e recetores expostos. Ainda, são um elemento fundamental para o apoio à decisão relativamente ao planeamento da ocupação e do uso de solo permitindo compatibilizar a localização de determinados serviços com as características ambientais do local. Por último, assumem um papel orientador relativamente à definição de prioridades para a adoção de medidas de mitigação de ruído.

Pretende-se portanto integrar o fator ruído na tomada de decisão de forma a evitar a coexistência de usos do solo conflituosos e prevenir a exposição das populações a um fator de poluição que vem sendo um dos principais fatores de mal-estar da população, no que às temáticas ambientais diz respeito.

O objetivo fundamental é assegurar os seguintes limites de exposição (artigo 11.º do RGR)

- a) As **zonas sensíveis** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, **superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_{den} , e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador L_n .**
- b) As **zonas mistas** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, **superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador L_{den} , e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_n .**

A Câmara Municipal de Marvão elaborou uma revisão dos Mapas de Ruído do Município através de um novo estudo realizado em dezembro de 2009. Os Mapas de Ruído foram elaborados pela SCHIU-Eng. de Vibrações e Ruído, Unip., Lda, Divisão de Ambiente Exterior.

De acordo com o relatório de revisão do mapa de ruído de Marvão as principais fontes ruidosas do concelho são as vias estruturantes que servem e atravessam o concelho e que apresentam volumes de tráfego com algum significado, nomeadamente, a EN359 e IC13 e a zona industrial do município.

Para além de possibilitar uma visão qualitativa da distribuição geográfica dos níveis sonoros da área em análise, um Mapa de Ruído do tipo do desenvolvido deve fornecer indicadores quantitativos da população exposta ao ruído.

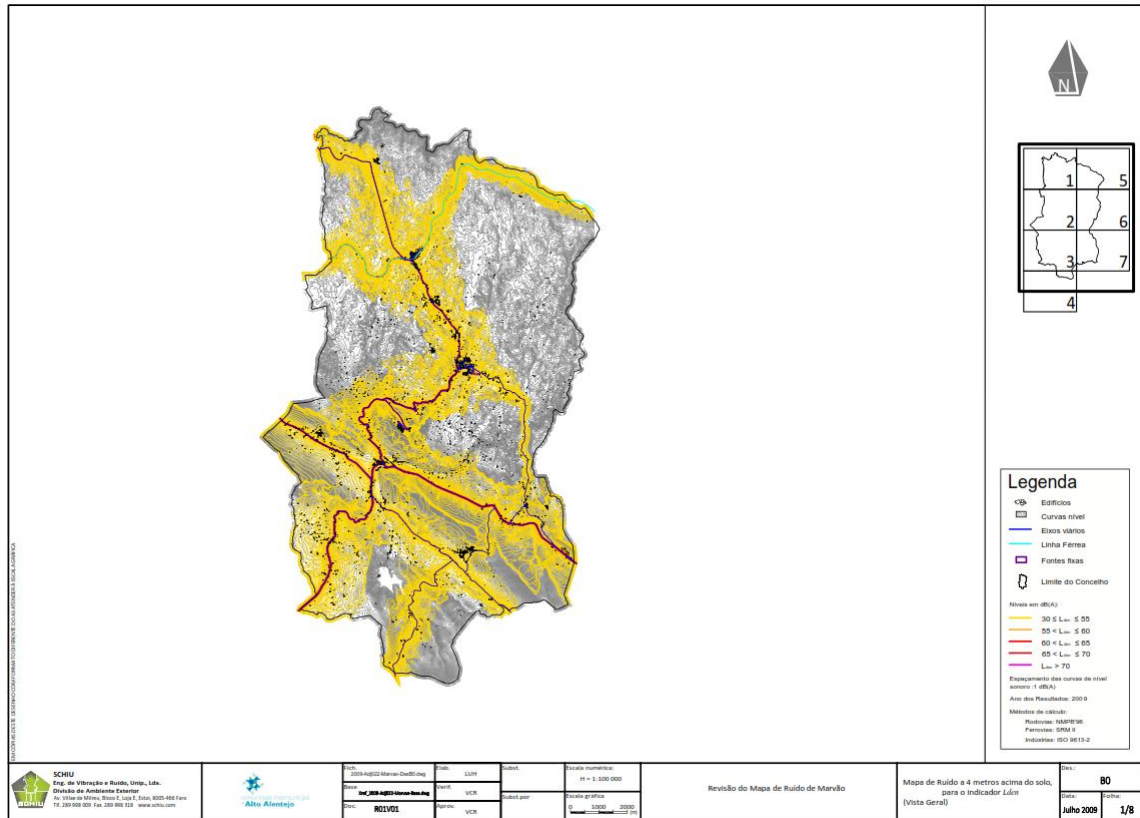


Figura 35 – Mapa de Ruído do Concelho de Marvão – indicador sonoro Lden.

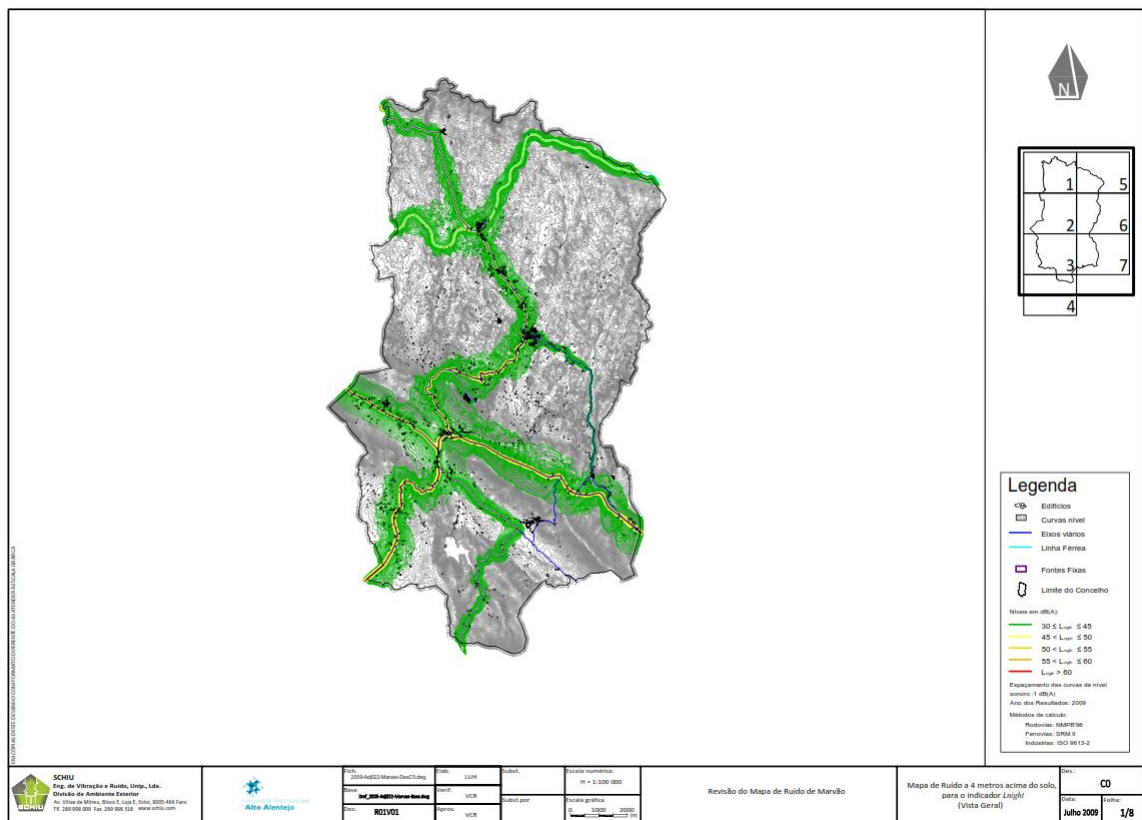


Figura 36 – Mapa de Ruído do Concelho de Marvão – indicador sonoro Ln.

De acordo com o definido no artigo 8.º do RGR, as zonas sensíveis ou mistas (com ocupação) expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limites devem ser objeto de Planos de Redução de Ruído, cuja elaboração é também da competência das autarquias locais. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que estes planos podem contemplar faseamento de medidas, mas devendo incidir prioritariamente sobre zonas sensíveis ou mistas expostas a níveis de ruído ambiente que excedam em mais de 5 dB(A) os respetivos limites.

A análise dos Mapas de Conflitos, realizados no âmbito da elaboração dos mapas de ruído, permite verificar que no caso de uma classificação virtual de todo o concelho como Zona Mista, ocorrem incompatibilidades ligeiras apenas na imediata envolvente das seguintes fontes de ruído modeladas, afetando os seguintes recetores sensíveis: via EN359-D – edifícios junto à via nas freguesias de S. Salvador da Aramenha e Santa Marta de Marvão, via EN359-F - – edifícios junto à via na freguesia de S. Salvador da Aramenha e via EN359-F – edifícios junto à via na freguesia de S. Salvador da Aramenha.

QUALIDADE DO AR

A qualidade do ar é o termo que se usa, normalmente, para traduzir o grau de poluição no ar que respiramos (www.qualar.apambiente.pt).

A poluição do ar, que é provocada por uma mistura de substâncias químicas, lançadas no ar ou resultantes de reações químicas, que alteram o que seria a constituição natural da atmosfera, tem vindo a ser a causa de um conjunto de problemas, nomeadamente a degradação da qualidade do ar; a exposição humana e dos ecossistemas a substâncias tóxicas; danos na saúde humana; danos nos ecossistemas e património construído; acidificação; deterioração da camada de ozono estratosférico e aquecimento global/alterações climáticas (www.qualar.apambiente.pt).

Entre os efeitos na saúde humana referem-se problemas ao nível dos sistemas respiratório e cardiovascular. Quanto aos danos nos ecossistemas podem citar-se a oxidação de estruturas da vegetação, que entre muitas outras consequências pode originar a queda prematura das folhas em algumas espécies ou o apodrecimento precoce de alguns frutos. Finalmente, quando se fala de prejuízo são nível do património construído pode dar-se como exemplo o caso dos poluentes acidificantes que atacam quimicamente as estruturas construídas, causando a degradação dos materiais (www.qualar.apambiente.pt).

As unidades funcionais de avaliação e gestão da qualidade do ar, são as designadas zonas e aglomerações, no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 102/2010, define-se zona como sendo “uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional” e aglomeração como uma “zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50000, sendo a densidade populacional superior a 500 habitantes/km²”. O concelho de Marvão encontra-se na zona de qualidade do ar do Alentejo Interior.



Figura 37 – Representação das Zonas e Aglomerações do Alentejo Norte Interior e localização das estações de Monitorização.

Índice de qualidade do ar (IQAr) de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os poluentes com concentração mais elevada responsáveis pelo índice (www.qualar.apambiente.pt).

No quadro seguinte são apresentados os conselhos de saúde em função IQAr, mencionando também as condições meteorológicas normalmente associadas.

Quadro 96 – Índice de qualidade do ar e conselhos de saúde.

Índice	Tempo	Conselhos de Saúde
Mau	Anticiclone com vento fraco; Estabilidade prolongada; Depressão do norte de África com uma corrente de SE no continente transportando poeiras do deserto; Ozono: forte radiação / tempo quente contínuo.	Todos os adultos devem evitar esforços físicos ao ar livre. Os grupos sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) deverão permanecer em casa com as janelas fechadas e utilizando de preferência sistemas apropriados de circulação/refrigeração do ar.
Fraco	Anticiclone com vento fraco; Situações de transição do estado do tempo; Estabilidade; Depressão do norte de África com uma corrente de SE no continente transportando poeiras do deserto; Ozono: forte radiação / temperaturas elevadas associadas a dias de céu limpo.	As pessoas sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) devem evitar atividades físicas intensas ao ar livre. Os doentes do foro respiratório e cardiovascular devem ainda respeitar escrupulosamente os tratamentos médicos em curso ou recorrer a cuidados médicos extra, em caso de agravamento de sintomas. A população em geral deve evitar a exposição a outros fatores de risco, tais como o fumo do tabaco e a exposição a produtos irritantes contendo solventes na sua composição.
Médio	Diversas situações meteorológicas com características de tempo agradáveis.	As pessoas muito sensíveis, nomeadamente crianças e idosos com doenças respiratórias devem limitar as atividades ao ar livre .
Bom	Passagem de frentes com atividade moderada; Outras situações meteorológicas com ventos moderados.	Nenhuns
Muito Bom	Vento moderado a forte - Temperaturas frescas; - Ocorrência de precipitação; Passagem de frentes com atividade moderada.	Nenhuns

Analisando o índice de qualidade do ar da zona de qualidade do ar Alentejo Interior, verifica-se que o índice que se registou em maior número de dias na região, nos anos 2012, 2013 e 2014, foi o BOM.

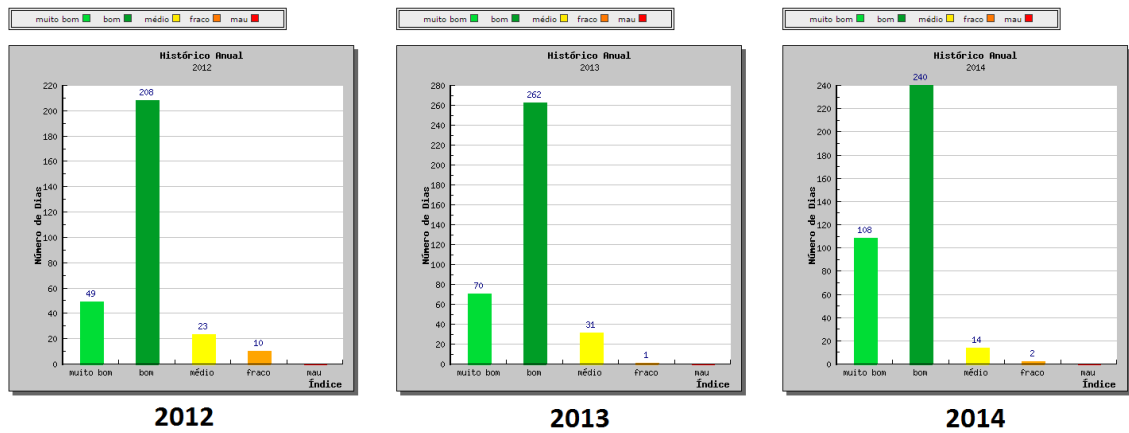


Figura 38 – Índices de qualidade do ar registado na zona Alentejo Interior, nos anos de 2012, 2013 e 2014.

A capacidade de regeneração da atmosfera reduz-se consideravelmente à medida que, o quantitativo de emissões de poluentes cresce exponencialmente, com a industrialização e com o aumento do número de veículos automóveis no planeta. Os efeitos dos diferentes poluentes atmosféricos na saúde traduzem-se no aparecimento ou agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, particularmente em populações sensíveis como crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios.

No quadro seguinte resumem-se os efeitos na saúde humana e no meio ambiente provocados por alguns poluentes atmosféricos.

Quadro 97 - Principais fontes e efeitos na saúde humana e no ambiente dos poluentes atmosféricos abrangidos pelo DL n.º 102/2010.

Poluente	Características	Fontes emissoras	Efeitos na saúde humana e no ambiente
CO (monóxido de carbono)	Incolor e inodoro.	Tráfego. Indústrias.	Reduz a capacidade de transporte de oxigénio até aos tecidos vitais pelo sangue, afetando os sistemas cardiovasculares e nervoso. Em concentrações extremas pode provocar a morte por envenenamento. Em concentrações mais baixas pode ser gravoso para indivíduos com problemas cardiovasculares e reduz o desempenho desportivo. Concentrações elevadas podem causar sintomas como dores de cabeça, tonturas e fadiga.
NO₂ (dióxido de azoto)	Castanho claro.	Tráfego. Indústrias (resulta da queima de combustíveis a temperaturas mais ou menos elevadas).	Concentrações elevadas podem provocar problemas do foro respiratório, principalmente em crianças, tais como asma ou tosse convulsa. É um poluente acidificante, que pode contribuir para a formação de chuvas ácidas, as quais acidificam os meios naturais e atacam quimicamente algumas estruturas (por exemplo, os metais) e os tecidos vegetais.
SO₂ (dióxido de enxofre)	Incolor e inodoro em baixas concentrações. Cheiro intenso em concentrações elevadas	Indústrias (indústria química, pasta de papel, refinarias e caldeiras que utilizem combustível com alto teor de enxofre, como por exemplo, o fuelóleo).	Os seus efeitos encontram-se associados a doenças respiratórias (bronquite crónica ou asma) e cardiovasculares. É um dos gases que contribui para as chuvas ácidas, que têm como consequência a acidificação dos meios naturais ou a corrosão de materiais metálicos.
PM10 (partículas)	As de origem mineral apresentam-se na forma sólida. As de origem orgânica resultam de condensação.	Tráfego. Indústrias. Obras de construção civil. Atividades agrícolas.	As partículas microscópicas podem afetar a atividade respiratória, em especial da população de risco, como as crianças e idosos, bem como daqueles que sofrem de doenças cardiovasculares e pulmonares. O nível de risco depende do tamanho das partículas e da sua toxicidade. As partículas em suspensão também afetam o coberto vegetal e reduzem a visibilidade.

Poluente	Características	Fontes emissoras	Efeitos na saúde humana e no ambiente
O₃ (ozono)	Incolor e poderoso oxidante.	Ao nível do solo resulta de reações químicas entre óxidos de azoto e os compostos orgânicos voláteis na presença de luz solar e de temperaturas elevadas.	A oxidação do ozono troposférico provoca irritações do trato respiratório, causando dificuldades respiratórias, inflamações brônquicas ou tosse. Estes efeitos fazem sentir-se especialmente em grupos sensíveis, como as crianças, idosos, doentes cardiovasculares e do foro respiratório. O ozono é o principal constituinte do <i>smog</i> fotoquímico (mistura de nevoeiro e poluição). A exposição a níveis baixos deste poluente pode reduzir as funções pulmonares, originando dores no peito, tosse, náuseas e congestão pulmonar. A destruição das produções agrícolas e das árvores são outra das suas consequências.
C₆H₆ (benzeno)	Incolor e altamente inflamável. Evapora-se rapidamente.	Tráfego. Indústrias.	Quando inalados os vapores causam tonturas, dores de cabeça e até inconsciência, afeta principalmente o fígado, a placenta e a medula óssea. Provoca doenças como a leucemia, cancro da pele e do pulmão.

A estação de medição de qualidade do ar que mede a qualidade do ar da região Alentejo Interior, mais próxima onde se encontra Marvão, é a estação de Terena na freguesia de Terena (S. Pedro), concelho de Alandroal, caracteriza-se por ser do tipo Rural de Fundo.

Quadro 98 – Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação Terena nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Designação	Valor Ref. (µg/m ³)	N.º de Excedências Permitidas (dias)	N.º de Excedências		
			2012	2013	2014
Ozono - Limiar de Alerta à população	240	-	0	0	0
Ozono - Limiar de Informação à população	180	-	0	0	0
Ozono – Base Octo-horária (proteção da Saúde Humana)	120	25	0	0	0
Dióxido de Enxofre - Alerta	500	-	0	0	0
Dióxido de Enxofre – Base horária	350	24h	0	0	0
Dióxido de Enxofre – Base diária	125	3	0	0	0
Dióxido de Azoto – Alerta	400	-	0	0	0
Dióxido de Azoto – Base horária	200	18h	0	0	0
Partículas <10 µm – Base diária	50	35	10	1	2

Fonte: www.qualar.apambiente.pt

Comparando as medições com os valores legislados, conclui-se que existe uma boa qualidade do ar ambiente na zona do Alentejo Interior.

A Diretiva 2001/81/CE, do Parlamento e do Conselho Europeus, de 23 de outubro estabelece para Portugal a obrigação de desenvolver um programa nacional para a redução das emissões dos poluentes dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) e amónia (NH₃), com o objetivo de atingir, o mais tardar no ano 2010, os tetos de emissão nacional que lhe foram atribuídos por negociação e estudos (técnicos e económicos) baseados no modelo RAINS (“Regional Air Pollution Information and Simulation”), a saber: 160 ktoneladas de SO₂; 250 ktoneladas de NO_x; 180 ktoneladas de COVNM e 90 ktoneladas de NH₃.

As emissões de SO₂ e NO_x continuam a ser, sobretudo, devidas ao setor da energia. As emissões de COVNM continuam a ser, maioritariamente, da responsabilidade do setor da indústria e construção. A agricultura continua a ser o grande responsável pelas emissões de NH₃.

Estes poluentes considerados pela Diretiva são responsáveis por uma gama de impactos negativos, tais como: impactes na saúde humana; impactes nos ecossistemas (devido à sua contribuição para a acidificação, a concentração de ozono troposférico e a eutrofização); impactes em materiais e construções (devido à sua contribuição para a acidificação e a concentração de ozono troposférico).

Os principais focos de poluição atmosférica no concelho de Marvão são provenientes das fontes naturais (COVNM), da atividade agropecuária e do tráfego rodoviário.

Quadro 99 – Emissões de Poluentes para o Marvão em 2007, 2008 e 2009 (t/Km²).

Ano	SO _x	NO _x	NH ₃	COVNM	PM10	CH ₄	CO ₂	N ₂ O
2009	0,019	0,489	0,542	5,348	0,184	1,552	67	0,209
2008	0,009	0,497	0,510	5,431	0,181	1,549	66	0,207
2007	0,011	0,320	0,509	8,000	0,183	1,435	58	0,191

Fonte: APA

Refletindo sobre os dados da tabela anterior verifica-se que no concelho de Marvão as emissões de poluentes não apresentam variações significativas nos últimos anos de que há dados.

No que respeita ao consumo de combustível automóvel verifica-se para a região do Alentejo algumas variações desde 2011 (0,776 tep/hab), apresentando valores de (0,728 tep/hab) em 2014. A sub-região do Alto Alentejo apresentou um consumo mais estável entre 2011 (0,336 tep/hab) e 2014 (0,369 tep/hab), representando um consumo inferior ao observado na região do Alentejo.

No município de Marvão verificou-se um aumento do consumo de combustível automóvel entre 2011 (0,035 tep/hab) e 2013 (0,100 tep/hab), estagnando em 2014 (0,099 tep/hab) em valores inferiores aos da região e sub-região onde se insere. A figura seguinte ilustra a evolução do consumo de combustível por habitante, de 2010 a 2014.

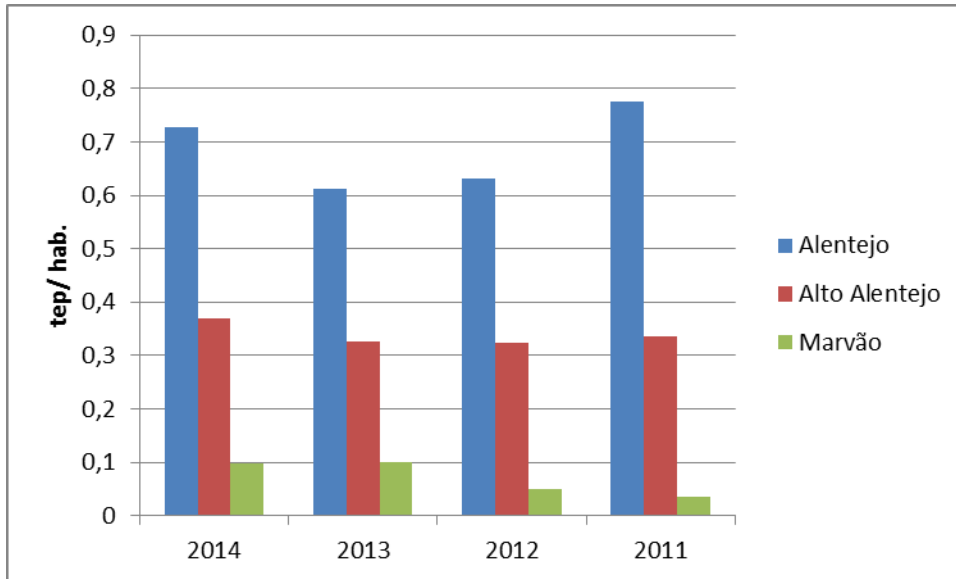


Figura 39 – Consumo de combustível automóvel por habitante

6.5.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Qualidade Ambiental, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 100 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Qualidade Ambiental

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração do concelho nos subsistemas intermunicipais de infraestruturas permitindo um bom nível de atendimento das populações. ▪ Boa rede de ecopontos. ▪ Elevada taxa de recolha seletiva de resíduos sólidos superior ao objetivo do PERSU2020. ▪ Qualidade da água superficial Razoável. ▪ Qualidade Boa da água subterrânea. ▪ Consumo de água por habitante inferior à média nacional. ▪ Boa qualidade da água para consumo humano ▪ Boa qualidade do ar. ▪ Emissão de poluentes atmosféricos (NOx, SO2, COVNM e NH3) menor que a média nacional. ▪ Somente 7% dos resíduos urbanos de recolha indiferenciada são depositados em aterro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência crescente da produção de resíduos. ▪ Elevadas perdas de água do sistema de abastecimento. ▪ Existência de fossas sépticas privadas. ▪ Apresenta algumas situações que, potencialmente, podem contribuir para a degradação dos recursos hídricos (pecuárias, ETAR's e fossas sépticas e focos de poluição industrial) ▪ Apenas 83% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais e ETAR. ▪ Existência de 8 fossas sépticas coletivas ▪ Recetores sensíveis sujeito a níveis sonoros acima dos limites para zona mista. ▪ Resíduos urbanos de recolha indiferenciada depositados em aterro, em detrimento da reciclagem e valorização orgânica ou energética. ▪ Aumento do uso do automóvel individual.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da eficiência dos sistemas de drenagem. ▪ Necessidade legal de atingir parâmetros de qualidade estabelecidos pelo PNUEA. ▪ Aumento da recolha seletiva de resíduos sólidos (urbanos, industriais, etc.) ▪ Consciencialização da população para a preservação da qualidade ambiental como uma forma de melhoria da qualidade de vida das mesmas ▪ Avaliação das redes de abastecimento de água de modo a avaliar a eficiência do sistema de abastecimento de água (perdas de água; ausência de quebras de distribuição, etc.) ▪ Aproveitamento de águas pluviais e reutilização de água residual. ▪ Ruído: resolução das zonas de conflito. ▪ Atualização do Mapa de Ruído. ▪ Zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora e adoção de medidas para minimizar os impactos provocados por atividades ruidosas. ▪ Aplicação do Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo. ▪ Agenda 21 local. ▪ Potencial desenvolvimento de projetos que preconizem prevenção/minimização das emissões atmosféricas, pela concretização do objetivo estratégico do QREN relativo à melhoria da qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial evolução dos níveis de consumo como força motriz para o aumento da produção de resíduos. ▪ Presença de fontes de poluição do solo e dos recursos hídricos. ▪ Potencial degradação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos devido ao deficiente controlo da eficiência das infraestruturas de saneamento. ▪ Contaminação associada a fontes de poluição difusa e fontes tóxicas dos recursos hídricos. ▪ Crescimento do transporte individual é um sério obstáculo à redução dos níveis de ruído e à melhoria da qualidade do ar. ▪ Perdas de água nos sistemas de captação e distribuição de água. ▪ Resistência da população à adesão aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais face à existência de alternativas (fossas). ▪ Conjuntura económica desfavorável a investimentos.

6.5.4. Tendências de evolução sem Plano

RESÍDUOS

A tendência de evolução ao nível da gestão dos resíduos sólidos urbanos será no sentido do aumento da recolha seletiva e da sua valorização.

RECURSOS HÍDRICOS

A tendência de evolução será a manutenção do cenário atual, no geral com boa qualidade dos recursos hídricos, cuja proteção e conservação será salvaguardada pela implementação do Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica do Tejo.

RUÍDO

Em termos dos níveis de ruído registados no concelho, a tendência esperada é de manutenção.

QUALIDADE DO AR

A tendência de evolução em relação à qualidade do ar é a de manutenção dos bons níveis atualmente registados.

6.5.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Qualidade Ambiental

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Qualidade Ambiental, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Marvão em termos de oportunidades e riscos.

Questões Estratégicas (QE):

QE1 – Completar e articular as redes de equipamentos e de infraestruturas.

QE2 – Valorizar o património natural e sociocultural e prevenir os riscos.

QE3 – Dinamização da estrutura económica local e o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

QE4 – Qualificação territorial e urbana.

Quadro 101 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Resíduos”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover uma política adequada de gestão de resíduos. Valorizar os RSU produzidos no concelho.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A melhoria das acessibilidades facilitará as operações de gestão de resíduos nomeadamente no que diz respeito ao seu transporte para valorização. (+)	
QE2	A promoção da atividade agrícola e florestal poderá proporcionar uma oportunidade de aproveitamento dos resíduos orgânicos para fertilização natural dos solos e para valorização energética, nomeadamente através da utilização do biogás e da biomassa florestal. (+)	A não aplicação de medidas de controlo do uso da biomassa florestal contribuirá para o aumento da desflorestação e, conseqüentemente para o aumento de movimentos de massa em vertente (-).
QE3	Esta opção promove a infraestruturização das áreas industriais e permite uma melhor gestão do resíduos. (++) A aposta no turismo contribuirá para a melhoria da rede de recolha e tratamento de resíduos, visto que um território ambientalmente saudável é mais atrativo. (+)	0
QE4	A melhoria do espaço urbano e ambiental contribuirá para a promoção de uma gestão sustentável dos resíduos. (++) Os novos equipamentos coletivos e áreas de recreio e lazer, bem como os existentes devem ser dotados de infraestruturas para a recolha seletiva de resíduos. (+)	Perda de solo devido ao aumento de infraestruturização das áreas industriais (-)
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 102 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Recursos Hídricos"

Objetivos de Sustentabilidade:		
<p>Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos.</p> <p>Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais.</p> <p>Garantir serviços de abastecimento de água para o consumo humano.</p> <p>Promover um consumo eficiente e racional do recurso água.</p> <p>Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes.</p>		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Efeitos positivos na melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos uma vez que contribui para o incremento da cobertura do concelho em sistemas eficazes de drenagem e tratamento de águas residuais, reduzindo as perdas de água no abastecimento público e a poluição tóxica urbana. (++)	Efeitos negativos na proteção e conservação dos recursos hídricos devido ao elevado número de localidades com tratamento de efluentes por fossas sépticas e a dispersão dos aglomerados rurais, podendo a ampliação da rede de saneamento revelar-se insuficiente. (-)
QE2	<p>A prática da atividade agrícola deve ser realizada em conformidade com o Código das Boas Práticas Agrícolas para a proteção da água contra a poluição por nitratos de origem agrícola. (++)</p> <p>Os espaços naturais e paisagísticos e a REN permitirão a salvaguarda e a proteção dos recursos hídricos (++)</p> <p>A proposta de ordenamento incorpora as orientações do plano de Ordenamento da albufeira da Apartadura (POA) (+).</p>	<p>Risco de Poluição dos recursos hídricos por infiltração de águas de rega, que podem advir da contaminação de pesticidas e por águas residuais das atividades agrícola e florestal, nomeadamente nas áreas de agricultura intensiva em áreas de cabeceiras de linha de água (--)</p> <p>Aumento do consumo de água. (-)</p>
QE3	<p>A oferta de áreas industriais devidamente infraestruturadas permite a diminuição de descargas indevidas de poluentes industriais no meio hídrico e no solo (++)</p> <p>A aposta no turismo associado aos recursos hídricos e condições naturais, contribuirá para a proteção dos recursos hídricos. (+)</p> <p>A aposta no turismo contribuirá para a melhoria da rede de drenagem e tratamento de águas residuais dado que um território ambientalmente saudável é mais atrativo. (+)</p> <p>A atração de investimento contribuirá para a melhoria da rede de abastecimento e na rede de drenagem e tratamento de águas residuais, pois qualquer investimento a se concretizar necessita de infraestruturas (+)</p>	Efeitos negativos na proteção e conservação dos recursos hídricos resultante da atividade turística, se está não adotar sistemas ambientais eficazes para o tratamento de resíduos e efluente. (-)
QE4	<p>O povoamento concentrado facilita a correta infraestruturização das áreas, evitando o aparecimento de novos focos de poluição hídrica por despejo indevido de efluentes domésticos nos recursos hídricos decorrentes de novas edificações dispersas. (++)</p> <p>A oferta de áreas industriais devidamente infraestruturadas permite a diminuição de descargas indevidas de poluentes industriais no meio hídrico e no solo (++)</p> <p>A criação de um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico facilita a correta infraestruturização de redes de abastecimento e saneamento das áreas. (+)</p>	<p>Efeitos negativos na proteção e conservação dos recursos hídricos resultante da atividade industrial, se está não adotar sistemas ambientais eficazes para o tratamento de resíduos e efluentes (-)</p> <p>Ausência de medidas para a reutilização da água tratada. (-)</p>
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 103 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Ruído"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Redução dos níveis de ruído pelas ações de beneficiação da rede de acessibilidades e pelo PAMUS. (++)	Aumento dos níveis sonoros resultantes do incremento rodoviário face à consolidação urbana. (-) A melhoria da rede viária e a construção de novas infraestruturas viárias poderão fomentar a utilização do transporte individual, agravando a poluição sonora. (-)
QE2	0	0
QE3	Proteção da população ao ruído através das limitações impostas pelo zonamento acústico sobre as atividades ruidosas permanentes. (++)	Existem recetores sensíveis sujeita a níveis sonoros excessivos. (-)
QE4	Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto permite menores necessidades de deslocações automóveis, com redução das emissões de ruído. (+) O espaços verdes podem constituir barreiras acusticas, contribuindo para a redução do ruído. (+)	Pode eventualmente aumentar os níveis de ruído proveniente das atividades económicas, afetando o bem-estar das populações residente nas suas proximidades. (-)
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 104 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Qualidade do Ar"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Melhoria da qualidade do ar melhoria do sistema de acessibilidades e transportes e PAMUS. (+) A construção de percursos pedonais e clicáveis contribuirá para a diminuição do uso automóvel e das emissões gasosas. (+)	
QE2	Promoção da qualidade do ar através da proteção das áreas agrícolas e floresta (sumidouros de carbono). (++) A promoção de eficiência energética dos edifícios contribuirá para a melhoria da qualidade do ar. (+) A qualificação do espaço urbano encontra-se associada aos espaços verdes existente e a criar, os quais contribuem para a melhoria da qualidade do ar. (++) Impactes significativos na redução da poluição atmosférica pela promoção de energias renováveis que podem ser instaladas em solo rústico. (++)	
QE3	Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto permite menos necessidades de deslocações automóveis, com redução das emissões de poluentes. (+) A concentração das atividades industriais numa área devidamente vocacionada para o efeito, terá efeitos benéficos do ponto de vista das emissões de GEE e da qualidade do ar através do mecanismo de concentração de empresas/indústrias, o que contribuirá para a redução dos meios de transporte necessários utilizados pelas empresas individualmente, face ao surgimento de soluções comuns de logística e transporte que permitirão reduzir os percursos (melhor otimização de trajetos). (++)	Aumento das emissões gasosas e de gases com efeito de estufa, por aumento da atividade industrial. (-)
QE4	Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto permite menor necessidades de deslocações automóveis, com redução das emissões de poluentes. (+) A promoção de eficiência energética dos edifícios contribuirá para a melhoria da qualidade do ar. (+)	Aumento das emissões de poluentes resultantes do incremento rodoviário face à consolidação urbana. (-)

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
	A qualificação do espaço urbano encontra-se associada aos espaços verdes existente e a criar, os quais contribuem para a melhoria da qualidade do ar. (++)	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.6. Alterações Climáticas e Riscos Naturais

6.6.1. Descrição do FCD e seus objetivos

A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico e deve identificar e avaliar os riscos associados às diferentes atividades desenvolvidas. A tomada de medidas adequadas para gerir os riscos e, conseqüentemente, prevenir ou reduzir o impacto de potenciais acidentes ou situações de emergência deve assumir elevada importância em qualquer processo de gestão.

A situação geográfica e as características geológicas e climáticas de Portugal, tendo em consideração o contexto atual das alterações climáticas, exigem uma gestão preventiva dos diversos riscos naturais e antrópicos.

Decorrente das diferentes ações que o Homem tem sobre o Ambiente, a previsão e prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais ou das propostas de projetos.

Na presente proposta de revisão do PDM face às características da região em avaliação, o FCD – Alterações Climáticas e Riscos Naturais resultará da análise de diferentes domínios de avaliação específicos que correspondem a diferentes situações de risco, nomeadamente: incêndio, cheias e inundações, erosão e desertificação, as alterações climáticas e eficiência energética.

No domínio do FCD – Alterações Climáticas e Riscos Naturais identificaram-se, no quadro seguinte, os critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 105 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Alterações Climáticas e Riscos Naturais.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	<ul style="list-style-type: none"> Utilização Racional de Energia. Aumento da Eficiência Energética. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do consumo de energia elétrica por habitante. Consumos anuais de energia elétrica efetuados pelos edifícios de administração pública e iluminação pública. Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios públicos. N.º de edifícios concelhios com certificação energética.
	Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de GEE (quilotonelada de CO₂ equivalente). Repartição modal das deslocações no Concelho.
	Cheias e Inundações	<ul style="list-style-type: none"> Gestão das áreas inundáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação das áreas em risco de cheia e inundações. Ocorrência de situações de cheias e inundações. Meios para alerta de cheias e inundações.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e área ardida Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> Área ardida. Número de ocorrências de incêndios. Identificação das áreas com risco de incêndio elevado e muito elevado. N.º de ações realizadas no âmbito da prevenção de incêndios florestais previstas no PMDFCI.
	Erosão e Desertificação	<ul style="list-style-type: none"> Controlar os processos de erosão e desertificação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de susceptibilidade dos solos à desertificação. Revestimento florestal como redutor de risco de erosão.

6.5.2. Situação existente e análise tendencial

ENERGIA

A energia está na base do funcionamento de qualquer sociedade atual, sendo por isso um fator de extrema importância na economia mundial. No entanto, este indicador está associado a diversos tipos de impactos ambientais, nomeadamente a emissões de poluentes para a atmosfera. Apesar dos esforços que se têm verificado para diminuir a dependência das fontes de energia não renováveis, o seu consumo continua em constante crescimento.

Analisando a evolução do consumo energético por habitante, no concelho de Marvão, verifica-se que de 2009 para 2014 se registou uma diminuição dos consumos por habitante de aproximadamente 7,8%.

Quadro 106 -Evolução do consumo de energia elétrica por habitante (KWh/hab), entre 2009 e 2014.

Área geográfica	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Continente	4685,9	4855,3	4730,9	4555	4499,3	4513,7
Alentejo	5403	5755,8	5659,9	5755,9	6031,2	6053,9
Alto Alentejo	3879,9	3998,2	3840,8	3874,9	3829,9	3803,5
Marvão	3458,0	3520,4	3452,9	3364,1	3260,1	3189,0

Fonte: INE.

Em 2014, o consumo energético por habitante de Marvão foi de 3189,0 kWh/hab, valor inferior em 16,2% ao valor médio da sub-região do Alto Alentejo, 47,3% inferior à média da região do Alentejo e 29,3% inferior à média de Portugal continental.

Já no que diz respeito ao consumo por setores, o setor doméstico é ao que tem maior expressão, apesar de ter vindo a diminuir nos últimos anos. Paralelamente, o consumo total de energia elétrica tem apresentado uma tendência de decréscimo contínuo.

Quadro 107 – Consumo de energia elétrica total e por tipo de consumos (KWh) entre 2010 e 2014

Ano	Total	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias públicas	Iluminação interior de edifícios do Estado
2014	10652905	4263485	1986347	2173673	270761	902143	1056496
2013	11090993	4591325	2025055	2333691	296747	865771	978404
2012	11623045	4768129	1987974	2635078	287595	977283	966986
2011	12104203	4905476	1945006	1768321	350841	1097982	2036577
2010	12544909	5312237	2023041	1382895	311851	1108804	2406081

Fonte: INE

Segundo o estudo Matriz Energética de Marvão de 2010, a tendências atuais de consumo indicam que a procura de energia no concelho de Marvão deverá aumentar até ao ano de 2020, verificando-se, todavia, uma tendência para a maior utilização de energia elétrica, em detrimentos do uso dos combustíveis petrolíferos.

Os impactos ambientais da utilização generalizada de recursos energéticos e a exposição às sucessivas flutuações dos mercados energéticos têm contribuído para o reconhecimento da necessidade global de melhorar a sustentabilidade energética.

Neste contexto, a intervenção de todas as entidades e instituições locais para a melhoria da sustentabilidade energética é fundamental, requerendo que estes desempenhem um papel pró-ativo na implementação de medidas de eficiência energética e políticas de índole ambiental.

Na região do Norte Alentejo, a AREANATEjo tem vindo a desempenhar um papel fundamental na melhoria da sustentabilidade energética e ambiental de toda a região. Desde a sua criação em 2002, a AREANATEjo promoveu diversas iniciativas de sensibilização e educação ambiental, tendo também desenvolvido inúmeros projetos de redução da pegada ecológica, melhoria da eficiência energética e aumento da utilização de renováveis na região, designadamente:

- CO₂Zero – Carta da Energia / Matriz Energética Dinâmica;
- SGAmbi – Integração de Boas Práticas Ambientais nos Municípios;
- ILUMape – Substituição do Sistema de Iluminação Pública;
- AudiCoBT – Auditorias Comerciais aos Locais de Consumo em Baixa Tensão;
- AudiTeCoMT – Auditorias Técnico-Comerciais aos Locais de Consumo em Média Tensão;
- SEMALEDs – Substituição das Óticas Semafóricas com Lâmpadas Incandescentes por Óticas de LEDS;
- ILUPub – Melhoria da Eficiência Energética da Iluminação Pública;
- SGEnergy – Sistema de Gestão de Energia;
- TURGreen – Boas Práticas Ambientais no Turismo;
- EoloNAMT – Aproveitamento da Energia Eólica para Produção de Energia Elétrica;
- SolaNAMT – Aproveitamento da Energia Solar para Produção de Energia Elétrica;

- SolAcqua – Instalação de Sistemas Solares Térmicos em Piscinas e Pavilhões Municipais.

Todavia, para que a sustentabilidade energética seja atingida, o contributo individual de cada cidadão apresenta-se como uma mais-valia inestimável. Neste seguimento, têm sido promovidas campanhas de sensibilização da população no que respeita à redução do consumo de eletricidade através da utilização de lâmpadas mais eficientes e equipamentos elétricos de classes energéticas superiores assim como a utilização das energias renováveis para climatização, produção de águas quentes sanitárias e aquecimento de piscinas.

O Pacto de Autarcas é o principal movimento europeu que envolve autarquias locais e regionais voluntariamente empenhadas no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes de energias renováveis nos respetivos territórios. Através do seu compromisso, os Signatários pretendem atingir e ultrapassar o objetivo da União Europeia de redução de CO₂ em 20% até 2020.

O Plano de Ação para a Energia Sustentável de Marvão (PAES-Marvão) teve por objetivo responder aos compromissos assumidos no âmbito do Pacto de Autarcas, pretendo o município atingir em 2020 uma redução de 30% de CO₂ em relação a 2010.

Segundo o 1º relatório de monitorização do Plano de Ação para a Energia Sustentável de Marvão (PAES-Marvão) de 2015, ao nível dos edifícios municipais foram implementadas as seguintes medidas: instalação de sistemas solares térmicos para AQS e/ou climatização (Piscina Municipal de S. António das Areias, Pavilhão de S. António das Areias e Piscina Municipal da Portagem), instalação de sistemas solares fotovoltaicos para produção de energia elétrica (Piscina Municipal de S. António das Areias, Piscina Municipal da Portagem e Parque de Máquinas) e melhoria da eficiência dos sistemas de iluminação (Ninho de Empresas e Pavilhão de S. António das Areias). Estas medidas corresponderam a uma redução de 111 565 KWh de energia.

Com a publicação da legislação que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios, que impõem requisitos em projetos de novos edifícios e de grandes remodelações de forma a salvaguardar as condições de conforto térmico sem necessidades excessivas de energia, assim as intervenções no parque habitacional vão no sentido de promover a eficiência energética dos edifícios e a redução das emissões de GEE.

De acordo com os relatórios da certificação energética dos edifícios da Agência para a Energia (ADENE), no quadro seguinte apresenta-se o número de certificados atribuídos no concelho de Marvão em 2012 e a sua evolução relativamente ao período compreendido entre 1/7/2007 e 30/6/2009.

No entanto, importa referir que, no período de 1/7/2007 a 30/6/2009 e 2013 foram certificados 22 edifícios que poderá indiciar uma tendência para uma melhoria da eficiência energética dos edifícios no concelho.

Quadro 108 – Número de edifícios concelhos certificados em Marvão

	Categoria	1/7/2007 a 30/6/2009	1/1/2012 a 31/12/2012
Marvão	A+		
	A	1	
	B	1	
	B-	2	3
	C		
	D	3	1
	E	2	
	F	1	3
	G	1	4
	Total	11	11

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Em termos sectoriais, as emissões em Portugal de GEE em 2013 provinham grande parte do setor energético (68%), essencialmente da produção e transformação de energia (23%) e dos transportes (24%), conforme o gráfico seguinte.

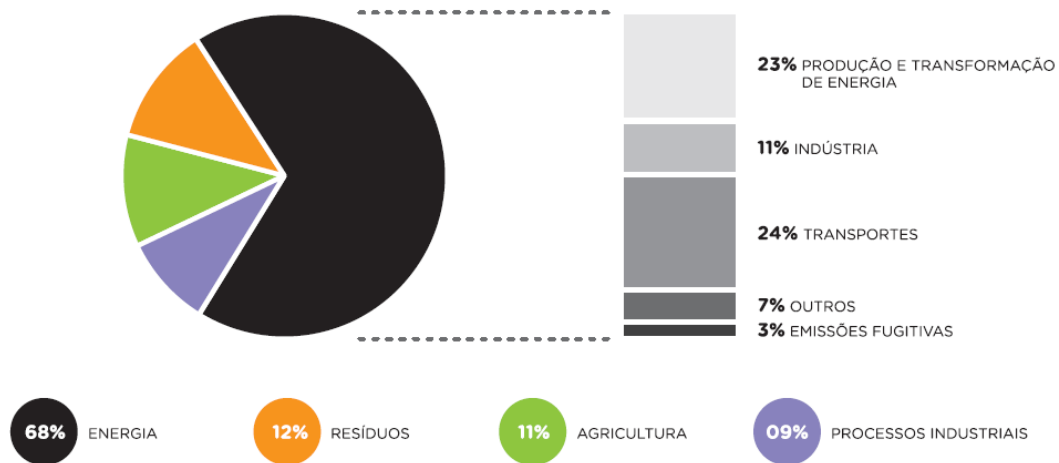


Figura 40 – Emissões sectoriais de GEE em 2013 por setor de atividade (Fonte: APA, 2015).

Segundo os dados de alocação espacial de emissões disponibilizados pela APA, as emissões totais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por Km², são apresentados na tabela seguinte.

Quadro 109 – Emissões totais de GEE em t/km².

Marvão	2005	2007	2008	2009
CH ₄	1,053	1,435	1,549	1,552
CO ₂	58,553	58,425	65,988	67,308
N ₂ O	0,209	0,191	0,207	0,209
CO ₂ equivalente	145,456	147,770	162,687	164,690

Fonte: APA

Em 2009, o concelho de Marvão emitiu 67,308 t/km² de dióxido de carbono, 1,552 t/km² de metano e 0,209 t/km² de óxido de azoto, ao que corresponde 164,690 t/km² de CO₂ equivalente.

Em 2009, a média nacional de emissão de CO₂, CH₄ e N₂O, situou-se em 1183,0 t/km², 11,859 t/km² e 0,259 t/km² respetivamente, correspondendo a 1195,118 t/km² de CO₂ equivalente.

As emissões totais de gases com efeito de estufa no concelho de Marvão encontram-se muito abaixo da média nacional, contribuindo de uma forma muito pouco significativa para as emissões globais de Portugal.

Graças aos dados mais recentes em virtude da realização dos Censos 2011, foi possível proceder à atualização dos dados anteriores. A principal ilação a retirar é claramente o “advento” do automóvel particular em 2011, constituindo o principal meio de transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho em todas as unidades territoriais. No concelho de Marvão as deslocações de automóvel (65,7%) superiorizam-se às deslocações a pé (18,2%).

Os restantes modos de transporte representam no seu conjunto 16,0% do total dos trajetos efetuados como motivo trabalho e estudo.

Quadro 110 – Modo de Transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho/estudo, 2011

Unidade Geográfica	A pé	Motociclo ou Bicicleta	Autocarro	Comboio	Transporte Coletivo da Escola ou Empresa	Automóvel	Outros
Região Alentejo	87220	6845	28493	4000	15986	3647225	1357
Sub-região Alto Alentejo	15 285	720	3 799	42	1 871	250334	146
Marvão	274	20	143	0	77	34821	1

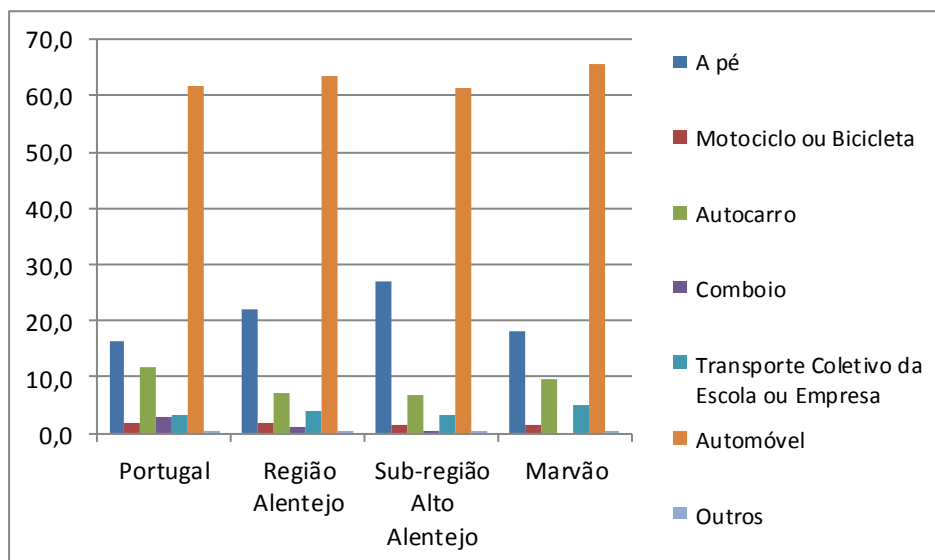


Figura 41 - Repartição modal nos movimentos pendulares, em 2011.

Pela análise da figura anterior constata-se que no município de Marvão, 18,2% da população residente realiza as suas deslocações a pé, valor inferior ao registado na sub-região do alto Alentejo (27,0%), na região do Alentejo (22,1%), mas superior ao valor estimado para Portugal 16,4%.

O tempo médio em viagem por dias das pessoas móveis foi em 2011 de 17,6 minutos, valor superior à duração média dos movimentos pendulares da região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo, mas inferior à média nacional.

Quadro 111 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante.

Ano	Unidade Geográfica			
	Portugal	Região Alentejo	Alto Alentejo	Marvão
2011	20,0	17,2	14,9	17,6
2001	22,4	17,2	14,7	16,8
1991	21,56	17,1	15,7	17,7
Var 1991-2011.(min)	-1,36	0,1	- 0,8	- 0,1

Fonte: INE, Censos 1991-2001-2011

O uso do transporte individual nas deslocações trabalho/estudo, aumentaram em Marvão de 1991 a 2011, 75,6%, o mesmo sucede para a sub-região do Alto Alentejo e para o Alentejo.

Em 2011, a proporção do uso automóvel nas deslocações para a região do Alentejo era superior à média nacional.

Quadro 112 - Proporção da utilização do automóvel nas deslocações (%).

Ano	Unidade Geográfica			
	Portugal	Região do Alentejo	Alto Alentejo	Marvão
2011	61.60	63.50	61.43	65,74
2001	49.09	50.59	49.06	49,77
1991	20.55	20.43	20.13	16,07
Var 1991-2011(%)	66,7%	67,8%	67,3%	75,6%

Fonte: INE, Censos 1991-2001-2011

O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes fatores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Em 2011 verifica-se que o principal modo de transporte no concelho é o automóvel particular. Denote-se que nas freguesias de São Salvador da Aramenha, Santa Maria de Marvão e Beirã, as deslocações por motivo de estudo ou trabalho recorrendo ao automóvel representam 71,43%, 60,48% e 72,01%, respetivamente. Em contrapartida, na freguesia de Santo António das Areias a maioria das deslocações são efetuadas através de outros meios, sendo que as deslocações de automóvel perfazem 49,7%.

As freguesias de Santo António das Areias e Santa Maria de Marvão são aquelas em que se verifica um maior número de deslocações a pé. Em termos de transportes coletivos das empresas ou das escolas e autocarros, é na freguesia de Santa Maria de Marvão que se verifica um maior uso, com 6,8% e 15,5%, respetivamente.

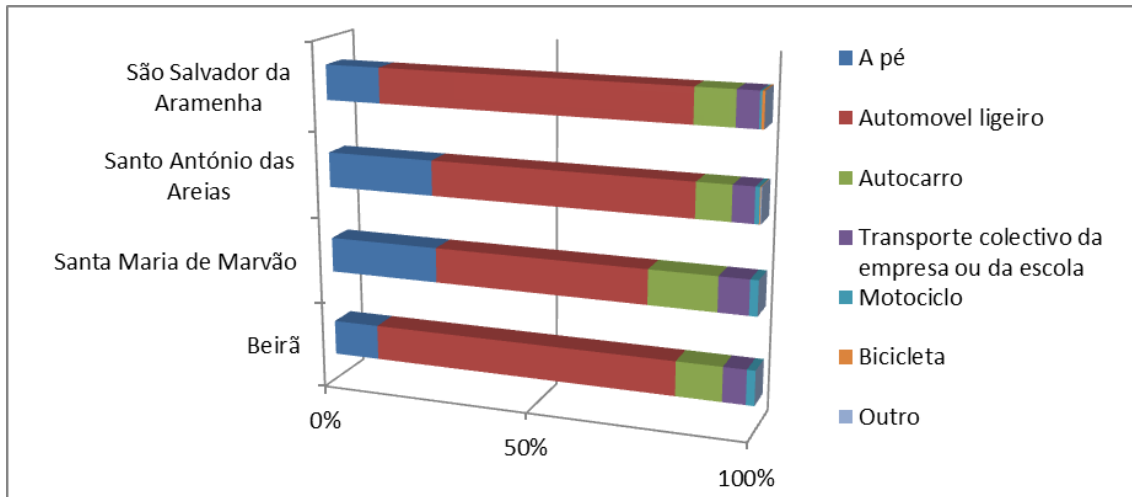


Figura 42 – Modo de Transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho/estudo, por freguesia, em 2011

CHEIAS E INUNDAÇÕES

As cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações moderadas e permanentes ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade. Este excesso de precipitação faz aumentar o caudal dos cursos de água, originando o extravase do leito normal e a inundação das margens e áreas circunvizinhas. A prevenção e mitigação do efeito das cheias e, por isso, de extrema importância. A análise do risco de cheia e a gravidade dos seus efeitos e crucial para a decisão sobre medidas de defesa a adotar.

No que se refere ao sistema biofísico “**Zonas Ameaçadas pelas Cheias**” este   constituído pela “ rea contígua   margem dos cursos de água, que se estende até   linha alcançada pela maior cheia que se produza no período de um século, ou pela maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior”. Deste modo torna-se necessário ter um conhecimento sólido sobre os recursos hídricos existentes na área em estudo. Também as características associadas aos recursos hídricos e todo o seu ciclo são apresentadas no documento de suporte   revisão do PDM, sendo aqui apresentados apenas os aspetos principais que caracterizam este ciclo.

As zonas ameaçadas por cheias estão classificadas na planta da nova delimita o da Reserva Ecológica Nacional, e correspondem a 1184,3ha, resultando num aumento de 712,15 ha em rela o   REN em vigor.

O município de Marvão dispõe, relativamente   temática dos Riscos e Prote o Civil, de um instrumentos fundamentais, para a interven o ao nível do planeamento, preven o, prote o e socorro: O Plano Municipal de Emergência de Prote o Civil de Marvão (PMEPC de Marvão), datado de 28 de abril de 2016 e pretendendo organizar os meios humanos e materiais e indicar os procedimentos para fazer face às situa o de emergência que possam constituir uma ameaça para pessoas, bens e ambiente.

Na figura seguinte apresentam-se às áreas de risco de cheias e inunda o do concelho de Marvão.

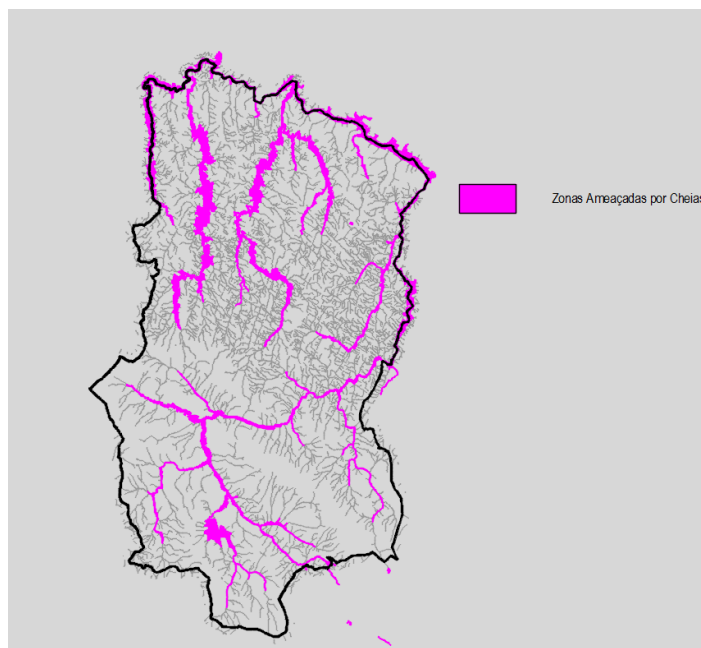


Figura 43 – Zonas Potencialmente Afetadas por Cheias e Inunda o no Concelho de Marvão.

Apresentam-se os registos de cheias e inundações dos últimos anos

Quadro 113 - Histórico de Ocorrências de Cheias e Inundações.

FREGUESIA	LOCAL	CÓDIGO OCORRÊNCIA	DATA
Santo António das Areias	Largo São Marcos	3600	12MAI06
Santo António das Areias	Av. Dr. Manuel Magro Machado	3600	8FEV07
Santo António das Areias	Bairro Casa do Povo	3600	26AGO07
Santo António das Areias	Bairro da Junta de Freguesia	3600	17MAR08
Santo António das Areias	Asseiceira	3600	16FEV09
Santo António das Areias	Abegoa	3600	30MAR09
São Salvador da Aramenha	Porto de Espada	3600	24JUL09
São Salvador da Aramenha	Galas – Cruzamento para São Julião	3600	3MAI10

A probabilidade de ocorrência de cheias ao longo das linhas de drenagem natural, para além de depender do fator climático precipitação, está diretamente relacionada com a densidade da rede hidrográfica, os declives do terreno e a permeabilidade do substrato geológico e pedológico.

Ora a rede hidrográfica de Marvão, tal como acontece em toda a região do Alentejo, apresenta baixa densidade, o que poderá favorecer a ocorrência de cheias quando em áreas aplanadas e em situações de baixa permeabilidade.

A Diretiva Operacional n.º1/2010 da ANPC-DIOPS define regras de referência para a declaração dos estados de alerta no âmbito do SIOPS sendo aplicável às organizações intervenientes daquele sistema. O SIOPS, no âmbito da monitorização e gestão do risco e da emergência inclui o estado de alerta normal, que compreende a monitorização e o dispositivo de rotina, estando ativado nas situações que não determinem o estado de alerta especial, e inclui o nível verde; e o estado de alerta especial que compreende o reforço da monitorização e o incremento do grau de prontidão das organizações integrantes do SIOPS, com vista a intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, colocando meios humanos e materiais de prevenção em relação ao período de tempo e à área geográfica em que se preveja especial incidência de condições de risco ou emergência, e inclui os níveis azul, amarelo, laranja e vermelho, progressivos conforme a gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige.

O sistema de monitorização, alerta e aviso é um conjunto organizado de recursos humanos e meios técnicos que tem como funções divulgar os procedimentos a adotar por uma população face a situações de perigo e manter informada a população da área eventualmente afetada, da iminência, ocorrência ou evolução de uma situação de perigo.

O Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH) da Agência Portuguesa do Ambiente, constitui um sistema de monitorização e alerta, que mede em tempo-real o estado hidrológico dos rios e albufeiras do país (níveis de água, caudais e volumes armazenados). O sistema compara os valores observados com valores históricos e efetua previsões da evolução os níveis, caudais e volumes

armazenados, em caso de ocorrência de precipitações intensas.

Em caso de cheias o alerta é desencadeado conforme o definido no Plano Municipal de Emergência de Marvão.

Como dispositivos de aviso existem, ainda, as sirenes das corporações de bombeiros e dos postos da GNR do concelho, telefones e rádio.

INCÊNDIOS

Ao nível da predisposição para a ocorrência de incêndios, o concelho de Marvão, embora não apresente uma área florestal que pela sua constituição e disposição se possa considerar problemática, está inserido a nível climático maioritariamente na zona ecológica submediterrânea (Albuquerque, 1957) e com tal apresenta um clima de influência maioritariamente mediterrânea e continental, clima este que se caracteriza por elevadas amplitudes térmicas, com um período estival marcadamente prolongado, seco e quente onde a humidade relativa desce para valores bastantes baixos, que tornam o concelho muito suscetível à ocorrência de incêndios.

O número de ocorrências no concelho de Marvão, no período 2005 a 2014, foi em média de 11,3, porém, nos anos de 2011 e 2012 o número de ocorrência foram 17, valor acima da média, enquanto em 2007 apenas se observou uma ocorrência. De uma forma geral, a área ardida variou com o número de ocorrências. O valor médio da área ardida entre 2005 e 2014 foi de 16,63 ha. O ano de 2005 destaca-se como o ano em que ardeu mais área no concelho de Marvão (83,5 ha).

Num período de dez anos, Marvão apresenta uma superfície ardida média de 16,63 ha.

Quadro 114 – Número de ocorrências e área ardida ente 2005 e 2014.

Localização	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
Número de ocorrências	15	10	1	8	12	12	17	17	10	11	11,3
Área ardida (ha)	83,50	5,42	0,00	11,84	10,97	34,35	6,12	9,18	3,50	1,42	16,63

Fonte: AFN, 2014

Relativamente às causas dos incêndios, no município de Marvão, no período 2010-2014, verifica-se que 55,7% das mesmas tiveram origem em atos negligentes, 1,4% em causas naturais e 4,3% em atos intencionais. Todavia, pela análise do quadro seguinte verifica-se que aproximadamente 38,6% dos incêndios registados apresentam causa indeterminada.

Quadro 115 – Número de incêndios e causas, no período 2010-2014

Freguesia	Causa provável	Nº de Incêndios	Total
Santa Maria de Marvão	Indeterminada	8	14
	Negligente	6	
	Natural	0	
	Intencional	0	
Sto António das Areias	Indeterminada	9	20
	Negligente	10	
	Natural	1	
	Intencional	0	
Beirã	Indeterminada	2	15
	Negligente	13	
	Natural	0	
	Intencional	0	
São Salvador da Aramenha	Indeterminada	8	21
	Negligente	10	
	Natural	0	
	Intencional	3	

Pode observar-se que das 40 ocorrências de incêndio verificadas no período de análise, 2010-2014, as freguesias de Areias e Aramenha foram aquelas que apresentaram o maior número de ocorrências - 20 e 21, respetivamente – enquanto as freguesias de Marvão e Beirã apresentaram 14 e 15 ocorrências, respetivamente.

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de junho, determina que a classificação e qualificação do solo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, nos quais se insere o PDM, deve refletir a cartografia de risco de incêndio que consta nos PMDFCI, sendo que é interdita a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria nos terrenos classificados com risco de incêndio elevado ou muito elevado, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes regionais de defesa da floresta contra incêndios.

O risco de incêndio é representado pela probabilidade e suscetibilidade que a área em causa apresenta, acrescida dos valores de risco (vulnerabilidade e valor, se existe ou não existe).

Assim, o risco atesta o potencial de perda em função da perigosidade, vulnerabilidade e valor económico. Se algum destes elementos subir ou descer, conseqüentemente o risco sobe ou desce, respetivamente. O risco existe sempre que haja perigosidade, vulnerabilidade e valor económico associados. Quando uma

das componentes é inexistente o risco é nulo, facto importante que preconiza a sua avaliação para uma efetiva gestão do território.

A perigosidade de incêndio é uma realidade no concelho, conforme se pode verificar na figura seguinte.

No concelho de Marvão todas as freguesias detêm áreas com risco de incêndio elevado e muito elevado. As áreas de maior risco de incêndio florestal localizam-se nas freguesias de S. Salvador da Aramenha e Santa Maria de Marvão.

O concelho de Marvão possui áreas com diversos níveis de perigosidade, no entanto a zona sul apresenta as maiores áreas de elevado risco de incêndio.

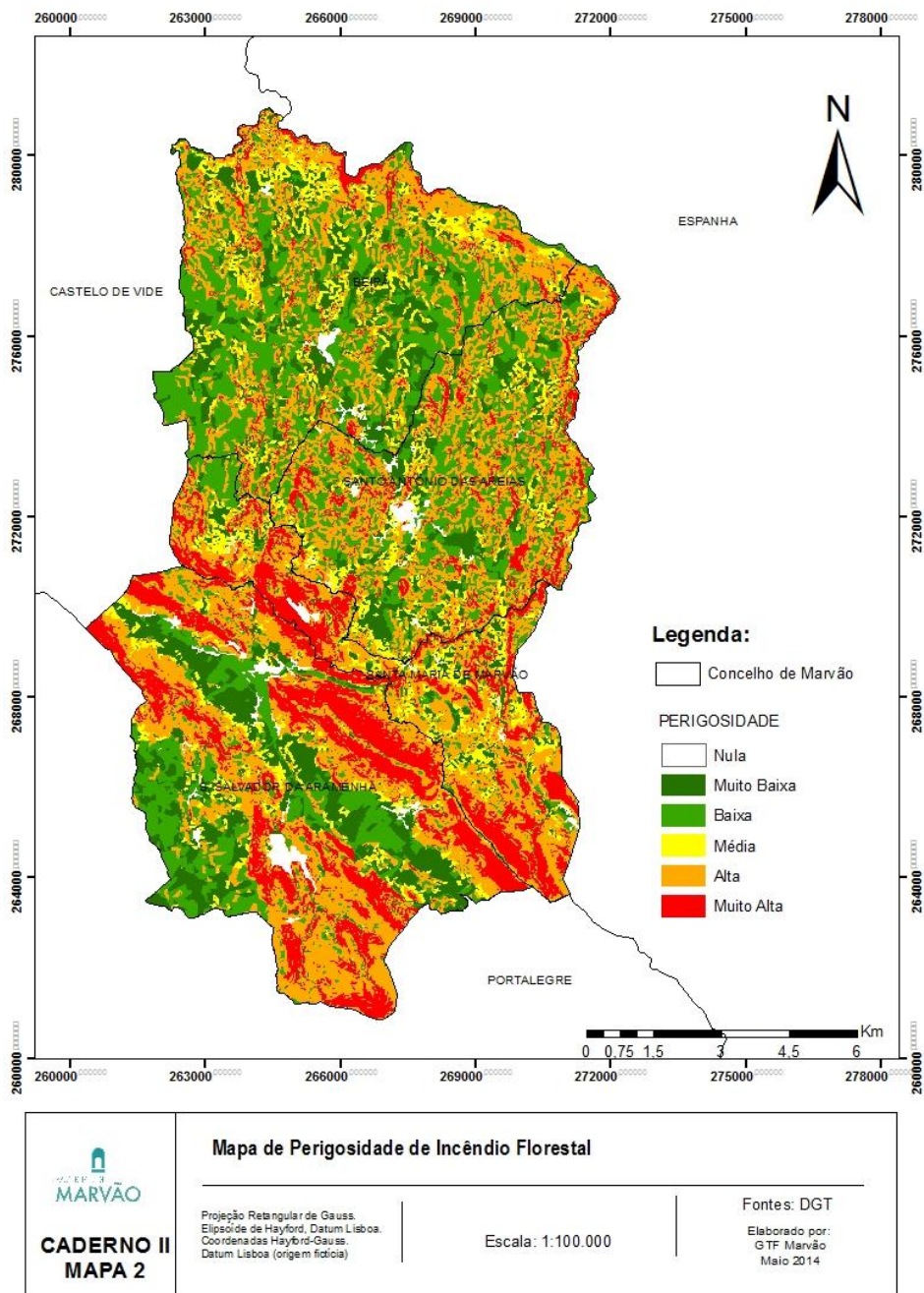


Figura 44 – Carta de perigosidade de incêndio (PMDFCI de Marvão, 2015).

Para o município de Marvão, observa-se que as áreas, com maior extensão, em que a perigosidade de incêndio é definida como “Alta” e Muito “Alta” localizam-se onde a área florestal é maioritariamente composta por pinheiro bravo e mistos de folhosas. As áreas florestais onde o risco de incêndio é predominantemente menor correspondem a zonas onde a mancha influente é composta por espécies autóctones como o carvalho e castanheiro.

O PMDFCI de Marvão contempla diversas ações, as quais vão de encontro aos cinco eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

- 1) Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2) Redução da incidência dos incêndios;
- 3) Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4) Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5) Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Entretanto, a Câmara Municipal de Marvão tem desenvolvido inúmeras atividades do âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), que vão desde do reforço, nos meses de verão, da atenção nas questões relacionadas com a segurança e proteção de pessoas e bens e a ações de vigilância, defesa e combate implementados no âmbito do Dispositivo Municipal Vigilância Florestal.

O PMDFCI atual de Marvão para o período 2015-2020 trata-se da revisão do PMDFCI de 2008-2012, continuando muitas das ações iniciadas pelo anterior plano.

O município tem realizado ações de sensibilização que pretendem manter a população o mais possível informada e sensibilizada para os incêndios e outras problemáticas florestais.

EROSÃO E DESERTIFICAÇÃO

Os fenómenos de erosão, incêndios florestais, despovoamento e sobre-exploração agravam as condições naturais, por via do clima mediterrâneo, de erosão e degradação do solo. De acordo com o PROTA, “cerca de três quartos (77 %) do território apresenta suscetibilidade à desertificação, sendo que 60 % é mesmo muito suscetível”.

Segundo o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação — PANCD, o território de Marvão está classificado na sua maioria como de elevada suscetibilidade dos solos a desertificação.

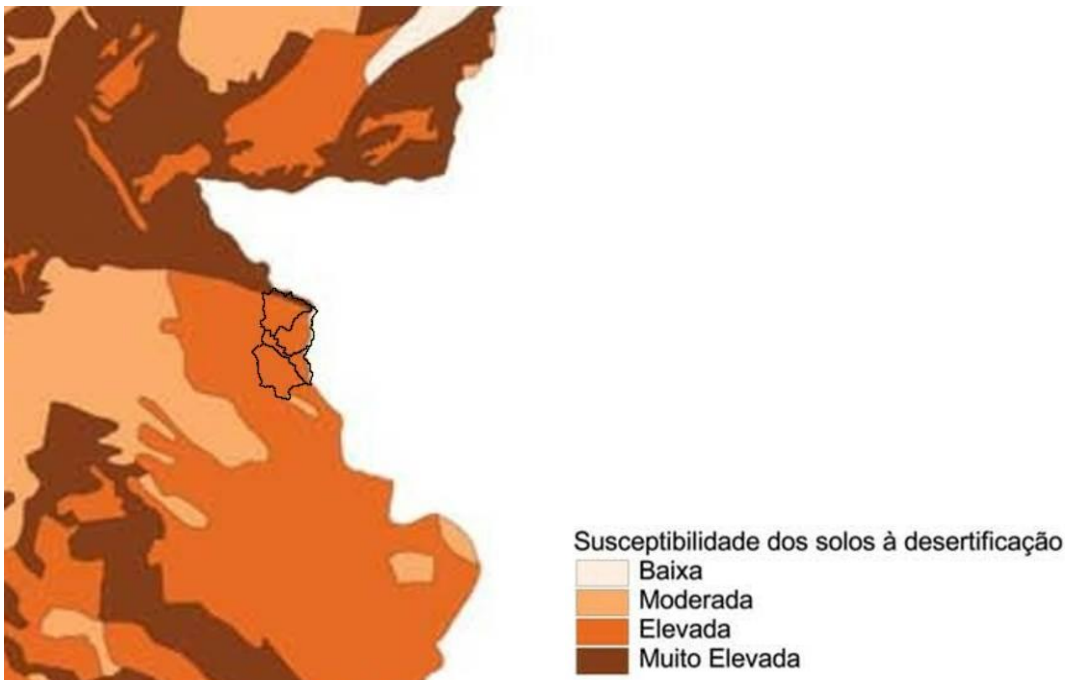


Figura 45 – Índice de susceptibilidade dos solos a desertificação (PANCD)

Será fundamental no combate à desertificação, a estratégia preconizada para uma gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais assente em objetivos específicos, tais como viabilizar a atividade agrícola e florestal, tornar a floresta mais estável e resistente aos agentes bióticos e abióticos, incentivar os sistemas florestais e agroflorestais compatíveis com o ambiente e promover a ecoeficiência, o que na prática se traduz pela valorização de modos de produção tradicionais que geram externalidades positivas em termos ambientais e pelo incentivo à gestão sustentável da floresta.

O controlo da erosão é fundamental para a preservação do meio ambiente, pois o processo erosivo faz com que o solo perca as suas capacidades e propriedades nutritivas, impossibilitando o crescimento da vegetação no terreno atingido e causando sérios desequilíbrios ecológicos. A prevenção da erosão do solo requer assim a utilização de um conjunto de práticas capazes de impedir a perda da camada superficial do solo, que é a mais fértil. Para além disso, durante o processo de erosão há um arrastamento de elementos, verificando-se não só uma perda quantitativa do solo, mas também uma diminuição da qualidade do solo, o que afeta a produtividade dos povoamentos, trazendo graves consequências económicas.

A preservação de revestimento florestal contribui para minimizar o risco de erosão. A área de risco de erosão no município é 5070,4 ha (23,8 %) da sua área e a área ocupada por espaços florestais é de 9030 ha (58,3%).

As medidas de salvaguarda das áreas de potencial risco, estão definidas na legislação em vigor da Reserva Ecológica Nacional (REN).

6.6.3. Análise SWOT

O Quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Alterações Climáticas e Riscos Naturais, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação da proposta de revisão do Plano.

Quadro 116 – Análise SWOT no âmbito do FCD: Alterações Climáticas e Riscos Naturais.

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição do consumo de energia elétrica. ▪ Diminuição das emissões de GEE. ▪ Plano Municipal de defesa da Floresta contra incêndios. ▪ Plano de Emergência Municipal de Marvão. ▪ Plano de Ação para da sustentabilidade energética (Pacto autarcas). ▪ Nova delimitação da REN aumenta em 712,11ha a área de risco de cheias e inundações. ▪ Diminuição da área ardida e do numero de ocorrências. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande parte do Concelho sujeita ao risco de erosão ▪ Concelho com elevada suscetibilidade à desertificação. ▪ Elevada percentagem de utilização do transporte próprio nas deslocações. ▪ Baixo número de edifícios certificados no concelho e baixas categorias de classificação (inferiores a B).
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição da resiliência do território aos incêndios florestais com a implementação das ações propostas no PMDFCI. ▪ Adoção de políticas municipais de ordenamento e instrumentos que valorizem a prevenção e minimização dos processos associados à erosão, cheias, e riscos tecnológicos. ▪ Dinamização das atividades económicas relacionadas com o setor da agricultura e floresta. ▪ Promoção de uma gestão florestal sustentável, que reduza o risco de incêndio e valorize a matéria-prima. ▪ Promoção dos espaços naturais do concelho. ▪ Incremento dos equipamentos e infraestruturas disponíveis no concelho para combate de incêndios. ▪ Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Marvão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco de cheias e inundações. ▪ Risco de erosão. ▪ Riscos de incêndios. ▪ Aumento da edificação urbana dispersa em áreas de risco ▪ Conjuntura económica desfavorável a investimentos.

6.6.3. Tendências de evolução sem Plano

ENERGIA

No que respeita à energia pode afirmar-se um aumento de consumo energético em relação à situação atual na ausência do plano.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No que respeita às alterações climáticas pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

CHEIAS E INUNDAÇÕES

No que respeita ao risco de cheia pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

INCÊNDIOS

No que respeita aos incêndios pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

EROSÃO E DESERTIFICAÇÃO

No que respeita ao risco de erosão e movimento de vertentes pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

6.6.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Alterações Climáticas e Riscos Naturais

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Alterações Climáticas e Riscos Naturais, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Marvão em termos de oportunidades e riscos.

Questões Estratégicas (QE):

QE1 – Completar e articular as redes de equipamentos e de infraestruturas.

QE2 – Valorizar o património natural e sociocultural e prevenir os riscos.

QE3 – Dinamização da estrutura económica local e o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

QE4 – Qualificação territorial e urbana.

Quadro 117 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Energia”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Aumento da eficiência energética. Utilização racional de energia.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Os novos equipamentos sociais obedecerão a requisitos de eficiência energética. (++)	
QE2	O município possui medidas de eficiência energética relativas à iluminação pública, a semaforização, ao transportes municipais e dos edifícios municipais. (++) Promoção da eficiência energética através da aplicação da legislação relativa à Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços. (++)	
QE3	O aumento da competitividade económica do concelho origina a aquisição ou substituição de tecnologia antiquada por tecnologia mais avançada e eficiente. (+) O que respeita ao turismo, e com a captação de novos empreendimentos turísticos, é possível criar oportunidades ao nível das fontes de energia renovável pela promoção da eficiência energética (+)	Aumento do consumo de energia destinada à manutenção das atividades industriais (--).
QE4	Promoção da instalação de infraestruturas de energia renovável em solo rural. (++) Gestão ambiental do espaço industrial promovendo a implementação de medidas de ecoeficiência, racionalização energética, introdução de tecnologias limpas ou renováveis de produção energética. (++)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 118- Principais oportunidades e riscos para o critério “Alterações Climáticas”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Redução do tempo de deslocações o que favorecerá a redução do tempo de consumo de combustíveis fósseis, reduzindo o tempo de emissão de GEE. (+) O PAMUS contribuirá para a redução dos GEE. (+)	
QE2	Redução dos GEE através da implementação de sistemas limpos e/ou renováveis de produção energética (solar). (++) Redução dos GEE através da proteção da paisagem, floresta e espaços naturais (sumidouros de carbono). (++)	0
QE3	Conservação do coberto florestal e das atividades agrícolas que favorecem a preservação do potencial sumidouro de GEE. (++) O desenvolvimento económico poderá originar a necessidade de colmatação da carência existente em termos de oferta de transportes públicos no município, reduzindo as emissões de GEE. (+)	Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis devido a maior atratividade económica concelhia. (--)
QE4	A redução do perímetro urbano favorecerá a edificação em áreas específicas próximas do centro da vila do município contribuirá para o aumento de deslocações pedonais (+). Redução dos consumos de energia fóssil através do controlo da dispersão urbana. (+)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 119 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Cheias e Inundações”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Gestão das áreas inundáveis		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	O reforço nas infraestruturas nomeadamente ao nível das águas pluviais, contribuirá para o controlo de fenómenos de inundações, por precipitação intensa, nos perímetros urbanos. (+)	0
QE2	A manutenção da maioria do concelho como área florestal e agrícola contribui para prevenir o risco de inundação. (++) Na REN são integradas as áreas mais vulneráveis a riscos de cheias e inundações, que aumenta este sistema em 712,11ha. (+) O aumento de espaços verdes, alguns deles associados a zonas ameaçadas por cheia contribui para prevenir e reduzir este risco natural. (+)	
QE3	0	0
QE4	O correto ordenamento e planeamento urbano evitam a artificialização dos cursos de água e a ocupação de zonas inundáveis. (+)	Risco de ocorrência de cheias nos locais onde foi desafetada área de REN e onde forma permitidas edificações (-)
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 120 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Incêndios"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Valorização dos espaços florestais.		
Diminuir o número de ocorrências de incêndios florestais e em edifícios.		
Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Contribui com a maior facilidade de acesso para o combate a incêndios (+)	
QE2	Contribui para a contenção da edificação fora dos espaços urbanos, não permitindo a construção em zonas rurais classificadas como zonas como elevado e muito elevado risco de incêndio. (+) Contribui para a contenção da edificação fora dos espaços urbanos, condicionando a construção em zonas rurais sem capacidade edificatória e mais vulneráveis a riscos naturais. (+) O reforço da atividade agroflorestal e agropecuária contribui para a prevenção de incêndios florestais. (+) Aumento da resiliência do território resultante da implementação do PMDFCI (+) A valorização dos recursos endógenos contribuirá para evitar o abandono das áreas rurais e a ocorrência de incêndios. (+)	Áreas urbanas e urbanizáveis em zonas e na proximidade de zonas de perigosidade de incêndios elevada e muito elevada (-) Risco de incêndio devido à multifuncionalidade do espaço florestal (-). O aumento de indústria sugere à partida um aumento de risco de incêndio quer pela própria atividade (maquinação e humana) quer, eventualmente pelos produtos resultantes dessa mesma atividade (gases e materiais de fácil combustão). (--)
QE3	O reforço da atividade agroflorestal e agropecuária contribui para a prevenção de incêndios florestais. (++)	
QE4	Contribui para a contenção da edificação fora dos espaços urbanos, não permitindo a construção em zonas rurais classificadas como zonas como elevado e muito elevado risco de incêndio. (+) Aumento da resiliência do território resultante da implementação do PMDFCI. (++)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 121 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Erosão e Desertificação"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Controlar os processos de erosão e deslizamento do solo.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	0	0
QE2	As áreas com risco de erosão/movimento de vertentes são consideradas áreas frágeis do ponto de vista ecológico, logo ações como a reforestação e o controle das práticas agrícolas adequadas levam à sua preservação enquanto sistema ecológico. (+) A valorização do património natural passa pela sua salvaguarda, neste âmbito pela prevenção e diminuição das áreas com risco de erosão (+). A Planta de Ordenamento de áreas de risco do uso do solo e a REN identificam as áreas de risco e condicionam o uso do solo. (+)	
QE3	A aposta no turismo local com base nos recursos naturais e endógenos promove a manutenção do setor agrícola e florestal contribuindo para a prevenção de movimentos de massa. (+)	0
QE4	Contribui para a contenção da edificação fora dos espaços urbanos, condicionando a construção em solo rústico sem capacidade edificatória e mais vulneráveis a riscos de erosão/movimento de vertentes. (+)	A impermeabilização do solo por ações de edificação pode levar à maior probabilidade de erosão pela redução da capacidade de infiltração nessas áreas (-)
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.5. Governança

6.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos

A revisão de um Plano Diretor Municipal pode constituir uma oportunidade e um desafio para as autarquias melhorarem a sua relação e interação com os cidadãos, instituições e agentes de desenvolvimento em geral, instituindo e promovendo parcerias, assumindo uma atitude de proximidade com todos os interlocutores.

O FCD – Governança refere-se à forma e à capacidade da autarquia local servir os cidadãos, tendo como base uma boa governança, que deverá assentar em cinco princípios fundamentais (de acordo com o Livro Branco da União Europeia):

- Princípio da Transparência
- Princípio da Participação
- Princípio da Responsabilidade
- Princípio da Eficácia
- Princípio da Coerência

Pretende-se apoiar um modelo socioeconómico de desenvolvimento alicerçado num planeamento participativo que aborde aspetos determinantes para garantir padrões de qualidade ambiental e de competitividade.

Por um lado, assume-se uma proximidade negocial com os promotores, dando “espaço” e apoio às suas iniciativas (investimentos) mas exigindo-lhes a concretização de formas e estruturas urbanas que sirvam o interesse público.

O papel dos agentes de desenvolvimentos poderá ser fundamental para assegurar esta dinâmica, na medida em que o perfil profissional destes agentes remete para o desenvolvimento de um conjunto de competências transversais relacionadas com o apoio às comunidades locais na medida em que se verifique uma melhoria dos serviços prestados ao cidadão e aos agentes socioeconómicos.

Neste contexto, para este FCD foram definidos os objetivos de sustentabilidade e indicadores, que integram o domínio da sócio-economia, expressando o alcance da presente análise estratégica, bem como o nível de pormenorização com que a mesma será realizada, baseada na informação existente e disponível.

Quadro 122 - Domínio, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Governança.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Governança	Governança	<ul style="list-style-type: none"> Aplicar à revisão do PDM os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: Abertura, Participação, Responsabilização, Eficácia e coerência 	<ul style="list-style-type: none"> Número e tipologias de agentes envolvidos. Participação em consultas públicas. Participação eleitoral. Locais com informação disponível. Serviços municipais que permitem aos municípios tratamento/informação on line

6.5.2. Situação existente e análise tendencial

GOVERNANÇA

O conceito de Governança pode ser definido de diversas formas. Enquanto “arte de direcionar sociedades e organizações” (Graham et al., 2003a), a Governança pode ser definida como “as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como os cidadãos ou outros stakeholders podem participar” (Graham et al., 2003a).

A Governança diz respeito ao modo como os “governos” e outras organizações da sociedade interagem entre si, como se relacionam, por sua vez, com os cidadãos e ao modo como as decisões são tomadas.

Ao nível da participação, o concelho de Marvão integra uma série de agentes que estão envolvidos e participam na “vida ativa” do município. Estes agentes incluem a Câmara Municipal (CM) de Marvão, as 4 freguesias que constituem o município, instituições educacionais, associações, grupos, agentes económicos pertencentes ao setor privado e a população em geral.

A CM promove a existência de iniciativas no município, nomeadamente palestras, colóquios, workshops, concursos e outras atividades, por vezes em parceria com outras entidades, pela internet, jornais e newsletter. Deste modo, existe a promoção de iniciativas no concelho que estimulam e integram a participação dos cidadãos e de outros stakeholders na vida ativa do município.

A ocorrência destes eventos promove também a interação entre várias entidades de dentro e fora do concelho (por exemplo, entidades do setor privado, entidades de carácter social, cultural, ligadas ao desporto, entre outras). Muitos destes eventos são organizados por associações de cidadãos do município, nomeadamente de carácter cultural e social.

Conforme se pode aferir a seguir, são referenciadas 19 associações de diversas índoles – cultural, recreativa, religiosa, social e desportiva:

Maruam – Associação de Jovens: Promoção atividades culturais, recreativas e desportivas;

Centro Cultural de Marvão: Promoção atividades culturais, recreativas e desportivas, salvaguarda do património cultural e artístico ;

Sociedade de Beneficência, Instrução e Recreio da Portagem: Organização atividades culturais e recreativas;

Os Donos do Asfalto – Moto Clube de Marvão: Promover o motociclismo e divulgação do concelho;

Associação de Caça e Pesca de S. Salvador da Aramenha: Atividades relacionadas com caça e pesca;

Associação de Caçadores do Porto da Espada: Atividades relacionadas com caça;

Para Peint – Porto da Espada

Cooperativa Agrícola dos Cerealicultores do Porto da Espada: Atividades relacionadas com a agricultura

Associação de Pais da Escola da Portagem: Atividades relacionadas com a escola e atividades de tempos livres

Casa do Benfica: Atividades recreativas

Associação de Cultura e Recreio 25 de Abril: Atividades culturais, recreativas e desportivas

Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Alvarrões: Atividades culturais, recreativas e desportivas

Grupo Desportivo Arenense: Atividades culturais, recreativas e desportivas

UJA – União Juventude Arenense: Atividades culturais e recreativas

Casa do Povo de St.º António das Areias: Atividades culturais e recreativas

Associação de Caçadores de St.º António das Areias: Atividades relacionadas com caça

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Marvão: Prestação de socorros a feridos e doentes e a proteção, por qualquer outra forma de vida e bens

"A Anta" – Associação Cultural e de Desenvolvimento da Beirã: Associação de cariz social

Associação Cultural dos Barretos: Atividades culturais e recreativas

Constata-se que Marvão possui uma forte dinâmica associativa, sendo que todas as freguesias possuem, pelo menos, uma associação ou coletividade na qual os seus habitantes se reúnem e promovem diversas atividades mantendo vivas tradições, dinamizando a prática cultural e desportiva, contribuindo assim para manter o espírito de união e o sentimento de pertença das populações.

Relativamente à existência de Organizações Não-Governamentais (ONG) no concelho, de acordo com dados do INE e da APA, não existiam ONG de ambiente no concelho, não existindo também dados relativamente à existência de ONG de outros setores.

Os PMOT's aprovados pelo município de Marvão, foram sujeitos a consultas públicas quer às entidades competentes, quer à população em geral.

Ao longo do processo de revisão do PDM, os serviços da Câmara Municipal registaram 3 participações preventivas.

Por despacho nº17271/2011, no Diário da República nº, Série II de 2011-12-26), a composição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Marvão, a qual atribui a sua presidência ao representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, integra como representantes, para além da própria Câmara Municipal e Assembleia Municipal:

- ↳ IGESPAR;
- ↳ REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P. E.;
- ↳ EP — Estradas de Portugal, EPE;
- ↳ ICNB — Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade;
- ↳ ICP — Autoridade Nacional de Comunicações;
- ↳ Instituto Geográfico Português, IP;
- ↳ Instituto do Desporto de Portugal, IP;
- ↳ IHRU — Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
- ↳ IMTT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres;
- ↳ Turismo de Portugal IP;
- ↳ ANPC — Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- ↳ DGADR — Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- ↳ Direção -Geral de Energia e Geologia;
- ↳ Administração de Região Hidrográfica do Tejo;
- ↳ Administração de Região Hidrográfica do Alentejo;
- ↳ Direção Regional dos Recursos Florestais do Alentejo;
- ↳ Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
- ↳ Direção Regional da Economia do Alentejo;
- ↳ Direção Regional da Educação do Alentejo;
- ↳ Direção Regional de Cultura do Alentejo;
- ↳ Administração Regional de Saúde de Portalegre;
- ↳ Centro Regional de Segurança Social;
- ↳ Águas do Norte Alentejo;
- ↳ VALNOR;
- ↳ Câmara Municipal de Castelo de Vide;
- ↳ Câmara Municipal de Portalegre.

O município de Marvão implementou o orçamento participativo, que consiste na captação de ideias provenientes da população, com vista a introduzir melhorias no município, de forma a beneficiar a população, em geral, e os seus visitantes.

O Orçamento Participativo envolve a população, de modo a que esta dê uma ideia, decida, e participe num projeto, fazendo com que a ligação entre a população e o município seja fortalecida, e assim a população fica com uma noção clara dos gastos públicos envolventes, quebrando o distanciamento existente entre executivo e cidadãos. O intuito é tornar a população mais ativa, no que diz respeito à tomada de decisão, relativamente ao financiamento municipal

Relativamente à participação eleitoral, a taxa de abstenção varia consoante o ato eleitoral, sendo mais participada nas eleições para as câmaras municipais. A participação eleitoral em média é ligeiramente inferior a 50% (42%) dos eleitores de Marvão.

Nas últimas eleições para a Assembleia da República a taxa de abstenção em Marvão foi maior que a abstenção nacional (41,9%).

Quadro 123 - Taxa de abstenção por ato eleitoral (%)

Ano	Ato Eleitoral	Taxa de abstenção
2015	Eleição para a Assembleia da República	40,5
2014	Eleição para o Parlamento Europeu	66,5
2013	Eleição para as Câmaras Municipais	27,3
2011	Eleição para a Assembleia da República "	39,5
2011	Eleição para a Presidência da República	54,2
2009	Eleição para as Câmaras Municipais	24,7

Em relação aos locais com informação disponível, realça-se o facto de que, na página de internet da CM de Marvão (<http://www.cm-marvão.pt/>), estão disponíveis os contactos do executivo municipal, assim como do presidente da Assembleia Municipal, refletindo a promoção de um contacto mais próximo entre a administração local e outras entidades, bem como a população em geral.

Por outro lado, outro exemplo da situação referida é a de que a primeira reunião de cada mês da CM é pública.

É de destacar também o facto de que a CM realiza, nomeadamente através da sua página de internet, divulgar notícias, acesso ao portal a Minha Rua, a ação social, a medidas de empreendedorismo e a agenda municipal.

Ocorre também a integração do município de Marvão em outras plataformas, de outros níveis, que contribuem para a expansão do diálogo e interação dos agentes do concelho noutros níveis, nomeadamente regional.

Destaca-se por exemplo a integração na Plataforma da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo e o Portal Autárquico.

Relativamente ao acesso à informação, existem vários locais com informação disponível aos munícipes, nomeadamente os serviços da própria CM (em particular o Centro de Atendimento), a página de internet da CM, e outros locais públicos.

As iniciativas e eventos organizados, quer pela CM quer por outras entidades, são divulgados pela CM, em particular através da página de internet, sendo também divulgados através de outras entidades. Estão disponíveis também editais, formulários e regulamentos aplicáveis no município na página de internet da CM, para apoio ao munícipe. De notar que, nomeadamente os editais, estão disponíveis também em locais públicos. Na página de internet está igualmente disponível informação relativa a vários processos administrativos que estão em curso. Particular destaque atribui-se à informação relativa à abertura da discussão pública de determinados processos, permitindo aos munícipes participarem e contribuírem com as suas opiniões.

A CM procura promover a transparência dos seus atos. Deste modo, as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da CM estão disponíveis para consulta pública.

São também para consulta pública o orçamento e as Grandes Opções do Plano para o município, disponíveis também na página da internet, assim como os documentos de prestação de contas do município. Por outro lado, encontra-se também disponível para consulta a agenda de trabalhos e as atas da Assembleia Municipal.

Com a participação dos agentes de desenvolvimento, sensibilização e informação da população, os cidadãos, os cidadãos podem contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e melhor desenvolvimento do concelho.

6.5.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD – Governança, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação da proposta de revisão do Plano.

Quadro 124 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Governança

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de vários agentes envolvidos na Governança do município, públicos e privados, incluindo associações e grupos de municípios ▪ Promoção pela CM e outras entidades de várias iniciativas ▪ Existência de serviços da CM para apoio ao município e promoção da melhoria dos serviços prestados ▪ Integração do município de Marvão em plataformas regionais, permitindo um maior diálogo e interação com outras entidades fora do concelho ▪ Orçamento Participativo. ▪ Agenda 21 local. ▪ Existência de vários locais de disponibilização de informação aos municípios, nomeadamente a página de internet e os serviços da CM e outros locais públicos ▪ Disponibilização das atas (orçamentos, Grandes Opções do Plano, etc.) e Assembleia Municipal para consulta pública ▪ Transparência dos processos ao nível da CM 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existência ou não registo (no INE e da APA) de ONG, nomeadamente de ambiente, no município ▪ Alguns mecanismos de divulgação de informação podem não ser os mais adequados para todos os municípios, nomeadamente a internet.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de processos, nomeadamente da revisão do PDM e respetiva AAE participados e eficazes. ▪ Existência de discussão pública em ambos os processos. ▪ A alteração do PDM vai permitir a dinamização económica do concelho permitindo a entrada de novos agentes na Governança do concelho, aumentando o número de agentes envolvidos. ▪ Desenvolvimento do REOT como oportunidade para instituir um sistema de monitorização integrado das dinâmicas do concelho. ▪ Desenvolvimento e implementação de novas tecnologias da comunicação e informação, como os Serviços Online e os SIG e a modernização administrativa, o que irá permitir, nomeadamente, o aumento da simplificação dos processos e do rigor na delimitação dos espaços. ▪ Dinamização e promoção dos projetos por parte da população e dos diferentes agentes de desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca participação da população nos processos de decisão. ▪ Se não existir o desenvolvimento de novas formas de interação, a comunicação entre os agentes pode ficar comprometida, podendo levar à existência de processos pouco participados e transparente

6.5.4. Tendências de evolução sem Plano

GOVERNANÇA

Os instrumentos estratégicos apontam para uma aposta forte na transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência, princípios norteadores da governança, sendo preconizada uma tendência positiva, contudo este processo requer a combinação do esforço do município das instituições e dos cidadãos em se comprometerem com uma cidadania ativa

A evolução vai no sentido da contínua diminuição da participação dos agentes de desenvolvimento e da população em geral nos processos de participação pública.

6.6.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Riscos Naturais e Tecnológicos

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Riscos Naturais e Tecnológicos, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Marvão em termos de oportunidades e riscos.

Questões Estratégicas (QE):

QE1 – Completar e articular as redes de equipamentos e de infraestruturas.

QE2 – Valorizar o património natural e sociocultural e prevenir os riscos.

QE3 – Dinamização da estrutura económica local e o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

QE4 – Qualificação territorial e urbana.

Quadro 125 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Governança"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Aplicar à revisão do PDM os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: Abertura, Participação, Responsabilização, Eficácia e coerência		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	0	0
QE2	0	0
QE3	A expansão do setor económico e a dinamização da economia local irão fazer com que novos agentes, nomeadamente económicos, sejam atraídos para o município. Esta entrada irá permitir que novos agentes participem na Governança do município. (++) Aumento do acesso e disponibilização de informação pela criação do Nunho de Empresas de Beirã. (+)	
QE4	A existência da integração de agentes/stakeholders nos processos de revisão do PDM e respetiva AAE assegura a participação dos agentes com relevância sectorial e da população em geral. Esta participação reflete-se nas consultas, quer às entidades, quer nas consultas públicas. (++) O processo de revisão do PDM prevê a disponibilização da informação na página da internet, o que vai possibilitar o enriquecimento da participação pela diversificação dos agentes (+)	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Aplicar à revisão do PDM os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: Abertura, Participação, Responsabilização, Eficácia e coerência		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
	Promoção do envolvimento do setor privado nas grandes intervenções urbanas (+) Promoção da participação pública nos processos de planeamento municipal numa lógica de urbanismo de proximidade (+)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica

No seguinte quadro apresenta-se um resumo com as tendências de evolução de cada objetivo de sustentabilidade, na situação atual e com a implementação da revisão do Plano

Quadro 126 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Tendência de Evolução	
			sem Plano	com Plano
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas e Diversidade de espécies	<ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas. Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas. Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas. Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis. Reabilitação de habitats e espécies para níveis viáveis. 	↔ ↓	↑
	Conservação da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade. Evitar a fragmentação dos ecossistemas. Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade. 	↔ ↓	↑
	Gestão e Conservação da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o uso variado da Floresta. Promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza. Promover a diversificação florestal. 	↔ ↓	↑
Ordenamento e Qualificação do Território	Dispersão urbana e uso do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território. 	↔	↑
	Assimetrias Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Promover a fixação da população e evitar o despovoamento do território 	↔	↑
	Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população. Garantir um nível de infraestruturação adequado às novas exigências ambientais. 	↔	↑
	Qualificação urbana	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade. Incentivar processos de requalificação e valorização urbana. 	↔ ↑	↑
	Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas , intraconcelhias e fronteiriças. 	↔	↑
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento humano	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e qualificação dos recursos humanos. Criar e promover o emprego local. 	↔ ↓	↑
	Competitividade e Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local. Promover o potencial agrícola e pecuário. Aumentar a competitividade empresarial/industrial. 	↓	↑
	Dinâmica Turística	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística. Promover a atratividade turística Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística 	↔ ↑	↑

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Tendência de Evolução	
			sem Plano	com Plano
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação e valorização do Património arquitetónico e arqueológico. • Preservação de edifícios históricos e outras características culturais importantes. • Promoção da reabilitação e dinamização de edifícios históricos. 	↔ ↓	↑
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação e valorização da qualidade paisagística. • Proteger o carácter e a diversidade da Paisagem. • Valorizar e recuperar a atividade agrícola como elemento modelador da paisagem. 	↔ ↓	↑
Qualidade Ambiental	Resíduos Sólidos Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma política adequada de gestão de resíduos. • Valorizar os RSU produzidos no concelho. 	↑	↑
	Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos. • Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais. • Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano. • Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. • Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes. 	↔	↑
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. • Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço. 	↔	↑
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública. • Reduzir a poluição do ar. • Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos. 	↔	↑
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da Eficiência Energética. • Utilização Racional de Energia. 	↑	↑
	Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). 	↑	↑
	Cheias e Inundações	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão das áreas inundáveis 	↔	↑
	Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir o número de ocorrências de incêndios florestas e em edifícios. • Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas. 	↔	↑
	Erosão e desertificação	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar os processos de erosão e desertificação do solo 	↔	↑
Governança	Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar à revisão do PDM os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: Abertura, Participação, Responsabilização, Eficácia e coerência 	↓	↑

Tendências de evolução	↓	↔	↑
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva
	Afastamento dos objetivos de sustentabilidade	Situação tende a manter-se	Aproximação aos objetivos de sustentabilidade

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de recomendações e diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de revisão do PDM procura internalizar de forma adequada os impactos ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade territorial do concelho de Marvão.

8. Diretrizes de Seguimento

Vistos e analisados os efeitos previsíveis que resultam da hipotética entrada em vigor da revisão do PDM de Marvão, importa neste ponto identificar um conjunto de medidas de carácter preventivo, suplementares as propostas apresentadas na revisão do PDM, que permitam minorar ou eliminar os efeitos negativos identificados, ou, acessoriamente, possam introduzir melhorias na implementação do Plano. Este procedimento decorre do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-lei no 232/2007, de 15 de junho, que refere que a entidade responsável pela elaboração do Plano deve prever, no relatório ambiental, “as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa”.

As diretrizes de seguimento constituem orientações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Marvão, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade. As diretrizes de seguimento que a seguir se apresentam são definidas por FCD.

FCD – BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

ÁREAS CLASSIFICADAS E DIVERSIDADE DE ESPÉCIES

- Assegurar uma manutenção cuidada dos espaços verdes.
- Desenvolver um conjunto de percursos de interpretação ambiental do concelho que tenham em atenção os valores naturais em presença.
- Sensibilização ambiental da população.
- Promover a implementação das medidas de gestão da RN2000.
- Acompanhar as ações, atividades ou projetos condicionados a parecer vinculativo do ICNF.
- Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal.
- Promover a elaboração do PP para as UOPG.
- Promover as boas práticas agrícolas nas áreas classificadas nomeadamente no uso de agroquímicos.
- Assegurar o cumprimento no regulamento municipal nos espaços agrícolas de conservação, espaços florestais de conservação e espaços naturais e paisagísticos.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Assegurar uma manutenção cuidada dos espaços verdes e dos espaços da estrutura ecológica.
- Realizadas campanhas, quando necessárias, de controlo das espécies exóticas invasoras nos espaços verdes.

- Garantir a manutenção e limpeza dos espaços florestais diminuindo os riscos de deflagração de incêndios.
- Garantir o cumprimento do regime de ocupação do solo rústico definido no regulamento.
- Promover a proteção e preservação dos componentes da estrutura ecológica municipal.
- Sensibilizar os agentes da área do planeamento para a compatibilização de interesses ecológicos e socioeconómicos.
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta.
- Criação de zonas de intervenção florestal, dado que estas permitem um ordenamento florestal mais eficiente e sustentável.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

- Promover a introdução de espécies autóctones.
- Elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Florestal que contribua para a melhoria do ambiente e minimização dos impactes sobre a floresta, procurando induzir boas práticas na sociedade em geral, numa visão de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável.
- Incentivar a aplicação do Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável por parte dos proprietários e gestores florestais, bem como a certificação da qualidade de acordo com a Norma Portuguesa (NP 4406/2005).
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta.
- Potenciar a plantação de vegetação nas zonas de forte declive de forma a atenuar o risco de erosão.
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta.
- Criação de zonas de intervenção floresta, uma vez que estas permitem um ordenamento florestal mais eficiente e sustentável.
- Promover ações de florestação nas áreas ardidas tendo em conta os princípios e objetivos do PROF do Alto Alentejo.
- Promover as ações de erradicação de espécies invasoras e monitorizar as áreas de ocorrência de espécies invasoras.
- Desenvolvimento do potencial da caça e pesca de uma forma sustentada;

FCD – ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

DISPERSA URBANA E USO DO SOLO

- Monitorizar a implementação das ações programáticas preconizadas relativas à concretização do ordenamento e requalificação do espaço urbano.
- Garantir uma imagem urbana atrativa.
- Promover a consolidação e otimização das áreas urbanas infraestruturadas no solo urbanizado.

ASSIMETRIAS TERRITORIAIS

- Acompanhar a evolução da população residente e promover a sua fixação.

COESÃO TERRITORIAL

- Criação de espaços verdes associados a sistemas de utilização mistos (terrenos agrícolas inseridos nos espaços verdes).
- Nos espaços verdes deve-se escolher espécies arbóreas e arbustivas adaptadas edafoclimaticamente ao local.
- Garantir número e capacidade de equipamentos adequados às necessidades da população atual e futura, bem como um nível de infraestruturas básicas adequado às exigências ambientais.
- Assegurar uma maior equidade no acesso a serviços de apoio social, nomeadamente no que se refere aos serviços de apoio à infância e de apoio à 3.ª idade.
- Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados.
- Prever a instalação de novos equipamentos nos aglomerados rurais mais isolados e envelhecidos, com o intuito de contrariar o envelhecimento e o abandono destes locais por parte da população residente.

QUALIFICAÇÃO URBANA

- Privilegiar no solo urbanizado processos de reabilitação e recuperação do edificado urbano em vez das novas construções.
- Identificar a presença de obstáculos, estrangulamentos à circulação pedonal e de barreiras arquitetónicas e, conseqüentemente desenvolver uma estratégia de eliminação das mesmas.
- Promover as ações e medidas de requalificação urbana e paisagística definidas no plano.
- Dimensionamento da rede de rega dos espaços verdes com recurso a fontes alternativas de água de rega, prevendo a utilização de águas residuais e/ou a água recolhida dos telhados.

MOBILIDADE

- Deve ser fomentada a implementação de uma rede de percursos pedonais e clicáveis urbanos e que esta passe pelos diversos serviços administrativos, culturais, equipamentos, espaços verdes e comerciais tornando-a mais funcional e apelativa.
- Os percursos pedonais e clicáveis deverão ser de fácil leitura e possuir as condições de conforto e segurança adequadas de modo a constituir opções atrativas para a população no acesso as diferentes funções urbanas previstas no plano.
- Implementar o PAMUS.
- Promover a reorganização e/ou criação de redes de transporte público coletivo de baixa intensidade ou a pedido, valorizando a intermodalidade, que assegurem a coordenação de horários entre os serviços rodoviários e os modos de transporte suaves e menos poluentes (pedonal e ciclovia).
- Criar incentivos locais para a adoção de padrões de mobilidade sustentável no concelho, e sensibilizar os operadores de transporte público, e a população em geral, para essa atuação;

FCD – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Sempre que possível, e em situações de igual de circunstâncias, deve favorecer-se a utilização de serviços e recursos (humanos e materiais) regionais.
- Criar condições que promovam a fixação da população, quer em termos de emprego quer em termos de qualidade de vida urbana.
- Fomentar ações de formação nas áreas de maior necessidade e em articulação com as necessidades das empresas.
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.
- Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Criar condições para a fixação e atração de empresas disponibilizando todas as infraestruturas ambientais e tecnológicas.
- Deve favorecer-se a divulgação de produtos regionais na área do plano.
- Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades que atenuam a sazonalidade turística.
- Deverá ser favorecida a instalação de atividades que promovam a diversidade da oferta de produtos turísticos e endógenos, visando a divulgação do património e dos produtos locais.
- Promoção de uma política ambiental nos espaços de atividades económicas concelhios.
- Promover o empreendedorismo e a iniciativa empresarial para a diversificação da atividade económica no concelho;

- Privilegiar o apoio a empresas que valorizem os recursos endógenos e gerem emprego.
- Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental.
- Promover a construção de espaços verdes nas zonas industriais.

DINÂMICA TURÍSTICA

- Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas existentes mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico.
- Conservação dos valores culturais do concelho.
- Promover iniciativas de educação, sensibilização e informação ambiental.
- Recomenda-se que os eventos sejam não só de carácter turístico mas também potenciadas para os habitantes locais.
- Sensibilização dos operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e turistas para a aplicação do Código Mundial de Ética do Turismo.
- Promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural privilegiando a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico;
- Desenvolver uma estratégia de marketing turístico em articulação com as atividades culturais e valores patrimoniais, de modo a potenciar sinergias económicas.
- Atrair para o concelho o tipo de turismo que valorize o património natural e cultural de Marvão, em respeito pelo ordenamento do território e pela conservação da natureza. Recomenda-se a integração de requisitos de sustentabilidade ambiental para a aprovação de projetos turísticos.
- Monitorizar as motivações turísticas e nível de satisfação dos visitantes de Marvão.
- Assegurar a compatibilização da ocupação turística com a manutenção dos valores naturais, das linhas de água e da paisagem.
- Promoção de floresta como recurso turístico e de lazer.
- Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadrada na paisagem.
- No desenvolvimento do projetos de Empreendimentos de Turismo em solo rústico, deverá ser tido em consideração seguintes recomendações:
 - Eficiência na gestão dos recursos hídricos, promovendo o tratamento e a reutilização das águas residuais e pluviais de acordo com os critérios constantes do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água e respetivos instrumentos operativos que venham a ser elaborados;
 - Eficiência energética, através da adoção de meios de transporte internos “amigos do ambiente” e de medidas mitigadoras dos consumos nos edifícios, incluindo a sua orientação e exposição solar e o aproveitamento de fontes renováveis;

- Sustentabilidade na construção, operação e manutenção dos edifícios e dos espaços não edificados, através de um elevado grau de incorporação de materiais e técnicas de construção sustentável destinadas a promover a redução dos resíduos em fase de construção e a autossustentação dos espaços não edificados, tanto os naturais como os artificializados, em fase de operação e manutenção.

FCD – PATRIMÓNIO E PAISAGEM

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

- Monitorizar a preservação e conservação do património edificado e as iniciativas reabilitação do património.
- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas e de espetáculos no património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitetónicos dos edifícios;
- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património, sempre que seja necessária a execução de infraestruturas que tragam implicações sobre este património.
- Garantir a inventariação dos valores patrimoniais do concelho e a sua atualização.
- Dinamizar e valorizar circuitos turísticos e culturais como forma de promoção dos valores culturais.
- Utilização dos espaços verdes e de equipamentos para promoção e divulgação dos valores patrimoniais e culturais da vila e do concelho.
- Sugere-se que sejam desenvolvidos programas culturais específicos dirigidos aos diferentes grupos da população, que integrados numa programação geral do concelho contribuam de forma coerente para a dinamização e enriquecimento cultural da mesma.
- Investir na valorização do património cultural e histórico em articulação com o património natural e a paisagem, procurando estabelecer sinergias com o desenvolvimento de atividades económicas relacionadas com a cultura e o lazer.
- Estabelecer normas de interação entre os valores patrimoniais e o setor turístico, de forma a obter rentabilização económica e desenvolvimento social.
- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho.
- Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades.

PAISAGEM

- Definir objetivos de qualidade paisagística para as unidades de paisagem.
- Elaborar um Plano de Arranjos Paisagísticos para a área de espaços verdes.

- Nas novas áreas urbanizáveis deve garantir-se a implementação de estruturas consonantes com a envolvente e que favoreçam o enquadramento paisagístico dos locais.
- Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais, de forma a promover a preservação da natureza e da biodiversidade e a minimização dos impactes visuais na paisagem.
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização paisagística, nomeadamente no que respeita à deposição ilegal de resíduos, à edificação em áreas rurais e à diminuição do impacto visual das novas edificações.
- Promover o turismo de qualidade que respeite os valores naturais;

FCD - QUALIDADE AMBIENTAL

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- Assegurar a correta implementação dos sistemas de recolha seletiva de RSU, qualificar as infraestruturas de gestão de forma a desviar matéria orgânica de aterro, incrementar a valorização multimaterial e valorizar energeticamente os resíduos não recicláveis.
- Implementar uma política de gestão de resíduos urbanos biodegradáveis (RUBs).
- Incentivo ao funcionamento das indústrias em “círculo”, promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas.
- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do tratamento dos resíduos gerados.

RECURSOS HÍDRICOS

- Controle da qualidade das águas subterrâneas e superficiais.
- Favorecer a utilização de pavimentos permeáveis ou semi permeáveis nos espaços verdes e equipamentos públicos aumentando a infiltração de água no solo.
- Promover ações de sensibilização de preservação dos recursos hídricos.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos, incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes, do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados.
- Promover a proteção e preservação dos recursos hídricos do concelho.
- Medidas que visem a preservação das linhas de água e respetivas margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola,

- Utilização de água residual tratada proveniente de estações de tratamento de águas residuais urbanas, em usos que se considerem viáveis, nomeadamente, na lavagem de pavimentos urbanos e de veículos, na limpeza de coletores e na rega de espaços verdes.
- Vigilância periódica do funcionamento da rede de drenagem de águas pluviais.
- Recomenda-se a articulação do PDM com os instrumentos de gestão e planeamento dos recursos hídricos, assegurando que o plano contribui para o alcance das metas e objetivos do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e outros instrumentos de planeamento e gestão de recursos hídricos em vigor no município.
- Promover intervenções de valorização das áreas ribeirinhas.
- Deve ser incentivada a ligação dos edifícios com sistemas privados à rede de saneamento existente e a construir.
- Garantir a manutenção da rede de saneamento de água de modo a minimizar descargas de emergência e fugas.
- Implementação de planos de controlo e monitorização das águas residuais tratadas no município, garantindo a adoção de medidas que contribuam gradualmente para a sua melhoria e evitem a sua degradação dos valores naturais.
- Garantir bons níveis de eficiência de tratamento da Etar's do município.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, parques empresariais, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do tratamento de águas residuais.
- Identificação e controlo de possíveis locais de descarga de águas residuais não tratadas e promover a sua eliminação.
- Deverá ser avaliada a possibilidade de reutilização de água tratada para a rega de espaços verdes, especialmente durante a época estival.
- Deve ser avaliada a instalação de um sistema de recolha de águas pluviais e posterior reutilização, por exemplo na rega de espaços verdes, campos desportivos e na lavagem de pavimentos.
- Devem ser incentivadas medidas de reutilização das águas pluviais, nomeadamente em instalações sanitárias. A redução de impostos municipais nas unidades que implementem medidas deste tipo poderá contribuir para a adesão dos operadores industriais.
- Garantir intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água no que diz respeito ao setor urbano e industrial (de acordo com as medidas previstas no PNUEA).
- De acordo com o sugerido no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água sugere-se que seja controlada a pressão na rede de abastecimento público de água, pois maiores pressões induzem maiores consumos e maiores perdas.
- Garantir a manutenção da rede de abastecimento de água de modo a minimizar as perdas e fugas.
- Implementar uma política de certificação de eficiência hídrica de novas edificações.
- Definir um plano de manutenção dos espaços verdes que inclua a gestão da rega de modo a minimizar os consumos com esta utilização.

- Assegurar que os novos equipamentos públicos, parques empresariais, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água.
- Recomenda-se o desenvolvimento de um programa de monitorização específico para as áreas sujeitas a desafetação de REN, designadamente aquelas classificadas como de infiltração máxima, de risco de cheia, de cabeceiras de linhas de água ou em áreas florestais onde poderá ocorrer a contaminação de cursos de água, a redução de água nos aquíferos, o aumento do risco de erosão e a escorrência superficial.
- Promover após construção das novas redes de abastecimento de água e de águas residuais a ligação dos alojamentos ainda sem ligação à rede pública de abastecimento de águas e saneamento.

RUÍDO

- Garantir o cumprimento ao critério de incomodidade, definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para as atividades ruidosas de caráter permanente (atividades económicas).
- Deverá garantir-se o afastamento das edificações com usos sensíveis dos espaços de atividades económicas ou existentes de modo a garantir o cumprimento dos limites sonoros aplicáveis.
- Preservar zonas mistas com níveis sonoros regulamentares.
- Corrigir zonas mistas com níveis sonoros não regulamentares.
- Para atenuar os efeitos do ruído proveniente do tráfego automóvel, deverão ser utilizados pavimentos com melhor desempenho na absorção acústica, que podem originar uma redução na emissão do ruído de tráfego rodoviário entre os 3 e os 5 dB (A). Outra medida que poderá ser considerada é a redução da velocidade máxima autorizada nas vias urbanas, que pode permitir uma redução de cerca de 6 a 8 dB (A), mantendo-se inalterado o volume de tráfego.
- Dar cumprimento ao exigido pelo Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, consubstanciado no Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de julho.
- Os equipamentos utilizados nas ações de manutenção, nomeadamente máquinas de corte de relva e manutenção da vegetação, devem obedecer aos valores limites de potência sonora estipulados no anexo II do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.
- Apresentar à Assembleia Municipal, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ambiente acústico concelhio (exceto quando esta matéria integre o relatório sobre o estado do ambiente municipal (cf. Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro).
- Sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e arbustos de espécies adequadas uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono.

QUALIDADE DO AR

- As obras de reconversão das vias, bem como todas as obras que possam afetar o tráfego rodoviário, devem ser efetuadas em épocas de menor tráfego e planeadas adequadamente, de modo a minimizar os condicionamentos à mobilidade rodoviária e a degradação da qualidade do ar.
- Promoção e acompanhamento da gestão florestal, de modo a assegurar o equilíbrio entre a utilização da biomassa florestal como matéria-prima e a sua função como sumidouro de dióxido de carbono.
- Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que além de beneficiar o ambiente urbano, em termos de qualidade do ar, também melhora a comodidade acústica e a vivência urbana.
- Promover o uso do transporte coletivo em vez do individual e criação de incentivos à utilização de transporte coletivo.
- Promover a utilização de meios de transporte mais sustentáveis (cicláveis).

FCD – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS.

ENERGIA

- Promover a utilização de fontes de energia renováveis, através, por exemplo, de benefícios fiscais municipais.
- Premiar a adoção de técnicas de construção sustentável, através da redução de custos do licenciamento desse tipo de projetos.
- Promover a eficiência e certificação energética dos edifícios municipais.
- Introduzir tecnologias de energia renovável na iluminação pública.
- Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios residenciais e de serviços, nomeadamente no que se refere ao estímulo à utilização de fontes de energia solar para aquecimento de águas.
- Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético do plano.
- Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente para edifícios a construir ou remodelar.
- Garantir que os edifícios novos ou remodelados possuem elevada eficiência energética, utilizando equipamentos que promovam a utilização sustentável da energia.
- Nos equipamentos deverá sempre equacionar-se a possibilidade de integração de equipamentos/mecanismos de aproveitamento energético a partir de fontes renováveis (sistemas solares térmicos e fotovoltaicos, etc).
- Nas áreas urbanizáveis propostas deverá determinar-se a orientação dos edifícios que garanta uma melhor exposição solar e consequentemente um menor consumo energético, nomeadamente para a obtenção de conforto térmico e para a renovação do ar interior.

- Implementar o PAMUS.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Monitorizar o potencial e a evolução da produção de energia renovável e o consumo de energia municipal, desenvolvendo e mantendo atualizada uma matriz energética municipal, procurando-se assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no Concelho mantêm uma tendência decrescente e que a capacidade de sequestro de carbono mantêm uma tendência inversa.
- Promover o uso do transporte coletivo em vez do individual.
- Promover uma iluminação pública mais eficiente.
- Implementar o PAMUS.

CHEIAS E INUNDAÇÕES

- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água.
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem setores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva.
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.
- Aproveitar o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rustico e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes aos cursos de água ameaçadas pelas cheias.
- Prevenir a construção de infraestruturas em leito de cheia que possam ser susceptíveis de degradação.
- Condicionar a construção e promover a infiltração da água em cabeceiras das linhas de água e em áreas de máxima infiltração.
- Monitorização dos sistemas de recolha de águas pluviais, assim como sumidouros, valetas e outros canais de drenagem para que se encontrem sempre limpos e desobstruídos, para que em época de chuvas se previna a ocorrência de cheias.
- Devem ser tidas em consideração a implementação de medidas de prevenção da erosão hídrica e de proteção do solo já que estas contribuem para a redução do risco de cheias.
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas ameaçadas por cheias a intervencionar nomeadamente no UOPG da Portagem apresentem setores permeáveis significativos (ex. espaços verdes).

INCÊNDIOS

- Realização das operações de limpeza das áreas de perigosidade elevada e muito elevada existentes nos perímetros urbanos definidos.
- Garantir a implementação das medidas definidas no plano e assegurar a aplicação do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios.
- Garantir que a florestação ou reflorestação deve recorrer à utilização intercalada de espécies autóctones específicas, com comportamentos diferenciados em matéria de combustão e que promovam a contenção dos incêndios.
- Garantir que nas áreas de maior risco de incêndio as novas edificações devem favorecer a seleção dos materiais de construção que apresentem maior resistência ao fogo.
- Manutenção e limpeza periódica das faixas exteriores de proteção contra os incêndios florestais na envolvente das edificações de acordo com a priorização do risco.
- Avaliar a eficácia das medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais definidas pelo PMDFCI.
- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
- Limpeza florestal regular dos terrenos - Limpeza seletiva de matos, acessos e caminhos, faixas corta fogos, aceiros, pontos de água, etc..
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, ha de área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros).

EROSÃO E DESERTIFICAÇÃO

- Criação de medidas minimizadoras da erosão dos solos, assim como: o incentivo ao revestimento do solo para que este não fique desprotegido e mais suscetível à erosão e o incentivo a práticas agrícolas mais adequadas.
- Potenciar a plantação de vegetação nas zonas de forte declive, de modo a atenuar o risco de erosão.
- Promover a correta ocupação do solo em áreas com risco de erosão de forma a minimizar a erosão do solo.
- Aproveitar as medidas de combate a desertificação definidas no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação.

FCD – GOVERNANÇA.**GOVERNANÇA**

- Promover o cumprimento de metas inseridas em estratégias e políticas nacionais e internacionais.
- Garantir a participação e envolvimento de todos os agentes do concelho nos processos de Governança do município, estimulando o desenvolvimento de novas formas de interação e comunicação entre os mesmos.
- Promover o aumento dos meios e veículos de disponibilização e de acesso à informação pelos municípios e outros agentes
- Garantir uma maior utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, de modo a assegurar uma maior simplificação dos processos e maior rigor na delimitação dos espaços.
- Avaliar a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, de modo a assegurar uma maior simplificação dos processos e maior rigor na delimitação dos espaços
- Implementar um mecanismo de avaliação da eficácia da participação pública no planeamento e gestão do município, nomeadamente ao nível das UOPG.
- Promover sessões públicas de esclarecimento e debate descentralizadas por UOPG, em conjunto com as juntas de freguesias e outros agentes relevantes, no âmbito dos processos de consulta pública
- Avaliar o grau de interação e cooperação entre os agentes na implementação da alteração do PDM e na implementação das diretrizes e medidas provenientes da respetiva AAE, assim como a partilha de responsabilidades entre os mesmos.
- Implementação de um Sistema de Informação Geográfica.

9. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental

Atendendo à natureza executória das propostas da Revisão PDM de Marvão, a monitorização e avaliação, estratégica e operacional torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das mesmas, quer dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos plano e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

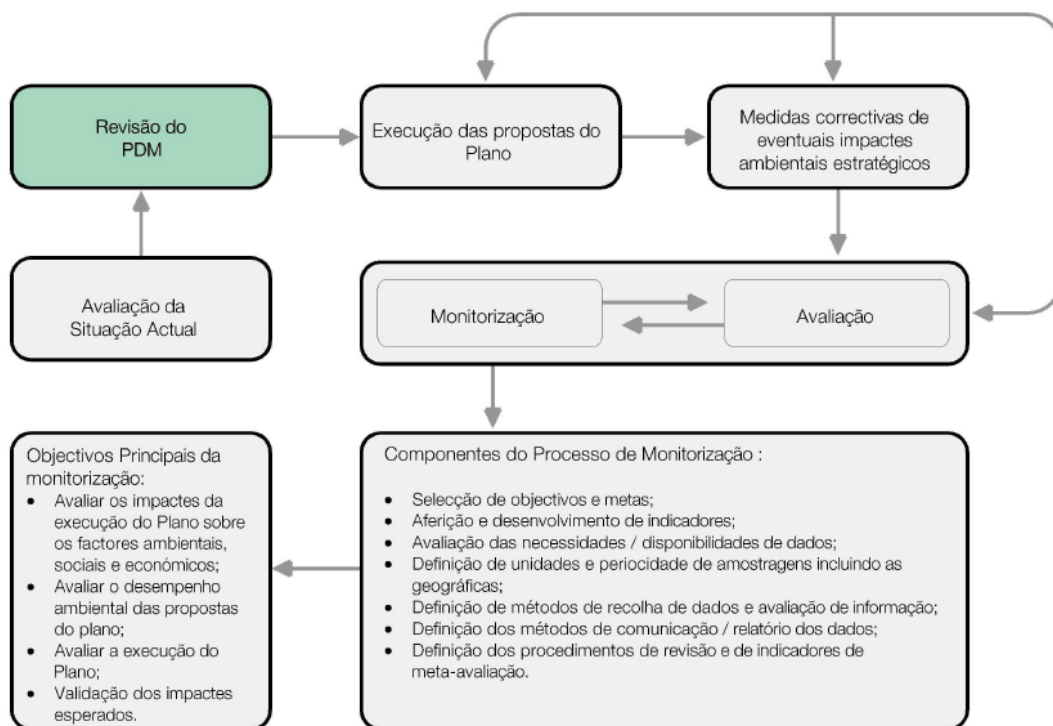


Figura 46 – Diagrama de Seguimento.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Assim, neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas do PDM, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental, bem como as correspondentes medidas de controlo, ou seja, na definição de medidas corretivas a aplicar, decorrentes da identificação atempada dos eventuais efeitos negativos significativos e imprevistos, e consequentes da execução do Plano e que têm como objetivo

final assegurar a redução dos impactes ambientais, melhorando o desempenho ambiental da execução das propostas do PDM.

Pretende-se assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação do município de Marvão no que se refere ao território, bem como detetar e medir tendências de evolução ao longo do prazo de execução do Plano.

9.1 Definição de Indicadores de Monitorização

A monitorização das opções estratégicas do Plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas no Quadro anterior, e tendo em conta os seguintes objetivos:

- ↘ Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do Plano;
- ↘ Avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- ↘ Avaliar a eficácia das orientações propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- ↘ Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

O plano de controlo constitui uma base para avaliar o impacte do plano de ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas. Esta avaliação será feita através da análise de indicadores, com base no desempenho ambiental.

Os indicadores apresentados (Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por fator de decisão) permitem assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de dados, no sentido de conhecer a situação na área de influência do Plano e como detetar e medir tendências de evolução ao longo da sua execução.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem também ser adaptados, face aos resultados obtidos, ou à facilidade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados. As metas podem ter que ser reajustadas devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza

Objetivos	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<p>Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas.</p> <p>Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas.</p> <p>Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas.</p> <p>Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis.</p> <p>Reabilitação de habitats e espécies para níveis viáveis</p>	Áreas protegidas e RN2000	ha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo ▪ Agência Portuguesa do Ambiente 	Anual
	Superfície do Município com estatuto de Área Classificada.	ha		Anual
	Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	n.º		Anual
	Ações realizadas no âmbito dos Planos de Gestão das áreas classificadas.	n.º		Anual
	Diversidade de espécies	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo 	Anual
	Espécies ameaçadas e protegidas	n.º		Anual
	Habitats prioritários	n.º		Anual
<p>Promover uma política de conservação da natureza e biodiversidade.</p> <p>Evitar a fragmentação dos ecossistemas.</p> <p>Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade</p>	Ações de conservação e gestão de espécies e habitats	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório do Estado do Ambiente ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas 	Anual
	Ações de controlo de espécies invasoras	n.º		Anual
	Corredores Ecológicos	ha		Anual
	Fragmentação do território (Km rede viária/área concehia)	km		Anual
<p>Estimular o uso variado da floresta.</p>	Número de Zonas de Caça Municipal e Zonas de Pesca.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas 	Anual
	Número de unidades de turismo em espaço rural (TER)	n.º		Anual
	Número de atividade associadas à silvopastorícia, produção de mel, cinegética entre outras	n.º		Anual
<p>Promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza.</p> <p>Promover a diversificação florestal</p>	Reserva Ecológica Nacional/Reserva Agrícola Nacional	ha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Zonas de Intervenção Florestal	n.º e ha		Anual
	Área por tipologia de povoamento florestal	ha		Anual
	Área de olival plantado	ha		Anual

FCD Ordenamento e Qualificação do Território

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território.	Variação da densidade populacional por freguesia.	Habitante/Km ² e %	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo ▪ Agência Portuguesa do Ambiente ▪ Instituto Geográfico Português 	Anual
	Variação do número de lugares censitários por escalão de dimensão populacional.	n.º		Anual
	Ocupação e uso do solo.	ha		Anual
	Distribuição relativa das classes de uso do solo urbano.	ha e %		Anual
Promover a fixação da população e evitar o despovoamento do território	Variação da população residente por freguesia.	Habitante e %	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo 	Anual
	Variação do número de alojamentos.	Alojamento e %		Anual
	Índice de envelhecimento.	%		Anual
Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população. Garantir um nível de infraestruturas adequadas às novas exigências ambientais	Número e tipologia de equipamentos por freguesia.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Variação da taxa de cobertura no concelho por infraestruturas (saneamento, abastecimento de água e eletricidade)	%		Anual
Incentivar processos de requalificação urbana. Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade	Estado de conservação dos edifícios.	n.º de edifícios por estado de conservação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Número de licenças para construção	n.º		Anual
	N.º de licenças para construção e para reconstrução e reabilitação.	n.º		Anual
	Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas	n.º		Anual
	Capitação de espaços verdes urbanos	m ² /habitante		Anual
Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas e externas.	Número de vias requalificadas	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Número de vias projetadas	n.º		Anual
	Tempo de percurso médio entre emprego e casa (min.dia-1)	(min.dia-1)		Diário

FCD Desenvolvimento Económico e Social

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Valorização e Qualificação dos recursos humanos.	Nível de ensino da população.	%	Câmara Municipal de Marvão Instituto Nacional de Estatística Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo Direção Regional de Educação do Alentejo	Anual
	População com ensino superior/População com 25 anos ou mais.	%		Anual
	População ativa por grupo de profissão	n.º, %		Anual
	Variação do número de cursos de formação profissional existentes no concelho	n.º		Anual
Criar e promover o emprego local.	Taxa de População Ativa.	%	Instituto de Emprego e Formação Profissional Pordata	Anual
	Taxa de Desemprego.	%		Anual
	Evolução da População Ativa por Atividades Económicas.	%		Anual
Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local	Variação do número de empresas sediadas (%)	%	Câmara Municipal de Marvão Instituto Nacional de Estatística	Anual
	Variação do número de empresas por setor de atividade	n.º		Anual
	Poder de compra per capita	%		Anual
	Variação do ganho médio mensal	euros		Anual
Promover o potencial agrícola e pecuário.	Variação do número de explorações agrícolas e área média de exploração.	n.º e ha	Câmara Municipal de Marvão Instituto Nacional de Estatística	Anual
	Variação do número de explorações pecuárias e número de animais.	n.º		Anual
	Índice de envelhecimento do tecido empresarial agrícola (produtores agrícolas >55 anos/Produtores com idade <35 anos*100)	%		Anual
Aumentar a competitividade empresarial/industrial	Espaços empresariais/industriais estruturados e infraestruturados	ha	Câmara Municipal de Marvão Instituto Nacional de Estatística	Anual
	Taxa de sobrevivência das empresas	%		Anual
Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística	Número de alojamentos turísticos	n.º	Câmara Municipal de Marvão Instituto Nacional de Estatística Turismo de Portugal Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	Anual
	Taxa de ocupação	%		Anual
	Procura turística /número de dormida por tipo de equipamento Hoteleiro, TER e natureza)	Número de dormidas		Anual
	Intensidade turística (n.º de dormidas em milhares/população residente em centenas)	n.º de dormidas/população residente		Anual

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Promover a atratividade turística	Percursos temáticos implementados.	n.º	Câmara Municipal de Marvão Instituto Nacional de Estatística	Anual
	Produtos de qualidade.	n.º		Anual
	Eventos com poder de atração.	n.º		Anual
Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística	Investimentos concelhios em Turismo.	€	Câmara Municipal de Marvão Instituto Nacional de Estatística	Anual

FCD Património e Paisagem

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico.	Património classificado e em vias de classificação.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico ▪ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana ▪ Sistema de Informação para o Património Arquitetónico ▪ Turismo de Portugal 	Anual
	Sítios arqueológicos	n.º		Anual
	Imóveis de interesse municipal inventariados.	n.º		Anual
Preservação de edifícios históricos e outras características culturais importantes. Promoção da reabilitação e dinamização de edifícios históricos.	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Número de projetos de regeneração urbana aprovados para centros históricos	n.º		Anual
	Estabelecimento de rotas turísticas em torno do património cultural	n.º		Anual
Preservação e valorização da qualidade paisagística. Proteger o caráter e a diversidade da Paisagem. Valorizar e recuperar a atividade agrícola como elemento modelador da paisagem	Qualidade e valores da paisagem	Unidades paisagem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Uso agrícola efetivo em áreas agrícolas	n.º e ha		Anual

FCD Qualidade Ambiental

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Promover uma política adequada de gestão de resíduos.	Capitação de RSU	Kg/Hab	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística ▪ Instituto Regulador de Águas e Resíduos ▪ ValNor ▪ Sociedade Ponto Verde 	Anual
	Taxa de separação de resíduos.	%		Anual
	Número de ecopontos por freguesia e habitante	n.º		Anual
Valorizar os RSU produzidos no concelho	Taxa de reciclagem de resíduos	%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sociedade Ponto Verde 	Anual
	Taxa de deposição de resíduos em aterro	%		Anual

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Garantir a proteção dos recursos hídricos.	Variação da qualidade da água superficial e subterrânea	Índice de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Agência Portuguesa do Ambiente ▪ Águas do Nordeste Alentejano ▪ Instituto Nacional de Estatística ▪ Instituto Regulador de Águas e Resíduos ▪ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Agência Portuguesa do Ambiente ▪ Mapa de Ruído ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Agência Portuguesa do Ambiente ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo ▪ Direção Geral de Energia e Geologia ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Áreas destinada à proteção dos recursos hídricos	ha		Anual
Reduzir os níveis de poluição, da água para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais.	Volume de água residual tratada no concelho	Metros cúbicos		Anual
Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano.	Variação do consumo de água	%		Anual
	Variação da percentagem da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%		Anual
	Qualidade da água para consumo humano (número de violações aos valores paramétricos)	humano (número de violações aos valores paramétricos)		Anual
Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes	Consumo de água, por setor de atividade e por tipologia.	m ³		Anual
	Variação do número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água.	n.º		Anual
	Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento.	%		Anual
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.	População afetada pelos níveis de ruído.	%		Anual
	Áreas concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).	ha e %	Anual	
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar. Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos	Qualidade do ar.	Índice	Anual	
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites.	n.º	Anual	
	Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO ₂ , COVNM e NH ₃	T/km ²	Anual	
	Percurso cicláveis e pedonais	Km	Anual	
	Consumo de combustível automóvel por habitante	Tep/hab	Anual	

FCD Alterações Climáticas e Riscos Naturais

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Aumento da Eficiência Energética. Utilização Racional de Energia	Variação do Consumo de energia elétrica por habitante	Kwh/hab	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão. ▪ Instituto Nacional de Estatística. ▪ ADENE 	Anual
	Variação do consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Kwh		Anual
	Números de edifícios concelhios com certificação energética	n.º		Anual
	Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios públicos	n.º		Anual
Utilização de Fontes de energia renovável	Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis (MWh)	MWh		Anual
	Utilização efetiva de energias renováveis no município	KWh		Anual
Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE)	Quantidade de GEE	Quilotoneladas de CO2 equivalente)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão. ▪ Instituto Nacional de Estatística. ▪ Agência Portuguesa do Ambiente 	Anual
	Repartição modal das deslocações no concelho	n.º, %		Anual
Gestão das áreas inundáveis	Ocorrência de situações de cheias e inundações.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística ▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil ▪ Escola Nacional de Bombeiros 	Anual
	Identificação das áreas em risco de cheia e inundações.	ha		Anual
	Meios para alerta de cheias e inundações.	n.º		Anual
Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e área ardida Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas.	Área ardida.	ha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas ▪ Instituto Nacional de Estatística ▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil ▪ Escola Nacional de Bombeiros 	Anual
	Número de ocorrências de incêndios.	n.º		Anual
	Identificação das áreas com risco de incêndio elevado e muito elevado	ha		Anual
	Número de ações realizadas no âmbito da prevenção de incêndios florestais previstas no PMDFCI	n.º		Anual
Controlar os processos de erosão e desertificação do solo.	Índice de suscetibilidade dos solos à desertificação.	Índice	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Comissão de Acompanhamento do PANCD ▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil 	Anual
	Revestimento florestal como redutor de risco de erosão.	ha		Anual

FCD Governança

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Socioeconómica				
Definir critérios, suficientemente flexíveis, que permitam acolher o desenvolvimento do município sem comprometer o equilíbrio funcional	Número e tipologias de agentes envolvidos	N.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Marvão ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
Proporcionar maior visibilidade e protagonismo interno e externo à sub-região e aos agentes locais, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica	Locais com informação disponível	N.º		Anual
	Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (SIG)	Sim/Não		Anual
Envolver a comunidade na valorização e aproveitamento dos seus recursos, mobilizando vontades e capacidades organizativas	Participação em consultas públicas	%		Anual
	Participação eleitoral	%		Anual
	PMOT disponíveis no site da CM	N.º		Anual
	Consultas públicas realizadas utilizando as plataformas digitais de participação no âmbito dos PMOT	N.º		Anual

9.2 Quadro de Governança para a ação

O Quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da revisão do PDM de Marvão, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano. Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um Quadro de governança para a revisão do PDM de Marvão, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura revisão do PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 127).

Quadro 127 – Quadro de Governança para a Ação.

Entidades	Ações
Ministério de Economia – Direção Regional do Alentejo	-Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Agência Portuguesa do Ambiente	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Acompanhar a fase de monitorização do Plano. -Monitorizar, articulado com a Câmara Municipal, os valores de Ruído Ambiental decorrentes da instalação e execução do Plano.
Autoridade para as Condições do Trabalho	-Promover a melhoria das condições de trabalho. -Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho.
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	-Garantir a recolha e tratamento das águas residuais. -Garantir a monitorização da qualidade da água para consumo. -Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento -Construção e manutenção das infraestruturas e equipamentos
Valnor	-Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
Câmara Municipal de Marvão	-Desenvolver processos de participação pública. -Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. -Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. -Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos. -Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. -Promover ações de formação e valorização profissional. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Garantir a implementação do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios. -Garantir a implementação do Plano Municipal de Emergência. -Garantir a recolha e tratamento das águas residuais. -Garantir a monitorização da qualidade da água para consumo. -Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento. -Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética. -Manter vigilância sobre o território de forma a alertar para cenários inadequados em termos de sustentabilidade. -Promover em parceria com as entidades competentes ações de vigilância e controle que permitam prevenir a ocorrência de riscos (naturais, tecnológicos e ruído). -Acompanhar a Revisão do Plano de Ordenamento do parque Natural da Serra de São Mamede.
DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia	-Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respetivas metas e objetivos a diferentes prazos e escalas de planeamento. -Incentivar a adoção de medidas de eficiência energética a todos os níveis (e.g. municípios, empresas, famílias).

Entidades	Ações
ADENE	- Promover utilização da ER e das boas práticas associadas à ecoeficiência energética e à certificação energética.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	-Intensificar os esforços de acompanhamento, monitorização e controlo das áreas florestais -Manter atualizada a informação disponibilizada sobre incêndios florestais, ZIF e zonas de caça. - Promover a criação de Zonas de Intervenção Florestal. - Disponibilizar informação relativa ao estado de conservação dos valores naturais em área classificada. - Orientar operações de remoção de plantas invasoras na área classificada. -Revisão do Plano de Ordenamento do parque Natural da Serra de São Mamede. - Acompanhar a fase de seguimento e monitorização do plano.
Direção Geral do Património Cultural	- Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arqueológico.
Juntas de Freguesia	-Operacionalização de operações de gestão de resíduos. -Fomentar diferentes formas de participação pública.
EDP / Distribuidor	-Garantir o fornecimento de Energia para a execução do Plano.
IEFP	-Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento
População em geral	-Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. -Participar ativamente nos processos de consulta pública. -Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental -Adotar comportamentos de prevenção aos riscos naturais

10. Participação Pública

O Envolvimento Público e Institucional encontra-se definido de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, bem como do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, após a elaboração do Relatório Ambiental, e previamente à sua aprovação, a proposta de plano, o Relatório Ambiental e o respetivo Resumo Não Técnico, serão objeto de Discussão Pública.

A consulta pública durante o processo de desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental Estratégica é faseada, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal desenvolver os processos de consulta pública estabelecidos na legislação, nomeadamente:

- A Câmara Municipal promove a consulta pública sobre o âmbito da AAE (Relatório de Fatores Críticos) às entidades com responsabilidades ambientais específicas, às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano (de acordo com o n.º 3, artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, bem como do n.º 9, artigo 74º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro);

- As entidades a consultar deverão ser a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto da Água, as Administrações de Região Hidrográfica, as Comissões de desenvolvimento Regional, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, as Autoridades Regionais de Saúde, municípios limítrofes, entre outros (DGOTDU, 2008).
- Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal promove novamente a consulta às **entidades com responsabilidades ambientais** específicas, para emissão de parecer (de acordo com o n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
- Concluído o período de acompanhamento a Câmara Municipal procede à abertura de um período de **discussão pública**, através de Aviso a publicar no *Diário da República*, tendo como objetivo recolher sugestões formuladas por **associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas**. A consulta pública e o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos (página da internet da Câmara Municipal), e divulgados através da comunicação social. Durante o período de discussão pública, o projeto de Plano e respetivo Relatório Ambiental, assim como, os pareceres da comissão de acompanhamento ou da CCDR, e os demais pareceres eventualmente emitidos, estão disponíveis ao público na Câmara Municipal, e noutros locais indicados pela autarquia (n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, articulado com o n.º 3 do artigo 77º).

11. Considerações Finais

O presente relatório serve de base à **terceira fase do processo de AAE** da proposta de revisão do PDM de Marvão.

Este relatório identifica os principais efeitos (oportunidades e riscos), a fim de apoiar a tomada de decisão relativamente à proposta de plano e assegurar a sustentabilidade da proposta, através de integração de opções mais sustentáveis durante o seu desenvolvimento em fase de projeto e de funcionamento e incorpora os pareceres das entidades com responsabilidades ambientais específicas..

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM de Marvão foi suportado na análise de sete FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, Ordenamento e Qualificação do Território, Desenvolvimento Económico e Social, Património e Paisagem, Qualidade Ambiental e as Alterações Climáticas e Riscos Naturais e a Governança.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Importa também evidenciar o facto das opções estratégicas que formalizam o Plano terem sido acompanhadas pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, já estão impregnadas de iniciativas de sustentabilidade que as configuram como opções estratégicas ambientalmente úteis.

Durante o processo de AAE não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano.

As diretrizes de seguimento propostas, irão contribuir para uma potenciação dos impactes positivos previstos e para uma mitigação dos impactes negativos. Desta forma, espera-se que a presente proposta de plano se constitua como uma intervenção de planeamento sustentável.

Evidencia-se, no entanto, a importância do acompanhamento da implementação do Plano através do cumprimento do programa de gestão e monitorização ambiental, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

Neste contexto, evidencia-se a importância do acompanhamento da implementação da revisão do PDM de Marvão, através da atualização periódica do plano de controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

De facto, pelas considerações efetuadas, a proposta de plano apresentada resulta num balanço positivo entre as oportunidades de desenvolvimento criadas e os riscos inerentes.

O presente relatório, acompanhado do Resumo Não Técnico, estará sujeito a consulta pública e das entidades, juntamente com o Relatório da Proposta de Revisão do PDM de Marvão, para recolha de comentários/sugestões que serão tidos em consideração na emissão da Declaração Ambiental e na preparação da versão final da revisão do PDM de Marvão.

12. Referências Bibliográficas

- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, 2012. Relatório Técnico para Efeitos de Participação Pública do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica 5.
- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, 2011. Relatório Ambiental da Avaliação ambiental Estratégica do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica 5.
- Almeida, C., Mendonça, J. J. L., Jesus, M. R. e Gomes, A. J., 2000; Atualização do Inventário dos Sistemas Aquíferos de Portugal Continental - Volume 1. INAG-DSRH-DR sub.
- Alves, J.M.S.; Santo, M.D.E.; Costa, J.C.; Gonçalves, J.H.C.; Lousã, M.F., 1998 – Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal Continental, Tipos de Habitats mais significativos e Agrupamentos Vegetais Significativos – Instituto da Conservação da Natureza.
- Caetano, M., A. Araújo, A. Nunes, V. Nunes e M. Pereira, 2009. Accuracy assessment of the CORINE Land Cover 2006 map of Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- Caetano, M., V. Nunes e A. Nunes, 2009. CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- Câmara Municipal de Marvão. 2011. Plano Municipal de Emergência de Marvão.
- COM (2006) 231 - Estratégia Temática de Proteção do Solo, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Comissão das Comunidades Europeia.
- Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação, 2013. Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de revisão do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014/2024.
- Câmara Municipal de Marvão; PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios -2015-2020.
- Costa, J.C.; Aguiar, C.; Capelo, J.H.; Lousã, M. & Neto, C., 1998; Biogeografia de Portugal Continental – Quercetea, Volume 0, Associação Lusitana de Fitossociologia, Lisboa
- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente).
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (estabelece as bases de Ordenamento do Território).

- ↘ Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).
- ↘ Direção Geral do Ambiente; Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora: DGA; 2000. ISBN 972-8419-48-1.
- ↘ Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2003.
- ↘ Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documento de apoio 1. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2008.
- ↘ Escola Superior de Educação de Beja; Carta Educativa do Concelho de Marvão. Câmara Municipal de Marvão. 2006.
- ↘ Lugar do Plano, Estudos de Caracterização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão, 2015.
- ↘ Lugar do Plano, Relatório da Proposta de Revisão do PDM de Marvão, 2016.
- ↘ SCHIU, Lda – Mapas de Ruído do Concelho de Marvão.2009
- ↘ Geoatributo, lda. Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos.2008
- ↘ OECD - DAC, 2006. Good Practice Guide on applying Strategic Environmental Assessment (SEA) in Development Cooperation, OECD, Paris.
- ↘ Partidário, Maria do Rosário; Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente; 2007. ISBN 978-972-8577-34-6.
- ↘ Ribeiro, F., Beldade, R., Dix, M. & Bochechas, J. 2007 Carta Piscícola Nacional Direção-Geral dos Recursos Florestais - Fluvialtilis, Lda. Publicação Eletrónica (versão 01/2007).
- ↘ SIAM – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.

Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/94, de 18 de agosto – Aprova o **Plano Diretor Municipal de Marvão**.
- Decreto -lei n.º 74/2008, de 22 de abril e RCM n.º86/2007, de 13 julho – define o modelo de governação do **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** para o período de 2007-2013 e dos respetivos programas operacionais.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro – Aprova a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)**.
- Decreto-Lei n.º 121/1989, de 14 de abril – Aprova o **Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (POPNSSM)**.
- Decreto Regulamenta n.º16-F/2013, de 22 de março – Aprova o **Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 5 (RH5)**, designado PGBH do Tejo.
- Decreto Regulamenta n.º16-G/2013, de 22 de março – Aprova o **Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 7 (RH7)**, designado PGBH do Guadiana.
- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril – Aprova o **Plano Nacional da Água**.
- Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho – Relativo ao sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, prevê os **planos municipais e intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril – Aprovação o PensaAR 2020 uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais.
- Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro (retificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro de 2007) – aprova o **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território**.
- Portaria n.º 1139/2006 de 25 de outubro – Define a estrutura tipo do conteúdo dos **planos municipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 de 20 de agosto -Aprova a **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS)** e o respetivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS).
- Decreto Regulamentar n.º 37/2007, de 3 de abril – Aprova o **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF_AA)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de agosto – Aprova o **Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2004)**.
- Comissão Europeia – Decisão C (2014) 9896, 12 de dezembro de 2014 – Aprova o **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 (PDR 2020)**.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril – Aprova o **Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013 -2015 (PENT)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho - Aprova o **Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008 -2013 (PNAAS)**.
- Despacho conjunto do MADRP e do MAOTDR n.º 8277/2007,09 de maio – Aprova a **Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro - Aprova a **Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril – Aprova a **Estratégia Nacional para a Energia (ENE)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20 de maio – Aprova a **Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética — Portugal Eficiência 2015 (PNAEE)**.
- Portaria n.º 187A/2014, de 17 de setembro – Aprova o **Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)**.
- Decreto-Lei n.º 222/98,17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99,26 de julho, e pelo D.L. n.º 182/2003,16 de agosto - Redefine o **Plano Rodoviário Nacional (PRN)** e cria estradas regionais (PRN-2000).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2006, de 23 de março – Determina a elaboração do **Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo (PROT - Alentejo)**.

Sites consultados:

- <http://www.cm-Marvão.pt/>
- <http://www.apambiente.pt/>
- <http://www.ine.pt/>
- <http://www.patrimoniocultural.pt/>
- <http://www.drapal.min-agricultura.pt/>
- <http://www.valnor.pt/>
- <http://www.adene.pt/>
- Sistema Nacional de Informação de Ambiente – <http://sniamb.apambiente.pt/>
- - Sistema Nacional de Informação Geográfica – <http://snig.igeo.pt/portal/>
- - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos – <http://snirh.pt/>

13. Anexos

- **Anexo I** – Pareceres das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos.
- **Anexo II** – Pareceres das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório Ambiental
- **Anexo III** – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos.

Anexo I – Pareceres das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos.

Parecer do Turismo de Portugal

DIREÇÃO DE QUALIDADE DA OFERTA
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



- A área florestal poderá também ter importância relevante ao nível socioeconómico e turístico da região, sendo igualmente atribuída importância às zonas de caça turísticas. No entanto, é acentuada a importância de proceder ao ordenamento da expansão urbano-turística, tendo em conta a preservação de áreas mais sensíveis;
- Ao nível dos equipamentos, salienta-se o campo de golfe da Ammaia, que, apesar de ter sido executado, não se encontra em funcionamento, existindo ainda indefinição relativamente ao seu futuro. O campo é composto por 18 buracos e 4 lagos, e poderá ser importante para o concelho, especialmente a nível do turismo;
- Os principais recursos turísticos de Marvão são a gastronomia, o património (cidade de Ammaia, Castelo de Marvão, património arqueológico) e a paisagem natural. No entanto, alerta-se para o facto de o concelho apresentar uma fraca estruturação ao nível dos serviços de suporte às atividades turísticas (reduzida informação respeitante a horários, qualificação, falta de recursos humanos e insuficiente sinalética);
- No que respeita à dinâmica social, económica e cultural, destacam-se três núcleos: Marvão (centro administrativo), Portagem (serviços ligados ao turismo) e Santo António das Areias (zona de concentração dos principais equipamentos e serviços);
- É indicada a existência de uma "unidade de alojamento turístico" em São Salvador da Aramenha;
- A nível económico, é referido que se tem recentemente assistido à diminuição da expressão do setor primário e ao aumento do setor terciário. De acordo com o respetivo relatório, esta evolução é consequente de um incremento do setor do turismo, que será uma importante fonte de receitas para o município de Marvão;
- O relatório incidente sobre o património refere que se constatou que parte da economia do concelho de Marvão «(...) assenta no turismo (...), o qual toma-se merecedor de estudos e de valorização.» Apesar de não serem em número significativo os imóveis classificados, o território é pontuado por vários imóveis notáveis, quer de arquitetura religiosa, quer de arquitetura civil. O património arqueológico é igualmente muito vasto (com destaque para as ruínas romanas de Ammaia, monumento nacional) e foi já referida a importância do património natural (o parque natural da serra de São Mamede abrange a totalidade do concelho).

3) Relatório de Fatores Críticos de Decisão (FCD)- Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

Apesar de se ter procedido à análise deste documento, assinala-se que o Turismo de Portugal, I.P. não se encontra elencado, no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06, como entidade com responsabilidades ambientais específicas (ERAE).

O presente relatório contempla uma análise SWOT do concelho de Marvão, tendo-se verificado que o setor do turismo está muito presente na mesma, como se observa no quadro que se apresenta seguidamente.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 5 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 MIF: 506 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com



**DIREÇÃO DE QUALIDADE DA OFERTA
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**


Análise SWOT de Marvão – referências ao setor do turismo			
Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> * Município com fortes recursos turísticos (recursos naturais e paisagísticos); * Potenciadores de turismo de natureza, desportivo, ativo, náutico (na barragem), <i>fouring</i>; * Município com forte dimensão cultural, histórica e tradicional, potenciadora do turismo cultural; * Alojamento rural: várias "unidades turísticas" de casas de campo, alojamento particular, turismo no espaço rural. 	<ul style="list-style-type: none"> * Falta de um trabalho estruturado e organizado, com vista ao desenvolvimento integrado do setor do turismo; * Falta de articulação entre os atores turísticos que intervêm; * Reduzida formação de pessoal no setor do turismo e hotelaria; * Deficiente oferta de alojamento hoteleiro. 	<ul style="list-style-type: none"> * Reestruturação do turismo nacional. Início da atividade das entidades regionais de turismo, com possibilidade, desde o início, de captar atenção e ação desta para o município; * Grande valor histórico de Marvão – Muralhas- Potenciador de turismo cultural; * Reabilitação do campo de golfe Club Golf de Marvão; * Inserção no triângulo turístico Portalegre – Castelo de Vide – Marvão; * Crescimento do turismo de Interior; * Crescente interesse pelo turismo cultural e de natureza; * Ramal de Cáceres com elevado potencial turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> * Concorrência de outras regiões com maior tradição turística; * Perda de vitalidade do meio rural com consequente perda de atrativos turísticos.

Face ao diagnóstico apresentado, são elencadas as seguintes questões estratégicas (QE) inerentes ao processo de revisão do PDM de Marvão: QE1 – Completar e articular as redes de equipamentos e infraestruturas; QE2 – Valorizar o património natural e sociocultural e prevenir os riscos; QE3 – Dinamização da estrutura económica local e o desenvolvimento socioeconómico do concelho; QE4 – Qualificação Territorial e Urbana. O setor do turismo é contemplado nas QRE 2 e 3, no primeiro caso devido às vertentes de turismo de natureza e agroturismo, e no segundo caso por ser potenciado o desenvolvimento do setor do turismo local, com base nos produtos endógenos.

O relatório apresenta o Quadro de Referência Estratégico (QRE), verificando-se a inclusão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

Os fatores ambientais (FA) considerados relevantes para a revisão do PDM de Marvão foram os seguintes: biodiversidade, fauna, flora, património cultural, atmosfera, água, solo, fatores climáticos, paisagem, bens materiais, população e saúde humana.

Da análise da interação entre o QRE, QE e FA, resultaram os FCD: *biodiversidade e conservação da natureza; ordenamento e qualificação do território; desenvolvimento económico e social; qualidade ambiental; património e paisagem; alterações climáticas e riscos naturais; governança*. O único FCD considerado com relação com o PENT foi *desenvolvimento económico e social*.

Para cada um dos FCD enumerados, foram definidos critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores de medida. No quadro seguinte encontram-se referidos os indicadores, objetivos e critérios de cada FCD, que se integram no âmbito do turismo.

DIREÇÃO DE QUALIDADE DA OFERTA
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fontes de informação
Biodiversidade e conservação da natureza	Gestão e conservação da floresta	Estimular o uso variado da floresta	* N.º de unidades de turismo em espaço rural (TER)	N.º	CM de Marvão
Desenvolvimento económico e social	Dinâmica turística	Aumentar / melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística	* N.º de alojamentos turísticos; * Taxas de ocupação hoteleira; * Procura turística (n.º de dormidas) por tipo de equipamento (hoteleiro, TER e natureza); * Intensidade turística	N.º % N.º Dormidas/ (habitantes*dias)	CM de Marvão
		Promover a atratividade turística	* Percursos temáticos implementados * Produtos de qualidade * Eventos com poder de atração * Investimentos concelhios em turismo	N.º N.º N.º €	INE Turismo de Portugal, I.P.
		Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção do turismo	Campanhas de promoção turística produzidas	N.º	
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	Promoção da reabilitação e dinamização de edifícios históricos	Estabelecimento de rotas turísticas em torno do património cultural	N.º	CM de Marvão Turismo de Portugal, I.P.

III. APRECIÇÃO

1) Apreciação global

O parecer solicitado enquadra-se nas competências do Turismo de Portugal, previstas na alínea a) do n.º 2 do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado n.º 228/2009, de 14 de setembro. Os documentos apresentados correspondem aos elementos que acompanham o Plano Diretor Municipal, mencionados nas alíneas a) e c) - este último corresponde ao relatório de fatores críticos de decisão - do n.º 2 do art.º 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09, na sua redação atual), e no n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16/11.

De acordo com o referido nos documentos rececionados para análise, a necessidade de revisão do PDM de Marvão decorreu da evolução das perspetivas de desenvolvimento económico e social, assim como da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O concelho de Marvão integra a área regional de turismo do Alentejo, para a qual o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT – RCM n.º 53/2007, de 04/04) define, como produto estratégico de primeiro nível, o "touring cultural e paisagístico", ganhando também importância os produtos "resorts" e "gastronomia e vinhos". Os elementos analisados não contemplam ainda uma estratégia definida para o concelho de Marvão, sendo que apenas o relatório de FCD apresenta uma análise SWOT, que poderá ser um excelente ponto de partida para a definição desta estratégia.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com



**DIREÇÃO DE QUALIDADE DA OFERTA
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



Dada a importância conferida ao setor do turismo nesta análise, são seguidamente apresentadas as seguintes linhas de orientação, patentes no PENT, e que poderão ser adotadas na estratégia a desenvolver para este setor:

- Qualidade urbana, ambiental e paisagística – estabelecimento de medidas que assegurem a autenticidade arquitetónica dos centros históricos; aumentar zonas pedonais e de esplanadas, espaços verdes; reduzir níveis de ruído;
- Estratégia de produtos – garantir elevados padrões de qualidade nos empreendimentos turísticos; reforçar o *touring*; promover a qualificação de produtos estratégicos;
- Enriquecimento da oferta – desenvolver e inovar conteúdos tradicionais da região; desenvolver e adequar experiências distintas e marcantes ao turista.

O PDM deverá também adotar os critérios do PROTA, no respeitante à implantação de empreendimentos turísticos em solo rural e urbano, conforme explanadas no ponto 1.2) da presente Informação. Aproveita-se para informar que, de acordo com o PROTA, deverá o PDM:

- Definir a intensidade turística máxima efetiva;
- Definir as tipologias de empreendimentos a privilegiar, assim como os respetivos critérios e orientações para a sua localização. Aproveita-se para salientar que, de acordo com a oferta de alojamento existente no concelho, seria interessante promover maior multiplicidade de tipologias (atualmente resumem-se quase só ao TER), de forma a responder a outros segmentos de procura;
- Definir áreas homogéneas de desenvolvimento turístico e respetivas orientações de desenvolvimento setorial;
- Prever a articulação da estratégia local de desenvolvimento turístico com as estratégias setoriais de nível regional e nacional.

Tendo-se constatado que os estudos de caracterização não abordam, em qualquer dos volumes, uma abordagem específica ao setor do turismo, deverá ser incluída a caracterização deste setor. De salientar que os relatórios analisados reconhecem a importância do turismo para o concelho, nomeadamente pela sua significativa beleza paisagística e importantes recursos naturais e patrimoniais, que poderão constituir uma excelente oportunidade para a dinamização e desenvolvimento económico de Marvão. A abordagem ao setor do turismo deverá incluir uma caracterização dos recursos turísticos e da oferta de alojamento turístico do concelho, baseada nos elementos que se remetem em anexo à presente informação. Igualmente deverá ser contemplada uma caracterização do lado da procura, baseada na informação disponível no Instituto Nacional de Estatística.

Para além dos factos expostos, considera-se ainda que existem outras questões a retificar ou ponderar, e que serão melhor explicitadas nos pontos que se seguem.

2) Deverá proceder-se às seguintes retificações:

a) No respeitante especificamente ao relatório de avaliação da execução do PDM

i. Na página 36 (quadro 9), é feita referência ao projeto do complexo de golfe e da "unidade hoteleira" na Portagem.

- A expressão "unidade hoteleira" deverá ser substituída por "estabelecimento hoteleiro";
- Deverá ser esclarecido o respetivo grau de execução do projeto, em particular no respeitante ao estabelecimento hoteleiro. Refere-se que, de acordo com a

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 238 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com



nossa base de dados, não existem, na localidade de Portagem, projetos de arquitetura ou pedidos de informação prévia com parecer favorável deste Instituto (apenas um empreendimento turístico classificado - pensão Sever residencial);

ii. Na página 37, é feita uma referência à política de incremento da oferta turística, por parte do município, sendo dado o exemplo do Centro de Lazer da Portagem. Deverá ser clarificado que este centro é um equipamento de desporto, recreio e lazer, e não um empreendimento turístico;

b) No respeitante ao relatório *Formas e Estruturas de Povoamento (Estudos de Caracterização)*, na página 29, é referida a existência de uma "unidade de alojamento turístico" em São Salvador da Aramenha. De acordo com a base de dados deste Instituto, nesta freguesia estão classificados 12 empreendimentos turísticos (11 TER e uma pensão). A situação deverá ser clarificada, procedendo-se também à substituição da expressão "unidade de alojamentos turísticos" pela identificação da(s) correta(s) tipologia(s) do(s) empreendimento(s) turístico(s);

c) Especificamente no relatório de FCD:

- i. Na tabela 1 (coluna de "Forças"), a expressão "*Alojamento rural: várias unidades turísticas de casas de campo, alojamento particular, turismo no espaço rural*" deverá ser substituída por "*Vários empreendimentos da tipologia TER*". No respeitante ao designado alojamento particular, deverá ser confirmado se os estabelecimentos em questão estão classificados como empreendimentos turísticos ou como alojamento local, devendo assumir uma ou outra designação, consoante o caso;
- ii. Na tabela 1 (coluna de "Fraquezas"), a expressão "*Deficiente oferta de alojamento hoteleiro*" deverá ser substituída pela expressão "*Reduzida oferta de estabelecimentos hoteleiros*";
- iii. Na tabela 1 (coluna de "Oportunidades"), deverá ser clarificada a expressão "*Crescimento do turismo de interior*";
- iv. Na página 26, no respeitante ao QE2, a expressão "agro-turismo" deverá ser substituída por "turismo no espaço rural", que abrange todos os grupos desta tipologia (agroturismo, casas de campo e hotéis rurais);
- v. Na tabela 5.1.1. (FCD1), página 36, no critério *gestão e conservação da natureza*, o indicador "número de unidades de turismo em espaço rural (TER)" deverá ser corrigido para "número de empreendimentos turísticos da tipologia turismo em espaço rural (TER)";
- vi. Na tabela 5.1.3 (FCD3), página 39, no critério *dinâmica turística*, deverão ser corrigidos os seguintes indicadores:
 - "N.º de alojamentos turísticos" – substituir por "n.º de empreendimentos turísticos classificados";
 - "Taxas de ocupação hoteleira" – substituir por "taxas de ocupação dos empreendimentos turísticos" (ou dos hotéis, se se pretender especificar esta tipologia);
 - "Procura turística (n.º de dormidas) por tipo de equipamento (hoteleiro, TER e natureza)" – substituir por "n.º de dormidas por tipologia de empreendimento turístico";

**DIREÇÃO DE QUALIDADE DA OFERTA
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



- Considera-se ainda que deverão também ser incluídos indicadores que permitam aferir a qualidade dos empreendimentos, por exemplo, "n.º de empreendimentos turísticos com categoria superior a 3***".
- vii. Na tabela 7, página 46, no critério "dinâmica turística", deverá ser clarificado o conceito de "intensidade turística" e a respetiva fórmula de cálculo (para o cálculo da intensidade turística, deverá atender-se aos critérios definidos no PROTA);⁶

3) **Alerta-se para o facto de** os estudos de caracterização deverem integrar um relatório completo de enquadramento territorial e estratégico (este enquadramento consta apenas do relatório de FCD);

4) **Sugere-se ainda** que, no relatório de FCD, na tabela 6 (página 34), seja indicada a relação entre o PENT e o FCD *património e paisagem*.

V. CONCLUSÃO

Pelo exposto, propõe-se emitir parecer favorável aos estudos de caracterização e diagnóstico do processo de revisão do PDM de Marvão, **condicionado** à inclusão de uma abordagem específica ao setor do turismo no concelho, com a caracterização dos respetivos recursos turísticos, oferta e procura de alojamento turístico. Esta caracterização deverá servir de base para uma posterior definição da estratégia a adotar, no âmbito do turismo, para o concelho de Marvão, que deverá igualmente seguir as linhas de orientação do PENT. Deverá ainda atender-se às retificações e ponderações mencionadas nos pontos III.2), III.3) e III.4) da presente informação.

À consideração superior,

Lisboa, 22 de maio de 2012


Mariana Manso, Geógr.^a

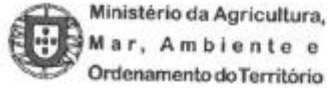
NOTA: Junto se remetem as listagens de empreendimentos turísticos classificados, de pedidos de informação prévia / projetos de arquitetura de empreendimentos turísticos com parecer favorável deste Instituto e o inventário de recursos turísticos.

⁶ O nível máximo de intensidade turística concelhia é efetuado a partir de uma relação ponderada entre o n.º de camas turísticas e o n.º de habitantes, tendo por base o nível máximo atribuído à sub-região que o concelho integra.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com



Parecer da Autoridade florestal Nacional



Ministério da Agricultura,
Mar, Ambiente e
Ordenamento do Território



Autoridade
Florestal
Nacional

Exmo. Senhor
Dr. José F. R. Gaspar
Responsável pelo Serviço Sub Regional da
CCDR Alentejo
Av. Pio XII Lote 8 – 3.º
7300-073 Portalegre

S/ referência
Of.º 2993/2012,
ref.º Of.º Circ. 165-
SSP/2012,
P.º 010.01.05-158

S/ data
12 de Abril de 2012

N/ referência
Ofício n.º 577/12-
EMVMRA/DRFA

N/ data
14 de Junho de 2012

18. JUN 2012

Assunto: PDM de Marvão
Revisão do PDM de Marvão
1.ª Reunião Plenária

1. Em anexo ao ofício acima indicado, a CCDR Alentejo enviou à DRFA um "CD" sobre o Plano Director Municipal de Marvão (PDM M), que por sua vez lhe tinha sido remetido pela Autarquia, solicitando ainda a sua análise e parecer deste Serviço no âmbito da Revisão do PDM e convocando o representante desta Entidade para estar presente no dia 18 de Maio de 2012, pelas 10:30, na Câmara Municipal de Marvão, para a realização da 1.ª Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Marvão

2. Analisados os documentos em suporte informático enviados à Direcção Regional de Florestas do Alentejo, e no âmbito dos factores da competência deste Serviço, considera-se que foram identificadas as questões mais relevantes exigidas legalmente e que deverão ser consideradas no PDM em curso.

Propõe-se ainda o seguinte:

- acrescentar na "Lista de Acrónimos" ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ("Avaliação Ambiental Estratégica", pág. 44 e 48, "Tabela 7 – Indicadores e Fonte de Informação por FCD");
- substituir "Autoridade Florestal Nacional" por "Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas" ("Avaliação Ambiental Estratégica", pág. 4, linha 27.ª e "Caracterização Florestal", pág. 7, 5.ª linha do texto);

SEDE
Av. João Crisóstomo, 25-28 1089-040 LISBOA, Portugal
☎ +351.21 312 4800 ☎ +351.21 312 4980
info@sfn.min-agricultura.pt
www.sfn.min-agricultura.pt

AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

DIRECÇÃO REGIONAL DE FLORESTAS DO ALENTEJO
Rua Tenente Raul Andrade n.º 1
7000-613 Évora
☎ +351.266 737370 ☎ +351.266 737378
geral.drfa@sfn.min-agricultura.pt

NIPC
600083586

1



Ministério da Agricultura,
Mar, Ambiente e
Ordenamento do Território



- substituir sempre que for o caso "Direcção Regional dos Recursos Florestais do Alentejo" por "Direcção Regional de Florestas do Alentejo";
- substituir "Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade" por "Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas" ("Avaliação Ambiental Estratégica", pág. 49, "Tabela 7 – Indicadores e Fonte de Informação por FCD");
- substituir "natural" por "cultural" ("Avaliação Ambiental Estratégica", pág. 30, linha 27.ª);
- substituir "Castelo de Vide" por "Marvão" e acrescentar o texto que falta a seguir a "...possui..." ("Caracterização Física", pág. 12, 1.ª linha do texto); ✓
- rever o "Quadro 1. Características da Albufeira", uma vez que se entende que poderá haver, eventualmente, um lapso nas unidades referidas que serão em ha e não em m2 ("Caracterização Física", pág. 40, linhas 14 e 15 do quadro); ?
- confirmar "3. Costa Vicentina" ("Caracterização Florestal", pág. 24, linha 6); 500000 ✓
- inverter a seta do "Dano Potencial" da "Figura 16. Componentes do Modelo de Risco – Fonte: DGRF-2007" ("Caracterização Florestal", pág. 37). ✓

Com os melhores cumprimentos,

O Director Regional de Florestas do Alentejo

(Eng.º Carlos de Sá Ramalho)

AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

SEDE
Av. João Crisóstomo, 28-28. 1069-040 LISBOA, Portugal
☎ +351.21 312 4800 ☎ +351.21 312 4680
info@afn.min-agricultura.pt
www.afn.min-agricultura.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DE FLORESTAS DO ALENTEJO
Rua Tenente Raül Andradó n.º 1
7000-613 Évora
☎ +351.266 737370 ☎ +351.266 737378
geral.drfa@afn.min-agricultura.pt

NIPC
800003585

2

Anexo II – Pareceres das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório Ambiental

Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo



2. Da conformidade e compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes

Não estando ainda concretizada a recondução dos planos especiais, sectoriais e regionais a programas, de acordo com a distinção regimentar estabelecida pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, com fundamento na diferenciação material entre as intervenções de natureza estratégica da administração central e as intervenções da administração local, de carácter dispositivo e vinculativo dos particulares, de acordo com o previsto no **artigo 200º do DL nº. 80/2015, de 14 de Maio, verifica-se a conformidade da proposta de revisão do PDM de Marvão com os seguintes instrumentos:**

- Com o **Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo**, já objecto de alteração por adaptação na versão do PDM que agora é revisto.
- Com o **Plano Sectorial da Rede Natura 2000**, constante de capítulo próprio do Relatório do Plano.
- Com o **Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede, excepto as desconformidades devidamente identificadas e justificadas** constantes de capítulo próprio do Relatório do Plano referentes ao espaço turístico já constante da Planta de Ordenamento do PDM de Marvão ainda em vigor de 1994 e à expansão da área de actividades económicas de Stº António das Areias.
- Foram **identificados e ponderados os planos e projectos com incidência na área em causa**, bem como **considerados os que se encontram em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações.**

3. Da análise sobre o Relatório Ambiental

De acordo com o parecer da CCDR Alentejo, o Relatório Ambiental mereceu a seguinte análise:

Considera-se que o relatório apresentado explícita e fundamenta, adequadamente, a forma como decorreu o processo de avaliação ambiental estratégica da revisão do plano.

O relatório ambiental analisa e enquadra o contexto de revisão do Plano Diretor Municipal e estabelece os objectivos gerais e as questões estratégicas que ponderaram o diagnóstico e a avaliação do plano em vigor. Estes objectivos são concretizados num conjunto de vectores de intervenção que concretizam a estratégia definida para o Plano, com especial referência para o

Sede:
Av. Eng. Agrupio e Oliveira, 193
7006-518 ESTRELA
Tel: +351 266 740 300
Fax: +351 266 706 562
E-mail: ccdr@alentejo.gov.pt
www.ccdr-a.gov.pt

Serviço Sub-Regional de Regio:
Assento Miguel Bombarda, nº 37
7000-376 BÉJA
Tel: +351 282 913 600
Fax: +351 282 913 619

Serviço Sub-Regional de Portagem:
Av. Pa. XII Lote 6, Pº
7000-376 BÉJA
Tel: +351 282 913 500
Fax: +351 282 908 517

Serviço Sub-Regional de Alentejo:
Bairro Acad. Doutor Pº Melo,
Estrada da ... Pº andar, Apartado 85
7000-099 VILA NOVA DE BARRONDO (SERRA)
Tel: +351 269 799 130
Fax: +351 269 799 138



modelo de ordenamento urbano, o planeamento da ocupação do solo e a salvaguarda e a valorização do património natural e cultural.

O relatório ambiental inclui a informação do relatório de definição de âmbito, nomeadamente, os critérios de identificação e caracterização dos Factores Críticos de Decisão (FCD) e a sua articulação com as questões ambientais e de sustentabilidade, bem como a sua coerência com vista a observar a concordância do proposto pelo PDM com os principais objectivos dos documentos que configuram o quadro de referência estratégica. A selecção do quadro de referência atende aos objectivos e ao diagnóstico do Plano. Identifica as referências com relevância para a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) com o objectivo de avaliar a articulação e o nível de correlação dos objectivos prioritários do com as orientações estratégicas consubstanciadas no Quadro de Referência Estratégico.

São propostos sete factores críticos para a decisão, em coerência com as questões ambientais que decorrem do diploma da AAE e quadro de referência, para os quais são descritos os critérios de análise e os indicadores de avaliação. Estes factores consideram-se adequados e suficientes, de forma a aferir da sustentabilidade do plano em proposta

Embora o relatório refira apenas a ponderação de dois cenários, o acompanhamento do processo de revisão permite identificar que foram efectuadas reuniões várias onde se aferiram e ajustaram propostas, destinadas a articular e compatibilizar os objectivos sectoriais. Pelo que se considera que foram ponderados outros cenários possíveis no âmbito dos objectivos da revisão.

A avaliação dos FCD é descritiva e apresenta um resumo com recurso a análise SWOT, que conclui da adequação do PDM proposto às políticas que enquadram os princípios da sustentabilidade.

O Relatório propõe um programa de monitorização e seguimento que se afigura ajustado e suficiente.

Considera-se que o processo de avaliação ambiental da revisão do PDM de Marvão foi bem estruturado e a análise adequada ao contexto dos objectivos, no que se refere ao escrutínio da sustentabilidade das medidas propostas pelo mesmo. Em conclusão, a CCDR Alentejo emite parecer favorável ao relatório ambiental, nos termos do nº 5, do artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

Sede:
Av. Eng. Agostinho Oliveira, 193
7004-514 EVORA
Telf: +351 266 740 300
Fax: +351 266 708 582
E-mail: geral@ccdr-alentejo.gov.pt
www.ccdr-alentejo.gov.pt

Serviço Sub-Regional do Bejo
Avenida Miguel Fernandes, nº 37
7000-396 BEJA
Telf: +351 282 313 000
Fax: +351 282 313 019

Serviço Sub-Regional do Portalegre
Av. Pa. XII Lote 6, Pº
7000-075 PORTALEGRE
Telf: +351 242 333 320
Fax: +351 242 308 517

Serviço Sub-Regional do Litoral
Rua do Arco, Parque 1º Maio,
Colégio de S. M., 1º andar, Apartado 25
7000-099 VILA REAL/Á. DE ALGARVE ANDARA
Telf: +351 289 799 100
Fax: +351 289 799 108

Parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas



orientações de gestão preconizadas para os diferentes espaços agrícolas e respetivas subcategorias. Peca por não haver uma correspondência direta com os Artigos do regulamento do PDMM. De um modo geral concorda-se com a interpretação efetuada.

Quanto à conformidade com o POPNSSM, o relatório deveria incluir a forma de integração das disposições do POAP que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo, em virtude da sua incidência urbanística, no PDMM, com indicação das normas a transpor e a respetiva correspondência no regulamento do PDMM.

Mas tal não é efetuado. É apresentado apenas a correspondência entre as classes e subcategorias de espaço e os níveis de proteção do POPNSSM e depois é remetido para uma tabela - Matriz de atividades, interditas ou admitidas/condicionadas, de acordo com o nível de proteção - que corresponde ao Anexo I do Regulamento do POPNSSM.

O problema agrava-se porque nem todas as atividades que constam do Anexo I têm repercussão no Regulamento do PDMM. Assim, não é possível fazer a correspondência entre as disposições do POPNSSM e do PDMM, nomeadamente o regime de edificabilidade. O Relatório deveria também fazer referência à forma como a Planta de Síntese do POPNSSM foi transposta para o PDMM e demonstrada a sua boa execução.

Relembra-se que a conformidade entre os dois planos ao nível dos regulamentos e das respetivas plantas é uma obrigatoriedade no âmbito da transposição do POAP para o PDM, prevista no artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - LBGPPSOTU) e no artigo 198.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 15 de maio.

Face ao disposto não estão reunidas as condições para aprovação do relatório de conformidade.

10. Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental

A síntese da avaliação ambiental estratégica para os FCD, Biodiversidade e Conservação da Natureza, Ordenamento e Qualificação do Território, Património e Paisagem, no que concerne à tendência de evolução com ou sem plano, encontra-se fundamentado sendo mais favorável com plano do que sem aprovação do plano. As directrizes de seguimento são adequadas para cada um dos FCD: Áreas Classificadas, Diversidade de Espécies, Conservação da Natureza e Gestão e Conservação da Floresta.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo
Rua Augusto César de Oliveira Tavares, n.º23, R/c
7300-126 PORTALEGRE

TEL + 351 245 309 189 FAX + 351 245 309 188
E-MAIL PNSSM@ic.nf.pt
www.icnf.pt

12/13

Pedro Azenha Rocha
Diretor do Departamento da Conservação
da Natureza e Florestas do Alentejo



Os indicadores de monitorização para o FCD Biodiversidade e conservação da natureza são adequados e o quadro de governança para a ação atribui ações a realizar dentro das competências do ICNF.

11. Apreciação

Face ao exposto, conclui-se que existem aspetos a complementar com mais informação, a modificar e a melhorar, nomeadamente no que diz respeito às opções que constam do plano e que de alguma forma não são conformes com o POPNSSM.

O Relatório de Conformidade no que diz respeito ao POPNSSM não contém a informação necessária para a sua aprovação.

E, sobretudo, a proposta de Regulamento do PDMM não é eficaz na transposição do POPNSSM, nos aspetos que dizem respeito ao regime de edificabilidade.

Face ao exposto, a nossa apreciação à proposta apresentada é desfavorável na ausência dos esclarecimentos e retificação dos aspetos identificados no presente parecer.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo


Pedro Azerha Rocha

(Nos termos da Deliberação nº. 2030/2014, publicada no DR, 2ª Série, nº. 217 de 10 de Novembro de 2014 e no Despacho n.º 3283/2015, publicado no DR, 2ª Série, n.º 63 de 31 de Março)

Em anexo:

- 18 figuras

Parecer da Autoridade Nacional de Proteção Civil



V. REF.
V. DATA
N. REF. OF/20509/CDOSI 2/2016
N. DATA 2016-07-20

Ex.mo Senhor
CCDRA - Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Alentejo
Av. Engº Arantes e Oliveira, nº 193
7004-514 Évora

ASSUNTO Revisão do PDM de Marvão

Na sequência da convocatória dirigida pela CCDR Alentejo a esta ANPC – CDOS de Portalegre para a última reunião plenária da Comissão de Acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão, foram analisados os documentos que constituem a proposta de plano.

Tendo em conta que, do ponto de vista das competências desta ANPC, não se registaram alterações significativas de conteúdo face à versão anterior da proposta de plano reitera-se o parecer favorável à presente proposta de plano.

No que diz respeito ao Relatório Ambiental – Avaliação Ambiental Estratégica, nomeadamente no capítulo 6.5.2. Situação existente e análise tendencial, deverá ser corrigida a designação para Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Marvão bem como a data em que o mesmo foi aprovado, 28 de abril de 2016.

Ainda no Relatório Ambiental é feita referência à Diretiva Operacional n.º 1/ANPC/2007, devendo ser actualizada para a Diretiva Operacional Nacional n.º 1/2010 da ANPC – DIOPS.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante Operacional Distrital

Luis Belo Costa

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL
COMANDO DISTRICTAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE PORTALEGRE
Rua Comendador José Maria Cail, n.º 9 - Zona Industrial de Portalegre
7360-036 Portalegre - Portugal
T: 351 245 337 340 | www.pncd.pt

1/1

Parecer da Águas de Lisboa e Vale do Tejo



Última Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento

Plano Diretor Municipal de Marvão

Notas a incluir na Ata – LVT Águas de Lisboa e Vale do Tejo

- A Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) é a atual entidade responsável pela gestão e exploração das infraestruturas da antiga AdNA, ao abrigo do Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio, competindo à EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. a gestão delegada desta empresa, de acordo com o disposto no referido Diploma.
- Na Planta de Condicionantes, as infraestruturas de abastecimento de água da LVT aparecem com legenda referente a saneamento, e não estão diferenciadas na Rede Municipal.
- No regulamento são referidas servidões que não incidem na totalidade dos ativos da LVT.
- Tendo em consideração a importância destas infraestruturas na dinâmica do concelho de Marvão e consequentemente na sua população, é nosso entendimento que a salvaguarda destes sistemas de abastecimento e saneamento será reforçada de forma mais eficaz, com a definição de uma faixa de proteção.
- Assim, com o intuito de garantir a integridade destas infraestruturas, propomos a inclusão de capítulo específico no Regulamento para a LVT, definindo uma faixa de proteção com 5 metros de largura (2,5 m para cada um dos lados do eixo das condutas ou interceptores), onde qualquer interferência/intervenção terá de ser submetida a parecer da EPAL/LVT para definição da solução mais adequada à salvaguarda e proteção das infraestruturas em causa.
- A definição desta faixa não dispensa a consulta à LVT, em outras situações não abrangidas, que claramente coloquem em risco as suas infraestruturas.

Relativamente ao Relatório Ambiental, a EPAL e LVT nada têm a objetar.

No que se refere à Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão, a EPAL e LVT emitem Parecer Favorável Condicionado, tendo presente a necessidade de correção da Planta de Condicionantes e da integração de capítulo específico para a LVT, nos moldes referidos.

**Anexo II – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos
Objetivos Estratégicos**

Tabela 1 – Objetivos Estratégicos do Portugal 2020

Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020 de julho de 2014
Portugal 2020 estrutura as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover, no nosso país, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.
Objetivos
<p>O Portugal 2020 apresenta os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação • Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; • Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP) ; • Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores; • Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; • Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; • Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; • Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; • Promover a inclusão social e combater a pobreza; • Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; • Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.

Tabela 2 - Objetivos estratégicos do PNPOT

Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT) - Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 103-A/2007
O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.
Objetivos Estratégicos
<p>O PNPOT apresenta os seguintes objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos; 2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global; 3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; 4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; 5. Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública; 6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Tabela 3 – Objetivos principais da ENDS

Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) - RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.
Objetivos principais
A ENDS apresenta os seguintes objetivos:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento; 2. Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro; 3. Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural; 4. Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida; 5. Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual; 6. Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global.

Tabela 4 - Objetivos gerais e opções estratégicas do ENCNB

Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) - RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, de 31 de outubro
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) é um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.
Objetivos Gerais e Opções estratégicas
A ENCNB é um documento centrado em três objetivos gerais :
<ul style="list-style-type: none"> • Conservar a natureza incluindo os elementos notáveis da geologia geomorfologia e paleontologia; • Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; • Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica.
Para a concretização dos objetivos acima expostos a ENCNB formula dez opções estratégicas :
<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas; 2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas; 3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; 4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integradas no processo da Rede Natura 2000; 5. Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i>, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico; 6. Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais; 7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local; 8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade; 9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;

10. Intensificar a cooperação internacional.

Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE) - RCM n.º 29/2010, de 15 de abril

A estratégia para o setor energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País, assim o governo estabelece uma Estratégia Nacional para a Energia com o horizonte de 2020

Objetivos

Principais Objetivos:

- Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia;
- Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do setor da energia quer as demais do tecido produtivo nacional;
- Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.

Tabela 5 – Objetivos principais da ENE

Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE) - RCM n.º 29/2010, de 15 de abril

A estratégia para o setor energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País, assim o governo estabelece uma Estratégia Nacional para a Energia com o horizonte de 2020

Objetivos

Principais Objetivos:

- Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia;
- Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do setor da energia quer as demais do tecido produtivo nacional;
- Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.

Tabela 6 - Objetivos Estratégicos do PNAC

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) - RCM nº 104/2006, 21 de agosto

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.

Objetivos

O PNAC 2006 pretende:

- Adotar uma resposta nacional positiva e construtiva face aos compromissos nacionais de redução de emissões de GEE, promovendo medidas e instrumentos integrados, coerentes e eficientes, que salvaguarde, reforce outros objetivos de política ambiental e sectorial e a competitividade da economia portuguesa
- Aplicar o princípio do poluidor-pagador/utilizador-pagador
- Envolver o conjunto de setores e agentes económicos no esforço nacional de redução de emissões de GEE
- Adotar uma perspetiva de médio-longo prazo, atendendo, inclusivamente, aos objetivos para além do primeiro período de cumprimento

Tabela 7 – Objetivos Estratégicos do PNAEE

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) (2008 -2015) – RCM 80/2008, 20 de maio
O Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética é um plano de ação agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética.
Objetivos
<p>O PNAEE é um plano de ação para a eficiência energética, estabelecendo como meta a alcançar até 2015 a implementação de medidas de melhoria de eficiência energética equivalentes a 10 % do consumo final de energia, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos.</p> <p>O PNAEE abrange quatro áreas específicas, objeto de orientações de cariz predominantemente tecnológico: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria e Estado. Adicionalmente, estabelece três áreas transversais de atuação — Comportamentos, Fiscalidade, Incentivos e Financiamentos — sobre as quais incidiram análises e orientações complementares.</p> <p>Áreas de Transportes – objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes. ✓ Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros. ✓ Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários. <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 20% o parque de veículos ligeiros com mais de 10 anos. • Reduzir em mais de 20% as emissões médias de CO2 dos veículos novos vendidos anualmente (143g/km em 2005 para 110g/km). • 20% do parque automóvel com equipamentos de monitorização (computador de bordo, GPS, cruise control ou verificação automática de pneus) . • Criação de plataforma inovadora de gestão de tráfego com rotas otimizadas por GPS. • Criação de planos de mobilidade urbana para capitais de distrito e centros empresariais com mais de 500 trabalhadores. • Transferência modal de 5% do transporte individual para coletivo. • 20% do comércio internacional de mercadorias transferido do modo rodoviário para marítimo. <p>Área Residencial e Serviços – objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Tornar o parque atual de equipamentos domésticos (eletrodomésticos e iluminação) mais eficiente quer por via da substituição direta quer através do desincentivo à compra de novos equipamentos com performances energéticas significativamente inferiores às melhores práticas já existentes no mercado, quer por via do estímulo a uma mudança de comportamentos na aquisição e no consumo de energia. ✓ Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética. ✓ Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de micro-geração e de aquecimento solar. <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa de incentivo à reabilitação urbana sustentável, com o objetivo de ter 1 em cada 15 lares com classe energética otimizada (superior ou igual a B-). • Programa de renovação de 1 milhão de grandes eletrodomésticos. • Substituição de 5 milhões de lâmpadas por CFL.

- Benefícios no licenciamento à construção eficiente (majoração da área de construção).
- 75 mil lares electroprodutores (165MW potência instalada).
- • 1 em cada 15 edifícios com Água Quente Solar.

Área de Indústria – objetivos:

- ✓ Promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamento.

Metas:

- Redução de 8% do consumo energético da indústria transformadora.
- Criação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia com alargamento às médias empresas (> 500 tep) e incentivos à implementação das medidas identificadas.

Área Estado – objetivos:

- ✓ O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Setor Estatal a um ritmo superior ao definido como objetivo geral na diretiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração de comportamentos de consumo.

Metas:

- Certificação energética de todos os edifícios do Estado.
- 20% dos edifícios do Estado com classe igual ou superior a B-.
- 20% da frota de veículos do Estado com emissões de CO2 inferiores a 110 g/km.
- Phase-out da iluminação pública ineficiente.
- 20% da semaforização de trânsito com iluminação eficiente (LED).

Comportamentos – objetivos:

- ✓ Programa orientado para duas vertentes: em primeiro lugar para a divulgação e informação sobre tecnologias de vanguarda e em segundo lugar para a evidência dos casos de excelência como forma de aumentar a consciencialização para a temática da eficiência energética e de incentivar os diferentes agentes (principalmente os de carácter mais dispersos e difíceis de abranger em regimes obrigatórios) a seguirem o exemplo por via da “competição” entre pares.

Medidas:

- Lançamento do “Prémio Mais Eficiência” para premiar a excelência ao nível das várias vertentes (ex. empresas, edifícios, escolas, entre outros).
- Conceito “Mais Eficiência Energética”: “selo”/credenciação para identificar boas práticas em cinco vertentes: Casa, Autarquia, Empresa, Escola e Equipamentos.
- Aumento da consciencialização para a eficiência energética e mudança de comportamentos através de campanhas de comunicação e sensibilização.

Fiscalidade – objetivos:

- ✓ Utilização de ferramentas fiscais (taxas, abatimentos ao rendimento, benefícios e incentivos) que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes e que ao mesmo tempo desincentivem a aquisição de equipamentos menos eficientes face às melhores alternativas já existentes no mercado de forma corrente.

Medidas:

- Novo regime de tributação automóvel e fiscalidade sobre os combustíveis industriais.
- Regime de amortizações aceleradas para equipamentos e viaturas eficientes.
- Incentivos fiscais à microprodução e alinhamento progressivo da fiscalidade com o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (ex. benefício em IRS a habitações classe A/A+).

Incentivos e financiamento – Medidas:

- Incentivo à eficiência no consumo elétrico - incentivo aos clientes de maior consumo por contrapartida de prémio aos de menor consumo e do Fundo de Eficiência Energética.
- Cheque eficiência: Prémio equivalente a 10% ou 20% dos gastos em eletricidade durante 2 anos em caso de redução verificada de 10% ou 20% do consumo de eletricidade.
- Crédito bonificado: €250M/ano para investimentos em eficiência (enfoque reabilitação urbana).
- Dinamização de Empresas de Serviços de Energia através de incentivos à sua criação (QREN), concursos para auditorias no Estado e regulamentação do “Contrato Eficiência”.

Tabela 8 – Linhas de Orientação do PNA

Plano Nacional da Água (PNA) - DL nº 112/2002, de 17 de abril
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de fevereiro (revogado pelo Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro).
Linhas de orientação
O estabelecido no PNA segue as seguintes linhas de orientação: <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas; • Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados; • Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país; • Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português; • Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.

Tabela 9 – Objetivos Estratégicos do PNAAS

Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) - - RCM n.º 91/2008, de 4 de junho
O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007–2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.
Objetivos
No horizonte referido, são objetivos do plano: <ul style="list-style-type: none"> • Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos; • Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais; • Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco; • Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

Tabela 10 - Objetivos Estratégicos do PENT

Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) - RCM n.º 24/2013, de 16 de abril
O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.
Objetivos Estratégico
Os objetivos estratégicos do PENT (2013-2015): <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação; • Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista • Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística • Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.

Tabela 11 - Objetivos Estratégicos do PNUEA

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012- 2020 (PNUEA) - versão provisória para consulta pública junho 2012
O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.
Objetivos estratégicos
O PNUEA assenta nos seguintes objetivos estratégicos: <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos; • Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água; • Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação; • Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva); • Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas; • Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA. <p>Objetivo estratégico Setor urbano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento <p>Objetivos estratégicos Setor agrícola:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e das dotações brutas de rega • Aumento da eficiência global dos sistemas de rega através da melhoria da qualidade dos projetos (captação, exploração, rega, etc.); • Aumento da eficiência global dos sistemas de rega através da redução das perdas na aplicação de água ao solo (introdução de sistemas de aviso e agrometeorológicos, reconversão dos métodos de rega, com automatização e adequação de procedimentos na rega por gravidade, aspersão e localizada, etc.). <p>Objetivos estratégicos Setor industrial:</p>

- Otimização do uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre esta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP);
- Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais, conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP.

Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir até 2020, uma eficiência de utilização da água de 80%.

Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.

- **Meta no consumo industrial** - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.

Tabela 12 - Objetivos Estratégicos do PEND Rural 2020

Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014 -2020 (PDR 2020) - Comissão Europeia – Decisão C (2014) 9896, 12 de dezembro de 2014
O Programa Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN DR) define a Estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural.
Objetivos Estratégicos
Definem-se três objetivos estratégicos :
<ul style="list-style-type: none"> • O aumento do valor acrescentado do setor agroflorestal; • Contribuir para o equilíbrio da balança comercial; • Assegurar condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos, nomeadamente através de uma utilização mais eficiente dos mesmos, assegurando a sua proteção, e a dinamização económica e social do espaço rural.

Tabela 13 - Objetivos Estratégicos do PEAASAR 2020

PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais - Despacho n.º 4385/2015 de 30 de abril.
O PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais, estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2014-2020.
Objetivos estratégicos
Estão definidos 5 objetivos estratégicos, também designados por Eixos, que sustentam a visão para o setor:
<ul style="list-style-type: none"> • Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água • Melhoria da qualidade dos serviços prestados • Otimização e gestão eficiente dos recursos • Sustentabilidade económico-financeira e social • Condições básicas e transversais

Tabela 14 – Objetivos do PERSU 2020

Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020) - Portaria nº 187-A/2014, de 17 de setembro
<p>O PERSU 2020 estabelece assim a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de RU, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria. A sua implementação deverá permitir atingir níveis ambiciosos de reciclagem e preparação para a reutilização de resíduos em Portugal Continental, destacando -se as seguintes metas globais estabelecidas para 2020:</p>
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos urbanos (RU); • Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis; • Redução da deposição de RU em aterro; • Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU; • Reforço dos instrumentos económico-financeiros; • Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor; • Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor; • Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.

Tabela 15 - Objetivos Estratégicos do ENEAPAI

Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) – Despacho conjunto do MADRP e do MAOTDR n.º 8277/2007,09 de maio
<p>A ENEAPAI surge como um instrumento da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e do Plano Nacional da Água. Este Plano tem como objetivo definir a estratégia para implementação de um novo modelo institucional, de gestão e técnico, que seja uma alternativa sustentável para o tratamento de efluentes produzidos por estes setores (bovinicultura, suinicultura, avicultura, matadouros, lagares, queijarias e adegas).</p>
Linhas de Orientação e Objetivos estratégicos
<p>Segundo a ENEAPAI “ É comumente aceite que a decisão sobre a definição de soluções de valorização e de tratamento se deverá basear na escolha da tecnologia económica e ambientalmente mais adequada. Neste enquadramento não é despreciando o facto de que, além de se aplicar o princípio do utilizador-pagador, dever-se-ão também criar as condições desejadas para que em termos globais determinadas regiões criem e possam usufruir de soluções de valorização e de tratamento o mais integradas e adequadas possível à sua realidade. A evidência da complexidade e das características associadas à problemática do tratamento dos efluentes destas atividades justifica a precaução na escolha das soluções técnicas e económicas e do modelo de gestão associado”. Assim sendo, as soluções a desenvolver deverão assentar nas seguintes orientações:</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Adotar um modelo institucional para a conceção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas; • Adotar soluções coletivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada; • Aplicar uma tarifa de tratamento ao utilizador o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, refletindo um modelo de gestão e exploração otimizado; • Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos setores económicos.

Tabela 16 - Objetivos Estratégicos do PEPs

Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos (PEPS)
A Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.
Objetivos
São propostos como objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que: <ul style="list-style-type: none"> ✓ o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos, e ✓ o solo funciona como sumidouro / recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte. • Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo.

Tabela 17 – Linhas de ação estratégicas da PRN 2000

Plano Rodoviário Nacional (PRN - 2000) – D.L. n.º 222/98,17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99,26 de julho, e pelo D.L. n.º 182/2003,16 de agosto
O atual Plano Rodoviário Nacional define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.
A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.
Objetivos
O PRN – 2000 tem como principais objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede. • Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País. • Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais. • Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

Tabela 18 – Objetivos estratégicos da PETI3+

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) – RCM n.º 61-A/2015, de 20 de agosto
O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste setor, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.
Objetivos
O PET3+ tem como principais objetivos estratégicos:
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego • Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses. • Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país.

Estes mantêm a sua pertinência e atualidade, sendo contudo propostos novos Objetivos Estratégicos para o período 2014-2020, visando “um equilíbrio entre um esforço de promoção do crescimento, um esforço reformista e de promoção da sustentabilidade do sistema de transportes e um esforço de coesão social e territorial”:

A. CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO, APOIANDO AS EMPRESAS PORTUGUESAS E A CRIAÇÃO DE EMPREGO:

- 1. Reduzir os custos de contexto que incidem sobre as exportações Portuguesas por via do aumento da competitividade e eficiência do setor dos transportes;
- 2. Promover a maior integração de Portugal no espaço económico europeu, designadamente através do gradual desenvolvimento da RTE-T;
- 3. Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do setor do turismo nacional e promover a melhoria das condições de acolhimento e da qualidade do serviço e informação ao público nos transportes, contribuindo para o grau de satisfação dos passageiros, em particular dos turistas;
- 4. Alavancar as vantagens competitivas de Portugal decorrentes do seu posicionamento geoestratégico, na interceção de grandes corredores internacionais marítimos e aéreos;
- 5. Promover o aumento da concorrência entre os operadores nos segmentos de mercadorias e passageiros.

B. ASSEGURAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR DOS TRANSPORTES E A SUA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA OS CONTRIBUINTES PORTUGUESES:

- 1. Prosseguir o esforço de reformas estruturais;
- 2. Consolidar a sustentabilidade financeira presente e futura do setor, aliviando o peso das responsabilidades transferidas para as futuras gerações;
- 3. Focar a intervenção direta do Estado nas áreas que constituem o seu verdadeiro papel, promovendo a participação da iniciativa privada nas áreas em que oferece maior eficiência e valor acrescentado na prossecução dos objetivos da política de transportes.

C. PROMOVER A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL, ASSEGURANDO A MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS E BENS, EM TODO O PAÍS:

- 1. Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada;
- 2. Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial;
- 3. Reorganizar e fortalecer o papel da regulação no setor dos transportes;
- 4. Assegurar uma clara, racional e equilibrada alocação de competências na planificação, organização e financiamento do sistema de transportes.

Tabela 19 – Linhas de ação estratégicas da ENF

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) - RCM n.º 6-B/2015 de 4 de fevereiro de 2015
A concretização da estratégia para as florestas através do reconhecimento pelo Governo de que as florestas representam uma prioridade nacional e de que o setor florestal é estratégico para o desenvolvimento do País
Linhas de ação estratégicas
<ul style="list-style-type: none"> • Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; • Especialização do território; • Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável; • Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos; • Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; • Racionalização e simplificação dos instrumentos de política de forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.

Tabela 20 – Objetivos do PNACE

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego (PNACE)
<p>O Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 é um programa integrado e pragmático que Portugal vai desenvolver no contexto da União Europeia, face aos desafios colocados pela economia e pela sociedade globalizada em que tem que competir e se quer afirmar.</p>
Desafios
<p>Os desafios são:</p> <p>Reforçar a credibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar as contas públicas e, no horizonte de 2008, reduzir o défice público do País para 2,6% do PIB. • Garantir a Sustentabilidade do Sistema de Proteção Social e Modernizar o Sistema de Saúde. • Melhorar a governação, reestruturar e qualificar a Administração Pública. <p>Apostar na confiança para o crescimento económico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o crescimento económico, atingir uma taxa de crescimento anual do PIB de 2,4% 10. Retomar um processo de convergência real com os níveis médios de rendimento da União Europeia. • Reorientar a aplicação dos recursos públicos dando prioridade aos investimentos indutores de crescimento e criadores de emprego. • Estimular o investimento em setores chave, reestruturar o capital de risco, atrair o investimento privado, apoiar a modernização do tecido empresarial. • Melhorar a eficiência dos mercados. Reforçar a função reguladora e fiscalizadora do Estado, em particular a regulamentação dos serviços, garantindo condições de livre concorrência e acesso a “inputs” produtivos em condições mais favoráveis. • Aumentar a qualidade dos serviços públicos para as empresas e cidadãos. Criar um ambiente de negócios mais atrativo para a iniciativa privada. Melhorar o contexto jurídico, agilizar o sistema de justiça, simplificar, desburocratizar, desmaterializar. <p>Assumir os desafios da competitividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa numa ótica de aprendizagem ao longo da vida. • Adaptar os sistemas de educação e formação às necessidades de criação de novas competências. • Promover o uso e disseminar o acesso às tecnologias da informação de forma inclusiva. • Aumentar o número de investigadores. Incrementar o investimento e a qualidade da investigação e desenvolvimento público e privado. Promover a incorporação dos resultados de I&D nos processos produtivos, triplicar o investimento privado em investigação e desenvolvimento. • Promover o emprego qualificado. • Promover a inovação, o empreendedorismo e a internacionalização. Reforçar a capacidade de criação de valor nas empresas. <p>Reforçar o Emprego e a Coesão Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação de emprego, atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, atingir uma taxa de emprego global de 69%. • Prevenir e combater o desemprego, nomeadamente de jovens e de longa duração. • Gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial. • Promover a qualidade do trabalho e a flexibilidade com segurança no emprego, num quadro de reforço do diálogo e concertação social. Promover a concertação estratégica no domínio das relações laborais e das grandes opções de desenvolvimento do País. • Desenvolver o caráter inclusivo do mercado de trabalho e melhorar os sistemas de proteção e inclusão social. • Promover a igualdade de oportunidades para todos, a reabilitação e a reinserção, a conciliação entre a vida social e profissional, a igualdade de género e o envelhecimento ativo.

Reforçar a coesão territorial e ambiental como fatores de competitividade e desenvolvimento sustentável:

- Promover um uso mais sustentável dos recursos naturais e reduzir os impactos ambientais.
- Promover a eficiência energética.
- Melhorar o ordenamento do território e a eficiência dos instrumentos de ordenamento.
- Promover um sistema urbano policêntrico e a crescente integração das cidades e do país em espaços supranacionais.
- Melhorar a mobilidade dos transportes e aproveitar as oportunidades de exploração da logística.

Tabela 21 - Objetivos Estratégicos do PACLIP**Plano de Ação para a Conservação do Lince-i bérico (*Lynx pardinus*) em Portugal (PACLIP) – Despacho 12697/2008, 6 de maio**

O Plano de Ação visa contribuir para a recuperação das populações portuguesas de lince-ibérico, assegurando a viabilidade da espécie no contexto ibérico, enquanto elemento fundamental dos ecossistemas mediterrânicos

Objetivos

São propostos como objetivos:

- 1 — Conservar os habitats favoráveis à espécie e ao coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), mantendo e recuperando áreas destinadas a futuras ações de reforço populacional e reintrodução.
- 2 — Contribuir para o incremento das populações de coelho-bravo, através da realização de práticas de gestão adequadas e integradas nas atuações da Comissão Permanente de Recuperação das Populações de Coelho-bravo (PRECOB).
- 3 — Minimizar as causas não naturais de mortalidade.
- 4 — Contribuir para o cumprimento dos objetivos do programa ibérico de reprodução em cativeiro através da implementação de um centro exclusivo para este fim em Portugal.
- 5 — Aumentar a consciência social sobre a problemática da conservação do lince.
- 6 — Estabelecer um sistema contínuo de monitorização e de vigilância populacional de lince em Portugal.

Tabela 22 - Objetivos Estratégicos do PGBH Rio Tejo**Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Tejo (PGBH Rio Tejo) - RCM n.º 16-F/2013, 22 de Março**

Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica (PGBH) é um plano sectorial que estabelece medidas base, suplementares e complementares, que devem ser implementadas por diversas entidades entre as quais as câmaras municipais quer como entidades responsáveis quer em cooperação com outras. Estas medidas poderão ter reflexos no ordenamento do território à escala municipal.

Objetivos Estratégicos

Objetivos Estratégicos do PGBH Tejo:

Área Temática 1: Quadro institucional e normativo

Promover a racionalização, otimização e harmonização da intervenção do quadro institucional em matéria de recursos hídricos da região, criando condições para o cumprimento integral do normativo nacional e comunitário, para uma repartição de esforços entre os diferentes setores utilizadores.

Área Temática 2: Quantidade de água

Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas.

Área Temática 3: Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico

Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental.

Área Temática 4: Qualidade da água

Promover o bom estado das MA através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos.

Área Temática 5: Monitorização, investigação e conhecimento

Promover o aumento do conhecimento sobre os recursos hídricos da região, suportado pela monitorização do estado quantitativo e qualitativo das MA e na investigação aplicada às matérias relacionadas.

Área Temática 6: Comunicação e governança

Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no setor da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região.

Área Temática 7: Quadro económico e financeiro

Promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos.

Tabela 23 - Objetivos Estratégicos do PGBH Rio Guadiana

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Tejo (PBGH Rio Guadiana) - RCM n.º 16-G/2013, 22 de Março
<p>Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica (PGBH) é um plano sectorial que estabelece medidas base, suplementares e complementares, que devem ser implementadas por diversas entidades entre as quais as câmaras municipais quer como entidades responsáveis quer em cooperação com outras. Estas medidas poderão ter reflexos no ordenamento do território à escala municipal.</p>
Objetivos Estratégicos
<p>Objetivos Estratégicos do PGBH Rio Guadiana:</p> <p>Área Temática 1: Quadro institucional e normativo</p> <p>Promover a racionalização, otimização e harmonização da intervenção do quadro institucional em matéria de recursos hídricos da região, criando condições para o cumprimento integral do normativo nacional e comunitário, para uma repartição de esforços entre os diferentes setores utilizadores.</p> <p>Área Temática 2: Quantidade de água</p> <p>Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas.</p> <p>Área Temática 3: Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico</p> <p>Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental.</p> <p>Área Temática 4: Qualidade da água</p> <p>Promover o bom estado das MA através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos.</p> <p>Área Temática 5: Monitorização, investigação e conhecimento</p> <p>Promover o aumento do conhecimento sobre os recursos hídricos da região, suportado pela monitorização do estado quantitativo e qualitativo das MA e na investigação aplicada às matérias relacionadas.</p> <p>Área Temática 6: Comunicação e governança</p> <p>Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no setor da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região.</p> <p>Área Temática 7: Quadro económico e financeiro</p> <p>Promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos.</p>

Tabela 24 – Princípios orientadores e Objetivos do PROF_AA

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF_AA) - D.R. n.º 37/2007, 19 de outubro
O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.
Princípios orientadores e objetivos gerais
Obedece aos seguintes princípios orientadores:
<ul style="list-style-type: none"> a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais; b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais; c) Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região; d) Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável; e) Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade; f) Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições; g) Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.
No sentido de promover os princípios que o norteiam, determina os seguintes objetivos gerais:
<ul style="list-style-type: none"> • Otimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades; • Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas; • Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais.
Sub-região homogénea Serra de São Mamede:
<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a gestão dos espaços florestais aos objetivos de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados; • Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão, nomeadamente nas zonas incluídas nas vertentes das Ribeiras de Arronches e Soverete; • Controlar e mitigar os processos associados à desertificação; • Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico.

Tabela 25 - Objetivos Estratégicos do PSRN 2000

Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) - RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho
A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.
Objetivos
São propostos como objetivos:
Estabelecer orientações para a gestão territorial das zonas de proteção especial (ZPE) criadas pelo Decreto-Lei nº 280/94, de 5 de novembro, e Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de setembro, e dos sítios da Lista Nacional de Sítios, aprovada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto, e 76/2000, de 5 de julho, integradas no processo da Rede Natura 2000;
Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo de Rede Natura 2000, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.
Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos sítios da Lista Nacional de

Sítios nas ZPE.

Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação.

Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies constantes dos anexos ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger.

Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores.

Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril.

Especificamente para o sítio de São Mamede (PTCON007), pretende-se favorecer a existência de um mosaico equilibrado entre os habitats naturais e seminaturais, e os espaços agrossilvo-pastoris, mantendo e promovendo as atividades agropastoris tradicionais. Neste sentido, torna-se necessário:

- Proteger os carvalhais de carvalho-negral;
- Reconverter algumas manchas florestais de modo a restabelecer povoamentos de folhosas autóctones ou promover os povoamentos mistos;
- Incentivar a manutenção dos montados de uso múltiplo;
- Gerir a floresta de forma a reduzir o risco de incêndio;
- Pretende-se também promover um sistema de pastoreio compatível com a conservação dos habitats (favorecendo a regeneração natural) e incrementar uma utilização mais racional de adubos e fitofármacos;
- A conservação das linhas de água afigura-se também como um eixo de atuação importante, sendo necessário conservar e recuperar os bosques ripícolas, (impedindo a sua artificialização e poluição) e ainda condicionar a captação de água.
- No que diz respeito aos morcegos torna-se fundamental assegurar a proteção do abrigo existente, através de medidas de gestão ativa e de condicionamento ao acesso da gruta.
- Importa igualmente ordenar a atividade cinegética e a expansão urbano-turística, tendo em conta a preservação de áreas mais sensíveis.

Tabela 26 – Objetivos gerais do POAA

Plano de Ordenamento da Albufeira de Apartadura (POAPM) - RCM n.º 188/2003, 15 de dezembro
O Plano de Ordenamento da Albufeira de Apartadura é um plano especial de ordenamento do território.
Objetivos
<p>São objetivos do POAA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A definição de regras de utilização do plano de água e da zona de proteção da albufeira, de forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais em presença; • A preservação da boa qualidade da água visando garantir o previsto abastecimento público aos concelhos de Marvão, Castelo de Vide e Portalegre; • A aplicação das disposições legais e regulamentares vigentes, quer quanto à gestão dos recursos hídricos, quer quanto ao ordenamento do território; • Assegurar a articulação do POAA com planos e programas de interesse local, regional e nacional; • A compatibilização dos diferentes usos e atividades, existentes e previstos, entre si e com a proteção e valorização ambiental da albufeira e suas finalidades primárias, que são o abastecimento público e a rega; • A identificação das áreas mais adequadas para a prática de atividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades.

Tabela 27 – Objetivos principais do POPNSSM

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (POPNSSM) - RCM n.º 77/2005, 21 de março
O Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM) foi criado com o objetivo de promover a proteção dos valores naturais e o desenvolvimento das atividades económicas de forma autossustentada.
Objetivos
São objetivos específicos do POPNSSM: <ul style="list-style-type: none"> • A promoção da conservação dos recursos naturais da região, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda da flora e da fauna, e dos elementos geomorfológicos, arquitetónicos e paisagísticos; • A promoção, de uma forma sustentável, do desenvolvimento económico, social e cultural da região, em especial das zonas rurais, incentivando e apoiando as utilizações tradicionais do solo; • A promoção da disciplina das atividades urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, por forma a evitar a degradação dos valores naturais, paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando o exercício de atividades compatíveis, designadamente o turismo de natureza; • A promoção da divulgação dos valores naturais, paisagísticos, estéticos e culturais e científicos da região, nomeadamente criando condições para a utilização do Parque Natural para fins recreativos, culturais e científicos.

Tabela 28 – Objetivos principais do PROT-Alentejo

Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo (PROT - Alentejo) - RCM n.º 28/2006, 23 de fevereiro, retificada pela declaração de retificação 28-A/2006
O Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso, ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT.
Opções estratégicas
São opções estratégicas do PROT-Alentejo: <ul style="list-style-type: none"> • A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território; • A articulação dos sistemas estruturantes do território, construindo uma visão regional integrada e combatendo os fatores de fragmentação e consequente risco de perda de coerência interna do conjunto do Alentejo; • O reforço dos fatores e espaços de internacionalização da economia, em especial nos grandes eixos de ligação internacional e na plataforma de Sines; • O papel estratégico da agricultura e do desenvolvimento rural e a qualificação dos processos de transformação que lhes andam associados, designadamente os impulsionados pelo empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e pelos restantes aproveitamentos hidroagrícolas; • Avaliação dos recursos turísticos, principalmente no espaço do Alentejo litoral e do Alqueva, compatibilizando a proteção dos valores ambientais com o desenvolvimento de uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade; • O desenvolvimento de uma estratégia de gestão integrada para a zona costeira; • A valorização do montado, bem como das manchas de pinheiro, quer do ponto de vista económico e social quer na perspetiva ambiental; • O desenvolvimento de uma estratégia de resposta integrada a situações de seca que considere as diversas capacidades de armazenamento estratégico de água na região.

Tabela 29 – Objetivos principais do POR-Alentejo

Programa Operacional Regional do Alentejo (POR - Alentejo)
O POR-Alentejo insere-se na estratégia de desenvolvimento regional "Alentejo 2015" procurando responder aos três desafios centrais inscritos nos seus eixos estratégicos.
Objetivos
<p>São opções estratégicas do POR-Alentejo:</p> <p>A. Promover a Integração do Território no Âmbito da Posição Geoeconómica do País</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorizar a Logística Regional num contexto de Articulação Inter-regional e Transnacional - Potenciar Regionalmente os Eixos Transnacionais <p>B. Desenvolver e Afirmar o Potencial Económico Regional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e Diversificar a Base Económica Regional - Atrair Investimento e Capacidade Empresarial e Dinamizar a Internacionalização da Economia Regional <p>C. Melhorar a Organização, a Funcionalidade e a Coesão Intraregional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar e Qualificar o Sistema Urbano Regional e a sua Articulação com o Meio Rural - Promover a Mobilidade Regional. - Melhorar as Condições de Vida e Ambiente. <p>D. Criar Emprego e Qualificar os Recursos Humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualificação dos Recursos Humanos - A Promoção do Emprego <p>E. Reforçar a Identidade Regional num Contexto de Mudança</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acelerar a Adaptação à Mudança e à Inovação - Promover a Sociedade de Informação.

Tabela 30 – Objetivos principais do PMDFCI-Marvão

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Marvão (PMDFCI - Marvão)
Os PMDFCI desenvolvem orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria 1139/2006 de 25 de outubro e as orientações técnicas e metodológicas estabelecidas pela atual AFN.
Objetivos principais
<p>Objetivos municipais do PMDFCI:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais. • Reduzir a incidência dos incêndios. • Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios. • Recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades. • Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Tabela 31 – Objetivos principais dA Agenda 21

Agenda 21 de Marvão (Agenda 21)
A Agenda 21 Local é a expressão local da Agenda 21 e consiste num instrumento de gestão para a sustentabilidade de um local, partindo de um diagnóstico de situação atual, de referência, estabelecendo metas a alcançar nas vertentes da proteção do ambiente, desenvolvimento sócioeconómico e coesão social, desenvolvido por atores locais em parceria com os cidadãos e sociedade civil.
Vetores estratégicos
Vetores estratégicos da Agenda 21 de Marvão: <ul style="list-style-type: none">• Turismo (Termas, Rural, Natureza, Cultural, Cinegético, Arqueológico, etc.).• Marketing e Imagem Territorial do Concelho.• Educação, Formação, Qualificação das Pessoas para a Vida Ativa no Concelho.• Apoio ao Tecido Empresarial e melhorar a Competitividade do Território do Concelho.• Ordenamento Territorial.